



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JHIOVANNA EDUARDA BRAGHIN FERREIRA

**QUESTÃO AGRÁRIA, SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E
RESISTÊNCIA CAMPONESA POR MEIO DA AGROECOLOGIA NO LESTE DE
MATO GROSSO DO SUL**

Três Lagoas (MS), inverno de 2022

JHIOVANNA EDUARDA BRAGHIN FERREIRA

**QUESTÃO AGRÁRIA, SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E
RESISTÊNCIA CAMPONESA POR MEIO DA AGROECOLOGIA NO LESTE DE
MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia CPTL/UFMS – Linha de Pesquisa: Dinâmica Territorial no Campo e na Cidade, como exigência para obtenção de título de Mestre em Geografia, sob orientação da Prof. Dr. Sedeval Nardoque.

Três Lagoas (MS), inverno de 2022

JHIOVANNA EDUARDA BRAGHIN FERREIRA

**QUESTÃO AGRÁRIA, SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E
RESISTÊNCIA CAMPONESA POR MEIO DA AGROECOLOGIA NO LESTE DE
MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/CPTL/UFMS – Linha de Pesquisa: Dinâmica Territorial no Campo e na Cidade, como exigência para obtenção de título de Mestre em Geografia, sob orientação da Prof. Dr. Sedeval Nardoque.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sedeval Nardoque
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Presidente e Orientador

Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)
Membro Interno

Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
Membro Externo

Três Lagoas (MS), inverno de 2022

Dedico este trabalho para minhas fortalezas: as camponesas, **Elena** e **Simone**. Dedico, também, para minhas luzes eternas: meu querido avô **Antonio** e meus lindos amigos **Walter, Marcelo** e **Higor**. Amo vocês, meus anjos.

AGRADECIMENTOS

Nem acredito que finalizei mais um ciclo, ufaaaaaaaaa! Não tenho palavras para descrever esse momento tão único, repleto de sentimentos distintos, mas cheguei ao final de mais um caminho em minha vida, não no final, porque é apenas parte do caminho percorrido. E falar em caminho, diversos foram criados para mim, exceto este. Mas não quero falar dos percursos sombrios que me puseram ainda criança, quero falar de outro, desse que escolhi para minha vida quando estava no meu segundo ano de graduação no curso de Geografia.

Esse curso não só me fez descobrir o meu ofício, mas me proporcionou sonhar e chegar em lugares nunca antes imaginados. Esse caminho não foi construído sozinho, essa conquista não é só minha, mas de um conjunto de pessoas que me apoiaram, ajudaram, tiveram comigo e contribuíram nesse processo, direta ou indiretamente. Assim, gostaria de agradecer aos meus amigos da vida que, ao longo dos anos, me acompanharam nessa e em outras jornadas: Thamires Rocha, Radassa, Leo, Apoca, Rhamon, Lucas Albuca, Higor Ribeiro, Vick Topazzo, Denin, Joyce e Inês.

Gostaria de agradecer aos meus grupos de amigos que, em meio as minhas loucuras, se aventuraram comigo e resolveram trilhar essa jornada ao meu lado. Em nome de João Vittor e Gabriel Reis, agradeço a todos meus amigos crias de comunidade (Veloso, Leo Tubarão, Étão, Dodo, Evandro, Mu, Reinado, Sergio) que fizeram e fazem parte da minha vida. Amigos, vocês são a alegria em um dia triste, vocês transbordam felicidade, obrigada por tudo que fizeram por mim, eu amo vocês do fundo do meu coração. Além disso, gostaria de agradecer ao grupo “Bate Sol” – Andressa Moura, Thaison Freitas e Jhonata Brasil –, agradeço pela diversidade, pela vida de vocês e por todos os momentos compartilhados, amo vocês.

Aos grupos distintos e diversos, gostaria de agradecer às minhas joias preciosas, Barbara e Diego. Falando em Diego, não poderia deixar de reviver nossa trajetória e de lembrar da luta e persistência, você é a resistência, é um exemplo de sobrevivência. E não poderia falar de você sem falar de Barbara. Barbara, fortaleza, você é sinônimo de persistência, de garra, quero estar ao seu lado enquanto Deus permitir, os dias não têm sido leves, mas sempre estarei aqui para

reerguer com você quantas vezes forem necessárias. Que nós três sigamos juntos sempre, quero estar com vocês para a eternidade, minhas joias raras. Amo vocês.

Julia Gama e Brunna Chico, minhas saudades diárias. Amiga-irmã você foi a minha maior surpresa, sou grata por sua vida e eternamente agradecida pelo presente que você me deu, a Brunna. Espero te reencontrar em breve, obrigada por todo apoio e paciência. Amo vocês.

Gostaria de agradecer a minha família, família Braghin, aos meus tios e tias, Alan, Diego, Clesio, Patricia, Fernanda, Carla e Adriana. Meus irmãos Maria Rita, Murilo (bb da maninha) e Agtha, vocês são a minha vida, amarei vocês por toda eternidade. Meus avôs, Antônio e João. Minhas avós Ana e Elena. E minha mãe Simone. Minha avó/mãe/madrinha Elena, a senhora é a minha fortaleza, o meu chão, minha vida, te amo tanto, esse trabalho é para senhora que nunca duvidou de mim e sempre esteve ao meu lado. Mãe Simone, admiro sua persistência e sua força, obrigada por tudo, amo a senhora.

Falando em família, gostaria de agradecer à minha família construída nesses sete anos de UFMS. Em especial, gostaria de agradecer à Marine e ao Mauro, vocês são o meu maior exemplo de amor e humanidade. Marine, nunca esquecerei tudo que fez por mim, amo você. Fran, Leticia, Alessandra, vocês foram e são minhas pétalas, meus presentes da UFMS, minhas amigas que quero levar para toda vida. Gostaria de agradecer à Profa. Rosemeire Aparecida de Almeida, que foi e sempre será minha orientadora da vida, você não tem consciência que é minha maior referência, como pesquisadora, professora, mulher. Te amo mil.

Agradeço com o coração repleto de alegria ao meu orientador, Sedeval Nardoque. Professor, você não imagina a admiração que lhe tenho, agradeço por acreditar e por me motivar a seguir. Agradeço por ter me apresentado essa temática, como já havia dito, “esse tema é pertinente, na teoria embrulha o estômago e na vivência é muito dolorido”. Obrigada, por tudo, seguiremos mais alguns anos na nova jornada, o senhor é mil.

Em nome de Samuel Heimbach, agradeço a todos meus colegas e amigos da graduação e pós-graduação. Em nome do Mieceslau, o grande guardião de sementes crioulas, agradeço aos meus colegas do Laboratório de Geografia Agrária, amo você. Em nome da Professora Paula Santana, agradeço a oportunidade de realizar o intercambio na Universidade de Coimbra.

Gostaria de agradecer à CAPES pela bolsa de estudo, permitindo-me passar por esse processo com mais tranquilidade. Agradeço à Universidade Pública, gratuita e socialmente referenciada, pois proporcionou-me mudança de vida, mas que, também, permitiu-me, mediante projetos, aulas e vivências, o rompimento com a padronização, permitindo-me a busca da liberdade de gênero, classe e, sobretudo, no meu caso, racial.

Agradeço ao meu Divino Pai Eterno e à minha mãe, Nossa Senhora Aparecida, por todas as maravilhas que aconteceram em minha vida.

Os agradecimentos são muitos porque, durante o caminho, encontrei pessoas maravilhosas que caminharam ao meu lado e me proporcionaram viver momentos como esse. Nada nessa vida tem sido ou foi fácil, mas as pessoas que escolhi para caminhar ao meu lado tornaram a trajetória da vida mais leve e cheia de amor.

Finalizo esse agradecimento com uma frase que sempre me dá forças para seguir nos dias difíceis: “Erga-se, guerreira”!

“A sua mobilidade social é por meio da educação. Educação revoluciona a vida das pessoas, sobretudo das mais pobres. Das mulheres.”¹

¹ Mensagem do Prof. Sedeval Nardoque durante orientação pelo *WhatsApp*. Junho de 2020.

RESUMO

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciam a forte concentração fundiária no Leste do estado de Mato Grosso do Sul, recorte espacial dessa pesquisa, e revelam o uso da terra ao longo dos anos. Mediante os dados, é possível analisar que, além da concentração fundiária, no Leste do estado não se tem o protagonismo na produção de alimentos básicos. Por sua vez, a expansão do capitalismo no campo reflete na sua diminuição da produção, ocorrendo a vinda de alimentos de outras regiões do país, afetando diretamente a soberania e a segurança alimentar no campo e na cidade, no estado. Contraditoriamente, a agricultura camponesa apresenta papel importante na produção de alimentos, tendo como exemplo o Assentamento 20 de Março, localizado no município de Três Lagoas, isso porque, neste município a produção de alimentos foi impulsionada pelas “papeleiras”, sobretudo a antiga Fibria (atual Suzano), mediante projetos de responsabilidade social. Posto isso, pode-se destacar a importância de se fazer Reforma Agrária e criar/investir em políticas públicas voltadas para agricultura familiar camponesa, uma vez que, os projetos de responsabilidade social não proporcionam autonomia para os camponeses. Contudo, nos governos recentes, maiormente, de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, as políticas inerentes à Reforma Agrária e às políticas públicas voltadas para agricultura familiar camponesa sofreram desmontes, afetando diretamente os povos do campo e da cidade. Deste modo, o objetivo deste trabalho é analisar como a territorialização do capital no campo afetou a produção de alimentos básicos no Leste do estado, especialmente pela expansão dos plantios de eucalipto, bloqueando a soberania alimentar via latifúndio-produtivo. Mesmo apresentando queda expressiva e até mesmo o desaparecimento de alguns cultivos, ressalta-se que a produção de alimentos nunca foi significativa desde a época em que se predominava a pecuária extensiva. Nesse sentido, na busca de compreender as dinâmicas do movimento da realidade, desdobrando-se na queda da produção de alimentos, foram traçados alguns objetivos específicos, sendo: o primeiro, relaciona-se com análise do uso da terra no Leste do estado; o segundo está associado em investigar a circulação de alimentos no estado mediante a importação de outros estados; o terceiro está relacionado em analisar os impactos causados pelo desmonte da Reforma Agrária e das políticas públicas voltadas para agricultura familiar camponesa, na segurança e soberania alimentar; o quarto, e último objetivo específico, foi compreender como os agricultores familiares camponeses mediante a agricultura camponesa com princípios agroecológicos contribuem para produção de alimentos básicos. Para alcançar os objetivos, os caminhos metodológicos articularam-se em revisão bibliográfica, análise de dados do IBGE, da CEASA/MS, do Grupo das Hortas do PA 20 de Março e SMAS, e saídas de campo para realização de entrevistas. Em síntese, os resultados apresentados apontam que, para superação do modelo hegemônico de produção, são necessárias mudanças estruturais, como exemplo a Reforma Agrária e a Agroecologia, caminhos para a conquista da soberania e segurança alimentar no campo e na cidade e da autonomia frente aos Impérios Alimentares.

Palavras chaves: Agricultura capitalista; Agricultura camponesa; Agroecologia; Reforma Agrária; Políticas públicas; Soberania e Segurança Alimentar.

RESUMEN

Datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) muestran la fuerte concentración de la tierra en el este del estado de Mato Grosso do Sul, un recorte espacial de esta investigación, y revelan el uso de la tierra a lo largo de los años. A través de los datos, es posible analizar que, además de la concentración de la tierra, en el Oriente del estado no hay protagonismo en la producción de alimentos básicos. A su vez, la expansión del capitalismo en el campo se refleja en su disminución de la producción, con la llegada de alimentos de otras regiones del país, afectando directamente la soberanía y seguridad alimentaria en el campo y en la ciudad, en el estado. Contradictoriamente, la agricultura campesina juega un papel importante en la producción de alimentos, tomando como ejemplo el asentamiento 20 de Março, ubicado en el municipio de Três Lagoas, esto se debe a que, en este municipio, la producción de alimentos era impulsada por las “fábricas de papel”, especialmente la antigua Fibria (actual Suzano), a través de proyectos de responsabilidad social. Dicho esto, se puede resaltar la importancia de realizar la Reforma Agraria y crear/invertir en políticas públicas dirigidas a la agricultura familiar campesina, ya que los proyectos de responsabilidad social no otorgan autonomía a los campesinos. Sin embargo, en los gobiernos recientes, principalmente los de Michel Temer y Jair Bolsonaro, las políticas inherentes a la Reforma Agraria y las políticas públicas dirigidas a la agricultura familiar campesina sufrieron un desmantelamiento, afectando directamente a la gente del campo y de la ciudad. Así, el objetivo de este trabajo es analizar cómo la territorialización del capital en el campo afectó la producción de alimentos básicos en el Oriente del estado, especialmente a través de la expansión de las plantaciones de eucalipto, bloqueando la soberanía alimentaria a través del latifundio productivo. Aun con una caída importante e incluso la desaparición de algunos cultivos, llama la atención que la producción de alimentos nunca ha sido significativa desde la época en que predominaba la ganadería extensiva. En ese sentido, en la búsqueda de comprender la dinámica del movimiento de la realidad, desarrollándose en la caída de la producción de alimentos, se delinearon algunos objetivos específicos, a saber: el primero está relacionado con el análisis del uso del suelo en el Oriente del estado ; el segundo está asociado con la investigación del movimiento de alimentos en el estado a través de la importación de otros estados; el tercero está relacionado con el análisis de los impactos causados por el desmantelamiento de la Reforma Agraria y las políticas públicas dirigidas a la agricultura familiar campesina, sobre la seguridad y soberanía alimentaria; el cuarto y último objetivo específico fue comprender cómo los agricultores familiares campesinos, a través de la agricultura campesina con principios agroecológicos, contribuyen a la producción de alimentos básicos. Para alcanzar los objetivos, los caminos metodológicos fueron articulados en revisión bibliográfica, análisis de datos del IBGE, CEASA/MS, Grupo das Hortas do PA 20 de Março y SMAS, y salidas de campo para realización de entrevistas. En resumen, los resultados presentados indican que, para superar el modelo hegemónico de producción, son necesarios cambios estructurales, como la Reforma Agraria y la Agroecología, caminos para la conquista de la soberanía y seguridad alimentaria en el campo y en la ciudad y la autonomía. frente a los imperios alimentarios.

Keywords: agricultura capitalista; agricultura campesina; Agroecología; Reforma agraria; Políticas públicas; Soberanía y Seguridad Alimentaria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Monocultivo de eucalipto.....	25
Figura 2	PA 20 de Março/Três Lagoas (MS): Instalação do sistema automatizado de irrigação na estufa.....	44
Figura 3	PA 20 de Março/Três Lagoas (MS):Primeira automatização da estufa – sistema automático.....	45
Figura 4	PA 20 de Março/Três Lagoas (MS):Segunda automatização da estufa – sistema analógico.....	46
Figura 5	Brasil: Área ocupada pela silvicultura, por grupos de espécies florestais (mil ha) – 2017.....	52
Figura 6	Três Lagoas-MS: supermercado.....	63
Figura 7	PA 20 de Março/Três Lagoas (MS).....	115
Figura 8	Brasil: áreas alimentares – Amazônia, Nordeste açucareiro, Sertão Nordestino, Centro-Oeste e Extremo Sul.....	117
Figura 9	Três Lagoas (MS): Preço do arroz nos anos de 2019 e 2021.....	147
Figura 10	Três Lagoas (MS): Preço do feijão e do óleo de cozinha nos anos de 2019 e 2021.....	148
Figura 11	Três Lagoas (MS): pesagem dos produtos do PAA no Projeto Florestinha.....	160
Figura 12	Três Lagoas (MS): Organização dos produtos para entrega no CRAS Vila Piloto.....	161
Figura 13	PA 20 de Março/Três Lagoas (MS): agricultores familiares camponeses no entreposto para pesagem do PAA – 2020	163
Figura 14	PA 20 de Março/Três Lagoas (MS): pesagem dos produtos do PAA.....	163
Figura 15	UFMS/Três Lagoas (MS): Feira Agroecológica.....	171
Figura 16	UFMS/Três Lagoas (MS): Sacolas Agroecológicas.....	193
Figura 17	UFMS/Três Lagoas (MS): Feira Agroecológica.....	194
Figura 18	UFMS/Três Lagoas (MS): Feira Agroecológica.....	195
Figura 19	Três Lagoas - barraca da Agroecologia na feira livre.....	196
Figura 20	“Feira on-line”: Lista de produtos.....	198
Figura 21	Três Lagoas (MS) - entrega dos produtos da "feira on-line".....	200
Figura 22	Assentamento 20 de Março – agricultora camponesa trabalhando na horta.....	203
Figura 23	Assentamento 20 de Março – produção da indústria doméstica.....	203
Figura 24	UFMS/Três Lagoas (MS) - Feira Agroecológica pós isolamento social.....	205
Figura 25	UFMS/Três Lagoas (MS) - Feira Agroecológica - diversidade de produtos.....	205

LISTA DE TABELA

Tabela 1	Mato Grosso do Sul: Estrutura Fundiária – 1995.....	34
Tabela 2	Mato Grosso do Sul: Estrutura Fundiária – 2017.....	35
Tabela 3	Leste de Mato Grosso do Sul: Estrutura fundiária – 1995..	37
Tabela 4	Leste de Mato Grosso do Sul: Estrutura fundiária – 2017..	37
Tabela 5	Leste de MS: Residência dos proprietários de terra – 2010.....	40
Tabela 6	Leste de MS: utilização das terras – 1995/2017.....	48
Tabela 7	Leste de Mato Grosso do Sul: Matas naturais e plantadas em hectares – 1995/2017.....	48
Tabela 8	Leste de MS: Efetivo de bovinos (cabeças) – 1995/2017....	49
Tabela 9	Leste de MS: Área total da silvicultura (hectares) – 2014 a 2018.....	50
Tabela 10	MS: financiamento do BNDES para a agroindústria canavieira – 2007 a 2009.....	54
Tabela 11	Leste de MS: área colhida de cana-de-açúcar (ha), 1995/2017.....	55
Tabela 12	Leste de MS: área colhida da soja em grão (ha), 1995/2017.....	56
Tabela 13	Leste de MS: Área colhida da milho em grão (ha), 1995/2017.....	56
Tabela 14	Leste de MS: área colhida (ha) por cultivos das lavouras temporárias – 1995/2017.....	58
Tabela 15	Leste de MS: área colhida (ha) por cultivos das lavouras temporárias – 1995/2017.....	59
Tabela 16	Leste de MS: Área colhida (ha) por cultivos das lavouras permanentes – 1995/2017.....	60
Tabela 17	Mesorregião Pantanaís Sul-Mato-Grossense: quantidade entregue à CEASA/MS.....	101
Tabela 18	Anastácio: Estrutura Fundiária – 2017.....	101
Tabela 19	Dois Irmãos do Buriti: Estrutura Fundiária – 2017.....	102
Tabela 20	Mesorregião Centro-Norte Sul-Mato-Grossense – quantidade entregue à CEASA/MS.....	104
Tabela 21	Bandeirantes: Estrutura Fundiária – 2017.....	105
Tabela 22	Sidrolândia: Estrutura Fundiária – 2017.....	105
Tabela 23	Terenos: Estrutura Fundiária – 2017.....	106
Tabela 24	Mesorregião Leste – quantidade entregue à CEASA/MS...	108
Tabela 25	Paranaíba: Estrutura Fundiária – 2017.....	108
Tabela 26	Ribas do Rio Pardo: Estrutura Fundiária – 2017.....	109
Tabela 27	Três Lagoas: Estrutura Fundiária – 2017.....	109
Tabela 28	Mesorregião Sudoeste – quantidade entregue à CEASA/MS.....	111

Tabela 29	Ivinhema: Estrutura Fundiária – 2017.....	111
Tabela 30	Glória de Dourados: Estrutura Fundiária – 2017.....	112
Tabela 31	Brasil: quantidade de CPR-Doação e valor (2010-2020).....	153
Tabela 32	Mato Grosso do Sul: quantidade e valor de CPR-Doação (2010-2020) – valores em reais.....	154
Tabela 33	Três Lagoas (MS): Plano de execução da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento 20 de Março – 2020/2022.....	155
Tabela 34	Três Lagoas (MS): Plano de execução da Associação dos Agricultores Familiares Orgânicos do Pontal do Faia – 2020/2022.....	156
Tabela 35	Três Lagoas (MS): Plano de execução da Associação de Atividades Agrícolas e Pluriativas (AGRIP) – 2020/2022....	157
Tabela 36	Três Lagoas: Estrutura Fundiária – 2017.....	179
Tabela 37	Hortifrúti comercializados no Projeto "Feira on-line" – 2020-2021.....	201
Tabela 38	Indústria doméstica comercializada no Projeto “feira on-line” – 2020-2021.....	202
Tabela 39	Criação caipira comercializada no Projeto “feira on-line” – 2020-2021.....	202

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Água Clara: Estrutura Fundiária – 2017.....	38
Gráfico 2	CEASA/MS: Circulação de alimentos: origem de alface recebida – 2006 (A) e 2020 (B).....	95
Gráfico 3	CEASA/MS: Circulação de alimentos: origem de banana recebida – 2006 (A) e 2020 (B).....	96
Gráfico 4	CEASA/MS: Circulação de alimentos: origem de batata recebida – 2006 (A) e 2020 (B).....	97
Gráfico 5	CEASA/MS: Circulação de alimentos: origem de cenoura recebida – 2006 (A) e 2020 (B).....	98
Gráfico 6	CEASA/MS: Circulação de alimentos: origem de tomate recebido – 2006 (A) e 2020 (B).....	99
Gráfico 7	CEASA/MS: Circulação de alimentos: origem de mandioca recebida – 2006 (A) e 2020 (B).....	100
Gráfico 8	Brasil: Domicílios em situação de segurança alimentar e insegurança alimentar – 2004/2018.....	143
Gráfico 9	Brasil: Distribuição dos domicílios por segurança alimentar e insegurança alimentar no período de 5 a 24 de dezembro de 2020.....	145
Gráfico 10	Brasil: Número de assentamentos criados entre 1995-2019.....	166
Gráfico 11	Brasil: Número de famílias assentadas entre 1995-2019....	167
Gráfico 12	Brasil: conflitos no campo e por terra.....	169
Gráfico 13	“Feira <i>on-line</i> ”: renda mensal – 2020-2021.....	204

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Mato Grosso do Sul – localização.....	33
Mapa 2	Região Leste de Mato Grosso do Sul.....	36
Mapa 3	Mato Grosso do Sul: Circulação de alimentos – 2006.....	91
Mapa 4	Mato Grosso do Sul: Circulação de alimentos - 2020.....	92
Mapa 5	Mato Grosso do Sul: circulação de alimentos – importação de alimentos nos anos de 2006, 2018, 2019, 2020 e 2021.....	94
Mapa 6	Mesorregião dos Pantanaís Sul Mato-grossense – localização dos assentamentos de Reforma Agrária.....	103
Mapa 7	Mesorregião dos Centro-Norte Sul Mato-grossense – localização dos assentamentos de Reforma Agrária.....	107
Mapa 8	Mesorregião do Leste Sul Mato-grossense – localização dos assentamentos de Reforma Agrária.....	110
Mapa 9	Mesorregião Sudoeste Sul Mato-grossense – localização dos assentamentos de Reforma Agrária.....	113
Mapa 10	Localização do PA 20 de Março e PA Pontal do Faia.....	184
Mapa 11	“Feira on-line”: Rota de entrega.....	199

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 QUESTÃO AGRÁRIA NO LESTE DE MATO GROSSO DO SUL.....	25
1.1 Questão Agrária no Leste de Mato Grosso do Sul	26
1.2 Aliança terra-capital no Leste de Mato Grosso do Sul: propriedade capitalista da terra.....	28
1.3 Uso da terra no Leste de Mato Grosso do Sul: territorialização do capital.....	40
2 IMPÉRIOS ALIMENTARES E OS IMPACTOS NA SOBERANIA ALIMENTAR.....	63
2.1 Os Regimes Alimentares.....	64
2.2 Impérios Alimentares: o negócio da comida.....	74
2.3 A Soberania Alimentar como o caminho frente aos Impérios Alimentares.....	82
2.4 Circulação dos alimentos: comercialização pela CEASA/MS.....	88
3 DESMONTE DA REFORMA AGRÁRIA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA.....	115
3.1 3.1 A fome no Brasil: breves considerações.....	116
3.2 Breves considerações sobre as três fases de combate à fome no Brasil.....	119
3.3 A busca pela Segurança Alimentar e Nutricional e o Programa Fome Zero.....	126
3.4 Segurança alimentar e nutricional: o retrocesso nos últimos governos.....	133
3.5 Do esgotamento à extinção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	149
3.6 Experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Três Lagoas.....	153
3.7 3.7 O desmonte da Reforma Agrária.....	164
4 REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS: RECRIAÇÃO CAMPONESA, AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR.....	171
4.1 O debate camponês.....	172
4.2 Reforma Agrária em Três Lagoas: recriação camponesa no Assentamento 20 de Março.....	179
4.3 Agroecologia: agricultura, autonomia e soberania alimentar.....	185
4.4 Caminhos agroecológicos no Assentamento 20 de Março.....	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	212

INTRODUÇÃO

A questão agrária é uma “área do conhecimento humano” com elementos centrais para o seu entendimento, como o uso, a posse e a propriedade capitalista da terra (STEDILE, 2012, p.639), além da renda. Isto posto, desde a colonização até os dias atuais, a questão agrária no Brasil é marcada pela forte concentração fundiária, símbolo da apropriação capitalista da terra.

A forte concentração da terra é decorrente do processo histórico de formação territorial do Brasil e de mecanismos legais favoráveis, desde as Ordenações do campo jurídico português (no período colonial) e mesmo no Brasil independente, como a promulgação da Lei de Terras de 1850. Tal lei estabeleceu condições legais acerca do domínio da propriedade capitalista da terra, isto é, instituindo a terra em mercadoria, unificando posse e domínio em uma figura jurídica única (propriedade e proprietário fundiário), tendo acesso a este bem natural apenas quem possuísse e quem possui condições de pagar, definindo, assim, os com terra e os sem-terra. Assim, a terra é um bem natural finito, possui preço e não valor, pois, não pode ser produzido pelo trabalho humano. Esse preço é imposto pela propriedade privada da terra, transformando esse bem natural em mercadoria especial (MARTINS, 1981 e 1986). Dito isso, no capitalismo a terra tornou-se meio para produção e reprodução do capital.

Nesse sentido, em alguns países a concentração fundiária se tornou entrave para a expansão do capitalismo no campo, contraditoriamente, no Brasil, o capital não atuou/atua na separação entre os proprietários de terras e capitalistas (OLIVEIRA, 2010), ao contrário, muitas vezes essas duas classes distintas são personificadas em uma mesma pessoa, obtendo, assim, renda da terra e o lucro médio. Para Martins (1981), as duas classes são distintas, no entanto, podem se unir em prol de um interesse comum, se apropriando, assim, da mais valia produzida pelo trabalho humano e da renda da terra. Portanto, das duas classes distintas, pode surgir uma única figura, o latifundiário capitalista ou capitalista latifundiário.

No estado de Mato Grosso do Sul (MS), a gênese da apropriação capitalista da terra está posta desde a sua criação, mediante a aliança terra-capital (ALMEIDA, 2011), culminando na forte concentração fundiária, possibilitando, assim, o avanço da agricultura capitalista no campo.

Dito isto, no **primeiro capítulo** deste trabalho será abordada a questão agrária do Mato Grosso do Sul, sobretudo, nos municípios localizados na região Leste, sendo o recorte espacial dessa pesquisa: Água, Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Inocência, Paraíso das Águas, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas. Tais municípios possuem forte concentração fundiária, sendo afetados pela territorialização do capitalismo no campo.

Diante deste contexto, o objetivo principal desta pesquisa fundamentou-se em analisar as contradições existentes nessa região pela territorialização do capitalismo no campo, especialmente pela expansão dos plantios de eucalipto, e na diminuição da produção de alimentos básicos. A expansão desse cultivo resultou da instalação de duas empresas do setor celulósico no município de Três Lagoas, culminando na diminuição da produção de alimentos básicos, se tornando entrave para a Reforma Agrária.

Nesse sentido, na busca de compreender as dinâmicas do movimento da realidade, desdobrando-se na queda da produção de alimentos, foram traçados alguns objetivos específicos, sendo: o primeiro, relaciona-se com análise do uso da terra no Leste do estado; o segundo está associado em investigar a circulação de alimentos no estado mediante a importação de outros estados; o terceiro está relacionado em analisar os impactos causados pelo desmonte da Reforma Agrária e das políticas públicas voltadas para agricultura familiar camponesa, na segurança e soberania alimentar; o quarto, e último objetivo específico, foi compreender como os agricultores familiares camponeses mediante a agricultura camponesa com princípios agroecológicos contribuem para produção de alimentos básicos. Para alcançar os objetivos, os caminhos metodológicos articularam-se em revisão bibliográfica, análise de dados do IBGE, da CEASA/MS, do Grupo das Hortas do PA 20 de Março e SMAS, e saídas de campo para realização de entrevistas. Em síntese, os resultados apresentados apontam que, para superação do modelo hegemônico de produção, são necessárias mudanças estruturais, como exemplo a Reforma Agrária e a Agroecologia, caminhos para a conquista da soberania e segurança alimentar no campo e na cidade e da autonomia frente aos Impérios Alimentares.

Contraditoriamente, as empresas do complexo eucalipto-celulose-papel, por meio de projetos de responsabilidade social, contribuíram para a produção de

alimentos nos assentamentos. O Assentamento 20 de Março, localizado no município de Três Lagoas, é um exemplo, pois, a quase ausência das políticas públicas fizeram que os agricultores familiares camponeses buscassem nos projetos de responsabilidade social um meio para se manter na terra de vida e de trabalho.

Atualmente, os agricultores camponeses desse assentamento encontraram nos projetos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul um caminho de autonomia e da soberania e segurança alimentar mediante agricultura agroecológica. No entanto, a produção de alimentos é limitada, seja pela ausência de recursos, seja pelo tamanho da área disponível, uma vez que, o assentamento ocupa apenas 1.480,207 ha de uma área rural regional de 979.904,816 hectares.

Por isso a discussão da Reforma Agrária é necessária e oportuna, se apresentando como o caminho para a divisão de terras improdutivas e concentradas, oportunizando a distribuição de renda e possibilitando a produção por meio de políticas públicas e parceria com órgãos públicos, como as universidades.

Posto isso, mediante pesquisa no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observou-se que a produção de alimentos nunca foi expressiva no Leste de MS, desde a época da predominância da pecuária extensiva (econômica e política), chegando ao desaparecimento de alguns cultivos nos últimos anos em decorrência da territorialização dos monopólios ligados ao setor de eucalipto-celulose-papel.

Para investigar o problema da falta de produção de alimentos no Leste do estado, foram utilizados os dados dos censos agropecuários de 1995 e 2017, a fim de analisar o uso do solo nesses municípios. Assim, será observado de forma mais aprofundada alguns produtos das lavouras temporárias e permanentes; pecuária, com enfoque na área de pastagem e efetivo bovino; matas naturais e plantadas e silvicultura. Considera-se como critério de levantamento e análise de dados, área colhida e plantada e a área de pastagem. Quando investigados os dados referentes ao censo de 1995, não é possível verificar o município de Paraíso das Águas, pois era distrito de Costa Rica. Os dois censos foram escolhidos com o propósito de demonstração de período anterior às ações de empresas ligadas ao setor de eucalipto-celulose-papel e o período posterior (2017), quando milhares de hectares de eucalipto foram plantados na região.

Para analisar a agricultura temporária e permanente foram selecionados alguns cultivos que fazem ou deveriam fazer parte da alimentação dos brasileiros. Entretanto, as tabelas da agricultura temporária também trazem dados referentes à produção de soja, milho e cana-de-açúcar, majoritariamente, voltadas para exportação. Assim, esses dados foram analisados separadamente.

O censo de 1995, referente às lavouras temporárias, disponibiliza em suas tabelas 77 cultivos, contudo, no censo de 2017, o número de produtos diminuiu, caindo para 55. Foram selecionados alguns cultivos (mais presentes na mesa dos brasileiros e mais presentes na região) para esta pesquisa, sendo: abacaxi, abóbora, arroz, feijão, mandioca, melancia, milho, tomate. As lavouras permanentes no censo de 1995 totalizam 79 cultivos e o censo de 2017 apresenta 71. Destes foram selecionados alguns produtos, a saber: banana, laranja, mamão e maracujá.

Embora existam inúmeras metodologias para análise de dados sobre produção agropecuária, a princípio pretendia-se seguir os critérios metodológicos utilizados por Mitidiero *et al.* (2017) para investigar a produção das lavouras temporárias e permanentes no Leste de Mato Grosso do Sul, justamente para analisar a problemática levantada neste trabalho. Assim, a produção agropecuária seria analisada por estratos de área, para apontar em quais estabelecimentos (pequenos, médios e grandes) estão as atividades agrícolas destinadas para alimentação, neste caso, nos pequenos e, demonstrar, também, que os grandes estabelecimentos são improdutivos, servindo de reserva de valor, ou são destinados aos cultivos de exportação ou à pecuária bovina extensiva. Assim:

Elegemos o critério de área como norte metodológico por duas razões históricas: o Brasil é um dos países com maior concentração fundiária do planeta e a propriedade privada da terra, concentrada e improdutiva, é o centro de um persistente sistema político-territorial gerador de desigualdades sociais no campo brasileiro. Qualquer metodologia que desconsidere o critério de área empobrece e, principalmente, obscurece aquilo que se convencionou chamar de questão agrária brasileira. Metodologias sem levar em consideração as classes de área escondem a concentração fundiária, não dão base para discutir os latifúndios improdutivos e muito menos a imensa massa de sem terra que luta por reforma agrária, ou seja, por pequenas porções de terra para trabalhar e produzir alimentos. (MITIDIERO *et al.*, 2017, p. 23).

Neste sentido, foram estabelecidos três estratos ou grupos de área: até 200 hectares (pequenos estabelecimentos rurais); de 200 a 1.000 (médios

estabelecimentos rurais); acima de 1.000 hectares (grandes estabelecimentos rurais). Esta classificação não é uma regra, podendo variar de acordo com cada estado ou município, porém, pode-se aplicá-la no recorte espacial desta pesquisa. Esta metodologia foi utilizada para analisar a estrutura fundiária do censo de 1995 e 2017. No entanto, não foi possível investigar o censo de 1995 e 2017, isso porque as metodologias utilizadas para coleta de dados nos dois censos agropecuários são diferentes, impossibilitando analisar a produção da agricultura permanente e temporária por grupos de áreas no censo de 2017. Além disso, as áreas colhidas são diminutas ou inexistentes, não sendo apresentados por área, dando apenas a área total colhida.

De acordo com a metodologia proposta por Mitidiero:

[...] Chamamos os estabelecimentos rurais que possuem entre 0 a 200 hectares de pequeno, os que estão na faixa de 200 a 1.000 hectares de médio e os acima de 1.000 de grande. Foi uma escolha que não levou à risca a tipificação constitucional do tamanho das propriedades – no qual é considerada pequena propriedade rural os imóveis entre 1 e 4 módulos fiscais, média propriedade com área compreendida entre 4 e 15 módulos fiscais e a grande propriedade com área superior a 15 módulos –; nem a Lei da Agricultura Familiar, que leva em consideração os parâmetros e diretrizes presentes na Lei 11.326. Ambas as tipificações podem romper a delimitação que propomos, ou seja, a pequena pode ser maior que 200 hectares e a média maior que 1.000 hectares, por exemplo. (MITIDIERO *et al*, 2017, p. 23).

Para analisar a estrutura fundiária dos municípios, utilizam-se duas variáveis: área dos estabelecimentos agropecuários por hectares (ha) e número de estabelecimentos agropecuários por estrato ou grupo de área. O censo de 1995 fez a divisão de 16 grupos de áreas, trazendo “menos 1 ha” até “100.000 ha e mais”, detalhando os pequenos, médios e grandes estabelecimentos. No Brasil, segundo o IBGE (1995), havia 37 estabelecimentos que se enquadravam no grupo de “100.000 ha e mais”, ocupando 8.291.381,249 hectares. Esta divisão permite anunciar os latifúndios.

No Censo de 2017, realizou-se a divisão de 18 grupos de áreas, abordando de “0 a menos de 0,1 ha” até “10.000 ha e mais”, a maioria das divisões está nas pequenas propriedades, impossibilitando realizar a análise dos estabelecimentos acima de 100.000. Essa divisão esconde os maiores latifúndios. Mitidiero *et al* (2017, p.12) realizou essa mesma análise referente ao censo 2006, trazendo alerta referente à metodologia aplicada e, para os autores, “[...] sem meias palavras, a

melhor base de dados sobre o campo brasileiro esconde os dados dos latifúndios e mega-latifúndios”.

Mediante os dados coletados no IBGE, apresentados adiante, pode-se dizer que o Leste do MS apresenta área colhida extremamente baixa, em outras palavras, são insuficientes na produção de alimentos. Portanto, nos municípios não se possibilita a soberania alimentar e segurança alimentar.

No **segundo capítulo**, será abordado como o alimento serviu como estratégia para a produção e reprodução do capital nos regimes alimentares (MCMICHAEL, 2016), bem como, a transformação da fonte da vida – alimentos – em mercadoria, se tornando um negócio (ESTEVE, 2017). Deste modo, os regimes alimentares retratam o desenvolvimento das distintas hegemonias postos a serviço da manutenção do capital em âmbito internacional. Nesse sentido, será apresentado a atualização do regime alimentar internacional/corporativo (terceiro regime) representada no conceito de Impérios Alimentares (PLOEG, 2008), para assim, compreender o controle do alimento e da alimentação que culmina na fome.

A forma de organização para a produção/reprodução do capital fundada nos regimes alimentares, sobretudo, dos impérios alimentares, afeta a soberania alimentar e a segurança alimentar, acarretando em problemas socioambientais, como o esgotamento futuro dos recursos naturais pelo modelo insustentável de produção até a fome, obesidade e desnutrição no campo quanto na cidade. Sendo assim, a soberania alimentar dentro dos princípios da Agroecologia será abordada/apresentada como o caminho frente aos impérios alimentares.

Como apontado pelo autor, o desenvolvimento do capitalismo deve ser entendido não apenas pela produção propriamente dita, mas, também, pela circulação e a troca dessas mercadorias. Com os alimentos não é diferente. Ao sujeitar a agricultura (ou a renda) ao capital comercial (atacadista, atravessadores) e industrial, ocorre o controle dos rendimentos do trabalho agrícola pelas grandes empresas capitalistas mediante a comercialização das mercadorias (OLIVEIRA, 2010). Deste modo, para analisar a circulação dos alimentos no estado do Mato Grosso do Sul serão analisados os dados disponibilizados pela CEASA/MS. Os dados revelam a procedência dos alimentos que tem origem de outros estados e países, tendo o estado de São Paulo como o maior fornecedor de alimentos.

Mesmo que a maior porcentagem dos alimentos é resultante da importação de alimentos, os pequenos agricultores têm forte participação na entrega dos

produtos no estado do Mato Grosso do Sul. Neste sentido, foi levantada a problemática de que os municípios de Mato Grosso do Sul, originários da maior quantidade de alimentos comercializados na CEASA/MS, são os que possuem o maior número de assentamentos rurais e pequenos estabelecimentos. Como recorte espacial, os municípios serão analisados a partir das mesorregiões do Mato Grosso do Sul, segundo a divisão do IBGE. O estado em questão possui quatro mesorregiões, a saber: Pantanais, Centro-Norte, Leste e Sudoeste.

Contudo, os municípios analisados apresentam particularidades agrícolas e agrárias, contraditoriamente, nem todos os municípios que possuem um número significativo de pequenos estabelecimentos ou assentamentos Reforma Agrária foram os que mais forneceram alimentos para a CEASA/MS. Diversos são os fatores que possivelmente contribuíram para que os alimentos não fossem entregues ao entreposto. Um dos fatores pode estar relacionado com a estratégias de se libertar das amarras dos atravessadores e a conquista da autonomia, como as vendas diretas.

Diante disso, fez-se necessário abordar, no **terceiro capítulo** deste trabalho, o desmonte da Reforma Agrária e das políticas públicas voltadas para agricultura familiar camponesa, causando impactos diretos na soberania alimentar. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dos anos de 2004, 2009, 2013, permitem comparar e analisar a queda da insegurança alimentar e o aumento ao longo dos anos. Ainda, a Pesquisa de Orçamento Familiares (POF) de 2017-2018 revela que houve aumento da insegurança alimentar e a queda de segurança alimentar nos últimos anos. Esta situação se agravou, sobretudo, no momento pandêmico da COVID-19, como apontado pelos dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN).

Os dados revelam o aumento da insegurança alimentar, pode-se dizer que o desmonte das políticas públicas contribuiu para esse aumento, tendo como exemplo a redução drástica de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), desde 2016, no Governo de Michel Temer e chegando ao fim no Governo de Jair Messias Bolsonaro. Em síntese, esse programa possuía uma via de mão dupla, ou seja, contribuía com a segurança alimentar e nutricional na cidade, ao mesmo tempo, que fortalecia a agricultura familiar camponesa. Com a pandemia do COVID-19, houve aumento na procura por alimentos desse programa, como será mostrado adiante, com os dados disponibilizados pela Secretaria

Municipal de Assistência Social (SMAS) de Três Lagoas. Além disso, foram realizadas duas entrevistas, sendo: com a funcionária da SMAS e com o assentado do Cinturão Verde que realizava entrega para o PAA.

Outra política de Estado com desmonte em curso é a Reforma Agrária, pois, no ano de 2019, no Governo Bolsonaro, foram implantados apenas dois assentamentos no país. No entanto, os assentamentos não têm origem de desapropriação de terra, ou seja, não ocorreu alteração na estrutura fundiária, pois, ambos eram áreas que estavam em posse dos quilombolas. Em Mato Grosso do Sul, a aliança entre os capitalistas-latifundiários-Estado se tornou um entrave para Reforma Agrária (KUDLAVICZ, 2017), seja pelo alto preço das terras, que foi impulsionado pela expansão do eucalipto (latifúndio-productivo), para se fazer Reforma Agrária, seja pela falta da criação e/ou desmonte das políticas públicas que permitem a (re)produção da classe camponesa.

No **quarto capítulo**, serão analisadas as contradições da recriação camponesa no município de Três Lagoas, tendo como recorte espacial o Assentamento 20 de Março. Um dos exemplos de contradição existente nesta fração do território está presente nos projetos de responsabilidade social criados pelas “papeleiras”, sobretudo, pela Suzano (antiga Fibria).

Os projetos desenvolvidos pela Fibria estimularam a produção de alimentos neste assentamento e, por outro lado, a territorialização das empresas voltadas para o complexo eucalipto-celulose-papel impulsionou a expansão do cultivo de eucalipto, bloqueando a soberania alimentar via latifúndio-productivo.

Nesse sentido, os agricultores familiares camponeses do Assentamento 20 de Março buscaram estratégias para a conquista de autonomia frente aos projetos de responsabilidade social para se manter na terra, sobretudo no período pandêmico. Segundo Oliveira (2001), os camponeses são uma classe que está em luta constante, seja pela luta para conquistar o pedaço de chão, seja para permanecer na terra com dignidade.

Uma das estratégias está centrada nos canais curto de comercialização (CCC), vinculados aos projetos desenvolvidos em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Assim, como procedimento metodológico, foram organizados os dados da “Feira on-line” e realizadas três entrevistas com os assentados do Assentamento 20 de Março. Os projetos em questão possibilitam o escoamento dos produtos dos agricultores familiares camponeses deste

assentamento, inibindo a ação dos atravessadores e possibilitando que permaneçam com a renda da terra, se mantendo na terra de trabalho e de vida e, ao mesmo tempo, fornecendo alimentos saudáveis, buscando a soberania alimentar.

CAPÍTULO I – QUESTÃO AGRÁRIA NO LESTE DE MATO GROSSO DO SUL

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. (MARTINS, 2018, p. 10).

Figura 1: Monocultivos de eucalipto



Fonte: BORZONE, 2018.

1.1 Questão Agrária no Leste de Mato Grosso do Sul

O termo *questão agrária* é utilizado para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas da sociedade em geral relacionado ao uso, à posse e à propriedade privada da terra. Ao se fazer o estudo da forma de organização socioeconômica do meio rural de qualquer país, está-se estudando a questão agrária daquele país. (STEDILE, 2012, p. 639, grifo do autor).

Segundo Stedile (2012), a questão agrária é uma “área do conhecimento humano” (p. 639) possuidora de elementos centrais para o seu entendimento, sendo: o uso (quais produtos são cultivados), a posse (quem controla fração de território e como se vive nele) e a propriedade de terra (condição jurídica que pressupõe o poder de compra), estas são características distintas e complementares.

Para Martins (1981), a renda é fundamental para a compreensão da questão agrária brasileira, pois, a terra está no centro da expansão do capitalismo rentista. Assim, compreender a questão agrária no Mato Grosso do Sul, sobretudo nos municípios localizados no Leste deste estado, faz-se necessário debruçar-se em conceitos chave nesta compreensão: territorialização do capital e monopolização do território (OLIVEIRA, 2007).

Nesse sentido, a discussão se inicia na análise de dois importantes elementos da questão agrária: a posse e a propriedade da terra. A gênese da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso do Sul está presente desde a criação do estado, sendo possível pela aliança travada entre terra-capital (ALMEIDA, 2011), estabelecendo a concentração fundiária e possibilitando o avanço da agricultura capitalista, dificultando a Reforma Agrária e a recriação camponesa. Os dados apresentados adiante revelam que a terra não serve apenas para produção de *commodities*, mas, também, como reserva de valor.

Outro elemento abordado nesse capítulo, está relacionado ao uso do solo. Deste modo, será analisada a territorialização do capital, sendo o modelo perverso da expansão do capitalismo no campo, expulsando/expropriando os camponeses da terra e inviabilizando a sua (re)criação. Diferentemente da territorialização do capital, a monopolização do território permite, contraditoriamente, a reprodução da classe camponesa. E é dentro deste debate que se pode contrapor a tese do

desaparecimento campesinato (KAUTSKY, 1980), que, segundo o autor, os camponeses desapareceriam como resultado do avanço do capitalismo no campo.

Em suma, os camponeses são expropriados e expulsos pela territorialização do capital ou se (re)produzem precariamente pela monopolização do território, revelando que não possuem o domínio da dinâmica territorial. Os camponeses não possuem controle total sobre o território, mas, o capital também não o detém totalmente, portanto, ele está em disputa:

Mas o território é um espaço em disputa, pois os camponeses não exercem a dominação/controlar/ poder total e completo sobre o espaço. Se os camponeses não possuem domínio total do território, o capital também não possui o monopólio completo, pois se se verificam relações de dominação e exploração, verificam-se também solidariedade, espírito comunitário, ajuda mútua, produção de subsistência. Nesse sentido, o território é um espaço em disputa em que uma classe apresenta-se hegemônica, mas não tem o domínio total. (FABRINI, 2011, p. 103).

Portanto, nenhuma classe possui o monopólio completo do território. Antagonicamente, os camponeses lutam por sua (re)criação e para manterem-se na terra de vida e de trabalho, ao passo que, o capitalismo no campo, expressa-se na concentração fundiária.

Segundo Oliveira (1999, p.24), o território deve ser entendido em sua totalidade, como “produto concreto da luta de classes”. Neste sentido, o território deve ser analisado sob a perspectiva classista, pois, analisar o mesmo sem levar em consideração as contradições das relações sociais de produção e as diferentes classes sociais existentes, escamoteia-se a relação de poder existente no território. (OLIVEIRA, 1999); (FABRINI, 2011). Assim:

[...] pode servir para negar estruturas de dominação e potencializar a capacidade de resistência da agricultura camponesa nos movimentos sociais. Nessa concepção de território, o conflito de diferentes projetos está colocado no centro do processo social, pois implica numa disputa de poder e controle do espaço pelas diferentes classes. (FABRINI, 2011, p. 98).

Assim, o debate acerca do território é indispensável e oportuno, uma vez que, o capital busca constantemente estratégias para apropriação das frações territoriais. O desenvolvimento das forças produtivas e da agricultura capitalista, ocasiona a expropriação ou a subordinação da renda camponesa.

Sendo assim, a agricultura capitalista avança e disputa terra no Leste de Mato Grosso do Sul, mediante apoio do Estado, aliado importante em proporcionar

a expansão geográfica do capitalismo no campo. (NARDOQUE, 2017). Deste modo, será analisado no próximo subcapítulo a territorialização do capital no campo nos municípios do Leste de Mato Grosso do Sul e os seus impactos sociais.

1.2 Aliança terra-capital no Leste de Mato Grosso do Sul: propriedade capitalista da terra

A propriedade latifundista da terra se propõe como uma sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do País. É um sério erro supor, como fazem muitos, que a questão fundiária deva ser isolada do conjunto dos processos sociais e históricos de que é mediação, para no fragmento de um isolamento postizo ser analisada como mero problema social, circunscrito a algumas regiões e a alguns grupos sociais. Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer. (MARTINS, 1994, p. 12-13).

No Brasil, não é possível falar em questão agrária sem mencionar a Lei de Terras de 1850, crucial para estabelecer o domínio da propriedade capitalista, aprofundando a concentração fundiária, causando a expulsão e a expropriação de camponeses ou dificultando o seu acesso à terra. A referida lei deu à terra status de mercadoria, possibilitando o acesso aos detentores de poder de compra. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é resultado dessa exclusão histórica. Neste sentido, Martins (2018, p. 125) aponta:

[...] Seria engano supor que a finalidade da Lei de Terras fosse a de democratizar o acesso à propriedade fundiária. Na verdade, ela nasceu como instrumento legal que assegurava um monopólio de classe sobre a terra em todas as regiões do país, mesmo naquelas ainda não ocupadas economicamente. Com isso, o que de fato se conseguia era interditar o acesso do lavrador pobre à terra, impedindo-o de trabalhar para si e obrigando-o a trabalhar para terceiros, especialmente para os grandes proprietários.

Sendo a terra importante base para a existência humana, o capitalismo, no seu processo de desenvolvimento, inseriu-a em sua lógica, transformando esse bem natural em mercadoria especial, que não pode ser produzida pelo trabalho humano, portanto, não é capital, mas, é seu equivalente. (MARTINS, 1981)

Para Martins (1981), a terra é um instrumento indispensável para a produção, no entanto, não deve ser considerado capital. Isso porque o capital é fruto do trabalho não pago, “[...] o capital nada mais do que trabalho humano

acumulado, trabalho de muitos e anônimos trabalhadores” (1981, p. 157), é justamente por isso que a terra não pode ser considerada capital, pois é um bem natural finito e não pode ser produzido.

A apropriação da terra não se dá num processo de trabalho, de exploração do trabalho pelo capital. Portanto, nem a terra tem valor, no sentido de que não é materialização de trabalho humano, nem pode ter a sua apropriação legitimada por um processo igual ao da produção capitalista. A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha na terra, não é pra produzir a terra, mas pra produzir o fruto da terra. O fruto da terra poder produto do trabalho, mas a própria terra não o é. (MARTINS, 1981, p. 160).

Nesse sentido, o capital se apropria do trabalho humano e também se apropria da terra. Para o primeiro, faz-se necessário pagar um salário, para o segundo, é necessário o pagamento de uma renda, transformando a terra em mercadoria: “[...] assim como o trabalhador cobra um salário para que a sua força de trabalho seja empregada na reprodução do capital, o proprietário da terra cobra uma renda para que ela possa ser utilizada pelo capital ou pelo trabalhador”. (MARTINS, 1981, p. 160).

Posto isso, a apropriação capitalista da terra permite ao proprietário capitalista a introdução de mecanismos inerentes à economia de mercado, no sentido de se auferir lucro e renda, naturalizando o processo, possibilitado pelo seu cercamento.

No entanto, ao se introduzir nesse bem da natureza o direito à sua propriedade privada – e, com ele, a cerca, a delimitação de tamanhos etc. –, a terra passou a ser regida pelas mesmas regras do capitalismo. Assim, cada vez que o capitalista agrícola ganha mais dinheiro, tem mais lucros e acumula capital, ele vai comprando mais terras de outros proprietários privados. Ou seja, o mesmo movimento de acumulação de capital que ocorre na indústria e no comércio passa a ocorrer também na propriedade da terra, pela tendência lógica do capitalismo a ir produzindo concentração da propriedade da terra. (STEDILE, 2012, p. 641).

Portanto, a concentração fundiária se apresenta como um problema social e agrário, se colocando como um entrave para o desenvolvimento do capitalismo no campo em alguns países. Assim:

À medida que o capitalismo evoluiu da fase mercantil para o capitalismo industrial, como decorrência do processo de acumulação de capital, houve também uma crescente concentração da propriedade da terra. Ao analisarem o comportamento do capitalismo que levava à contínua concentração da propriedade da terra, alguns pesquisadores da época

defenderam a tese de que *a concentração da propriedade da terra se transformara numa contradição e, portanto, num problema agrário para o desenvolvimento do capitalismo industrial*. Segundo essa tese, o capitalismo industrial precisava, para o seu crescimento, que se desenvolvesse um mercado interno de consumidores dos bens da indústria. Ao concentrar a propriedade da terra e manter os camponeses sem terra – e, portanto, despossuídos de renda –, esse modelo freava o desenvolvimento do mercado interno e das forças produtivas. (STEDILE, 2012, p. 640, grifos do autor).

Nos países centrais, houve divergências entre as classes (burguesa e proprietários de terra), sobretudo, na Europa e nos Estados Unidos. (MERCADANTE, 2018). A burguesia industrial via no latifúndio um empecilho para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, isso porque, necessitavam de terras para produzir matéria prima e os latifundiários cobravam um tributo. Assim, o desenvolvimento do modo capitalista de produção enfraqueceu a classe dos proprietários de terra.

Portanto:

Nos países centrais, o desenvolvimento do modo capitalista de produção gerou o enfraquecimento dos proprietários de terra, expresso na inviabilização do latifúndio, que ocorreu concomitantemente ao fortalecimento de negociantes que, paulatinamente, foram alçando à condição de proprietários dos meios de produção no interior da ordem urbano-industrial. E aí interesses inconciliáveis emergiram, pois enquanto os primeiros seguiram vislumbrando um Estado no abrigo do qual as práticas monopolistas poderiam fluir livremente, e as tradicionais leis de interdição à importação de cereais é o melhor exemplo, os burgueses em ascendência não estavam dispostos a tolerá-las, pelo fato de estas afetarem diretamente a relação capital-trabalho. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 9).

O monopólio da terra se apresenta como um obstáculo ao desenvolvimento pleno das relações capitalistas. Para remover o entrave que a propriedade fundiária impõe, o capitalista imobiliza parte do seu capital na compra da terra, garantindo a possibilidade de apropriação da renda da terra, transformando essa renda em capital (MARTINS, 1981). No entanto, o capitalista atua somente como mediador nesse processo de transferir a renda da terra para o proprietário porque ela não é paga por ele, na verdade, não é paga por ninguém em particular e sim, pelo conjunto da sociedade, “[...] o conjunto da sociedade paga pelo fato de que uma classe, a dos proprietários, tem o monopólio da terra”. (MARTINS, 1981, p. 164-165).

Diferentemente do que aconteceu em outros países, onde o latifúndio era empecilho para a expansão do capitalismo no campo, no Brasil o capitalista e o proprietário de terras, muitas vezes, são personificados em uma mesma pessoa, adquirindo o lucro médio e a renda da terra. Assim,

[...] no caso brasileiro, o capital não tem atuado na direção da separação entre capitalista e proprietário da terra. O que ocorre é a apropriação da renda da terra pelo capital, tanto na pequena propriedade quanto na grande. (OLIVEIRA, 2010, p. 8).

Para Paulino e Almeida (2010, p.12), houve o pacto de classes entre burguesia e os proprietários de terra. Assim:

[...] no modelo clássico, a burguesia instituiu-se como força contra-hegemônica às estruturas de poder remanescente da ordem feudal, ao passo que no Brasil, constituído sob a égide do capitalismo comercial, parte da riqueza sob controle dos agraristas envolvidos com a economia agroexportadora foi direcionada para as atividades urbano-industriais, a princípio justamente como estratégia para aumentar os ganhos da atividade agrícola. Com isso, alguns personificaram duas situações de classes: proprietários fundiários e, ao mesmo tempo, empreendedores urbano-industriais, burgueses enfim.

Martins (1981) aborda as contradições entre a terra e o capital, analisando o papel de duas classes antagônicas – proprietário fundiário e o capitalista –, duas classes distintas, entretanto, há a possibilidade de junção destas (o latifundiário capitalista e o capitalista latifundiário), em prol de um interesse comum: a apropriação da mais valia produzida pelo trabalhador e a renda da terra. Em síntese, quando o capitalista compra a terra, ele se apropria da mais valia social. “[...] sendo compra de renda, do direito de extrair uma renda da sociedade no seu conjunto, é *renda capitalizada* e não *capital*” (MARTINS, 1981, p. 167, grifo do autor).

Diferentemente do capital, segundo Martins (1981), mesmo que a terra não esteja inserida no processo produtivo, ou seja, esteja improdutiva, a terra garante ao seu proprietário, o direito de assenhorar parte da riqueza socialmente produzida. Isso porque, a necessidade em produzir frutos, como aponta Martins (1981), faz com que o valor da terra aumente, nesse sentido, pode-se entender que a renda da terra é um acordo social. Além disso, o dinheiro empregado na terra permite mais tarde, o enriquecimento do capitalista. É justamente por isso que a territorialização dos monopólios ocorre em setores que a renda é alta, neste cenário, o capitalista e o latifundiário transformam-se uma única figura.

Para Oliveira (2001), no Brasil o desenvolvimento do capitalismo no campo se dá, sobretudo, pela fusão do capitalista urbano e do proprietário de terra capitalista. Para o autor, essa fusão iniciou-se na escravidão, contudo, sua consolidação se deu, principalmente, na segunda metade do século XX. Deste modo, a dita modernização da agricultura (OLIVEIRA, 2001) emergiu para transformar os capitalistas urbanos e industriais, maiormente no Centro-Sul, em proprietários de terra capitalista, os latifundiários. Esta aliança recebeu forte apoio importante do Estado, por meio de concessões incentivos fiscais e creditícios: “Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade”. (OLIVEIRA, 2001, p. 186).

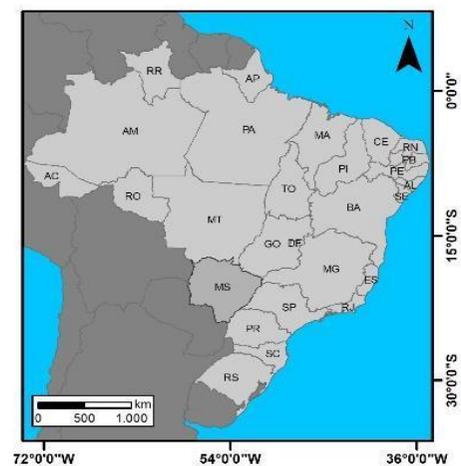
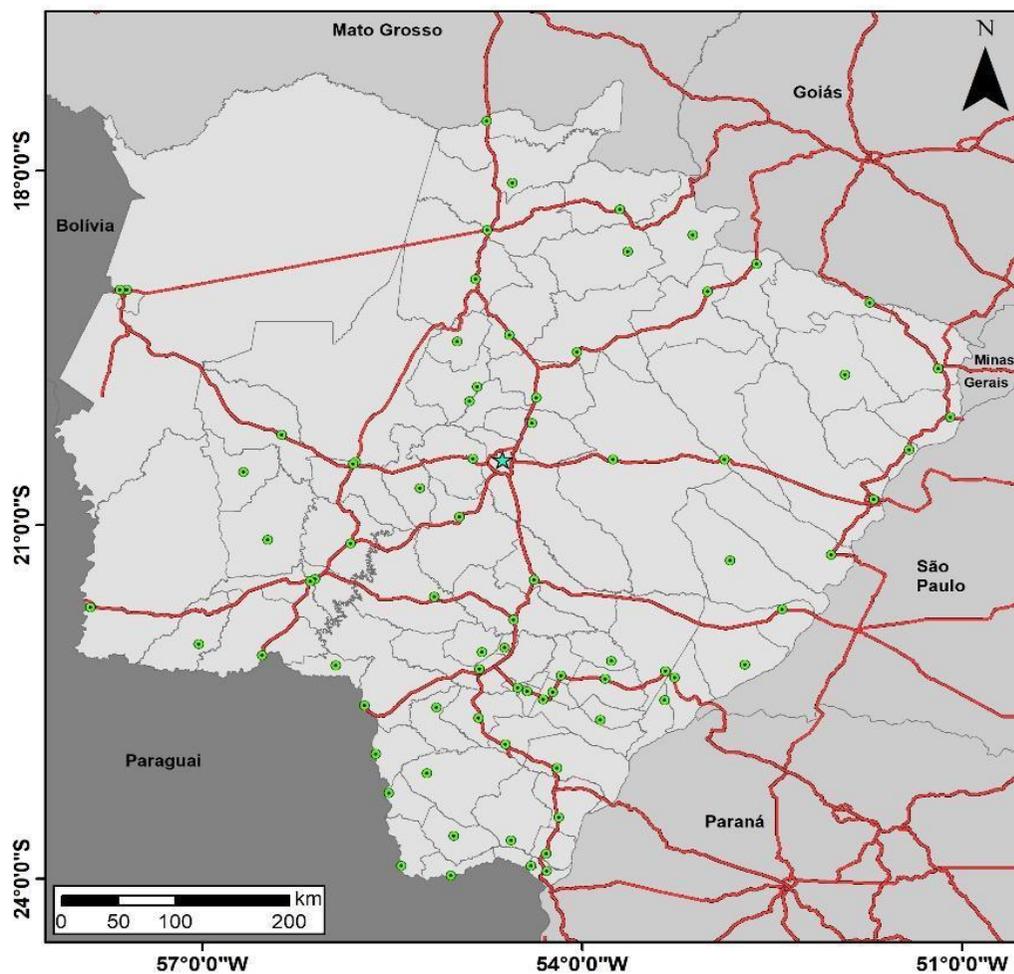
Segundo o supracitado autor, em decorrência da existência da renda fundiária, a terra é usada tanto como reserva de valor, quanto como reserva patrimonial. Em suas palavras:

Essas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque, no Brasil, estas funcionam ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis. (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

Em Mato Grosso do Sul, a estrutura fundiária está posta desde a criação do estado mediante aliança terra-capital, resultando na concentração da terra, possibilitando o avanço da agricultura capitalista, dificultando a Reforma Agrária e a recriação camponesa.

Segundo a Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar/SEMAGRO (2017), Mato Grosso do Sul (mapa 1) é o 6º estado em extensão territorial do Brasil, com 357.145,534 km².

Mapa 1: Mato Grosso do Sul – localização



Legenda

- ★ Capital (Campo Grande)
- Sedes Municipais
- Rodovias Federais
- Municípios Mato Grosso do Sul
- Mato Grosso do Sul
- Unidades Federativas
- Países América Latina

Organização: SILVA, B. H. M.
 FERREIRA, J. E. B. 2021
 Fonte: IBGE e DNIT 2020
 Datum: SIRGAS 2000



O estado em questão apresenta forte concentração fundiária, resultante da apropriação privada da terra e da aliança capitalistas-latifundiários-Estado (NARDOQUE, 2017). Embora, o recorte espacial seja os municípios do Leste de Mato Grosso do Sul, aborda-se, de forma específica, sua estrutura fundiária e, posteriormente, do Leste, bem como as principais atividades agropecuárias praticadas.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1995), conforme demonstrado na tabela 1, os estabelecimentos até menos 200 hectares (ha) compreendiam 63% do número de estabelecimentos, ocupando área 4,1% sobre a total. Os de 200 a 1.000 hectares ocupavam 17,45% da área. Os estabelecimentos acima de 1.000 hectares concentravam 78,44% da área, mesmo representando 13,96% do total de estabelecimentos. É notória a concentração de terras pelos grandes estabelecimentos.

Tabela 1: Mato Grosso do Sul: Estrutura Fundiária – 1995

Classe de Área (ha)	Censo Agropecuário 1995				
	Estabelecimentos - nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 200	31.137	63	1.270.725,058	4,1	40,81
200 a menos de 1.000	11.209	22,68	5.398.795,132	17,45	481,64
Acima de 1.000	6.902	13,96	24.273.252,04	78,44	3.516,84
Total	49.248	100	30.942.772,23	100	628,30

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995. **Organização:** autora.

Comparando-se os dados da tabela 1 (1995) com os da tabela 2 (2017), nota-se pouca mudança na estrutura fundiária, pois o número de estabelecimentos de até 200 ha representa 75% do total, mas ocupavam apenas 5% da área total. Os estabelecimentos acima de 1.000 ha ocupavam 77% da área total, mesmo sendo apenas 10%. Percebe-se que os grandes estabelecimentos ocupam a maior área no estado de Mato Grosso do Sul, pois, os dados da tabela 2 demonstram a forte concentração fundiária, ou seja, milhões de hectares (23.622.125) de terras em apenas 6.843 estabelecimentos. Evidencia também que, a área média do estrato acima de 1.000 hectares pouco se alterou entre 1996 e 2017: 3.516 e 3.452 hectares, respectivamente. Por outro lado, a área média de até 200 hectares sofreu redução: de 40,81 para 28,48 hectares.

Tabela 2: Mato Grosso do Sul: Estrutura Fundiária – 2017

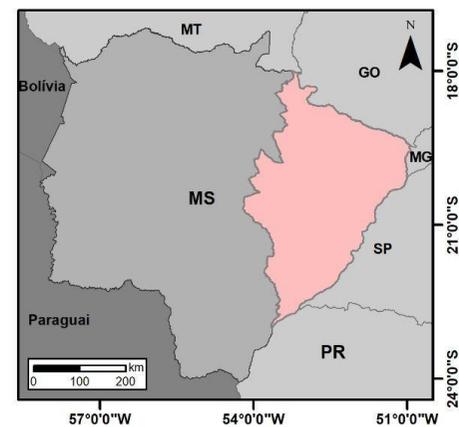
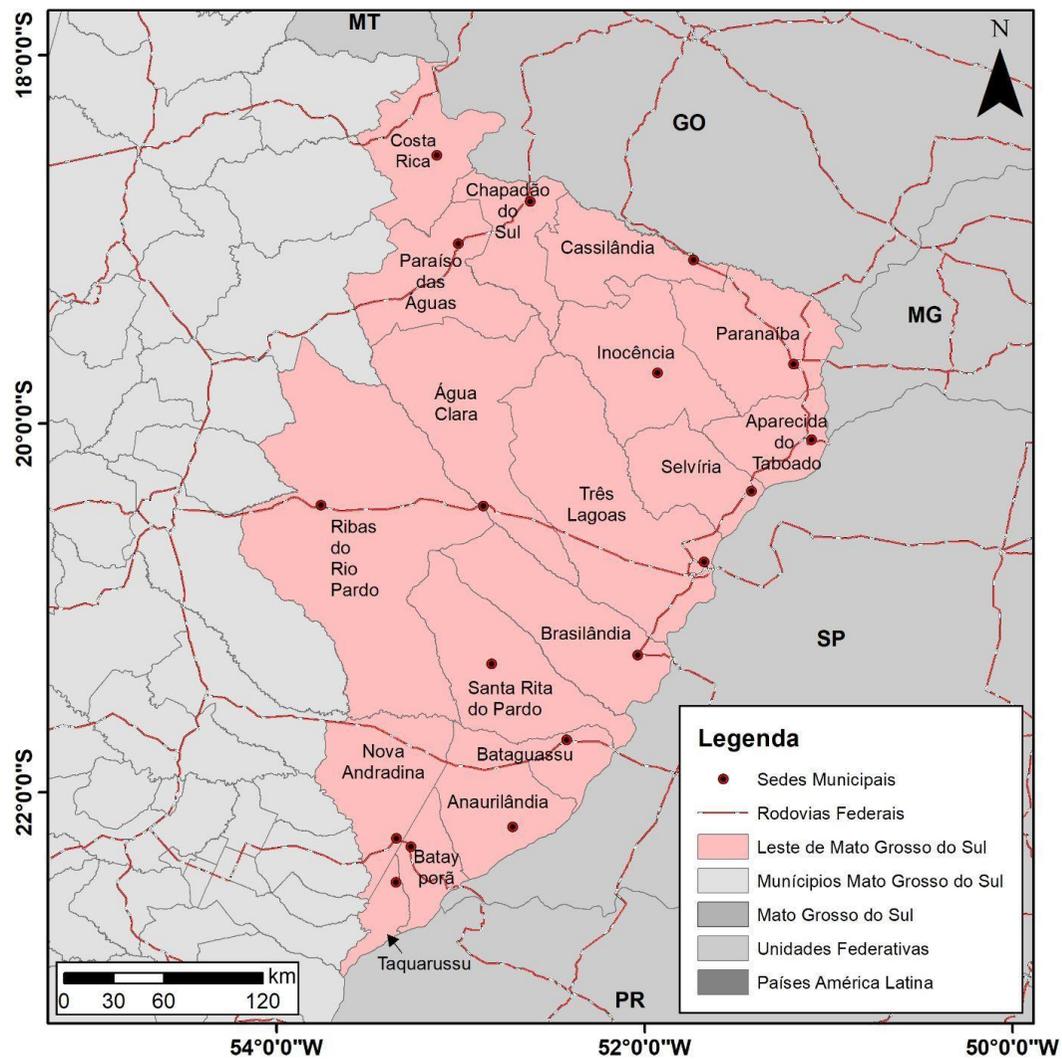
Classe de Área (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Estabelecimentos - nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 200	53.169	75	1.514.687	5	28,48
200 a menos de 1.000	10.950	16	5.412.368	18	494,28
Acima de 1.000	6.843	10	23.622.125	77	3.452,01
Total	70.962	100	30.549.180	100	430,50

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017. **Organização:** autora.

A concentração faz parte da estrutura fundiária no Leste do Mato Grosso do Sul, deste modo, será analisado concentração fundiária e a produção agropecuária do município de Bataguassu e de outras três microrregiões geográficas, sendo: Cassilândia, Paranaíba e Três Lagoas.

De acordo com o IBGE (1990), as três microrregiões do Leste de Mato Grosso do Sul são constituídas por 13 municípios (mapa 2): Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Costa Rica, Inocência, Paraíso das Águas, Paranaíba, Ribas do Rio Pardo, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas.

Mapa 2: Região Leste de Mato Grosso do Sul



Organização: SILVA, B. H. M.
 FERREIRA, J. E. B. 2021
 Fonte: IBGE e DNIT 2020
 Datum: SIRGAS 2000

La-SEr
 Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto
GeoAgrária
 Laboratório de Geografia Agrária - UFMG/DFP

Os dados da tabela 3 revelam a forte concentração fundiária nos municípios do Leste do Mato Grosso do Sul, pois, os pequenos estabelecimentos com até 200 há, representavam 41,20% do total de estabelecimentos, ocupando apenas 3,40% da área total. Os grandes estabelecimentos, acima de 1.000 ha, equivalem a 20,19% dos estabelecimentos, ocupando 71,17% da área total no ano de 1995. Os grandes estabelecimentos apresentavam o menor número de estabelecimentos, ocupando quase 75% da área total, chegando a 5.617.270,23 ha.

Tabela 3: Leste de Mato Grosso do Sul: Estrutura fundiária – 1995

Classe de Área (ha)	Censo Agropecuário 1995				
	Estabelecimentos - nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 200	3.777	41,20	257.725,32	3,40	68,23
200 a menos de 1.000	3.469	37,84	1.698.798,02	22,43	489,70
Acima de 1.000	1.851	20,19	5.617.270,23	74,17	3.034,72
Total	9.168	100	7.573.793,58	100	832,55

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995. **Organização:** autora.

Os dados da estrutura fundiária do Censo Agropecuário de 1995 (tabela 3) revelam a forte concentração fundiária. No entanto, quando analisados os dados do Censo de 2017 (tabela 4), é possível notar que não houve desconcentração de terra no Leste de MS. Ao contrário, aumentou o número dos pequenos estabelecimentos, representando 57,09% (6.438) do número total nos estabelecimentos, ocupando uma área de 3,74%. Já os grandes estabelecimentos, acima de 1.000 ha, são apenas 16,08 dos estabelecimentos total, ocupando uma área de 77,00%.

Tabela 4: Leste de Mato Grosso do Sul: Estrutura fundiária – 2017

Classe de Área (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Estabelecimentos - nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 200	6.438	57,09	291.577,00	3,74	45,29
200 a menos de 1.000	2.966	26,30	1.503.994,00	19,27	507,08
Acima de 1.000	1.813	16,08	6.009.771,00	77,00	3.314,82
Total	11.276	100	7.573.793,58	100	695,84

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017. **Organização:** autora.

Posto isso, em pouco mais de 20 anos a terra no Leste do Mato Grosso do Sul continua concentrada. Historicamente, os pequenos estabelecimentos (com menos de 200 há), sempre foram maiores quando comparados aos médios e grandes estabelecimentos, entretanto, sempre ocuparam a menor área. Os

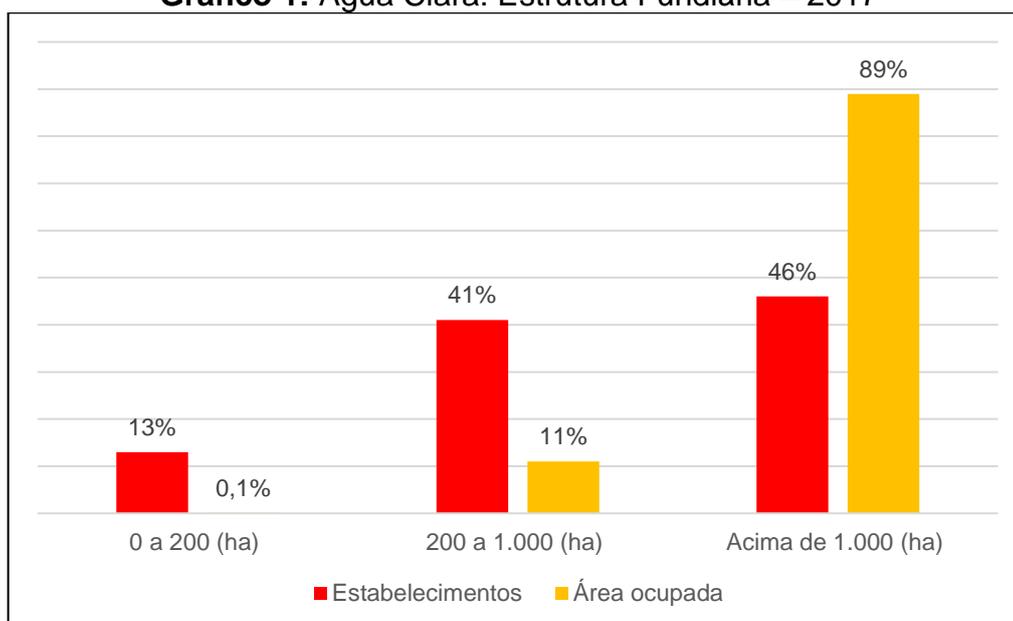
grandes estabelecimentos (acima de 1.000 há), sempre apresentaram os menores de números de estabelecimentos, todavia, ocupam a maior parte das terras.

Os municípios de Aparecida do Taboado e de Paranaíba apresentam a menor concentração fundiária, comparando-os com dados dos demais municípios e no contexto regional, podendo estar associada, também, com a menor porcentagem de absenteísmo, como será apresentado adiante e com a porcentagem de pequenos estabelecimentos. Segundo os dados do Censo de 2017, no município de Aparecida do Taboado, os pequenos estabelecimentos possuem 68% do número total de estabelecimento, ocupando 17% da área total; os 27% dos médios estabelecimentos, ocupam 45% da área total. Os grandes estabelecimentos, acima de 1.000 ha, são 5% do total, ocupam 38% da área.

Em Paranaíba, os dados do Censo de 2017 revelam que o número e a área dos pequenos estabelecimentos aumentaram em relação ao censo de 1995, somam 64% dos pequenos estabelecimentos, ocupando 14% da área total; os 30% dos médios estabelecimentos ocupam 46% da área total. Os grandes estabelecimentos são 6% do número total, ocupando 40% da área.

O município de Água Clara (gráfico 1) possui forte concentração fundiária: 46% dos grandes estabelecimentos acima de 1.000 ha ocupam 89% da área total; já os pequenos estabelecimentos (13% do número total) ocupam 0,1% da área total.

Gráfico 1: Água Clara: Estrutura Fundiária – 2017



Fonte: IBGE, 2017. **Organização:** NEVES, J. C.; NARDOQUE, S.

No município de Três Lagoas a concentração de terra é significativa, se comparada aos dados da estrutura fundiária do Censo de 2017 em relação ao Censo de 1995, isso porque, houve diminuição no número dos grandes estabelecimentos, sendo 174² ocupando 78% da área total. Tais dados representam o aumento na concentração fundiária nos últimos anos resultante da compra ou arrendamento de estabelecimentos para o plantio de eucalipto.

Em Selvíria, a concentração fundiária é expressiva e os dados do Censo de 1995 apontavam que os 128 pequenos estabelecimentos ocupavam apenas 3% da área. Por outro lado, demonstrando a forte concentração fundiária, apenas 76 estabelecimentos ocupavam 66,3% da área total. Apesar do crescimento dos pequenos estabelecimentos (censo 2017), ocupavam 3% da área total, ao passo que os grandes estabelecimentos, sendo apenas 69, passaram a ocupar 83% da área, saltando para mais de 325.000 mil hectares, demonstrando aumento na concentração fundiária em Selvíria. De toda forma, a quantidade de pequenos estabelecimentos e assentamentos de Reforma Agrária não impactaram na diminuição da concentração fundiária, em grande parte, a concentração fundiária resulta no controle de várias fazendas, por meio de compra ou arrendamento, pelas empresas ligadas ao setor celulósico.

Além da forte concentração fundiária, outro elemento importante para analisar a questão agrária em MS é o absenteísmo, como demonstrado na tabela 5. Para Nardoque (2016a, p. 12), "Compreende-se como absenteísmo quando o proprietário rural reside fora dos limites de sua propriedade, ou seja, no caso analisado, residindo em outro município e/ou em outra unidade da Federação".

Para Leonardo (2020), o absenteísmo é um problema, visto que o seu detentor não possui nenhum vínculo de pertencimento com a terra e nem com o município, portanto, para o proprietário, é indiferente o uso do solo. Isso porque, a terra é vista como negócio e, assim, não interessa se seu uso é para pecuária extensiva, produção de soja, cana-de-açúcar, eucalipto ou alimentos. O seu interesse é em disponibilizar a terra em cultivos que lhe garanta renda da terra ou até mesmo na especulação, como reserva de valor, aguardando o aumento de preço e, neste caso, a terra é ociosa, improdutiva, para a extração de renda absoluta de uma só vez por meio da venda.

² Eram 264 em 1995.

Tabela 5: Leste de MS: Residência dos proprietários de terra – 2010

Municípios	Residência						Total	
	Sede Municipal		Outros de MS		Fora de MS			Inexistente
Água Clara	30	5,45%	139	25,27%	356	64,73%	25	550
Ap. do Taboado	71	51,45%	3	2,17%	41	29,71%	23	138
Cassilândia	65	26,42%	27	10,97%	140	56,91%	14	246
Chapadão do Sul	35	22,01%	52	32,7%	65	40,88%	7	159
Inocência	29	7,97%	75	20,6%	218	59,89%	42	364
Paranaíba	171	52,13%	19	5,79%	113	34,45%	25	328
Selvíria	1	0,52%	61	32,10%	106	55,79%	22	190
Três Lagoas	148	19,25%	37	4,81%	521	67,75%	63	769

Fonte: INCRA, 2010. **Organização:** KUDLAVICZ, M; NARDOQUE, S. (2016).

Os dados da tabela 5 revelam o alto percentual de absenteísmo nos municípios no Leste do estado. O município que apresenta a maior porcentagem de absenteísmo é Três Lagoas, 67,75%; seguido de Água Clara, com 64,73%; Inocência, 59,89%; Cassilândia, com 56,91%. Neste caso, os dados analisados em relação ao absenteísmo, apenas para os proprietários que residem fora do MS e não na sede municipal do estabelecimento. Os municípios de menores números de absenteísmo são Aparecida do Taboado, com 29,71% e Paranaíba, 34,45%. Estes municípios, apresentam a menor porcentagem pelo fato de a terra não ser fortemente concentrada se comparada aos outros municípios, sendo formados pelos pequenos e médios estabelecimentos.

Posto isso, esses elementos apresentados são fundamentais para compreender a questão agrária no Leste do MS. Todavia, não suficientes para explicar a aliança terra-capital e o avanço da territorialização do capital em cultivos de renda alta e na pecuária extensiva. Deste modo, no próximo subcapítulo será analisado como a territorialização do capital no campo provoca impactos na produção de alimentos, base para existência humana.

1.3 Uso da terra no Leste de Mato Grosso do Sul: territorialização do capital

Segundo Martins (2018), em síntese, com o fim do tráfico negreiro e com a proximidade da abolição da escravatura ocorrida em 1888, as elites locais repensaram a forma de acesso à terra pela possibilidade iminente do fim da escravidão no Brasil e a chegada de novos imigrantes. Portanto, dificultar o acesso às terras devolutas era projeto das elites brasileiras, desejosas pelo resultado do

trabalho. Deste modo, a Lei de Terras de 1850 atendia aos interesses das elites brasileiras, personificadas nos latifundiários. Assim:

[...] Diante do esgotamento do escravismo e da inevitabilidade do trabalho livre, o Brasil decidiu, em 1850, pela cessação do tráfico negreiro, deste modo abreviando e condenando a escravidão [...] Duas semanas depois, porém, o Brasil aprovou uma Lei de Terras que instituía um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também de pecúlio para a compra de terra, ainda que ao próprio Estado. (MARTINS, 2018, p. 9).

Derivada da concentração fundiária, as mudanças econômicas no Brasil com o processo de industrialização, culminaram no nascimento de uma burguesia industrial alinhada com a oligarquia rural que permaneceu intacta. A industrialização não provocou mudanças apenas na cidade, mas também, afetou o campo, provocando novas transformações no fazer agricultura e fazendo que ocorresse a subordinação desta à industrial. A mudança fundamental que a economia introduziu foi a dependência e a subordinação da agricultura à indústria. Ou seja, a lógica, o jeito de produzir na agricultura passou então a estar subordinado aos interesses do capital industrial. (OLIVEIRA; STEDILE, 2005, p. 12).

Segundo Fabrini (2011), as mudanças mais profundas ocorridas no campo deram-se a partir de 1970. Para Oliveira e Stedile (2005), essa transformação na agricultura passou por três etapas: a primeira está relacionada a introdução das máquinas e ferramentas agrícolas produzidas pela indústria, resultando no aumento da produtividade mediante mecanização; em seguida, a indústria começou a produzir insumos para serem utilizados na agricultura, como, venenos dos mais diversos e adubos químicos; a terceira transformação está ligada a introdução da agroindústria de alimentos. (OLIVEIRA; STEDILE, 2005).

Esse processo foi denominado por Graziano da Silva (1981): “modernização dolorosa” e por Oliveira (2010): “modernização conservadora”. A tal “modernização” da agricultura capitalista, implica em alguns critérios, ou seja, grandes extensões de terras, implantação de alta tecnologia, mecanização e alta produtividade de monocultivos. Assim sendo, a partir da década de 1990, a agricultura capitalista e outras atividades correlatas receberam nova denominação: agronegócio. Para Fernandes (2004), essa nova denominação é uma construção ideológica para

mascarar o caráter excludente, expropriador, escravista, de forte concentração de terra da agricultura capitalista, com o intuito de “modernizá-la”. Portanto:

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem. (FERNANDES, 2004, p. 01).

Ainda existe uma tendência que está relacionada em conectar a produção agrícola com o “universo” digital, denominada Agricultura 4.0 (Agro 4.0), também conhecida como agricultura digital, que teve referência da Indústria 4.0. Essa Agricultura 4.0 utilizara das tecnologias da informação e da comunicação (TIC). Massruhá e Leite (2017), apontaram que até o momento a tecnologia utilizada foi determinante para que agricultura no Brasil chegasse ao patamar que se encontra atualmente. Para Massruhá e Leite (2017, p. 1-2), “[...] a evolução é contínua e agora se consolida uma nova era da tecnologia agrícola. Hoje já não existe mais separação entre os mundos físico e virtual, conectados para facilitar a vida das pessoas”.

De acordo com as autoras, introduzindo a Agro 4.0 mediante o uso da TIC e das novas tecnologias disponíveis, é possível o aumento da produtividade no campo: eficiência na utilização de insumos, diminuição com gastos na mão de obra e redução dos impactos ambientais. Em suas palavras:

A Agro 4.0 emprega métodos computacionais de alto desempenho, rede de sensores, comunicação máquina para máquina (M2M), conectividade entre dispositivos móveis, computação em nuvem, métodos e soluções analíticas para processar grandes volumes de dados e construir sistemas de suporte à tomada de decisões de manejo. Além disso, contribuirá para elevar os índices de produtividade, da eficiência do uso de insumos, da redução de custos com mão de obra, melhorar a qualidade do trabalho e a segurança dos trabalhadores e diminuir os impactos ao meio ambiente. Engloba a agricultura e pecuária de precisão, a automação e a robótica agrícola, além de técnicas de *bigdata* e a Internet das Coisas. MASSRUHÁ; LEITE (2017, p. 1-2, grifo das autoras).

Além disso, as autoras abordam sobre a Internet das Coisas, que é capaz de monitorar e receber informações de residências, máquinas e etc., utilizada no campo, é capaz de monitorar e receber informações de doenças e/ou pragas, por exemplo, “[...] a Internet das Coisas torna possível monitorar e gerenciar operações

a centenas de quilômetros de distância, rastrear bens que cruzam o oceano ou detectar a ocorrência de pragas ou doenças na plantação” (MASSRUHÁ; LEITE 2017, p. 2).

Esse aporte tecnológico pode ser utilizado fora da cadeia produtiva, dentro da cadeia produtiva e, até mesmo, no transporte dessa produção, pós-produção. Deste modo:

O uso das TIC e das novas tecnologias digitais é um caminho sem volta no mundo rural, na era da Agro 4.0. A TIC é mola propulsora e integradora dessa inovação dentro e fora da cadeia produtiva por ser utilizada em aplicações no melhoramento genético e bioinformática, na pré-produção; agricultura de precisão e equipamentos diversos na produção; melhorias na logística e transporte na pós-produção. (MASSRUHÁ; LEITE, 2017, p. 2).

Parafraseando as supracitadas autoras, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA) vem desenvolvendo pesquisa que envolve o aumento e criação de aplicativos móveis que contemplem a TIC utilizados na agricultura. A EMBRAPA vem transferindo os conhecimentos tecnológicos desenvolvidos para diversos segmentos do agronegócio, além de adaptar a linguagem para ser utilizada pelos agricultores familiares, produtores rurais, cooperativas. Assim:

Atenta ao cenário do ambiente rural, a Embrapa vem priorizando ações de pesquisa, desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia aos distintos segmentos do agronegócio brasileiro, com linguagem adaptada de modo que produtores rurais, extensionistas, agricultores familiares, cooperativas e outros segmentos da produção agrícola possam assimilá-los com maior facilidade, e, assim, apropriarem-se de tecnologias geradas pela Embrapa. (MASSRUHÁ; LEITE, 2017, p. 3-4).

Além disso, as autoras apontaram que a ciência e a tecnologia contribuíram na produção de alimentos, no entanto, mesmo com a introdução da Revolução Verde (1970) no campo, a produção de alimentos não foi significativa. Ao contrário, todo o aporte tecnológico disposto pela Revolução Verde foi apropriado pelos grandes, assim, possivelmente, a Agro 4.0 será utilizada e apropriada pelo agronegócio.

Nesse sentido, as tecnologias desenvolvidas para o campo têm acesso limitado aos grandes que visam a produção de monocultivos. Além disso, essas tecnologias que são desenvolvidas para a agricultura capitalista não se aplicam para agricultura camponesa, seja pelo custo, seja pela dependência de técnicos para solucionar problemas ou realizar algum tipo de modificação.

O fato é que, para inserir as tecnologias dentro das pequenas propriedades, devem ser pensadas e desenvolvidas socialmente para/no campo, ou seja, uma tecnologia pensada juntamente com os camponeses, em coletivo, pensando as suas necessidades e desafios, olhando para a sua realidade: uma tecnologia social. Sendo assim, uma tecnologia que proporcione autonomia para os camponeses, não dependência.

A exemplo tem-se o PA 20 de Março, localizado no município de Três Lagoas, onde foi desenvolvido, por meio de parceria entre a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), mediante projeto NEA-Bolsão e Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), a tecnologia social³ para automatização da estufa. Esta tecnologia foi criada e testada dentro do laboratório do IFMS e, posteriormente, adaptada de acordo com as necessidades do campo (figura 2 e 3).

Figura 2: PA 20 de Março/Três Lagoas (MS): Instalação do sistema automatizado de irrigação na estufa



Fonte: Acervo NEA/Bolsão, 2019. FERREIRA, J. E. B. 17 de out. 2019.

3 Para saber mais acessar: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/politica_nacional/_social/Tecnologia_Social.htm. Acesso em: 19 dez. 2021.

Figura 3: PA 20 de Março/Três Lagoas (MS):Primeira automatização da estufa – sistema automático



Fonte: Acervo NEA/Bolsão, 2019. FERREIRA, J. E. B. 17 de out. 2019.

A princípio, quando foi instalada a automação da estufa no campo, ocorreram alguns problemas típicos da separação teoria-prática relacionados de forma específica às condições de umidade e de temperatura, isso porque as condições de criação dessa tecnologia foram simuladas e testadas em laboratório, como: a ação do vento, condições climáticas e umidade. Além disso, quando ocorria algum imprevisto, os agricultores familiares camponeses não conseguiam solucionar os problemas por não disporem de computadores necessários.

Houve, então, a necessidade de discutir essa tecnologia a partir da visão dos agricultores, assim, a fusão do conhecimento científico (professores e alunos do IFMS) e do conhecimento popular (agricultores camponeses) contribuíram para o desenvolvimento e adaptação da técnica e, nesse sentido, a tecnologia social foi adaptada mediante às demandas e realidade do campo para ser efetivamente uma tecnologia social – aquela que atende às especificidades dos agricultores, isso resultou na transformação da automação da estufa analógica (figura 4). A automação analógica atendeu às condições objetivas deste assentamento e permitiu que os próprios camponeses manuseassem essa tecnologia.

Figura 4: PA 20 de Março/Três Lagoas (MS):Segunda automatização da estufa – sistema analógico



Fonte: Trabalho de campo. **Foto:** FERREIRA, J. E. B. 17 de out. 2019.

Em contrapartida, o modelo hegemônico, em análise feita por Fernandes (2004), aponta que não importa qual eufemismo será utilizado para denominar esse modelo de desenvolvimento distante da agricultura familiar camponesa, ele sempre terá em sua lógica a exploração e a concentração. “Agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração”. (FERNANDES, 2004, p. 2)

Deste modo, o avanço da agricultura capitalista no campo, provoca a territorialização do capital, sendo possível por meio de compra ou arrendamento, pela aliança entre os capitalistas e os proprietários de terra, portanto, aliança terra-capital. Assim:

[...] o camponês é expropriado e tende a proletarizar-se. Neste processo não há espaço para a existência do agricultor camponês porque o capital para e realizar plenamente necessita extrair junto a renda (como dono da terra) e o lucro (explorando o trabalho assalariado). (KUDLAVICZ, 2011, p. 38).

Só ocorre a territorialização em setores da atividade agrícola com renda alta, como explicou Martins (1981): “[...] naqueles setores em que a sociedade terá que

pagar renda alta para que os proprietários coloquem suas terras para produção, os capitalistas se transformam também em proprietários de terra”. Diante disto, esta é a forma mais cruel de produção/reprodução ampliada do capital, seja ele capital nacional ou internacional, muitas vezes dificultando a reprodução camponesa. Sendo assim:

[...] ele [o capital] varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviço, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso o processo especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num ‘mar’ de cana, de soja, de laranja, de pastagens etc. (OLIVEIRA, 2004, p. 42).

Em Mato Grosso do Sul, a territorialização do capital seguiu em ritmo acelerado, ligado ao setor da industrial – agroindústria – no processamento da cana-de-açúcar, mas também, na expansão do cultivo de eucalipto, seja na sua utilização no processamento de celulose-papel, seja na utilização nas indústrias siderúrgicas, sendo utilizado como carvão vegetal. (KUDLAVICZ, 2011).

No Leste de Mato Grosso do Sul, a territorialização do capital é intensa, sendo possível pela forte aliança terra-capital-Estado (NARDOQUE 2016b), afetando seriamente a produção de alimentos básicos destinados para alimentação humana. Deste modo, a problemática levantada neste trabalho é que com a expansão na plantação de cultivos para *commodities* houve a diminuição da produção desses alimentos no Leste de Mato Grosso do Sul. Mediante pesquisa no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observou-se que a produção de alimentos nunca foi expressiva nessa fração do território, desde a “época” do boi, como apontado por Paulino e Almeida (2010), a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006, chegando ao desaparecimento de alguns cultivos na “era” do eucalipto.

Dessa forma, os dados da tabela 6 demonstram como estava a utilização do solo no Leste de MS, baseados no censo de 1995 e 2017. Quando analisados os dados da tabela, vê-se o avanço considerável na agricultura temporária no Censo de 2017, em relação ao Censo de 1995.

No que tange à agricultura temporária, alguns produtos presentes na alimentação da população brasileira, como arroz, feijão mandioca, tomate, abóbora, fazem parte desta agricultura, entretanto, alguns cultivos de *commodities*, como: a soja, cana-de-açúcar (açúcar e etanol) e milho são também cultivos temporários. Dito isso, pode-se associar o aumento da agricultura temporária justamente pelo avanço da agricultura capitalista no campo. Como será abordado adiante, houve a queda na produção de alguns cultivos de alimentos básicos e o desaparecimento de outros.

Tabela 6: Leste de MS: utilização das terras – 1995/2017

Utilização das terras	1995	2017
Agricultura temporária	331.639,80	469.422,00
Agricultura permanente	860	1.394
Pastagens naturais	426.278,16	447.844
Pastagens plantadas	5.067.182,18	4.257.484
Pastagens em más condições	-	122.490
Matas naturais	1.343.889,34	47.048
Matas plantadas	169.378	822.719

Fonte: IBGE, 1995/2017. **Organização:** autora.

Outros dados relevantes estão relacionados à diminuição da área das matas naturais e, em contrapartida, ocorreu o aumento das matas plantadas, como demonstrado na tabela 7. Os municípios afetados pela territorialização do capital voltado, sobretudo para o cultivo do eucalipto (tabela 9), são os que apresentam maior queda nas matas naturais e aumento significativo das matas plantadas, como é o caso de Água Clara, Selvíria e Três Lagoas.

Tabela 7: Leste de Mato Grosso do Sul: Matas naturais e plantadas em hectares – 1995/2017

Município	Matas naturais		Matas plantadas	
	1995	2017	1995	2017
Água Clara	189.068,244	6.938	24.226,385	103.928
Aparecida do Taboado	17.623,388	770	38,1	18.442
Bataguassu	48.534,78	X	33,258	584
Brasilândia	85.627,397	X	1.197,794	123018
Cassilândia	48.011,275	1.310	11,226	4.028
Chapadão do Sul	56.480,056	3.242	1.862,4	5.132
Costa Rica	96.765,51	8.874	332	7.640
Inocência	84.358,206	3.327	9,825	45.281
Paraíso das Águas	-	1.134	-	2.437
Paranaíba	53.842,698	1.070	145,592	6.281
Ribas do Rio Pardo	338.973,018	13.822	100.662,73	178.845
Santa Rita do Pardo	97.233,968	1.706	1.904,4	39.371
Selvíria	50.206,489	2.164	2.655,86	73.564
Três Lagoas	17.7164,315	2.691	36.298,823	214.168
Total	1.343.889,34	47.048	169.378	822.719

Fonte: IBGE, 1995/2017. **Organização:** autora.

No entanto, a produção agropecuária no Leste de MS, anteriormente, era voltada para pecuária extensiva, conforme apontado no Censo de 1995 (tabela 8). Alguns municípios apresentaram queda no número de cabeças de bovinos concomitante ao aumento/expansão da silvicultura. Dentre os municípios apresentados, o de Três Lagoas demonstrava o maior número de bovinos, 812.373, em 1995, chegando a 487.487, em 2017. Essa queda é decorrente da implantação da indústria de celulose e papel, privilegiando o monocultivo de eucalipto. Outros municípios também apresentaram queda no número de cabeças de bovinos por influência da expansão do monocultivo de eucalipto, como Selvíria e Água Clara. Em Chapadão do Sul e Costa Rica, a redução está associada à expansão do cultivo de grãos (soja e milho), algodão e cana-de-açúcar.

Tabela 8: Leste de MS: Efetivo de bovinos (cabeças) – 1995/2017

Municípios	Bovino (cabeças)	
	1995	2017
Água Clara	631.679	484.983
Aparecida do Taboado	199.734	155.627
Bataguassu	180.327	207.138
Brasilândia	468.766	406.341
Cassilândia	251.319	266.123
Chapadão do Sul	219.624	101.919
Costa Rica	294.171	143.692
Inocência	466.633	408.075
Paraíso das Águas	-	330.064
Paranaíba	466.594	448.709
Ribas do Rio Pardo	879.887	1.083.745
Santa Rita do Pardo	485.152	507.301
Selvíria	238.646	171.371
Três Lagoas	812.373	487.487
Total	5.594.905	5.202.575

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 1995/2017. **Organizado:** autora.

Contudo, nos últimos anos, com a instalação de empresas destinadas a outros segmentos, houve diversificação da economia mediante expansão de indústrias ligadas aos setores de celulose e papel e metal-mecânico; Paranaíba e Aparecida do Taboado para os setores metal-mecânico e sucroalcooleira. Os fatores favoráveis às mudanças nos perfis agrário e agrícola relacionam-se às “[...] vantagens comparativas de proximidade com o estado de São Paulo, disponibilidade de terras, fonte hidroenergética, rede fluvial, rodoviária e ferroviária,

incentivos creditícios (via BNDES) e fiscais (renúncia fiscal por parte do Governo de Mato Grosso do Sul e dos municípios)”. (NARDOQUE; ALMEIDA, 2015, p. 3).

Deste modo, a territorialização do capital voltado para o setor de celulose e papel modificou o perfil agrário e agrícola dos municípios de Água Clara, Três Lagoas e Selvíria, proporcionando a reconcentração fundiária, modificando a atividade agropecuária, reduzindo o rebanho, como demonstrado. É possível visualizar o avanço da silvicultura em alguns municípios, a partir dos dados da tabela 9.

Tabela 9: Leste de MS: Área total da silvicultura (hectares) – 2014 a 2018

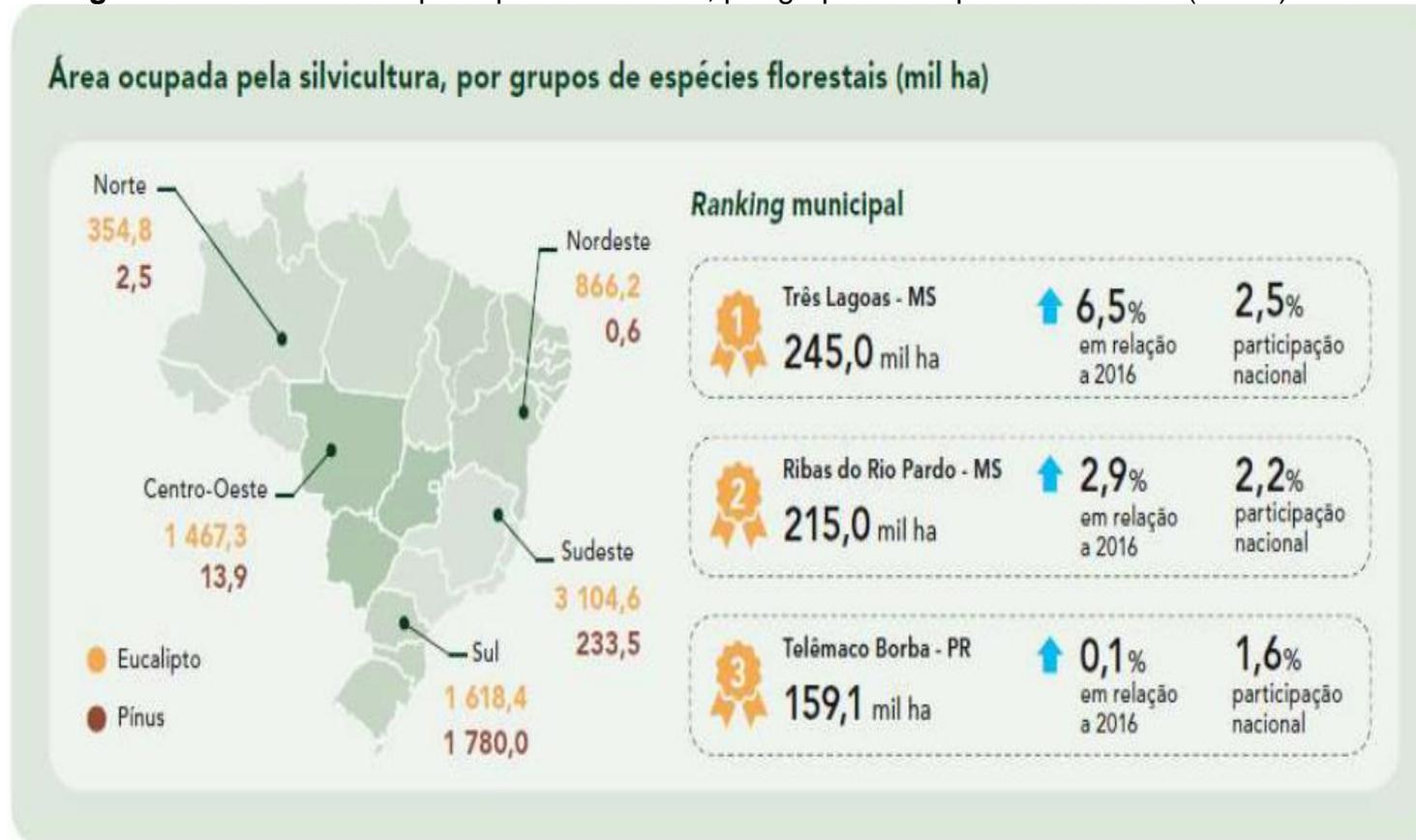
Municípios	2014		2015		2016		2017		2018	
	Eucalipto	Pinus								
Água Clara	118.000	500	120.000	400	125.000	226	126.000	215	128.000	340
Aparecida do Taboado	18.000	-	18.200	-	19.100	-	26.847	-	22.000	-
Bataguassu	2.000	-	2.000	-	2.200	-	1.500	-	2.400	-
Brasilândia	58.000	-	60.000	-	96.000	-	120.000	-	125.000	-
Cassilândia	4.000	-	2.500	-	3.000	-	2.500	-	2.200	-
Chapadão do Sul	3.000	-	3.200	-	3.000	-	3.500	-	3.800	-
Costa Rica	2.600	-	2.500	-	2.520	-	2.800	-	3.000	-
Inocência	40.000	-	43.000	-	45.800	-	58.000	-	54.000	-
Paraíso das Águas	5.000	-	6.350	-	6.500	-	6.200	-	6.100	-
Paranaíba	6.450	-	7.048	-	9.000	-	10.000	-	10.800	-
Ribas do Rio Pardo	175.000	5.000	196.000	4.800	205.000	4.000	210.000	4.987	216.000	3.964
Santa Rita do Pardo	20.000	-	21.480	-	28.500	-	47.000	-	48.000	-
Selvíria	95.000	-	74.350	-	81.500	-	110.000	-	88.000	-
Três Lagoas	200.000	200	217.600	100	230.000	50	245.000	50	263.000	-
Total	747.050	5.700	774.228	5.300	857.120	4.276	969.347	5.252	972.300	4.304

Fonte: IBGE – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. **Organização:** autora.

Os dados da tabela 9 revelam que o cultivo de pinus diminuiu em quase todos os municípios, somente em Água Clara houve queda até o ano de 2017 e aumento de 125 ha, em 2018. O mesmo município apresentou aumento no cultivo de eucalipto e Três Lagoas destaca-se, chegando a 263.000 ha, em 2018. Segundo Leonardo (2020), no ano de 2017, o município registrou R\$ 387,5 milhões (Trezentos e oitenta e sete milhões e quinhentos mil reais) com os produtos da silvicultura, eucalipto. Os municípios de Brasilândia (125.000 ha, em 2018), Ribas do Rio Pardo (216.000 ha, em 2018) e Selvíria (88.000 ha, em 2018), também apresentaram aumento no cultivo de eucalipto.

A figura 5 demonstra o *ranking* dos municípios com maior área plantada com silvicultura e Três Lagoas destaca-se como o primeiro, seguido por Ribas do Rio Pardo, como também demonstrado na tabela 9, em relação a Mato Grosso do Sul.

Figura 5: Brasil: Área ocupada pela silvicultura, por grupos de espécies florestais (mil ha) – 2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2017

Esse aumento no cultivo de eucalipto está relacionado com instalação de duas empresas do setor de celulose e papel: a antiga Fibria – atual Suzano – instalada no município de Três Lagoas, em 2006, e, a Eldorado Brasil, inaugurada em 2012. As companhias do complexo eucalipto-celulose-papel encontraram nestes municípios condições favoráveis, como forte concentração fundiária, absenteísmo, infraestrutura, mão de obra barata e apoio estatal.

Portanto:

A implantação das empresas de celulose e papel marcou a intensa relação entre a indústria, o latifúndio e o Estado – uma tríplice aliança materializada nos municípios por meio da expansão da agricultura empresarial, alicerçada na concentração de terra no campo, e uma nova reorganização do território que perpassa a articulação das ações do latifúndio do boi com o latifúndio do eucalipto [...]. (ALMEIDA e SILVA, 2017, p. 80).

Tais fatos, em aliança com a ideologia hegemônica, criaram condições de apoio aos mecanismos legais para tornar o município de Três Lagoas a “capital nacional e mundial da celulose”⁴. As condições favoráveis à expansão do monocultivo de eucalipto são “[...] nomeadamente pela configuração territorial baseada no tripé formado pelo latifúndio, pela pecuária extensiva e pelo absenteísmo, especialmente no município de Três Lagoas”. (NARDOQUE, MELO, KUDLAVICZ, 2018, p. 628).

No entanto, nem todos os cultivos de eucalipto estão necessariamente voltados para o setor de celulose e papel, embora as maiores áreas de cultivos estejam. Em alguns municípios, os eucaliptos cultivados são destinados para as indústrias siderúrgicas (localizadas em Corumbá), utilizados como carvão vegetal, ou em secadores de grãos, como em Chapadão do Sul e Costa Rica.

Seguindo a lógica das atividades ligadas ao agronegócio, transformando-se a agricultura em negócio (KUDLAVICZ, 2011), as terras que outrora eram destinadas à pecuária bovina e a cultivos alimentares, atualmente são destinadas, também, para cultivo de eucalipto, cana, soja e milho. Para tanto, o desenvolvimento do capitalismo no campo e a produção do território são resultados da participação de um agente central: o Estado.

⁴ Por lei, os políticos assim denominaram Três Lagoas, em nível estadual e nacional. Disponível em: <<http://www.treslagoas.ms.gov.br/tres-lagoas-e-oficialmente-a-capital-mundial-da-celulose/>>. Acesso em: 20 out. 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/20/sancionada-lei-que-da-o-titulo-de-capital-nacional-da-celulose-a-tres-lagoas-ms>>. Acesso em: 20 out. 2021.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve papel importante na expansão das indústrias de celulose e papel e na expansão da indústria da cana em Mato Grosso do Sul (KUDLAVICZ, 2011). Os dados da tabela 10 apontam a quantidade em Reais que o BNDES financiou para o setor sucroenergético, em particular, para empresas multinacionais, como é caso da LCD Bioenergética S/A, usina de etanol localizada no município de Rio Brilhante/MS. Esta abocanhou R\$ 707.534.446,00 e a Iaco Agrícola S/A, instalada no município Chapadão do Sul, açambarcou R\$ 244.583.067,00.

Tabela 10: MS: financiamento do BNDES para a agroindústria canavieira – 2007 a 2009

Empresa	Município	Data	Valor financiado (em reais)
AGROARTE	Rio Brilhante	-----	R\$ 12.172.965,00
Agro Energia Santa Luzia Ltda.	Angélica	17/12/2008	R\$ 528.164.288,00
Angélica Agroenergia	Angélica	01/11/2007	R\$ 151.000.000,00
Iaco Agrícola S/A	Chapadão do Sul	21/01/2009	R\$ 244.583.067,00
LDC Bioenergética	Rio Brilhante	-----	R\$ 707.534.446,00
Rio Claro Agroindustrial Ltda.	Nova Alvorada do Sul	17/12/2008	R\$ 419.513.867,00
Usina Conquista do Pontal S/A	Nova Alvorada do Sul	19/06/2009	R\$ 355.522.988,00
Usina São Fernando Açúcar e Alcool Ltda.	Dourados	12/12/2008	R\$ 402.743.767,00
Total			R\$ 2.954.352.924,00

Fonte: KUDLAVICZ, 2011.

Os dados apresentados na tabela 11 expõem a expansão do monocultivo de cana. Os dados do Censo de 1995 apontam que os únicos municípios do Leste de Mato Grosso do Sul que apresentavam área colhida de cana eram Aparecida do Taboado e Brasilândia. Em 2017, os dados apontam que apenas Bataguassu, Inocência e Três Lagoas não apresentavam área colhida deste cultivo.

Os municípios que apresentam as maiores áreas colhidas são: Costa Rica, com 45.896 ha colhidos; Chapadão do Sul, 26.000 ha; Aparecida do Taboado, com 24.180 ha e Paraíso das Águas, com 22.000.

Tabela 11: Leste de MS: área colhida de cana-de-açúcar (ha), 1995/2017

Municípios	Cana-de-açúcar	
	1995	2017
Água Clara	-	-
Ap. do Taboado	2.254	24.180
Bataguassu	-	-
Brasilândia	14.185	4.317
Cassilândia	-	-
Chapadão do Sul	-	26.000
Costa Rica	-	45.896
Inocência	-	-
Paraíso das Águas	-	22.000
Paranaíba	-	7.770
Ribas do Rio Pardo	-	6
Santa Rita do Pardo	-	630
Selvíria	-	1.074
Três Lagoas	-	-
Total	16.439	131.873

Fonte: IBGE. **Organizada:** autora.

Segundo Leonardo (2018), a expansão da cana vem se destacando, em 2018, em Chapadão do Sul, foram produzidas 1.960.000 toneladas, seguido de Aparecida do Taboado, com 1.169.950 toneladas.

A produção de grãos (soja e milho) também se expandiu em alguns municípios do Leste de MS. Essa expansão se dá ao fato da alta tecnificação da agricultura, aos preços elevados e aos incentivos fiscais e creditícios. Em alguns municípios houve queda na área colhida, como o caso de Água Clara (tabela 12), isso porque o município apresentou forte expansão do monocultivo de eucalipto. Em contrapartida, os municípios de Chapadão do Sul, Costa Rica e Paraíso das Águas somam 213.000 mil ha colhidos. Segundo Leonardo (2018), o estado de Mato Grosso do Sul, em 2017, apresentou a área plantada de soja de 2.620.857 ha, saltando para 2.713.062 ha, em 2018.

Tabela 12: Leste de MS: área colhida da soja em grão (ha), 1995/2017

Municípios	Soja em grão	
	1995	2017
Água Clara	50.000	2.700
Ap. do Taboado	165	56
Bataguassu	70	6.000
Brasilândia	220	2.904
Cassilândia	5.500	6.500
Chapadão do Sul	85.000	83.000
Costa Rica	73.000	73.000
Inocência	-	-
Paraíso das Águas	-	57.000
Paranaíba	1.200	-
Ribas do Rio Pardo	14.000	11.442
Santa Rita do Pardo	-	-
Selvíria	371	678
Três Lagoas	678	350
Total	230.204	243.630

Fonte: IBGE. **Organização:** autora.

No que se refere ao cultivo de milho, tabela 13, alguns municípios, como Água Clara e Três Lagoas, que apresentavam área colhida em 1995, não tiveram nenhum hectare colhido registrado em 2017. Os municípios de maior área colhida de milho, em 2017, são: Chapadão do Sul, com 40.000 e Costa Rica, 39.000 hectares.

Tabela 13: Leste de MS: Área colhida da milho em grão (ha), 1995/2017

Municípios	Milho em grão	
	1995	2017
Água Clara	1.500	-
Aparecida do Taboado	1.300	24
Bataguassua	100	3.639
Brasilândia	1.788	620
Cassilândia	2.000	3.100
Chapadão do Sul	39.000	40.000
Costa Rica	24.000	39.000
Inocência	2.000	-
Paraíso das Águas	-	2.800
Paranaíba	3.000	-
Ribas do Rio Pardo	500	2.159
Santa Rita do Pardo	200	-
Selvíria	1.012	160
Três Lagoas	700	-
Total	77.100	91.502

Fonte: IBGE. **Organização:** autora.

A diminuição de área colhida ou o desaparecimento de alguns monocultivos, como a soja, milho e cana, em alguns municípios, se dá ao fato da mudança no perfil agrícola em alguns municípios, que sofreram forte influência da territorialização das empresas de celulose e papel, como nos municípios de Três Lagoas, Aparecida do Taboado (neste caso, da cana também), Selvíria e

Brasilândia. Os latifundiários utilizam os cultivos temporários para renovação de pastagens, sobretudo, por meio de arrendamentos para plantios de milho e soja.

Mesmo ocorrendo a diminuição da produção de cultivos de algumas *commodities* em alguns municípios, houve a expansão em outros, ocupando grandes extensões de terras. Contudo, a expansão desses cultivos, principalmente, de eucalipto, causa impacto direto na produção de alimentos básicos, essenciais para a sobrevivência dos seres humanos. Assim, Kudlavicz (2011), relata sobre a expansão dos cultivos de eucalipto:

[...] tem alterado profundamente o uso e ocupação do solo gerando uma série de impactos tanto na área rural como urbana. As terras do município que já produziram arroz, feijão, milho, café, deixaram de produzir comida para agora ter seu uso prioritário definido pelos interesses das indústrias de papel e celulose. (KUDLAVICZ, 2011, p.166).

O milho, diferente das outras *commodities*, não é destinado totalmente para exportação, ou seja, para o mercado externo. Esse cultivo está presente diretamente na alimentação dos brasileiros, seja no amido de milho, seja na composição de amido nas massas. Também é utilizado indiretamente na alimentação humana, por meio de seu uso na composição de rações para animais, como bovinos, suínos e aves.

Contraditoriamente, a produção de alguns alimentos básicos da agricultura temporária foi impactada, tendo diminuição significativa quando se compara os dados dos censos de 1995 e de 2017. De fato, a produção de alimentos nunca foi protagonista no Leste de MS, porém, na “era” do eucalipto alguns cultivos desapareceram. Os dados da tabela 14 e 15 demonstram essa realidade, sobretudo nos cultivos de arroz e feijão, alimentos básicos na mesa dos brasileiros.

Tabela 14: Leste de MS: área colhida (ha) por cultivos das lavouras temporárias – 1995/2017

Municípios	Abacaxi		Abóbora		Arroz		Feijão	
	1995	2017	1995	2017	1995	2017	1995	2017
Água Clara	0,033	-	0,609	-	99,772	-	-	-
Aparecida do Taboado	0,937	-	-	30	161,859	-	2,904	-
Bataguassua	0,5	-	-	5	47,09	-	9,68	-
Brasilândia	0,097	2	5,274	13	37,38	-	24,442	-
Cassilândia	0,026	-	-	-	511,06	-	0,5	-
Chapadão do Sul	0,281	-	-	-	1.360,10	-	23	-
Costa Rica	0,304	-	1,5	-	2.782,34	-	2,75	-
Inocência	0,04	-	-	-	366,443	-	1,15	-
Paraíso das Águas	-	-	-	-	-	-	-	-
Paranaíba	1,238	-	3,267	-	943,17	-	4,452	-
Ribas do Rio Pardo	23,192	31	0,03	28	110,71	-	1,3	6
Santa Rita do Pardo	0,052	-	0,16	-	151,228	-	7,24	-
Selvíria	-	-	-	-	94,477	-	1,21	-
Três Lagoas	1,313	3	0,068	309	112,59	-	7,656	-
Total	28,013	36	10,908	385	6.778,219	-	86,284	6

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 1995/2017. **Organização:** autora.

Os dados apresentados nas tabelas 14 e 15 revelam a diminuição na maioria das produções dos alimentos básicos, quando analisados e comparados ao total dos censos de 1995 e de 2017. O arroz, alimento essencial do prato brasileiro, apresentava a maior área colhida em relação aos outros produtos, sendo 6.778,219 hectares, em 1995, não apresentou área colhida em 2017. Chapadão do Sul, maior produtor de arroz, em 1995, entre todos os municípios apresentados, tinha área colhida de 2.782,34 hectares, não apresentando nenhum hectare colhido em 2017. Esse município tem forte influência da expansão de grãos (soja e milho) e cana.

Seguido do arroz, a mandioca apresentava a maior área colhida, somando 860,163 ha, em 1995, caindo para 797 há, em 2017. O município com a maior área colhida era Bataguassu (339,594 ha), caindo para 102 há, em 2017. O tomate tinha área colhida de apenas 7,082 há, contudo, mesmo sendo pequena a área colhida, em 2017, não apresentou nenhum hectare colhido. O feijão em grão, no censo de 1995, apresentava 86,284 ha colhida, caindo para 6 ha em 2017. Somando a área colhida de todas as lavouras temporárias, em 1995, foram colhidos 7.983,301 ha, diminuindo para 1.263,00 ha em 2017. A redução da área colhida de milho em espiga é outra característica marcante na agricultura regional, pois é o alimento usado pela agricultura camponesa na alimentação familiar e de pequenos animais, como aves e suínos, de consumo doméstico, como pode ser observado nos dados da tabela 15.

Tabela 15: Leste de MS: área colhida (ha) por cultivos das lavouras temporárias – 1995/2017

Municípios	Mandioca		Melancia		Milho em espiga		Tomate	
	1995	2017	1995	2017	1995	2017	1995	2017
Água Clara	24,573	1	0,65	-	2,605	-	-	-
Ap. do Taboado	4,876	33	-	-	2	-	1,016	-
Bataguassua	339,594	102	0,08	14	-	-	-	-
Brasilândia	137,597	29	2,127	12			0,163	
Cassilândia	8,581	23	1,06		11,8		0,077	
Chapadão do Sul	11,864	7	2	-	0,3	-	0,36	-
Costa Rica	21,892	50	-	-	-	-	0,9	-
Inocência	9,365	4	2	-	21,56	-	0,1	-
Paraíso das Águas	20	-	-	-	-	-	-	-
Paranaíba	99,522	393	16,083	9	14,113	39	0,058	-
Ribas do Rio Pardo	67,221	86	0,562	151	-	-	4,31	
Santa Rita do Pardo	75,466	25	-	-	2	-	-	-
Selvíria	4,43		-		1,3		0,072	
Três Lagoas	35,182	44	1,07	1	44,824	-	0,026	-
Total	860,163	797	25,632	187	100,502	39	7,082	-

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 1995/2017. **Organização:** autora.

A tabela 16 demonstra dados da agricultura permanente e o produto que apresentava a maior área colhida, no Censo de 1995, era a banana, com 657,307 ha; seguido da laranja, com 188,902 ha. Em 2017, a sequência é a mesma, no entanto, houve aumento na produção de banana, com 1.032 ha; laranja, 340 ha. Em contrapartida, o mamão, com área colhida de 2,839 ha, em 1995, não apresentou nenhum hectare colhido em 2017. Mesmo ocorrendo o aumento da banana em 2017, apenas os municípios de Inocência, Paranaíba e Três Lagoas apresentaram área colhida. A laranja, apresentava área colhida em todos os municípios, mas, em 2017, somente Aparecida do Taboado apresentava área colhida.

Tabela 16: Leste de MS: Área colhida (ha) por cultivos das lavouras permanentes – 1995/2017

Municípios	Banana		Laranja		Mamão		Maracujá	
	1995	2017	1995	2017	1995	2017	1995	2017
Água Clara	2,562	-	10,128	-	0,014	-	0,009	-
Ap. do Taboado	6,353	-	100,14	340	-	-	-	-
Bataguassua	2,183	-	0,45	-	0,035	-	-	-
Brasilândia	1,784	-	1,936	-	0,231	-	-	-
Cassilândia	42,76	-	1,03	-	0,07	-	-	-
Chapadão do Sul	0,363	-	2,94	-	0,075	-	3	-
Costa Rica	12,341	-	1,604	-	0,098	-	0,012	-
Inocência	131,161	38	5,789	-	-	-	-	-
Paraíso das Águas	-	-	-	-	-	-	-	-
Paranaíba	409,425	989	50,853	-	1,607	-	0,009	19
Ribas do Rio Pardo	15,449	3	6,945	-	0,545	-	2,5	3
Santa Rita do Pardo	0,172	-	3,159	-	0,049	-	5,027	-
Selvíria	0,82	-	0,49	-	-	-	0,003	-
Três Lagoas	31,934	2	3,438	-	0,115	-	0,66	-
Total	657,307	1.032	188,902	340	2,839	-	11,22	22

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 1995/2017. **Organização:** autora.

Como apontado anteriormente, a banana foi o cultivo que apresentava a maior área colhida dos cultivos presentes na tabela 16, com destaque para o município de Paranaíba. Posto isso, pode-se afirmar que esse aumento está relacionado à estrutura fundiária, isso porque, o município não apresenta forte concentração fundiária, como no caso de Três Lagoas. Deste modo, associa-se a queda da produção de alimentos básicos/hortifrútis com a expansão da agricultura capitalista no campo. Tendo como exemplo os municípios que apresentam a territorialização do capital, seja pelo cultivo de eucalipto, grãos e cana. Toda via, a queda na produção das frutas pode estar associada ao desequilíbrio ambiental e com ataque dos inimigos naturais e aves. O ataque dos inimigos naturais nos pomares pode estar relacionado com a utilização de agrotóxicos nos eucaliptais, uma vez que provocam o deslocamento desses inimigos para as áreas camponesas.

Em suma, quando cruzados os dados do censo em relação aos monocultivos, é possível analisar seu movimento. Assim, mesmo ocorrendo a territorialização de alguns monocultivos no Leste do estado, apresentando aumento da área colhida, como aponta o censo 2017 em relação ao censo 1995, a área colhida é insignificante quando analisado a área total.

Destarte, foram selecionados quatro monocultivos para analisar esse movimento, sendo: cana, soja, milho e eucalipto, totalizando área colhida de 467.005 ha. Contudo, o Leste apresenta área total de estabelecimentos de 7.573.793,58 ha, deste modo, a área colhida desses cultivos não ultrapassa 6%. Quando analisado a área total da silvicultura, voltada para eucalipto, no ano de 2018, é possível apontar que a ocupação, em relação a área total, não ultrapassa 13%. Mesmo assim, é o dobro da área ocupada por cana, soja e milho.

Almeida e Kudlavicz (2011) analisaram o movimento monocultor realizado a partir dos dados do censo de 1995 e 2006, e tinham apontado a insignificância da área total colhida e do volume da produção dos monocultivos em relação a área total do estado do Mato Grosso do Sul. Além disso, os autores analisam os efetivos bovinos e apontam que essa atividade permite usar a terra para fins de especulação. Em síntese a terra é posta, sobretudo, como reserva de valor.

As análises dos dados do IBGE evidenciam a territorialização do capital no campo e, por outro lado, demonstram o caráter rentista da terra, como já apontado por Oliveira (2008) em análise de outras escalas. A área colhida dos monocultivos se torna irrelevante no Leste do Mato Grosso do Sul, visto que, não ultrapassam 19% em relação a área total. Nesse sentido, Almeida (2011, p. 113) aponta que o agronegócio e o latifúndio são faces da “moeda produtivista-rentista”.

Ao contrário dos grandes estabelecimentos improdutivos, a atividade agrícola sempre esteve presente nos pequenos estabelecimentos, a exemplo da soja apontada por Almeida; Kudlavicz (2011) e tal fato confronta o mito da eficiência do agronegócio. Ainda, os pequenos estabelecimentos são mais eficientes que os grandes, visto que os tamanhos das áreas e os recursos destinados para os agricultores familiares camponeses são inferiores se comparado com os grandes. (ALMEIDA; KUDLAVICZ, 2011).

Muitos agricultores familiares camponeses dos assentamentos de Reforma Agrária são símbolos de resistência e buscam caminho para sua (re)produção enquanto classe, desafiando a lógica capitalista de produção. Pode-se citar como exemplo os agricultores do PA 20 de Março, localizado no município de Três Lagoas, que buscam na Agroecologia os princípios do modo de vida e as práticas agrônômicas de fazer agricultura.

Segundo Oliveira (2001), os camponeses são uma classe de luta permanente, seja para conquistar o pedaço de chão, seja para permanecer na terra

com dignidade. Sendo assim, no próximo capítulo será analisado como os impérios alimentares interferem diretamente no campo e na cidade e, como alternativa a este modelo, será apresentado o caminho à soberania alimentar. Além disso, será abordado a circulação dos alimentos no estado de Mato grosso do Sul, bem como, as contradições dos assentamentos e das pequenas no abastecimento de alimentos no estado.

CAPÍTULO II – IMPÉRIOS ALIMENTARES E OS IMPACTOS NA SOBERANIA ALIMENTAR

Soberania alimentar é terra, água, sementes, pão e solidariedade!

Soberania alimentar, cuidando do planeta e alimentando os povos! (MST, 2021, não paginado).

Figura 6: Três Lagoas MS: supermercado

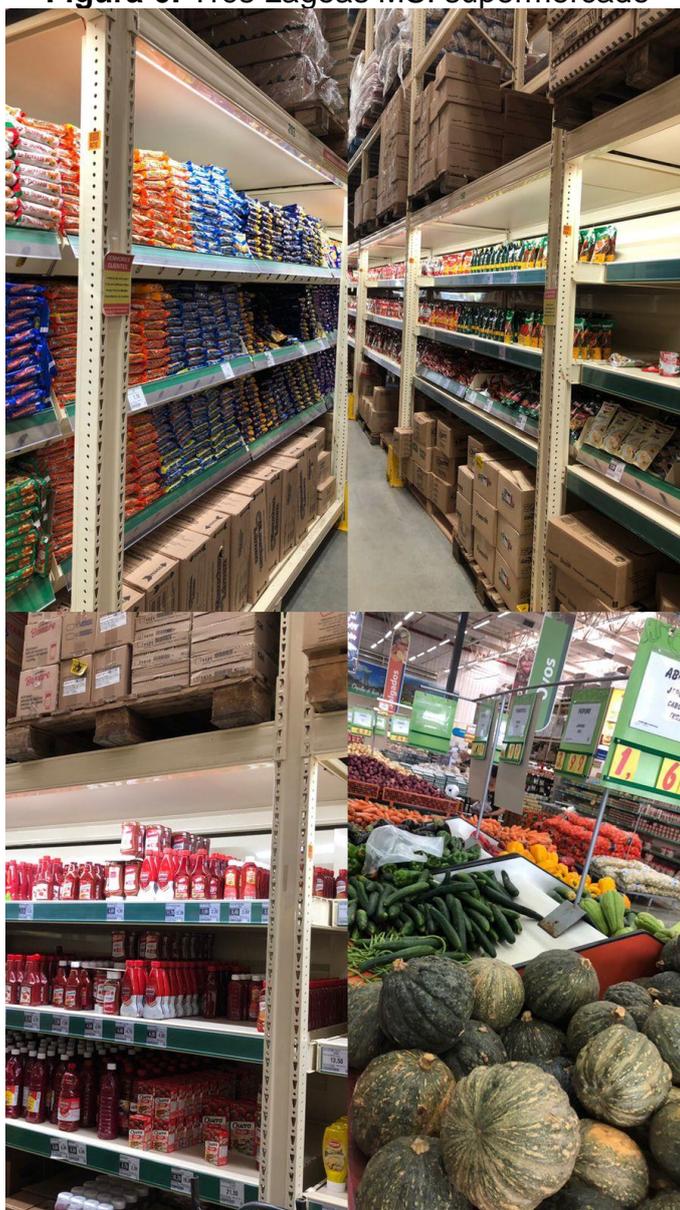


Foto: FERREIRA, J. E. B. 15 de ago. 2022.

2.1 Os Regimes Alimentares

No capítulo anterior foi abordado a discussão da questão agrária no Leste do Mato Grosso do Sul, levando em consideração três elementos fundamentais para compreender tal fenômeno, sendo: propriedade da terra, posse e uso. Esses elementos permitem realizar análises das contradições do movimento da realidade existentes nessa fração do território. Os dados expostos apontam a presença do latifúndio produtivo, mas também, a predominância de latifúndio improdutivo, que, afetam a produção de alimentos, revelando, a ausência de soberania e segurança alimentar.

Assim como as atividades vinculadas ao agronegócio transformaram a agricultura em negócio, como já foi apontado por Kudlavicz (2011), dentro da lógica capitalista de produção, o alimento, também, se transformou em negócio, permitindo a reprodução ampliada do capital, como será abordado neste capítulo, dentro dos três regimes alimentares e nos Impérios Alimentares. Deste modo, essa discussão se faz necessária, uma vez que, utilizando esses conceitos universais em uma compreensão particular, permite como está sendo afetado a soberania e a segurança alimentar a partir do uso do solo, mas também, analisar a importação de alimentos, portanto, a reprodução do capital pela circulação de alimentos.

Sendo assim, o ponto de partida dessa discussão, para compreender a necessidade de combater a fome, desnutrição, obesidade e, sobretudo, a busca pela soberania alimentar, está centrado no conceito de regime alimentar. O conceito foi desenvolvido na tentativa de compreender as relações presentes entre a ordem mundial capitalista e o comércio alimentar internacional (MCMICHAEL 2016). Este conceito permite analisar, em escala global, a produção, distribuição e consumo e, deste modo, “[...] O regime alimentar surge, assim, como um projeto metodológico que tinha como objetivo apontar as relações existentes entre a ordem geopolítica mundial e o comércio agroalimentar internacional” (VALÉRIO, 2019, p. 80).

MCMichael (2016) aponta três regimes alimentares, o primeiro, de 1870 a 1930, estava centrado na Grã-Bretanha; o segundo, de 1950 a 1970, nos Estados Unidos, e o terceiro (1980-2000) relaciona-se com a “revolução do supermercado” – regime alimentar corporativo.

Em síntese, o primeiro regime alimentar centrava-se no projeto britânico, relacionando-se o capitalismo industrial emergente com as colônias, garantindo fontes baratas de abastecimento alimentar, ou seja, o barateamento de alimentos para a crescente classe proletária (MCMICHAEL, 2016). Para tornar-se possível o livre comércio multilateral, base do primeiro regime alimentar, necessitava-se eliminar os obstáculos, em especial a Leis de proteção aos produtores de grãos (*Corn Laws*) (MCMICHAEL, 2016) (VALÉRIO, 2019). Além disso, países se uniram em benefício do livre comércio, considerando mecanismo para a importação de tecnologia e matérias primas, incluindo os alimentos. À vista disso:

Agricultores de toda parte competiam por mercados, produzindo mais do que a demanda de consumo e reduzindo os preços agrícolas (Winders, 2009, p.327). De 1859 a 1899, a produção norte-americana de trigo e milho quase triplicou, visto que os plantios praticamente triplicaram em número (de 2 milhões para 5,7 milhões) entre 1860 e 1900 (ibid.). E, entre 1875 e 1913, o preço das terras triplicou no Novo Mundo (O'Rourke, 1997, p.786), estimulando a infraestrutura pública (inclusive a força militar) e investimentos privados em ferrovias que abriram fronteiras para migrantes europeus se assentarem como plantadores de grãos e criadores de animais. (FRIEDMANN, 1978; MCMICHAEL, 1984, *apud*, MCMICHAEL, 2016).

O livre comércio instituiu “[...] uma forma extensiva de acumulação de capital dependente da mera exploração das forças de trabalho por meio dessa nova rota alimentar” (MCMICHAEL, 2016, p. 46). Ainda, para McMichael (2016, p. 46), o livre comércio “era uma faca de dois gumes”. Por um lado, a agricultura deslocada (*offdhoring agriculture*) corroborou com a especialização da Grã-Bretanha como a “oficina do mundo”, sendo possível pela utilização de mão de obra familiar disponível nas fronteiras agrícolas, tornando possível o barateando do custo do abastecimento para a classe proletária crescente.

Por outro lado, ocorreu a concorrência entre agricultura e o protecionismo, provocando a desestabilidade da ordem monetária “padrão-ouro/libra esterlina” (MCMICHAEL, 2016, p. 46). O poder do Estado e a concorrência giravam, sobretudo, na disponibilidade de alimentos de custo baixo (MCMICHAEL, 2016).

Segundo o autor, a especialização estimulada pelo mercado mundial resultou na crescente substituição de insumos biológicos por insumos comerciais no plantio de cultivos mistos, evidenciando indícios da agroindustrialização unindo de maneira complementar e contraditória a indústria e a agricultura. Assim:

Nas planícies, pampas e florestas do hemisfério sul e da América do Norte, populações nativas foram desalojadas e/ou eliminadas para dar lugar a pastagens e cultivos de trigo. Na Argentina e no Paraguai, empreendedores dividiram os pampas em imensas plantações de trigo e pastos para criação de gado, a fim de suprir o mercado europeu, importando máquinas agrícolas dos Estados Unidos e da Europa e empregando trabalhadores migrantes europeus (Barbach; Flynn, 1980, p.93). Nesse intervalo, corporações norte-americanas como Hershey, W.R. Grace & Co. e United Fruit investiam em terras, expedição, fertilizantes e infraestrutura de transporte e instalações de processamento na América Central e do Sul, para expandir a agroexportação de commodities tropicais. (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989, p. 94, *apud* MCMICHAEL, 2016, p. 47).

Sendo assim, os atuais países pertencentes ao “Terceiro Mundo” impulsionaram o movimento de descolonização. Desta maneira, os movimentos protecionistas se puseram contrários ao domínio de mercado, resultando no início do século XX o fim da economia mundial centralizada no império britânico e o declínio do padrão-ouro.

Posterior à Primeira Guerra Mundial, a crise econômica e o desemprego no continente europeu, derivados da crise agrícola, estimulados pela importação de grãos baratos, resultaram em diversas ações de políticas de protecionismo. Todavia, na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, surgiu o segundo regime alimentar, mediante ação governamental norte-americana, voltada para o setor agrícola tendo como prioridade programas de *commodities*.

O segundo regime alimentar estava centrado nos Estados Unidos, pois o período pós Segunda Guerra Mundial foi marcado pela reconstrução da agricultura estadunidense, combinando com ação governamental para a consolidação de sua forma mais intensiva. Deste modo:

A reconstrução da agricultura norte-americana no período pós-guerra combinou programas nacionais que consolidaram uma forma de agricultura intensiva em capital, baseada na especialização em commodities (sobretudo, grãos básicos), com um regime internacional que desovava excedentes agroindustriais. (MCMICHAEL, 2016, p. 50-51).

Sendo assim, com a narrativa de “alimentar o mundo”, o governo dos Estados Unidos colocou em prática a política de contenção no intuito de combater os movimentos comunistas que, supostamente, ameaçavam os interesses desse país, assim, a falta de alimento “virou pretexto para fazer do alimento uma arma de poder” (MCMICHAEL, 2016, p. 51), aproveitando da crise de direitos humanos para

atender seus interesses políticos. Não obstante, a Organização das Nações para a Alimentação e a Agricultura (FAO), responsável pela criação de propostas referente a estabilização da agricultura mundial e estabelecer a segurança alimentar mundial, foi desprezada pelos Estados Unidos que desenvolveu sua própria rede de programas de apoio bilateral baseado no Plano Marshall, exportando alimentos para a Europa, afetada pela fome no pós guerra. Dessa forma:

[...] os Estados Unidos apropriaram-se de uma crise de direitos humanos para fins políticos. No início da década de 1940, a FAO, órgão da ONU responsável pela agricultura e segurança alimentar no mundo, foi instituída com a missão de estabilizar a agricultura mundial e estabelecer segurança alimentar global. O papel da FAO era incentivar e administrar o comércio internacional de produtos alimentícios. Em 1946, os Estados Unidos desprezaram uma proposta da FAO e da Administração das Nações Unidas para Assistência e Reabilitação (UNRRA) para a criação de um Programa Mundial de Alimentos, preferindo desenvolver sua própria rede de programas de apoio bilateral, moldados com base no Plano Marshall, pelo qual o país transferiu alimentos à Europa assolada pela fome no pós-guerra (Cleaver, 1977), antecipando o que se tornou um regime de ajuda alimentar mais amplo. (MCMICHAEL, 2016, p. 51).

O governo estadunidense criou diversas políticas e ações, mais tarde difundidas em diversos países, como estratégia relacionada em solucionar a crise de tempestade de areia⁵ ocorrida na década de 1930. Essas ações estavam voltadas para agricultura industrial, vista como o caminho para solucionar a crise, deste modo, foram criados programas de “estabilização de *commodities* [...] além da implementação de uma política e administração do abastecimento doméstico por meio do preço subsidiado e de aquisição de *commodities* excedentes” (WINDERS, 2009, p. 135 *apud* MCMICHAEL, 2016, p. 52). Ainda, o modelo agroindustrial desenvolvido pelo governo norte americano tinha como característica a transformação de nitrogênios utilizados em guerras em fertilizantes inorgânicos, substituindo as técnicas utilizadas até então para fixação de nitrogênio (leguminosas e esterco animal).

O modelo agroindustrial norte-americano do pós-guerra dependia da conversão da produção de nitrogênio dos tempos de guerra (para fabricação de bombas) em fertilizante inorgânico, que substituiu a técnica usada até então com leguminosas e esterco

⁵ Dust Bowl, em outras palavras, tempestade de areia, ocorreu no centro-sul dos Estados Unidos em 1930. Dust Bowl é considerado um desastre natural provocada pela ação humana, estando associado com o avanço da atividade agrícola. Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2020/10/14/fantasma-do-dust-bowl-volta-a-assombrar-grandes-planicies-dos-eua/>> Acesso em 14 de abr. 2022.

para fixação de nitrogênio. Associado à mecanização, o uso de fertilizante inorgânico fez a demanda por óleo combustível, gasolina e eletricidade crescer, 'aumentando assim a dependência agrícola do setor energético e, desse modo, convertendo-o mais do que nunca em parte do agronegócio' (Cleaver, 1977, p.17). Subsequentemente, a FAO concordou com um plano de negócio, em nome da campanha mundial 'Freedom from Hunger' [Livres da fome] da ONU (1960), para oferecer serviços de extensão para a distribuição de fertilizante inorgânico excedente pelo Terceiro Mundo, intensificando a dependência agrícola no setor energético (ibid., p.28). Essa ação multilateral ratificou a hegemonia do modelo norte-americano de agricultura intensiva em energia. (MCMICHAEL, 2016, p. 52).

A industrialização de alimentos ocasionou novos caminhos para acumulação do capital, tanto na manufatura quanto no varejo de alimentos processados. Deste modo, o novo projeto de desenvolvimento internacional estadunidense estava voltado para o abastecimento da Europa e de inserir o "Terceiro Mundo" ao domínio do agronegócio. O projeto tinha como proposta expandir a economia nacional sobre o mundo pós-colonial que sofria influência estadunidense, ainda, o objetivo central desse projeto estava em promover a livre iniciativa e a modernização agrícola. O projeto recebeu forte apoio militar e econômico, além de incluir "[...] ajuda alimentar a nações estratégicas no perímetro da Guerra Fria" (MCMICHAEL, 2016, p. 53). Ainda, o programa estadunidense de ajuda alimentar, mediante a Lei 480 (PL-480), em 1954, utilizou dos excedentes de alimentos advindos das políticas de estabilização de *commodities* no intuito de subsidiar a alimentação em diversos países da Ásia, Oriente Médio e América Latina. Assim:

O programa PL-480 subsidiou os capitalistas industriais do Terceiro Mundo com alimentos de baixo custo e, por meio da contrapartida de um programa de financiamento, ampliou o escopo da produção agroindustrial com a exportação de tecnologias da revolução verde (agricultura intensiva) para capitalistas agrários nas principais nações do Terceiro Mundo, como México, Brasil, Argentina, Venezuela, Filipinas, Indonésia e Índia. Desse modo, o 'desenvolvimento nacional' consolidou os desígnios hegemônicos dos Estados Unidos por meio do apoio às classes dominantes domésticas em prol da segurança alimentar. A transformação de grandes partes do Terceiro Mundo em regiões de déficit alimentar dá a medida desse fenômeno. Na América Latina, exceto Argentina e Uruguai, todos os países passaram de exportadores a importadores de grãos entre as décadas de 1930 e 1970 (de Janvry, 1981, p.70). Pelo Terceiro Mundo como um todo, a razão de importações de alimentos para exportações de alimentos aumentou de 50% no período de 1955-1960 para 80% em 1975 (Araghi, 1995). E, enquanto o Terceiro Mundo respondia por 10% das importações de trigo na década de 1950, por volta dos anos

1980, essa proporção havia subido para dois terços. (GRIGG, 1993, p.241 *apud* MCMICHAEL, 2016, 54-55).

Assim, a busca pelo “desenvolvimento nacional” condicionou algumas articulações, a primeira articulação do segundo regime alimentar associava “o poder estatal militarizado do Terceiro Mundo aos propósitos da Guerra Fria” (MCMICHAEL, 2016, 55). Segundo McMichael (2016), a modernização da agricultura dos países localizados na América Latina seguiu a passo acelerado. A Colômbia, por exemplo, recebeu forte investimento público, como assistência técnica, infraestrutura, etc., e, por outro lado, 78% do trigo consumido neste país era suprido mediante políticas de “ajuda alimentar” estadunidense.

A segunda articulação estava relacionada com a transnacionalização da agricultura e do consumo de alimentos. Relacionado ao consumo, mediante o programa de “ajuda alimentar” estava a introdução da dieta alimentar norte-americana para outros países, substituindo-se alimentos locais por importados, a exemplo do trigo na Nigéria e, da Coreia do Sul, em que as donas de casa aprenderam a fazer sanduíches em aulas financiados pela Lei 480 (PL-480) (MCMICHAEL, 2016).

Assim, a transnacionalização agroindustrial estava centrada em duas premissas, sendo: “a especialização internacional no fornecimento de componentes para um produto alimentício final e a preparação cuidadosa da atividade agrícola a montante a jusante” (MCMICHAEL, 2016, p. 56). A primeira estava relacionado com o “complexo de criação de gado”, que envolvia a plantação de novos cultivos utilizados na produção de ração animal à “uma indústria transnacional que oferecia operações intensivas e com frequência industrialmente organizadas (carne bovina e suína, aves domésticas, peixes/camarões) entre fronteiras nacionais (FRIEDMANN, 1995 *apud* MCMICHAEL, 2016, p. 56). Deste modo:

A então chamada revolução verde representou dimensões tanto nacionais quanto transnacionais do regime alimentar centrado nos Estados Unidos. Reciclou a retórica do ‘alimentar o mundo’ ao promover novas variedades de alto rendimento de sementes híbridas (trigo e arroz) – dependentes de agroquímicos (pesticidas, herbicidas e fertilizantes), irrigação e mecanização – como essenciais à modernização agrícola [...] Além da criação do mito das ‘sementes milagrosas’, o nexa da revolução verde combinava poder estatal, filantropia, Usaid, Banco Mundial e agronegócio com serviços de crédito, marketing e apoio técnico para uma classe seleta de proprietários de terras a fim de assegurar sucesso de

produção e ratificar a ideologia do produtivismo. (PATEL, 2013, p. 09-33 *apud* MCMICHAEL, 2016, p. 57-58).

O segundo regime alimentar entrou em colapso quando ocorreu o fim da restrição estadunidense à venda de *commodities* para então União Soviética no início da década de 1970 e, tal fato, provocou o esvaziamento dos estoques, resultando no aumento dos grãos e das oleaginosas provocando, em 1974, a crise alimentar mundial. No mesmo ano, considerando que bilhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar, a ONU tendo como objetivo a segurança alimentar, colocou produção e distribuição como “meta humanitária de ajuda alimentar” (MCMICHAEL, 2016, p. 59). Contudo, a compreensão da ONU no combate da insegurança alimentar desapareceu em 1986 quando “o Banco Mundial redefiniu a segurança alimentar como a capacidade de adquirir alimento” (JAROSZ, 2009, p. 51 *apud* MCMICHAEL, 2016, p. 60) e, ainda em 1994, ocorreu a Rodada Uruguaia das negociações da *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT)⁶, acarretando na formação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e “à institucionalização do regime de “livre-comércio” necessário a uma visão de mercado de ‘segurança alimentar’” (MCMICHAEL, 2016, p. 60).

À vista disso, o autor aponta que a crise alimentar de 1970 ocasionou a separação da “ajuda humanitária” das vendas comerciais “abrindo caminho para um realinhamento da ‘segurança alimentar’ como o provisionamento de mercado” (MCMICHAEL, 2016, p. 61). Segundo o autor, essa reestruturação teve forte atuação dos Estados Unidos em resposta à crise da acumulação, resultando em uma nova divisão social do trabalho na agricultura, constituiu-se “em torno de complexos transnacionais de *commodities*” (MCMICHAEL, 2016, p. 61). Assim, sob a hegemonia estadunidense, a livre iniciativa afetou o ideal de agriculturas nacionais abrindo caminho para um regime privado de comércio global regido por corporações transnacionais e, neste cenário, surgiu o terceiro regime alimentar, essencialmente corporativo.

Segundo McMichael (2016), o regime alimentar corporativo (terceiro regime alimentar) surgiu no período de 1980 a 2000, posteriormente ao colapso do sistema monetário de *Bretton Woods*, no início da década de 1970. Este regime corporativo apresentava algumas características dos antigos regimes, porém, possuía atributos

⁶ Em português “Acordo Geral de Tarifas e Comércio”

de um novo período do capital, da financeirização. Ainda, as regras de mercado seguiam as políticas de cunho neoliberal. “Em essência, esse projeto reverteu a ordem do “projeto de desenvolvimento” anterior por meio do qual Estados regem mercados. Agora, Estados servem a mercados. A regra de mercado foi consolidada pela financeirização” (MCMICHAEL, 2016, p. 71-72).

Neste cenário, ocorreu a redução às proteções domésticas, isso pois, a OMC promoveu liberação das relações comerciais por meio de um mercado multilateral que assegura um regime privado de “corporações transnacionais privilegiados por seus protocolos” e, assim permitiu que “os sistemas privados atuam no sentido de limitar as regulações governamentais a serviço do ‘estado de competição’ neoliberal” (CUTLER, 2001 *apud* MCMICHAEL, 2016, p. 67). Sendo assim, para McMichael (2016), existe a hegemonia corporativa que, seguindo os ideais neoliberais, coloca o Estado à serviço do mercado.

Esta nova ordem resultou das políticas do GATT, antecipando a criação da OMC, provocando mudança na economia mundial, pois se antes predominava o princípio nacional decorrente do período de comércio e investimento administrados, passou a predominar o princípio global, no qual movimentação de capital e comércio são relativamente livres. Contudo, esses princípios não eram totalmente excludentes, visto que os Estados Unidos e a União Europeia, mesmo com a norma de liberação, mantiveram os subsídios agrícolas. Incorporados à OMC, os subsídios atuaram como instrumento de disputa do mercado mundial em favor dos negociantes e varejistas de alimentos, assim, “[...] nos lugares em que, originalmente, os subsídios foram estabelecidos como um mecanismo regulatório nacional e apoiavam o regime de ajuda alimentar dos Estados Unidos, agora davam apoio a um regime de mercado corporativo” (MCMICHAEL, 2016, p. 77).

Neste sentido, com a redução de impostos aduaneiros associada aos subsídios agrícolas, estabeleceu-se o sistema de regulamentação concedendo recursos públicos para privados no Norte, ao mesmo tempo que exportava insegurança alimentar ao Sul mediante *dumping*⁷. Todas essas ações estavam alicerçadas na narrativa “[...] de que o mercado era o caminho para a segurança alimentar mundial” (MCMICHAEL, 2016, p. 79). Ainda, durante a Rodada do GATT,

7 Para saber mais acessar:
<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2090:catid=28&Itemid=23>.
Acesso: 05 jan. 2022.

o governo norte-americano declarou a autossuficiência e a segurança alimentar como distintas, argumentando: “[...] a segurança alimentar – capacidade de adquirir os alimentos necessários quando deles se necessita – é mais suprida por meio de um mercado mundial que funcione sem obstáculos” (RITCHIE, 1993, p. 25 *apud* MCMICHAEL, 2016, p. 79).

Assim, a circulação dos alimentos foi intensificada pelo sistema de livre comércio da OMC resultando na baixa dos preços mundiais. O Acordo sobre Agricultura⁸ buscou interromper apoio à produção, determinando a desregulamentação de mercado dos países do hemisfério Sul, ao passo que os países do Norte continuavam a destinar subsídios sobretudo para agricultura corporativa. Deste modo, este acordo possibilitou a eliminação do preço mínimo por preço mundial artificial (inferior ao custo de produção) favorecendo os grãos produzidos no Norte e escoados no mercado mundial afetaram diretamente os agricultores não corporativos do mundo, sendo assim “[...] subsídios corporativos e rotas alimentares transnacionais combinaram-se em um amplo ataque a pequenos proprietários de terras” (MCMICHAEL, 2016, p. 81). Neste sentido:

A regra mínima de importação da OMC (voltada para estratégias nacionais de autossuficiência) intensificou o impacto desse preço mundial barateado sobre os agricultores sem condições de competir, levando a uma significativa espoliação de pequenos proprietários de terra. (MCMICHAEL, 2016, p. 80).

Ainda ocorreu dependência alimentar decorrente da centralização dos estoques e, segundo McMichael (2016), em meados dos anos de 1990, 88 países considerados de baixa renda e com déficit alimentar importavam alimentos, assim, “[...] em meados de 2000, 70% dos países do Sul global eram importadores líquidos de produtos alimentares” (GRAIN, 2008, p. 2 *apud* MCMICHAEL, 2016, p. 82). Além disso:

A dependência alimentar foi a contrapartida de um processo de centralização de estoques globais de alimentos – 60% sob o controle de corporações, seis das quais controlando 80% do comércio global de trigo e arroz, e três países produzindo 70% do milho exportado (Angus, 2008). De 1970-2000, declínios na porcentagem mundial de agroexportações da África (de 10% para 3%), América Latina e Caribe (de 14% para 12%) e Países Menos Desenvolvidos (de 5% a 1%) contrastaram com um aumento no norte de 64% a 71% (FAO, 2004). Enquanto as empresas alimentícias do Norte dominavam o comércio internacional, ‘as vendas locais por subsidiárias estrangeiras de empresas

⁸ Expressão original “Agreement on Agriculture”.

processadoras de alimentos dos Estados Unidos representam cinco vezes as exportações de alimento processado dos Estados Unidos para o resto do mundo' (Reardon e Timmer, 2005, p.28). Em outras palavras, gigantes do varejo, como Tesco (Grã-Bretanha), Walmart (Estados Unidos), Ahold (Holanda) e Carrefour (França), colonizam mercados domésticos de dentro para fora, complementando o legado do comércio de grãos do regime alimentar anterior. (MCMICHAEL, 2016, p. 82-83).

A junção dessas *commodities* (milho, arroz e trigo) compõe, como denominado por McMichael (2016, p. 83), o “sistema mundial unificado de alimentos” destinado para a classe assalariada com “baixo custo”. Além do mais, essas corporações se articulam e controlam os estoques globais utilizando-se da narrativa de “segurança alimentar” e justificando o abastecimento global de alimentos pelo comércio em geral. Essas corporações visavam a expansão dos mercados alimentares mediante comércio injusto, como a fala do presidente da Cargill, demonstrando justamente isso:

Há uma crença errônea de que a principal demanda agrícola do mundo em desenvolvimento consiste em desenvolver a capacidade de cultivar alimentos para o consumo local. Isso é um equívoco. Os países devem produzir aquilo que produzem de melhor – e fazer comércio. (LYNAS, 2001, *apud* MCMICHAEL, 2016, p. 83).

Em suma, os três regimes alimentares, embora distintos, possuem uma característica em comum: a produção/reprodução do capital. Diversos são os impactos socioambientais ocasionados pelos regimes e, segundo McMichael (2016), o regime corporativo que disponibilizavam/disponibilizam alimentos de “baixo custo” afetou diretamente o abastecimento informal tais como, a distribuição da produção dos alimentos de origem camponesa, nas feiras, mercadões, vendedores ambulantes, etc. Além disso, o Estado atuou e atua ativamente em favorecer os grandes e, neste sentido, as políticas neoliberais não têm como foco alimentar a população, ao contrário, a prioridade dessas políticas é favorecer o comércio internacional. Assim:

Políticas neoliberais dão prioridade ao comércio internacional, e não a alimentos para a população. Não contribuíram em nada com a erradicação da fome no mundo. Pelo contrário, aumentaram a dependência dos povos por importação agrícolas e fortaleceram a industrialização da agricultura, assim colocando em risco a herança genética, cultural e ambiental de nosso planeta, bem como nossa saúde. Forçaram centenas de milhões de agricultores ao abandono de suas práticas agrícolas tradicionais [...] A OMC é uma instituição completamente inadequada para lidar com questões relacionadas a alimentos e agricultura. Por isso, a Via Campesina quer a OMC

fora da agricultura (VIA CAMPESINA, 2003 apud MCMICHAEL, 2016, p. 85).

Além disso, a Via Campesina reconhece como principal contradição do regime alimentar corporativo é “uma agricultura centralizada, orientada por corporações, voltada para exportações e industrial versus uma produção descentralizada e sustentável, de base camponesa e familiar, primordialmente dirigida para os mercados domésticos” (VIA CAMPESINA, 1999, p. 3 apud MCMICHAEL, 2016, p. 86).

Por isso que, dentro dos regimes alimentares, o alimento não é considerado como uma fonte de vida, mas um negócio, como é apontado por Esteve (2017). Posto isso, na sequência será analisado como o alimento foi transformado em negócio, além de analisar a “atualização” do conceito do terceiro regime alimentar corporativo, denominado por Ploeg (2008) de Impérios Alimentares. A análise de Ploeg (2008) permite compreender como o alimento é controlado e como, conseqüentemente, a soberania e a segurança alimentar são afetadas.

2.2 Impérios Alimentares: o negócio da comida

O regime alimentar colonial era basicamente centrado no princípio do comércio livre, e o regime mercantil e industrial que o seguiu era baseado no princípio da regulamentação. Depois dessa periodização, pretendo defender que, desde a década de 1990, um novo regime alimentar tem vindo a se desenvolver. Esse regime é o ‘regime alimentar imperial’, que incorpora essencialmente a combinação complexa e confusa entre o comércio livre e a regulação. (PLOEG, 2008, p. 280).

Os regimes alimentares retratam o desenvolvimento das distintas hegemonias postos à serviço da manutenção do capital em âmbito internacional. Nesse sentido, será apresentado a atualização do regime alimentar internacional/corporativo (terceiro regime) representada no conceito de Impérios Alimentares, para assim, compreender o controle do alimento e da alimentação que culmina na fome.

Deste modo, os Impérios Alimentares podem ser caracterizados pelo grande fluxo de capital em todo globo, além de ter como centro o controle e a apropriação. Contudo, a apropriação não está relacionada apenas aos recursos naturais, mas dos espaços locais. Assim, o Império atua no sentido de sucumbir as pequenas

empresas, controlando e explorando a economia local e, deste modo, “[...] a conquista imperial se processa igualmente na economia, através da apropriação de pequenas empresas independentes por grandes grupos empresariais e do seu reordenamento total” (PLOEG, 2008, p. 255).

Todavia, essas são apenas algumas características que contemplam o “Império” e Ploeg (2008) salienta que não existe uma definição pronta e acabada, isso porque os impérios são compostos de elementos que tornam difícil ter uma definição concreta. Entretanto, alguns elementos apontados pelo autor, como a agricultura, produção, consumo de alimentos e os esquemas reguladores a eles associados, podem auxiliar na compreensão dos Impérios. Deste modo:

O Império não tem uma única origem. Ele é, na verdade, o resultado de uma variedade de mundo sociotécnicos cada vez mais interligados. Em parte, ele tem origem nas grandes corporações multinacionais e em suas redes de transportes, comunicação, montagem e controle, e é parcialmente fundado na possibilidade de transferir enormes quantias de capital de uma parte do globo para outra em questão de segundos. Mas o Império também reside nos aparelhos estatais e nos vários acordos supranacionais. Além disso, ele está significativamente enredado em novos modos de organização centralizados, mas de grande alcance (que se baseiam consideravelmente em TIC) e em modos específicos de produção de conhecimento e sistemas especialistas associados. O que atualmente confere poder ao Império é o enredamento, a coerência solidamente construída e o fortalecimento mútuo destes diferentes ingredientes. Suas múltiplas origens, sua dinâmica muitas vezes extremamente confusa e suas expressões multifacetadas e, por vezes, contraditórias, contribuem claramente para as dificuldades em desenvolver um entendimento completo do Império. (PLOEG, 2008, p. 256).

Ainda, o autor aponta que os Impérios são vazios e não produzem o próprio valor, mas sugam, usurpam e controlam os valores criados por outrem. Isso é possível pela constante expansão, pois “[...] os impérios alimentares de hoje são igualmente caracterizados por alterações permanentes e múltiplas de fronteiras” (PLOEG, 2008, p. 259), alterando até mesmo a comida por meio da fronteira. A expansão dos Impérios Alimentares está relacionada com as indústrias alimentares, aos supermercados e ao aumento acelerado da produção primária e, além disso, a expansão permite a “*conquista*” da natureza, da vida, dos alimentos e da agricultura” (PLOEG, 2008, p; 260, grifo do autor). Tal fato interfere diretamente nos costumes, na identidade dos consumidores, na saúde, na natureza

e nos sabores dos alimentos, tudo isso é reordenado de acordo com a lógica dos Impérios Alimentares.

Além disso, a expansão dos Impérios Alimentares cria relações hierárquicas, controlando a saída e o destino dos produtos, não existem relações de dependência, mas controle de ligações, ou seja “[...] dentro das redes, se criam constantemente novas possibilidades. Fora das redes, a sobrevivência é cada vez mais difícil” (CASTELLS, 1996, p. 171 *apud* PLOEG, 2008, p. 261). Essas ligações permitem a existência monopolistas dos Impérios, controlando indiretamente as pessoas e os recursos naturais, afinal “[...] o Império não é apenas uma rede para estruturar o mundo de uma forma específica, mas ele representa, acima de tudo, um *controle hierárquico* sobre essas redes” (PLOEG, 2008, p. 262, grifo do autor).

Posto isso, o Estado desempenha papel importante como “regulador” e institui um conjunto de normas, favorecendo os grandes Impérios Alimentares, fora que as grandes corporações podem intervir na criação de novos regulamentos. Neste caso, as pequenas e médias empresas são atingidas por esses conjuntos de regras estatais. Além do mais, os Impérios também são um modo de ordenamento, controlando o mundo social e natural, impondo um conjunto de normas a serem seguidas. Essa ordem, segundo Ploeg (2008), é contraditória, pois de um lado refere-se a um mundo sustentável, limpo, etc. e ao mesmo tempo surgem escândalos alimentares. Na prática, o Império se resume em “[...] pimentões-doces *africanos* contaminados com aflatoxina que são legalmente apresentados e vendidos como importados na Hungria, assim destruindo potencialmente os meios de subsistência de muitos produtores húngaros” (PLOEG, 2018, p. 263-264, grifo do autor).

O Império é uma estrutura composta por esquemas regulares de natureza política e econômica que são impostos à sociedade e à natureza. Nessa estrutura e através dela, o Estado e o mercado se tornaram cada vez mais interligados. Um se concretiza com o outro e vice-versa. O Império não diz respeito primeiramente a produtos, pessoas, serviços, recursos, lugares, e assim por diante, nem é composto por esses elementos. O Império é, acima de tudo, um conjunto complexo, multifacetado em expansão e cada vez mais monopolista de *ligações* (isto é, uma rede coerciva) que coloca processos, lugares, pessoas e produtos em contato de uma forma específica. (PLOEG, 2008, p. 279).

Deste modo, a organização, regulamentação e *ligações* impostas pelo Império acarreta em problemas socioambientais se apresentando totalmente

insustentável atingindo diretamente o campo e a cidade. Isso porque, o Império detém o controle dos mercados resultando no monopólio, visando aniquilar todas as alternativas possíveis, afetando a distribuição da produção camponesa pelos controles dos “pontos de vendas”. E é nesse controle do Império que a fome deve ser compreendida.

Neste sentido, a fome não pode ser associada pela escassez de alimentos no mundo, justamente pela abundância de alimentos (ESTEVE, 2017). Segundo a autora, o problema da fome não está relacionado à falta de alimento, visto que triplicou a produção mundial desde 1960 e, assim, a autora associa a fome não com a falta de produção, mas de acesso aos alimentos.

Deve-se entender a fome a partir dos interesses dos grandes Impérios Alimentares que transformou a base da existência humana em mercadoria. Os alimentos tinham como principal função alimentar a população, mas transformaram-se em mercadorias, sendo possível, mediante acesso às políticas agrícolas e, sobretudo, pela apropriação dos recursos naturais. Posto isso, a apropriação dos recursos naturais permitiu que os grandes Impérios Alimentares controlassem quem produz e para quem se produz.

Além disso, outro fator interfere diretamente na fome: a especulação de matérias primas alimentares nas bolsas de valores, a exemplo a Bolsa de Chicago. O aumento na produção de agrocombustíveis também foi determinante para o aumento dos preços dos alimentos, assim “[...] a especulação com alimentos e agrocombustíveis foi, contudo, a faísca que incendiou um modelo agrícola extremamente vulnerável. As crises de alimentos de 2008 e 2011 foram apenas um sinal de um sistema doente” (ESTEVE, 2017, p. 32).

Durante anos, o movimento internacional Via Campesina denunciou as consequências dramáticas desta enorme onda de apropriação de terras para as populações do Sul. Se queremos acabar com a fome no mundo, é essencial garantir o acesso universal à terra, água e sementes. Além disso, proibir especular e fazer negócios com o que nos alimenta e nos dá de comer. (ESTEVE, 2017, p. 35).

A especulação nas bolsas de valores resultou no aumento do preço dos cereais básicos tornando-os inacessíveis, sobretudo para populações de países da África, da América do Sul e da Ásia. A crise alimentar nos países do Hemisfério Sul, segundo Esteve (2017), está associada com a globalização alimentar. As

populações desses países gastam até 80% da renda em alimentos, fato que resultou nas crises alimentares de 2008 e 2011. Para a autora:

O cerne da questão está em perguntar como, em um mundo de abundância de alimentos, há tantas pessoas que não têm nada para comer. Atualmente, o problema da fome não está na produção de alimentos, mas em sua distribuição. Não se trata de produzir mais, ou de encontrar novos alimentos, mas de distribuir aqueles já existentes e torná-los acessíveis às pessoas. (ESTEVE, 2017, p. 36).

Deste modo, a classe social determina o que vai ser consumido, sendo assim, a classe trabalhadora é induzida a comprar alimentos mais baratos e com menos nutrientes e, além disso, a oferta de *fast food* afeta diretamente a saúde. Assim, a falta de acesso aos alimentos frescos ocasiona tanto a obesidade quanto a desnutrição, características da fome. Portanto, “[...] compra-se pouco, barato e se come mal” (ESTEVE, 2017, p. 39).

Segundo a autora, a padronização da comida está se tornando mais frequente entre os países, além do consumo global de Coca-Cola e da “mcdonaldização”, o consumo mundial está cada vez mais dependente de poucos cultivos, assim “[...] avançamos para um mundo com mais alimentos, mas com a menor diversidade e segurança alimentar” (ESTEVE, 2017, p. 43). A “dieta global” é resultado da produção-distribuição-consumo, assim, o consumo de alimentos não é controlado pelas pessoas que vão consumir, mas sim, por um número de empresas que têm o controle da cadeia produtiva. Segundo Martins; Nardoque (2020), a produção, distribuição, troca e consumo ocorrem de forma interligados. Para os autores, a atual fase do desenvolvimento do capitalismo, que é denominado por Oliveira (2016) de mundialização, se configurou em “verdadeiros monopólios em relação à regulação dos mercados” (MARTINS; NARDOQUE, 2020, p. 72).

Esse modelo de alimentação é imposto para a sociedade e ameaça à soberania alimentar e à segurança alimentar e nutricional, isso porque diversos cultivos estão ameaçados de extinção: 75% das diversidades de cultivos foram perdidas no século passado (FAO, 2010). Como consequência, a sociedade tem o consumo desses cultivos privados. Vê-se a pouca diversidade de produtos agrícolas e pecuários, a exemplo os poucos cultivares de arroz consumidas e, neste sentido, segundo a FAO (2010), apenas cinco variedades de arroz representam

95% da safra e, ainda, oito animais e 15 cultivos são responsáveis por 90% da alimentação.

Esta perda de diversidade agrícola não tem apenas consequências ecológicas e culturais, mas envolve o desaparecimento de sabores, de nutrientes das plantas e de conhecimentos gastronômicos, além de ameaçar a segurança alimentar, ao dependermos de algumas poucas culturas e espécies de gado. (ESTEVE, 2017, p. 45).

Deste modo, os cultivos apostados pela a agricultura industrial (ESTEVE, 2019) foram adaptados às necessidades mercadológicas, seguindo as determinações da chamada Revolução Verde e de todo seu pacote tecnológico, como a utilização de máquinas para plantio e colheita, utilização de sementes híbridas e transgênicas e quimificação do processo (adubos, pesticidas e combustíveis fósseis). A utilização dessas sementes foi uma das facetas para controlar a comercialização, contribuindo para o desaparecimento de alguns cultivos e impondo um modelo alimentar. Mais uma vez o controle da cadeia produtiva está nas mãos dos empresários e das empresas vinculadas ao agronegócio e, segundo Esteve (2017), 6% das empresas controlam as sementes, sendo a Syngenta, Bayer, Basf, Dow Chemical, Monsanto e DuPont.

Além disso, a autora chama atenção para o uso do petróleo desde a produção até a comercialização dos alimentos, “[...] comemos petróleo, embora não pareça” (ESTEVE, 2017, p. 47) e, segundo ela, sem o petróleo não seria possível alimentar a população. No entanto, a autora aponta os impactos socioambientais pelo aumento da dependência desse recurso natural ocasionado pela agricultura industrial: a degradação desse recurso natural não renovável e o aumento no custo dos alimentos.

A ‘revolução verde’ e as políticas concebidas e implementadas entre os anos 1940 e 1970, que prometiam modernizar a agricultura e acabar com a fome, nos deixaram viciados nesse combustível, em parte, graças ao seu preço relativamente barato. A mecanização dos sistemas agrícolas e o uso intensivo de fertilizantes químicos e pesticidas são o melhor exemplo. Essa política acarretou a privatização da agricultura, deixando agricultores e consumidores à mercê de umas poucas empresas do agronegócio. (ESTEVE, 2017, p. 48).

Com a introdução dos pacotes tecnológicos mediante a Revolução Verde, houve o aumento da dependência do petróleo, isso porque as máquinas no campo utilizam diesel; uso de pesticidas e fertilizantes químicos também aumentam a dependência de petróleo, pois os fertilizantes nitrogenados são feitos de petróleo e

gás natural; além disso, as embalagens utilizadas nos supermercados também são derivadas do petróleo. Ainda, segundo a autora, ocorre a necessidade da utilização do petróleo no transporte de alimentos e uma refeição pode viajar cerca de 5.000 km do campo até a mesa, chamando de “alimentos viajantes”. Para a autora:

Em um mundo onde o petróleo é escasso, o que e como vamos comer? É necessário notar que, quanto mais industrial, intensiva, quilométrica e globalizada é a agricultura, maior a dependência do petróleo. Por outro lado, em um sistema camponês agroecológico, local, sazonal, menor é a “adição” de combustíveis fósseis. Portanto, a conclusão, penso, é clara. (ESTEVE, 2017, p. 53).

Um dos discursos utilizados pela Revolução Verde era o de acabar com a fome, contudo, isso não aconteceu. Ao contrário, acarretou em inúmeras consequências socioambientais, seja pela introdução de máquinas culminando no aumento da dependência do petróleo, seja impactando a biodiversidade, a segurança e soberania alimentar e afetando os pequenos e médios agricultores, além do uso intensivo de agrotóxicos.

Neste sentido, para Esteve (2017) o sistema agroalimentar contém cinco características, a saber: intensivo, industrial, quilométrico, deslocalizado e “petrodependente”. Intensivo pelo modelo de produção que prioriza a super produção mediante a exploração dos recursos naturais; industrial por utilizar dos pacotes tecnológicos dispostos pela Revolução Verde, como o uso intensivo de agrotóxicos; quilométrica e “petrodependente” relacionado com a busca de mão de obra barata e flexíveis legislação ambiental, acarretando em uma produção deslocalizada, resultando na viagem dos alimentos que rodam milhares de quilômetros causam impactos direto no ecossistema.

Deste modo, alinhado com o pensamento da autora, afirma-se que o sistema agroalimentar é totalmente insustentável e injusto, seja pela própria produção, pela circulação e até mesmo pelo consumo desses alimentos. A forma em que os alimentos são produzidos interfere diretamente na soberania e na segurança alimentar, isso porque podem ser produzidos no próprio lugar de consumo, mas, para atender à lógica capitalista, viajam milhares de quilômetros. Assim:

Os alimentos quilométricos tornaram-se parte da dieta diária. Comida carregada de injustiça para com as pessoas, os animais e o ambiente. A alternativa reside no consumo ecológico local, sem exploração do animal ou do camponês, adquirida da proximidade, da produção de pequena escala. (ESTEVE, 2017, p. 58).

À vista disso, um dos principais agentes no processo da globalização capitalista são os varejistas comerciais (supermercados, hipermercados, etc). Neste cenário, a forma de comer foi afetada, submetendo essa necessidade básica e indispensável à lógica de mercado, atendendo aos interesses dessas grandes empresas, assim, “[...] produz-se, distribui-se e come-se aquilo que é considerado mais rentável” (ESTEVE, 2017, p. 161). Nesse sentido, as principais empresas de varejo tornaram-se as maiores transnacionais do mundo, apenas seis empresas controlam 60% desse setor. Deste modo:

A maior parte das compras no supermercado é realizada em apenas seis cadeias, que controlam 60% desse setor: Mercadona, com 23,8% de participação de mercado; Carrefour, com 11,8%; Eroski (que inclui Caprabo), com 9,1%; Dia, com 6%; Alcampo (que integra os supermercados Sabeco), com 5,9%; e El Corte Inglés (com Supercor OpenCor), com 4,3%. Eles são seguidos pelo Lidl, Consum, AhorraMás e DinoSol, que, juntos, conformam as 10 maiores empresas do setor (Segura, 2012). Nunca o mercado da distribuição de alimentos esteve em tão poucas mãos. (ESTEVE, 2017, p. 171).

O acesso aos alimentos é limitado pelos supermercados, isso é possível pelo distanciamento criado entre os agricultores e consumidores e os impérios têm o poder de decidir qual alimento será consumido, o valor pago pelos produtos aos agricultores e o valor cobrado aos consumidores. Esse modelo atinge os camponeses, dificultando sua permanência na terra, isso porque essas empresas pagam aos camponeses os preços que querem pelos produtos, tentando controlar assim, toda cadeia produtiva. Segundo a autora:

Dando-se o paradoxo de que o camponês cada vez recebe menos dinheiro pelo que vende, e nós, como consumidores, pagamos cada vez mais. Fica claro quem ganha. Trata-se de um oligopólio, em que poucas empresas controlam o setor, que empobrece a atividade rural, homogeneiza o que comemos, precariza as condições de trabalho, acaba com o comércio local e promove um modelo de consumo insustentável e irracional. (ESTEVE, 2017, p. 173).

Além do mais, as grandes redes de supermercados condenam os comércios tradicionais e pequenas empresas, pois, os pequenos não conseguem competir com as grandes empresas, pelo “baixo” preço. Segundo Esteve (2017), o “baixo” preço dos alimentos, também, está relacionado com os baixos salários pagos aos funcionários.

Diversas foram as problemáticas apontadas resultante do “negócio da comida”. De forma geral, esse modelo agroindustrial se mostrou totalmente insustentável, ameaçando a vida, os recursos naturais, a biodiversidade, os camponeses, a classe trabalhadora, a soberania e a segurança alimentar. Não basta apenas comer, tem que comer bem, e o modelo que está posto não visa alimentar de forma saudável a população, ao contrário, visa apenas a produção/reprodução do capital mediante apropriação dos recursos naturais, da apropriação da renda da terra e da mais valia.

Nesse sentido, emerge a necessidade de buscar alternativa frente a esse modelo. Ploeg (2008, p. 255) apontava que “[...] por todo o mundo estamos testemunhando a emergência de um novo e poderoso modo de ordenamento que implica uma reestruturação generalizada do mundo social e do mundo natural”. Posto isso, a seguir serão abordados os conceitos de soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional. Neste trabalho, o sistema alimentar pautado na soberania alimentar é o caminho ao sistema alimentar dos impérios alimentares, mediante a agricultura camponesa com princípios de base agroecológica, trilhando o caminho da sustentabilidade.

2.3 A Soberania Alimentar como o caminho frente aos Impérios Alimentares

A forma de organização para a produção/reprodução do capital, fundada nos regimes alimentares, sobretudo, dos impérios alimentares, afeta a soberania alimentar e a segurança alimentar, acarretando em problemas socioambientais, como o esgotamento futuro dos recursos naturais pelo modelo insustentável de produção até a fome, obesidade e desnutrição no campo quanto na cidade. Sendo assim, neste trabalho, a soberania alimentar será abordada como o caminho frente aos impérios alimentares, mediante a adoção de uma agricultura sustentável, a Agroecologia.

Deste modo, para Stédile; Carvalho (2011), a fome sempre foi um dos maiores problemas da organização das sociedades e, no entanto, no século XX milhares de pessoas foram atingidas por este mal. A situação se agravou em 2009, no século XXI, alcançando um bilhão de pessoas. Esse número é resultado da centralização da produção e distribuição dessa produção além da renda. Assim:

Nunca antes na humanidade a produção de alimentos esteve tão concentrada sob controle de uma mesma matriz de produção. Nunca antes na humanidade tão poucas empresas oligopolizaram o mercado, atuando a nível internacional e tiveram tanto controle sobre a produção e comércio de produtos alimentícios como agora. Estima-se que menos de 50 grandes empresas transnacionais tenham o controle majoritário da produção de sementes, de insumos agrícolas e da produção e distribuição dos alimentos em todo mundo. (STÉDILE; CARVALHO, 2011, não paginado).

O acesso ao alimento segue as normas do capitalismo internacionalizado do lucro e da acumulação, ou seja, só tem acesso aos alimentos mediante, sobretudo, pela compra. Mesmo dispendo de todos os aparatos tecnológicos e técnicas agrícolas na produção de alimentos, ainda que tenha vasta produção de alimentos, as pessoas tiveram e têm seus direitos de acesso ao alimento privados.

Segundo Stédile; Carvalho (2011), a definição e implementação de macropolíticas estratégicas para abastecimento alimentar no mundo todo competirá às grandes empresas transnacionais, consolidadas parcialmente, e não aos governos nacionais e, além disso, atenderão aos anseios da agroindústria, da padronização dos alimentos e do comércio de atacado e varejo mediante multinacionais de supermercados. Neste sentido:

[...] as maiores empresas alimentícias do mundo (Nestlé, Monsanto, Bunge, Dreyfuss, Kraft Foods, Pepsi-Cola, Coca-Cola, Unilever, Tyson Foods, Cargill, Marte, ADM, Danone) controlam 26% do mercado mundial, e 100 cadeias de vendas diretas ao consumidor controlam 40% do mercado global [...] Das sementes ao supermercado, as transnacionais ditam ou pretendem ditar o que plantar, como comer e onde comprar. Em face das crises, eles prescrevem mais do mesmo: mais industrialização, mais produtos químicos, mais OGM e outras tecnologias de alto risco, mais comércio livre. Isso não é surpreendente, uma vez que todos estão entre aqueles que mais lucraram com o aumento dos preços e a fome: tiveram lucros que sobem 108% a mais do que nos anos anteriores [...] em suma, uma absurda minoria de empresas e uns quantos multimilionários que possuem as suas ações, controlam enormes percentagens dos alimentos, agroindústrias e dos mercados básicos para a sobrevivência, como os da alimentação e da saúde. Isso permite uma pesada ingerência sobre as políticas nacionais e internacionais, moldando à sua conveniência as regulações e os modelos de produção e consumo que se aplicam nos países (RIBEIRO, 2009, não paginado).

Deste modo, a fusão das empresas agroindústrias nacionais e estrangeiras possibilita o aumento da oligopolização, também, das cooperativas na cadeia produtiva, como consequência, a sua centralização desencadeia a forte dependência do uso de insumo de origem industrial, bem como a

agroindustrialização de alimentos, a padronização dos hábitos alimentares, a manipulação industrial de alimentos semelhantes aos naturais, concentração fundiária e até mesmo a privatização de redes públicas de armazenamento. Veja:

A artificialização da agricultura pelo crescente uso de insumos de origem industrial, a agroindustrialização dos alimentos, a padronização mundial dos hábitos alimentares da população e a manipulação industrial para a oferta de alimentos com sabores, odores e aparências similares aos naturais, aliados ao aumento da oligopolização dos controles corporativos das cadeias produtivas alimentares, nos indica, entre outros fatores, que inversamente à construção de uma soberania alimentar, se caminha uma tirania da dieta alimentar, homogeneizada e manipulada, em busca apenas de altos lucros para as grandes corporações agroindustriais [...] O modelo de produção e tecnológico praticado pelo agronegócio no Brasil e em muitos países, ao buscar o controle da oferta dos produtos alimentares e dos sistemas agrícolas, com elevada predisposição para a permissividade na presença do capital estrangeiro através de acordos e fusões agroindustriais entre empresas nacionais e estrangeiras, inclusive para a apropriação de terras, prejudica as iniciativas favoráveis à soberania alimentar nacional. Impõem condições concretas para que o abastecimento alimentar brasileiro fique subordinado ao mercado internacional sob o controle das grandes empresas privadas. Isso já resultou na eliminação dos estoques estratégicos governamentais nacionais a partir das pressões da Organização Mundial do Comércio – OMC em nome do livre comércio mundial e das distorções mercantis que esses estoques poderiam provocar. Isso levou a que no passado os governos com vocação neoliberal tenham inclusive eliminado, e privatizado as redes públicas de armazenagem, no Brasil e em todo mundo. Deixaram assim a oferta de alimentos à mercê dos interesses das grandes empresas. (STÉDILE; CARVALHO, 2011, não paginado).

A ideia de segurança alimentar nasceu na Europa no período pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918), em um cenário em que o estoque de alimentos estava comprometido, a segurança nacional e o controle no fornecimento de alimentos, permitindo-se o controle de um país sobre o outro. (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000). A mudança sobre a concepção da segurança alimentar começou no final da década de 1980 (COCA, 2016), introduzindo as questões nutricionais como uma de suas propostas, mas sem realizar alterações estruturais, sem quebrar o vínculo com os grandes impérios.

Neste cenário, o conceito de segurança alimentar foi utilizado pelas organizações multilaterais para resolver os problemas do terceiro regime alimentar corporativista (MCMICHAEL, 2016) ou impérios alimentares como é chamado por Ploeg (2008), no entanto, não apresentando mudanças estruturais. Assim:

Portanto, a proposta de segurança alimentar busca solucionar o problema da fome sem propor uma mudança nas regras do mercado internacional de alimentos, que é controlado pelas grandes corporações, ou seja, ela não faz um ataque direto ao capitalismo, apontando a necessidade de fortalecer relações sociais diferentes das que ele gera. (COCA, 2016, p. 81-82).

Segundo Stédile; Carvalho (2011), posterior à década de 1990, houve avanço para o conceito de segurança alimentar, criado pelos governos em torno da FAO, com o propósito de assegurar o direito à alimentação que garantisse a sobrevivência da população mediante a criação de políticas públicas por parte dos governos, assim: “Esse passo foi importante, porque se constituiu numa política pública, de obrigação de todos os governos de resolver o problema da fome de sua população. Porém foi insuficiente”. (STÉDILE; CARVALHO, 2011).

Assim, a segurança alimentar entrou na pauta dos países presentes na Cúpula Mundial de Alimentação (CMA), ocorrida em Roma, em 1996, quando foi estabelecido que os alimentos devem ser saudáveis e de qualidade, sendo direito da população, aumentando a obrigação dos governos em criar políticas públicas de combate à fome (COCA, 2016). A segurança alimentar estava associada ao domínio da produção agrícola dominante, fortalecendo ainda o argumento em defesa da Revolução Verde. (MALUF; MENEZES, MARQUES, 2000).

Nessa mesma circunstância, introduziu-se o novo conceito, o de soberania alimentar, contrapondo-se ao de segurança alimentar e nutricional. Isso porque, a proposta de segurança alimentar teria sido usada por grandes instituições e governos como o caminho para resolver os problemas dos impérios alimentares sem modificar as estruturas que possibilitam a reprodução ampliada do capital, assim, “[...] ela é uma proposta voltada para a democratização do consumo dos alimentos e não para a transformação estrutural das bases nas quais ele é produzido” (COCA, 2016, p. 83).

Por esse motivo, o termo soberania alimentar, utilizado pela Via Campesina, foi criticado pelos governos que estavam em consonância com as políticas neoliberais, pois esse período foi e é marcado pela hegemonia do neoliberalismo e pela criação da OMC, relacionando a segurança alimentar, como já abordado, com o livre comércio, reduzindo a alimentação a um importante e lucrativo negócio. Neste sentido:

As organizações camponesas contrapuseram então ao conceito de segurança alimentar o de Soberania Alimentar. Partindo de um

princípio prévio ao conceito de soberania alimentar, o de que 'o alimento não é uma mercadoria, é um direito humano', e a produção e distribuição dos alimentos é uma questão de sobrevivência dos seres humanos, portanto, é uma questão de soberania popular e nacional. Assim, soberania significa que além de ter acesso aos alimentos, o povo, as populações de cada país, tem o direito de produzi-los. E será isso que lhes garantirá a soberania sobre suas existências. O controle da produção dos seus próprios alimentos é fundamental para que as populações tenham garantia de acessá-los durante todo ano. Tenham a garantia de que esses alimentos estão adequados ao seu bioma onde vivem, às suas necessidades nutricionais e aos seus hábitos alimentares. O alimento é a energia que necessitamos para a sobrevivência, de acordo com o meio ambiente aonde as pessoas vivem e se reproduzem socialmente. (STÉDILE; CARVALHO, 2011, não paginado).

A soberania alimentar representa a ruptura com a lógica de mercado e com os governos neoliberais e, além disso, apresenta a visão de democratização social, econômica, étnica e de gênero. Ainda, a soberania alimentar oferece estratégias frente à lógica mercadológica que impõe um padrão, permitindo que os produtores e produtoras locais gerenciem a cadeia produtiva (Stédile; Carvalho 2011). Assim:

Nos diversos documentos e declarações elaboradas coletivamente, o conceito então de **Soberania Alimentar** foi agregando o conjunto de direitos dos povos de definir suas próprias políticas de agricultura e de alimentação, o que inclui proteger o meio ambiente e os recursos naturais, regulamentar a produção agropecuária e o comércio agrícola interno para o desenvolvimento sustentável, proteger os mercados locais e nacionais contra as importações e limitar o *dumping* social e econômico de produtos nos mercados. Materializa-se no direito de decidir como organizar **o que produzir e como plantar**, como organizar a distribuição e consumo de alimentos, de acordo com as necessidades das comunidades, em quantidade e qualidade suficientes, priorizando produtos locais e variedades nativas [...]. (STÉDILE; CARVALHO, 2011, não paginado, grifos dos autores).

A soberania alimentar, como bandeira da Via Campesina, é apresentada como o como solução aos problemas socioambientais desencadeados pelo o avanço do capitalismo no campo e, deste modo, a organização apresenta a agricultura familiar camponesa como alternativa, mediante o uso dos princípios agroecológicos. Deste modo, em um primeiro momento a soberania alimentar ficou estabelecida, como:

[...] o direito de cada **nação** de manter e desenvolver a sua própria capacidade de produzir os seus alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva. Nós temos o direito de produzir nosso próprio alimento em nosso próprio território. A soberania alimentar é uma condição prévia para uma verdadeira segurança

alimentar (LA VIA CAMPESINA, 1996, não paginado, tradução nossa, grifos nossos, *apud* COCA, 2016, p. 87).

Durante o ano de 2007, realizou-se o Foro Mundial pela Soberania Alimentar, em Mali, na África, propondo a conceituação mais completa sobre a soberania alimentar, assim estabelecida como:

[...] um direito dos **povos** a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações. (FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007, não paginado, tradução nossa, grifo nosso, *apud*, COCA, 2016, p. 90).

Assim, era defendido a ideia de que as nações conservem e desenvolvam as culturas alimentares, criticando a importação dos alimentos mediante as corporações. Deste modo:

[...] **soberania alimentar significa que cada comunidade, cada município, cada região, cada povo, tem o direito e o dever de produzir seus próprios alimentos.** Por mais dificuldades naturais que houver, em qualquer parte do nosso planeta, as pessoas podem sobreviver e se reproduzir dignamente. Já existe conhecimento científico acumulado, para enfrentar as dificuldades naturais e garantir a produção de bens suficientes para sua reprodução social. (STEDILE; CARVALHO, 2011, não paginado, grifos dos autores).

No entanto, na busca pela soberania alimentar o Estado desempenha papel importante, isso porque se faz necessária a criação de políticas públicas que possibilitam a compra institucional dos produtos da agricultura familiar camponesa, permitindo, assim, aos camponeses permanecerem na terra mediante a renda e a população que vive em vulnerabilidade social tenham acesso aos alimentos. Portanto, [...] a compra governamental de alimentos é vista como uma possibilidade de corrigir, através da ação do Estado, alguns dos desníveis socioeconômicos causados pelo capitalismo. (COCA, 2016, p.101).

Ainda, segundo Coca (2016), o consumo de alimentos deve ser analisado por dois pontos de vista: o primeiro está relacionado com a quantidade e qualidade dos alimentos consumidos pela população; o segundo está relacionado com qual modelo de agricultura está alimentando a população. Assim:

Para a ocorrência da segurança alimentar somente o primeiro item já é suficiente, pois não existe o objetivo de alterar a correlação de

forças no acesso aos mercados de alimentos. Contudo, a soberania alimentar vai além dessa premissa, pois destaca também o modo como deve se dar o acesso ao alimento. (COCA, 2016, p. 101).

De modo geral, a soberania alimentar está alicerçada na autonomia dos povos; na resistência ao neoliberalismo, sobretudo, em escala local; o rompimento com as grandes corporações; o modelo de agricultura utilizado para a produção de alimentos; comércio justo; aproximação da agricultura e do agricultor familiar camponês com o consumidor; o uso sustentável dos recursos naturais renováveis e não renováveis; Reforma Agrária; defesa do alimento como direito e não como mercadoria para obtenção de lucro; inclusão da população urbana nas discussões para a melhoria de vida, etc.

Por isso é impossível ter segurança alimentar sem soberania alimentar, pois não existe a produção de alimentos saudáveis com o modelo imposto pelas empresas vinculadas ao agronegócio. Mesmo porque, os alimentos tem sido produzidos pelos pequenos⁹ e apropriados pelas grandes corporações, ocorrendo a subordinação da renda camponesa, dificultando a sua reprodução enquanto classe. Logo, não basta apenas ter a qualidade e a quantidade de alimentos suficientes sem romper com a lógica capitalista.

Neste sentido, no próximo subcapítulo serão utilizados duas características apresentadas por Coca (2016) que interferem diretamente na soberania alimentar, sendo: a distância entre o produtor e consumidor e os alimentos viajantes. Para tanto, serão expostos os dados da CEASA/MS afim de analisar o fluxo de alimentos no abastecimento em Mato Grosso do Sul.

2.4 Circulação dos alimentos: comercialização pela CEASA/MS

Devemos afirmar, de início, que o desenvolvimento do capitalismo é nesse contexto entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. Ou seja, o modo capitalista de produção não está circunscrito apenas e tão-somente à produção, mas também à circulação de mercadorias, da troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias. (OLIVEIRA, 2010, p. 1).

⁹ Para saber mais ler-se: JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero; BARBOSA, Humberto Junior Neves; DE SÁ, Thiago Hérick. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 18, n. 3, 2017.

Como apontado pelo autor, o desenvolvimento do capitalismo deve ser entendido não apenas pela produção propriamente dita, mas, também, pela circulação e a troca dessas mercadorias. Com os alimentos não é diferente. Ao sujeitar a agricultura (ou a renda) ao capital comercial (atacadista, atravessadores) e industrial, ocorre o controle dos rendimentos do trabalho agrícola pelas grandes empresas capitalistas mediante a comercialização das mercadorias (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Oliveira (2010), a sujeição da renda, sobretudo da renda camponesa, ao capital é característica o sistema atual e, para ele, a discussão sempre se centrou na ação dos atravessadores e intermediários, entretanto, o Estado exerce papel importante produzindo espaço para a reprodução do capital, como a criação/instalação de grandes entrepostos comerciais que, além de permitirem a reprodução do capital, acentuaram o distanciamento dos agricultores e dos consumidores, subordinando produção agrícola à circulação, impondo o monopólio da circulação. As centrais de abastecimentos (CEASA), neste caso, o capital comercial se instala utilizando de toda infraestrutura criada pelo Estado. Sendo assim:

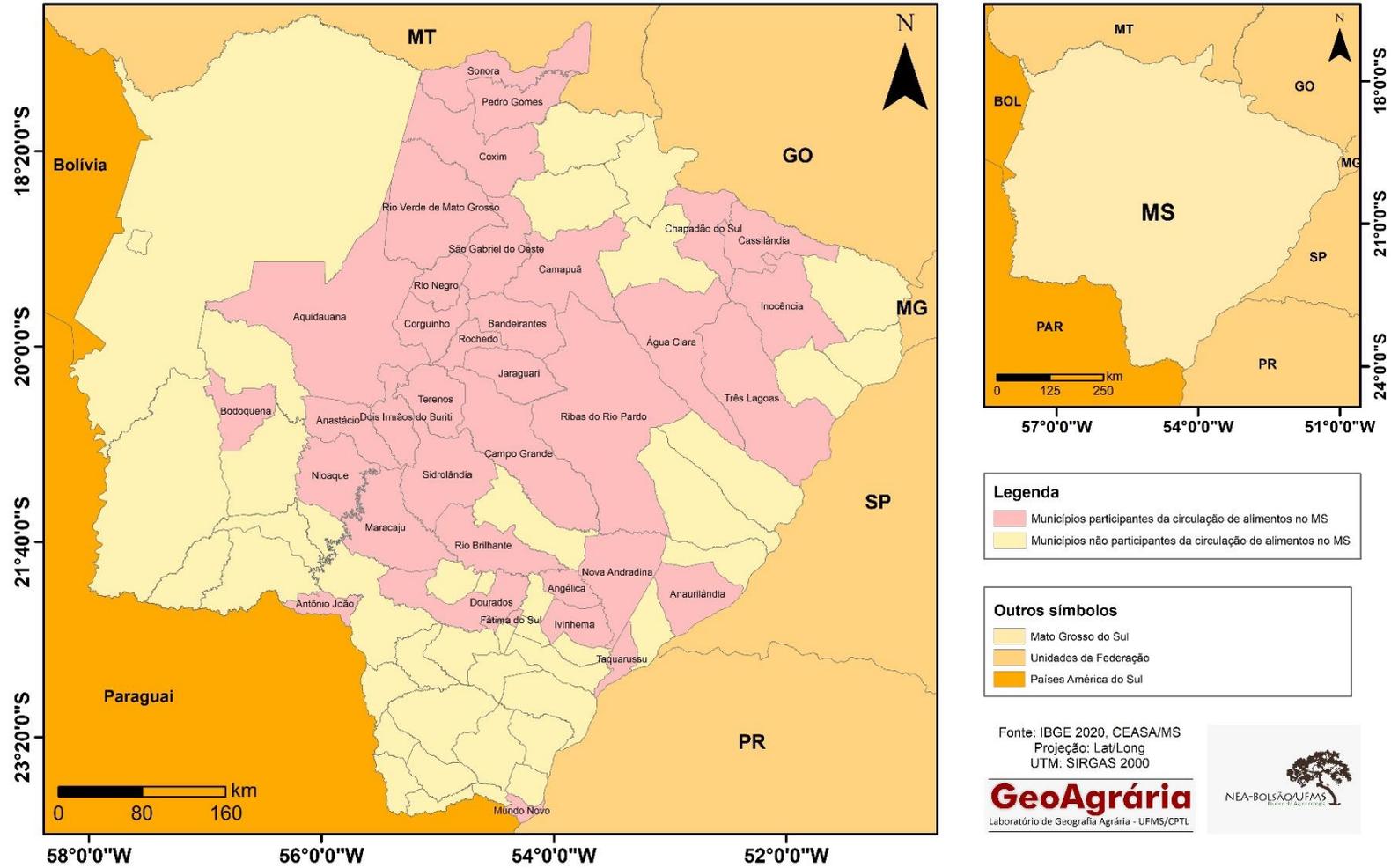
Essa transferência de renda, ou esta sujeição da renda da terra ao capital, tem sido uma das pedras de toque do atual sistema, porque muito se acusa os intermediários, os atravessadores, mas cada vez mais o Estado cria espaço para a sua reprodução. É só vermos o que aconteceu com os CEASAS, ou como vem sendo chamado nas cidades menores o Mercado de Produtor. Aí o capital comercial se instala confortavelmente subsidiado pelo Estado que lhe constrói toda infra-estrutura necessária. A essência do processo é que, enquanto critica, o Estado dá a esse segmento todas as vantagens, como que se os trouxesse sob o seu manto protetor, pois especular no espaço criado pelo Estado não se trata de especulação, mas sim de comercialização. (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

O mesmo acontece com a CEASA instalado no Mato Grosso do Sul, inaugurado em junho de 1979, sediada no município de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul. Como os demais entrepostos, este também contribui para a circulação do capital. Segundo Santos; Aredes (2017), os principais ganhos provêm dos aluguéis das áreas onde ocorre o comércio atacadista e varejista. Conforme os dados disponibilizados no sítio eletrônico¹⁰ do governo, foram comercializadas, no ano de 2018, 192.941 toneladas de hortifrutigranjeiros.

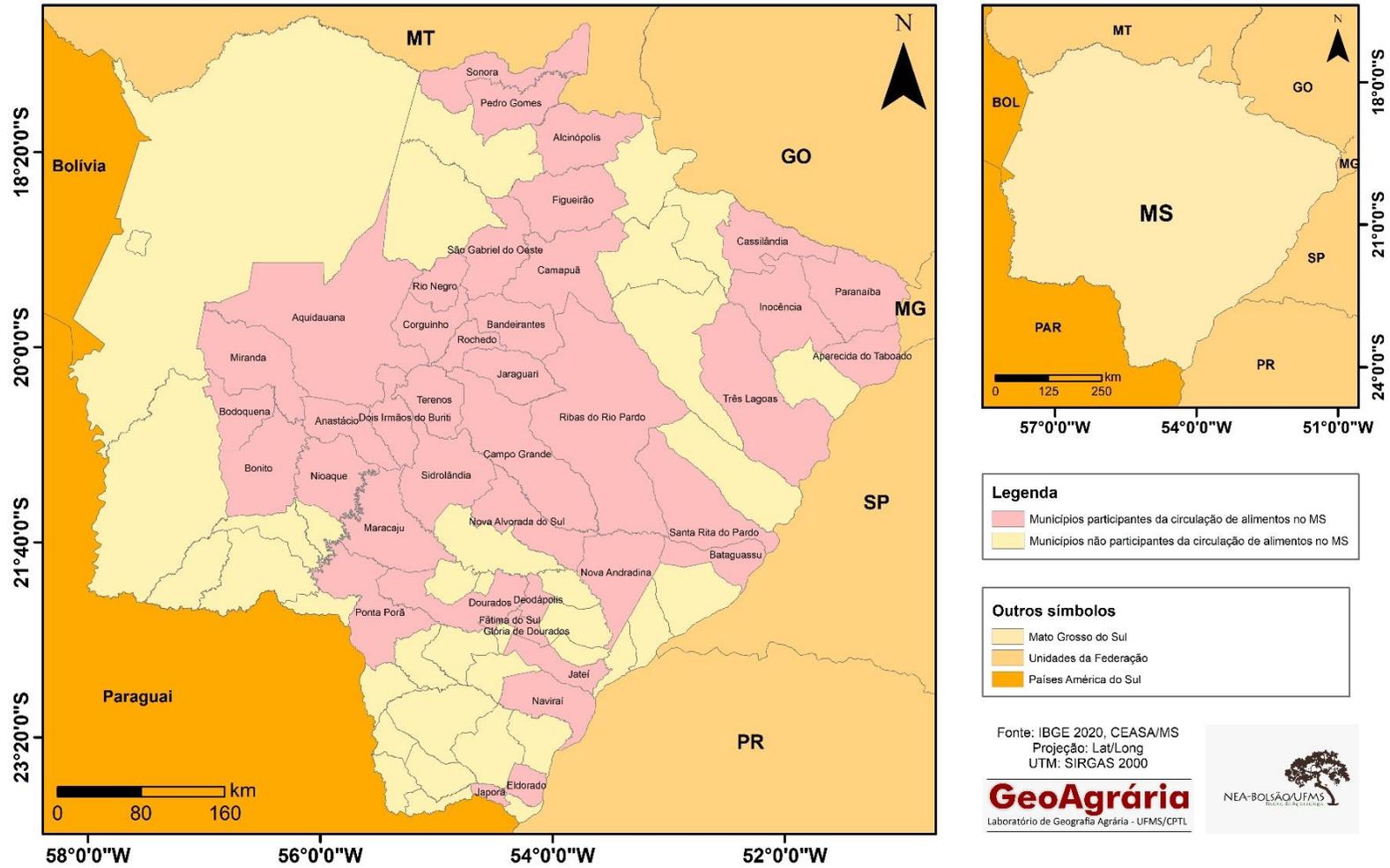
¹⁰ Disponível em: <<https://www.ceasa.ms.gov.br/>>. Acesso em: jan. de 2022.

A procedência desses produtos são dos mais diversos estados do país, além do próprio estado, que teve participação de 25.266 toneladas (13,10%), em 2018, do valor total comercializado. No ano de 2006 (mapa 3), 36 municípios de Mato Grosso do Sul originaram produtos enviados para a CEASA/MS, totalizando 21.674.595 toneladas (%); em 2020 (mapa 4), houve aumento na participação dos municípios sul-mato-grossense, sendo 41, entregando 24.270.678 toneladas (%) de alimentos.

Mapa 3: Mato Grosso do Sul: Circulação de alimentos - 2006



Mapa 4: Mato Grosso do Sul: Circulação de alimentos - 2020

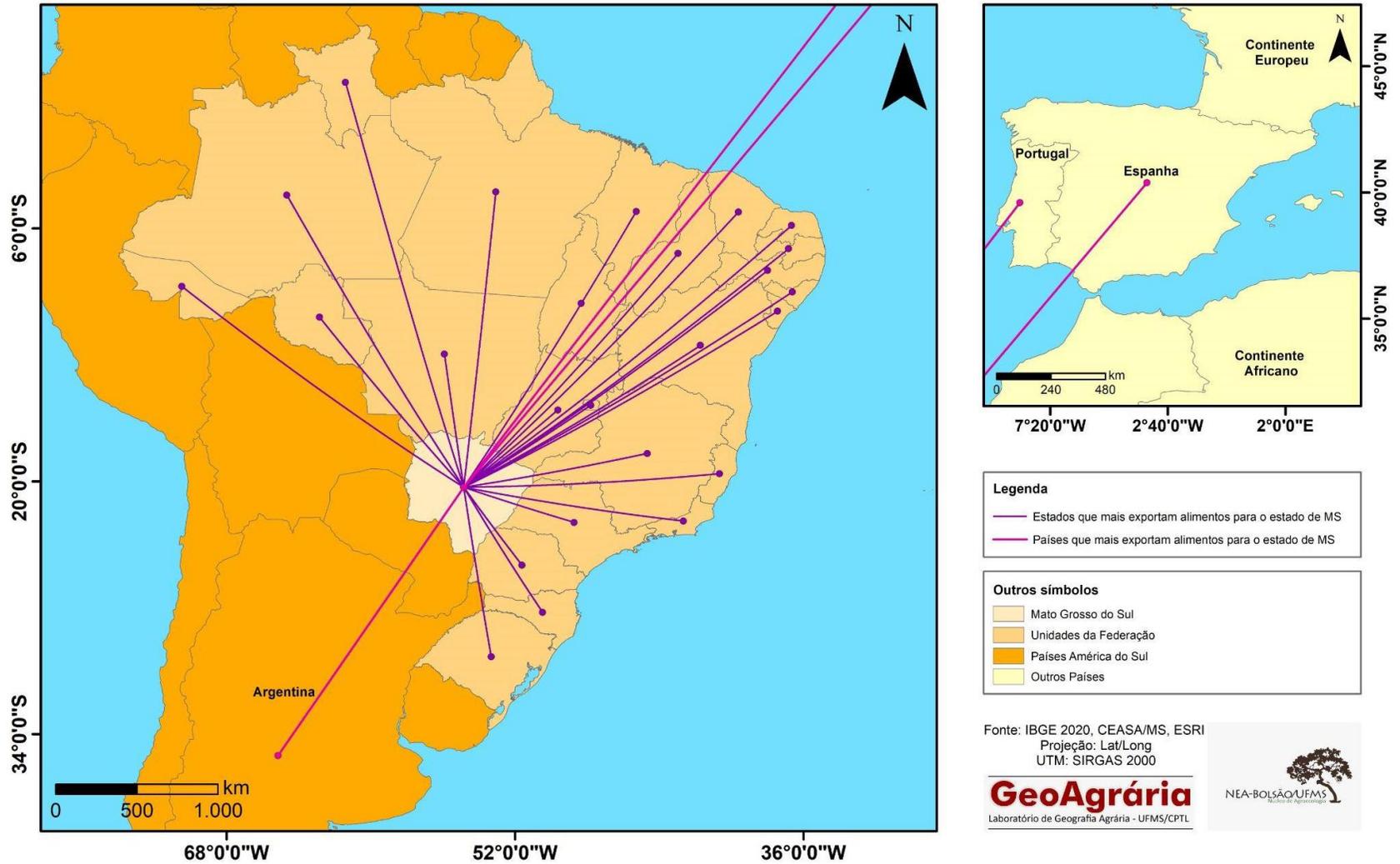


O estado de São Paulo apresenta a maior porcentagem de produtos destinados à Ceasa de Campo Grande, correspondendo 28,08% (54.179 toneladas). Os demais estados representam 58,82% (113.495 toneladas). Deste modo, é notório que a maior quantidade de produtos é importada de outros estados, representando 167.675 toneladas, ou seja, 86,90% do total. Para compreender a dinâmica da CEASA/MS de forma mais específica, pontuam-se alguns fatores importantes para este trabalho, a saber: a procedência dos alimentos; a quantidade em toneladas importadas; quais municípios do estado de Mato Grosso do Sul originam produtos comercializados para o entreposto.

Sendo assim, o recorte temporal escolhido para trabalhar com gráficos nessa pesquisa é do ano de 2006 e 2020, para analisar justamente o avanço ou não da importação dos alimentos, no entanto, para trabalhar a espacialização da importação dos alimentos, serão analisados os anos de 2006, 2018, 2019, 2020 e 2021. Ainda, foram selecionados alguns produtos, sendo: alface, banana, batata, cenoura, mandioca e tomate. A escolha desses produtos foi baseada nos alimentos entregues no Projeto “Feira on-line”, como será visto adiante, cultivados nos pequenos estabelecimentos e no Projeto de Reforma Agrária denominado 20 de Março, localizado no município de Três Lagoas.

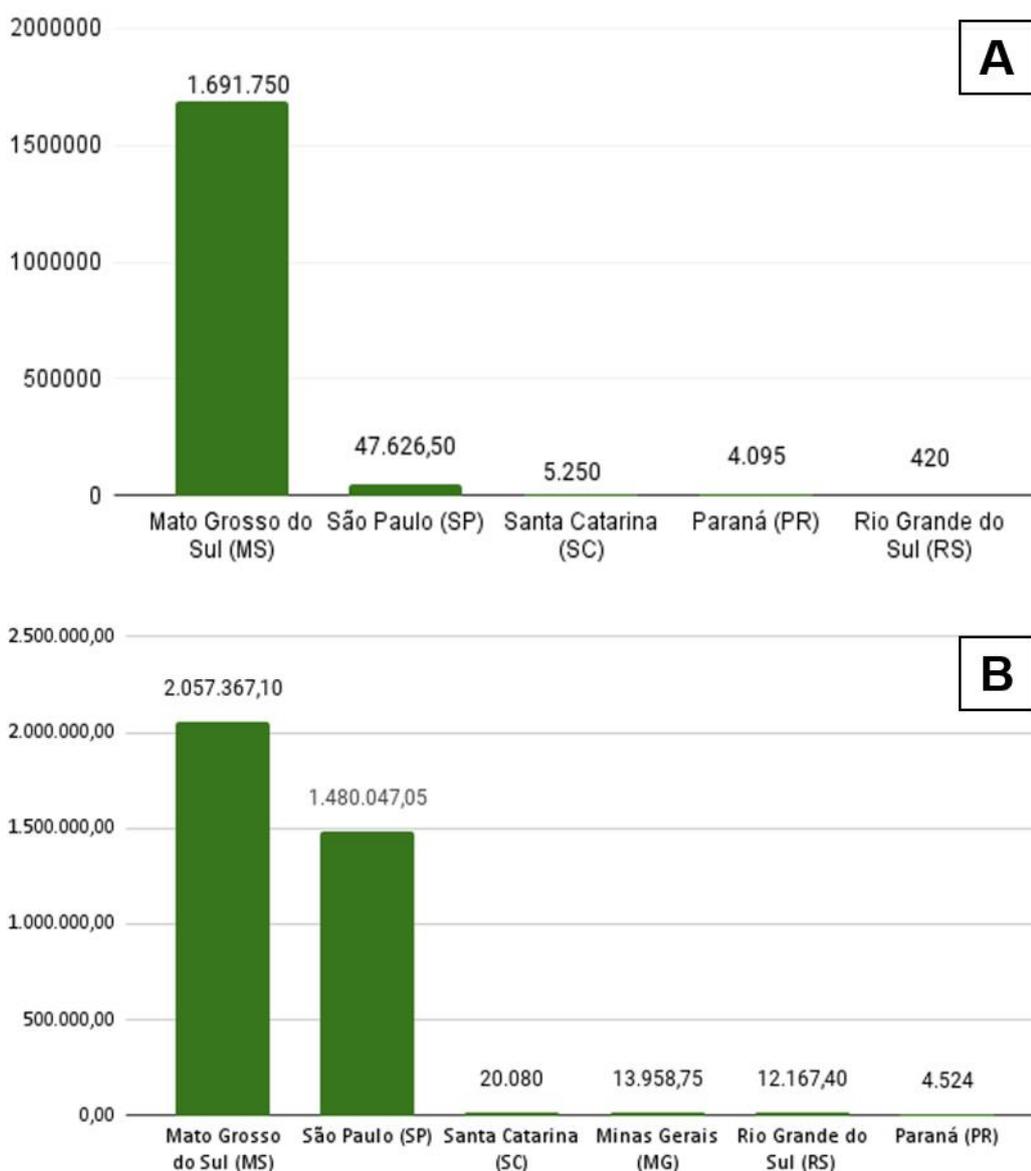
Como abordado anteriormente, a CEASA/MS importa alimentos de diversos estados do Brasil e de outros países da América do Sul e da Europa (mapa 5). Os estados de origem de produtos de entrega para a CEASA/MS nos anos de 2006, 2018, 2019, 2020 e 2021, são: São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Pará, Tocantins, Distrito Federal, PiauÍ, Ceará, Mato Grosso, Maranhão, Rondônia, Rio de Janeiro, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Roraima, Amazonas e Acre. Os países de origem alimentos para a CEASA são a Argentina, Espanha e Portugal.

Mapa 5: Mato Grosso do Sul: circulação de alimentos – importação de alimentos nos anos de 2006, 2018, 2019, 2020 e 2021



O gráfico 2 demonstra-se a quantidade em toneladas de alface importadas pela CEASA/MS, bem como, a procedência desse alimento. Os produtos são originários de cinco estados e comercializados no entreposto, no ano de 2006, com destaque para o estado de Mato Grosso do Sul, com 1.691.750 toneladas (gráfico 2-A). De acordo com os dados referentes ao ano de 2020 (gráfico 2-B), observa-se que o estado de Mato Grosso do Sul permanece ocupando o primeiro lugar entre os seis estados que fornecem alimentos para a CEASA/MS, seguido pelo estado de São Paulo, que apresentou aumento de 1.432.420,55 toneladas em comparação ao ano de 2006.

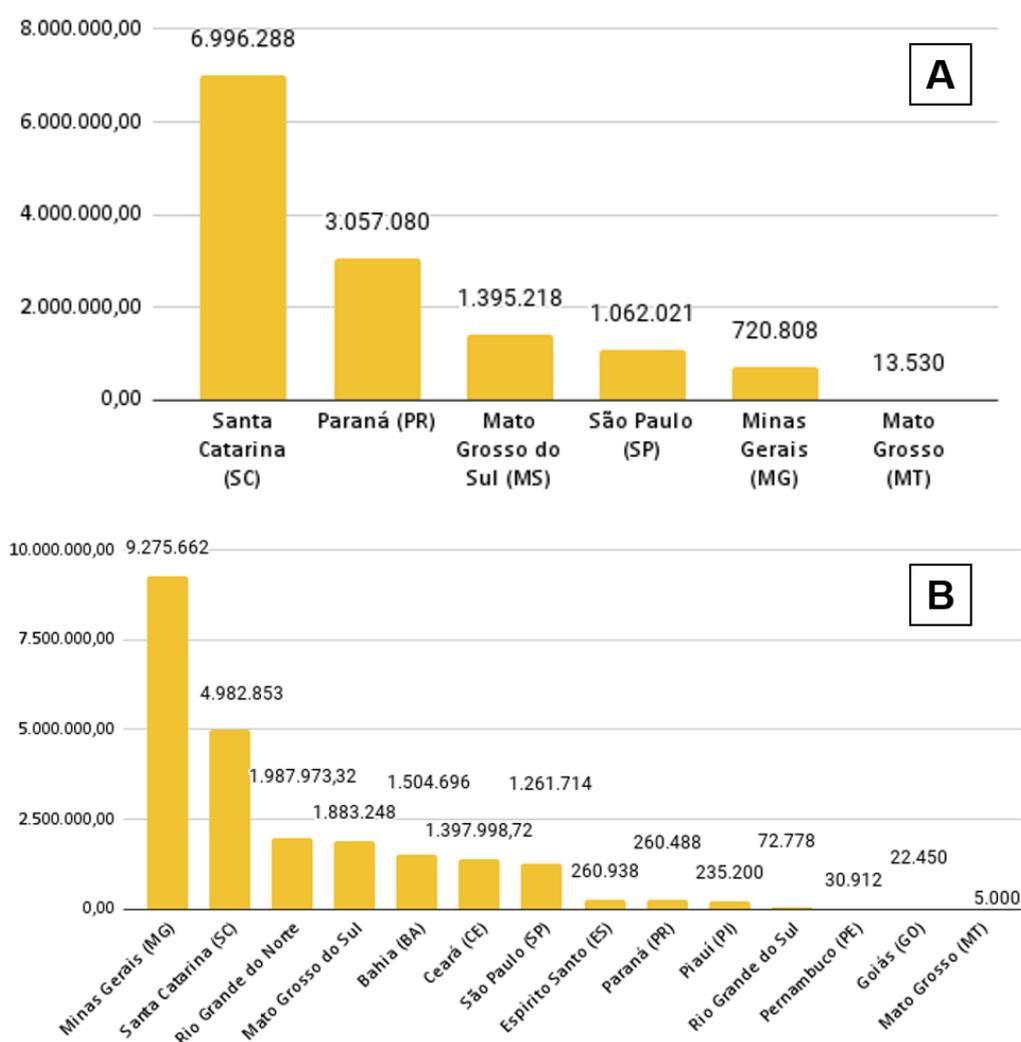
Gráfico 2: CEASA/MS: Circulação de alimentos: origem de alface recebida – 2006 (A) e 2020 (B).



Fonte: CEASA, 2006/2020. **Organização:** autora.

No gráfico 3, o alimento apresentado é a banana. Comparando-se os dados do ano de 2006 (gráfico 3-A) com os de 2020 (gráfico 3-B), percebe-se o aumento da quantidade de estados originários do produto entregue para os comerciantes da CEASA/MS. No ano de 2006, os produtos foram originados de seis estados para o entreposto e, em 2020, originaram-se de 14. No ano de 2006, de Santa Catarina foram entregues 6.996.288 toneladas, seguido do Paraná e Mato Grosso do sul. Em 2020, Minas Gerais foi o estado que apresentou o aumento significativo, saltando de 720.808 toneladas, em 2006, para 9.275.662 toneladas, em 2020.

Gráfico 3: CEASA/MS: Circulação de alimentos: origem de banana recebida – 2006 (A) e 2020 (B).

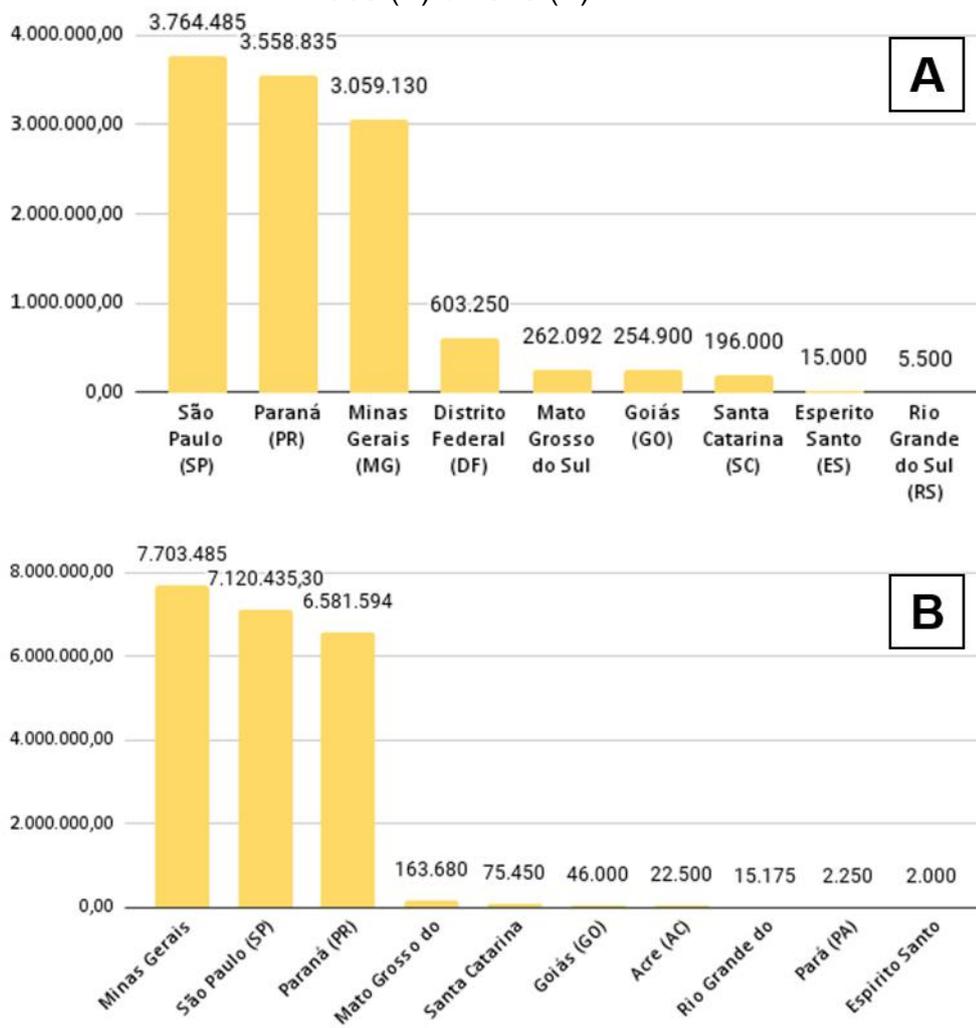


Fonte: CEASA, 2006/2020. **Organização:** autora.

O gráfico 4 corrobora para analisar a circulação da batata. Vale ressaltar que, mediante os dados da CEASA/MS, foram identificados diversas variedades desse produto, sendo: monalisa, comum, binj, lisa, prata, yakon e doce. Neste

sentido, o estado de SP lidera a quantidade entregue em 2006 (gráfico 4-A), com um total de 3.764.485 toneladas. Em segundo lugar está o estado do PR, seguido por MG. Analisando os dados referentes ao ano de 2020 (gráfico 4-B) observa-se que o estado do MG apresentou a maior quantidade entregue, sendo 7.703.485 toneladas. Assim, no ano de 2006 nove estados participaram da entrega desse produto, e no ano de 2020 foram totalizados a participação de dez estados. Em 2006 o MS destinou 262.092 toneladas de batata, contudo, não participou da entrega em 2020.

Gráfico 4: CEASA/MS: Circulação de alimentos: origem de batata recebida – 2006 (A) e 2020 (B).

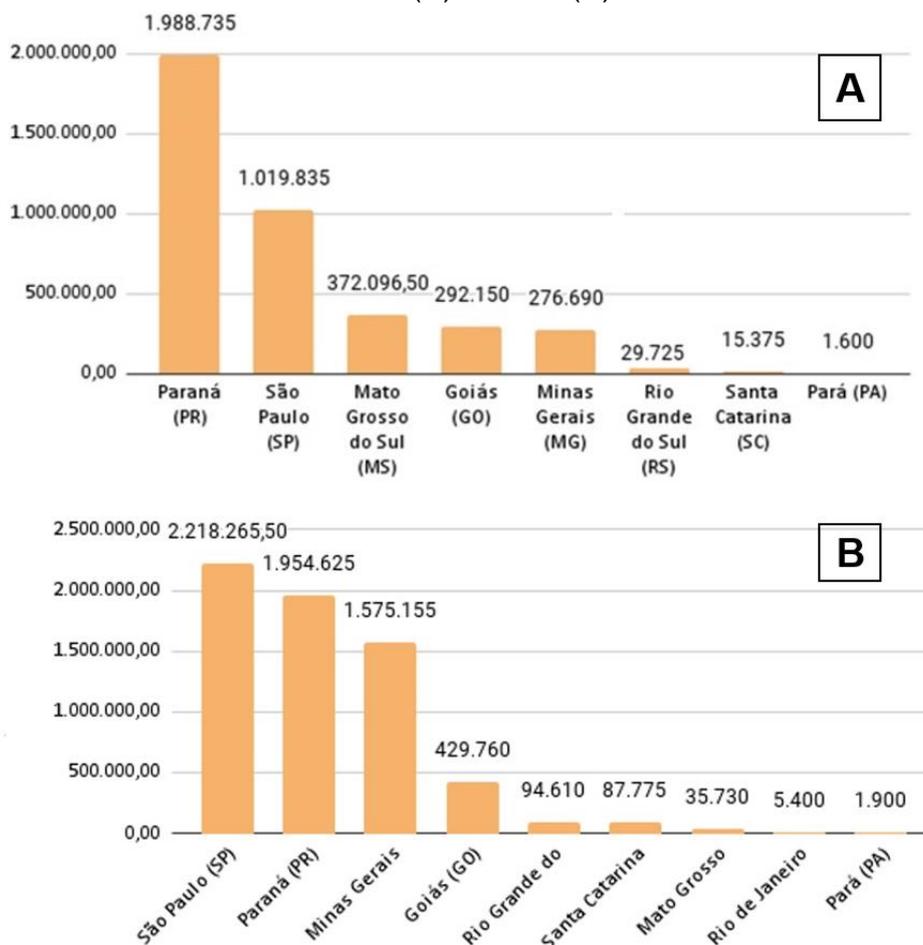


Fonte: CEASA, 2006/2020. **Organização:** autora.

O gráfico 5 expõem a quantidade de cenoura recebida pela CEASA/MS, em 2006 (gráfico 5-A) oito estados participaram da entrega desse produto, o estado de PR liderou destinando 1.988.735 toneladas de cenoura, seguido de SP e MS. No

ano de 2020 (gráfico 5-B), nove estados foram presentes no envio deste vegetal para o entreposto, nota-se que o estado de SP tem a maior quantidade de toneladas entregue, seguido por PR e MG. Além disso, não houve participação do MS no ano de 2020.

Gráfico 5: CEASA/MS: Circulação de alimentos: origem de cenoura recebida – 2006 (A) e 2020 (B).

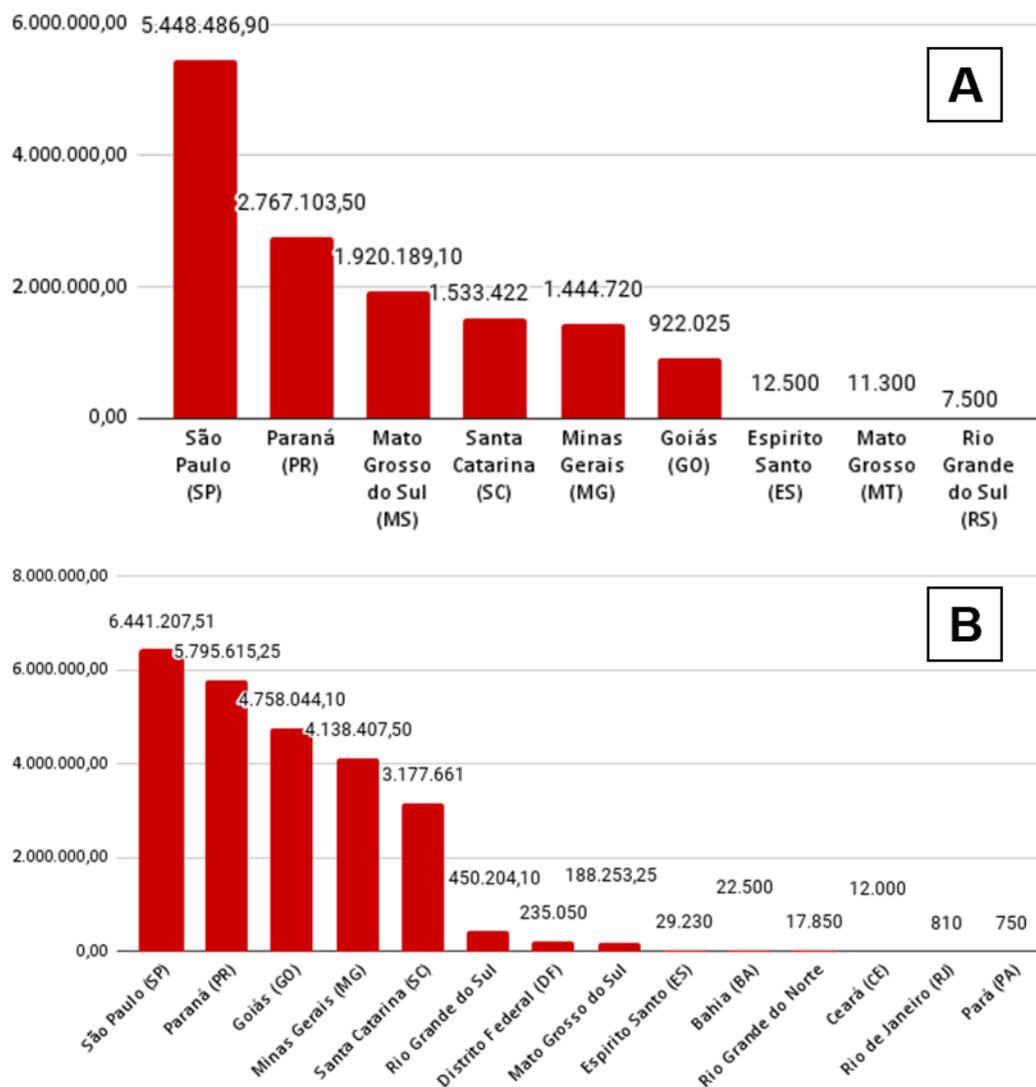


Fonte: CEASA, 2006/2020. **Organização:** autora.

O gráfico 6 demonstra a importação do tomate nos anos de 2006 (gráfico 6-A) e 2020 (gráfico 6-B). Em 2006, os produtos provenientes de São Paulo tiveram a maior quantidade entregue, totalizando 5.448.486,90 toneladas; em segundo lugar está o Paraná e, em seguida, Mato Grosso do Sul. No ano de 2020, houve aumento da quantidade entregue de tomates oriundos do estado de São Paulo, com 6.441.207,51 toneladas, mantendo-se em primeiro lugar. No segundo lugar, os produtos provenientes do estado do Paraná, com 5.795.615,25, apresentado aumento significativo (%). Os produtos oriundos do estado de Goiás ocuparam o

terceiro lugar, que no ano de 2006 era preenchido pelos produtos de Mato Grosso do Sul e, em 2020, na oitava posição.

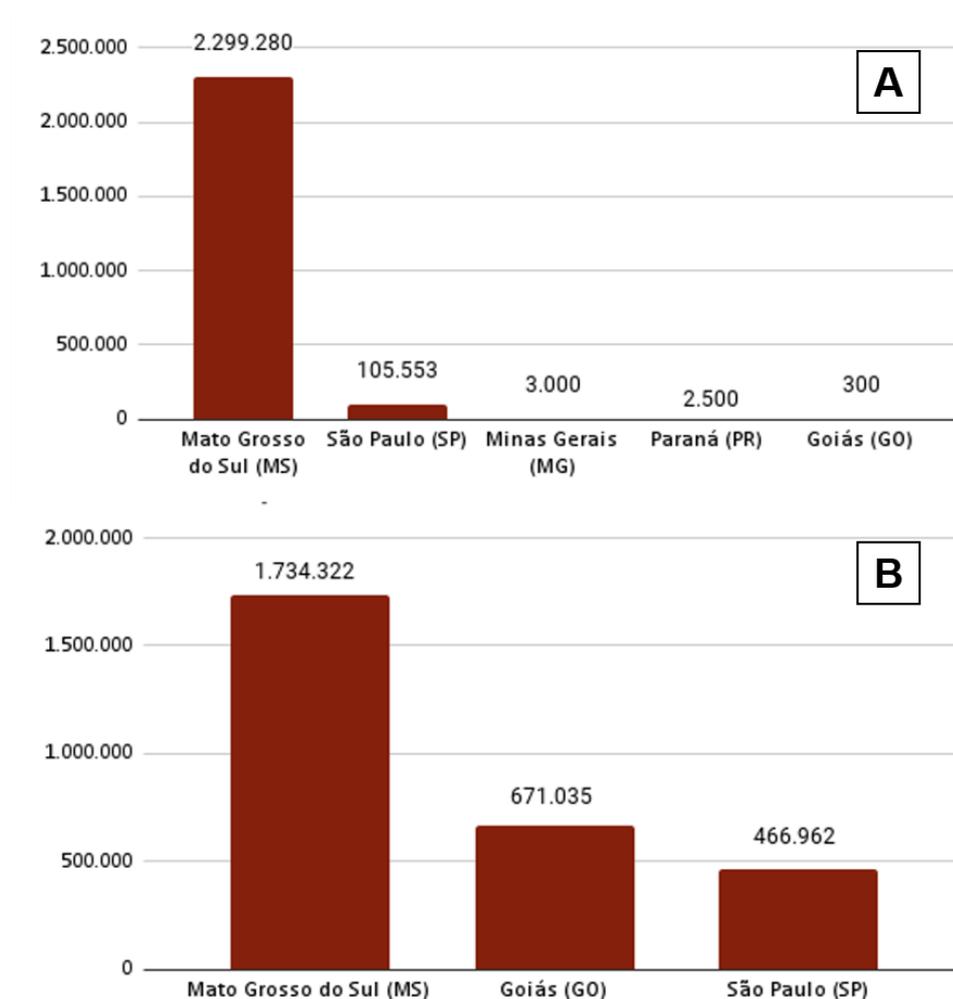
Gráfico 6: CEASA/MS: Circulação de alimentos: origem de tomate recebido – 2006 (A) e 2020 (B).



Fonte: CEASA, 2006/2020. **Organização:** autora.

O gráfico 7 apresenta a origem da mandioca comercializada pelas empresas atuantes na CEASA/MS. Em 2006 (gráfico 7-A), o produto originou-se de cinco estados e Mato Grosso do Sul apresentava a maior quantidade entregue, com 2.299.280 toneladas, seguido por São Paulo (tantas toneladas). No ano de 2020 (gráfico 7-B), a quantidade oriunda de Mato Grosso do Sul colocou o estado em primeiro lugar, mesmo apresentando queda na quantidade entregue, seguido pelo estado de Goiás.

Gráfico 7: CEASA/MS: Circulação de alimentos: origem de mandioca recebida – 2006 (A) e 2020 (B).



Fonte: CEASA, 2006/2020. **Organização:** autora.

Os pequenos agricultores têm forte participação na entrega dos produtos no estado do Mato Grosso do Sul. Neste sentido, foi levantada a problemática de que os municípios de Mato Grosso do Sul, originários da maior quantidade de alimentos comercializados na CEASA/MS, são os que possuem o maior número de assentamentos rurais e pequenos estabelecimentos. Como recorte espacial, os municípios serão analisados a partir das mesorregiões do Mato Grosso do Sul, segundo a divisão do IBGE. O estado em questão, como escrito anteriormente, possui quatro mesorregiões, a saber: Pantanaís, Centro-Norte, Leste e Sudoeste.

A mesorregião Pantanaís Sul-Mato-Grossenses possui sete municípios e 16 assentamentos de Reforma Agrária, conforme demonstrado no mapa 6. Oriundos da mesorregião em questão, no ano de 2006, foram entregues à CEASA/MS um

total de 3.113.649,86 (tabela 17). Em 2020 houve uma queda expressiva na entrega, sendo apenas 925.817,50 toneladas de alimentos.

Tabela 17: Mesorregião Pantanaís Sul-Mato-Grossense: quantidade entregue à CEASA/MS

Municípios	Toneladas recebidas 2006	Toneladas recebidas 2020
Anastácio	207.347,86	120,00
Aquidauana	6.459,00	37.620,00
Dois Irmãos do Buriti	2.899.843,00	886.577,50
Miranda	-	1.500,00
Total	3.113.649,86	925.817,50

Fonte: CEASA, 2006/2020. **Organização:** autora.

Conforme apontado na tabela 17, o município de Aquidauana apresentou aumento na entrega dos alimentos, quando comparado ao ano de 2006. Em contrapartida, o município de Anastácio apresenta queda expressiva, sendo que em 2006 foram entregues 207.347,86 toneladas, caindo para 120 em 2020. De acordo com a mapa 6 o município em questão não possui nenhum assentamento de Reforma Agrária. Anastácio possui forte concentração fundiária (tabela 18), 80% dos pequenos estabelecimentos ocupam apenas 11% da área total, por outro lado, os grandes estabelecimentos ocupam 59% da área.

Tabela 18: Anastácio: Estrutura Fundiária – 2017

Classe de Área (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Estabelecimentos - nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 200	845	80	30.399	11	35,97
200 a menos de 1.000	135	13	62.747	22	464,79
Acima de 1.000	76	7	169.328	59	2.228
Total	1.058	100	287.753	100	271,97

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017. **Organização:** autora.

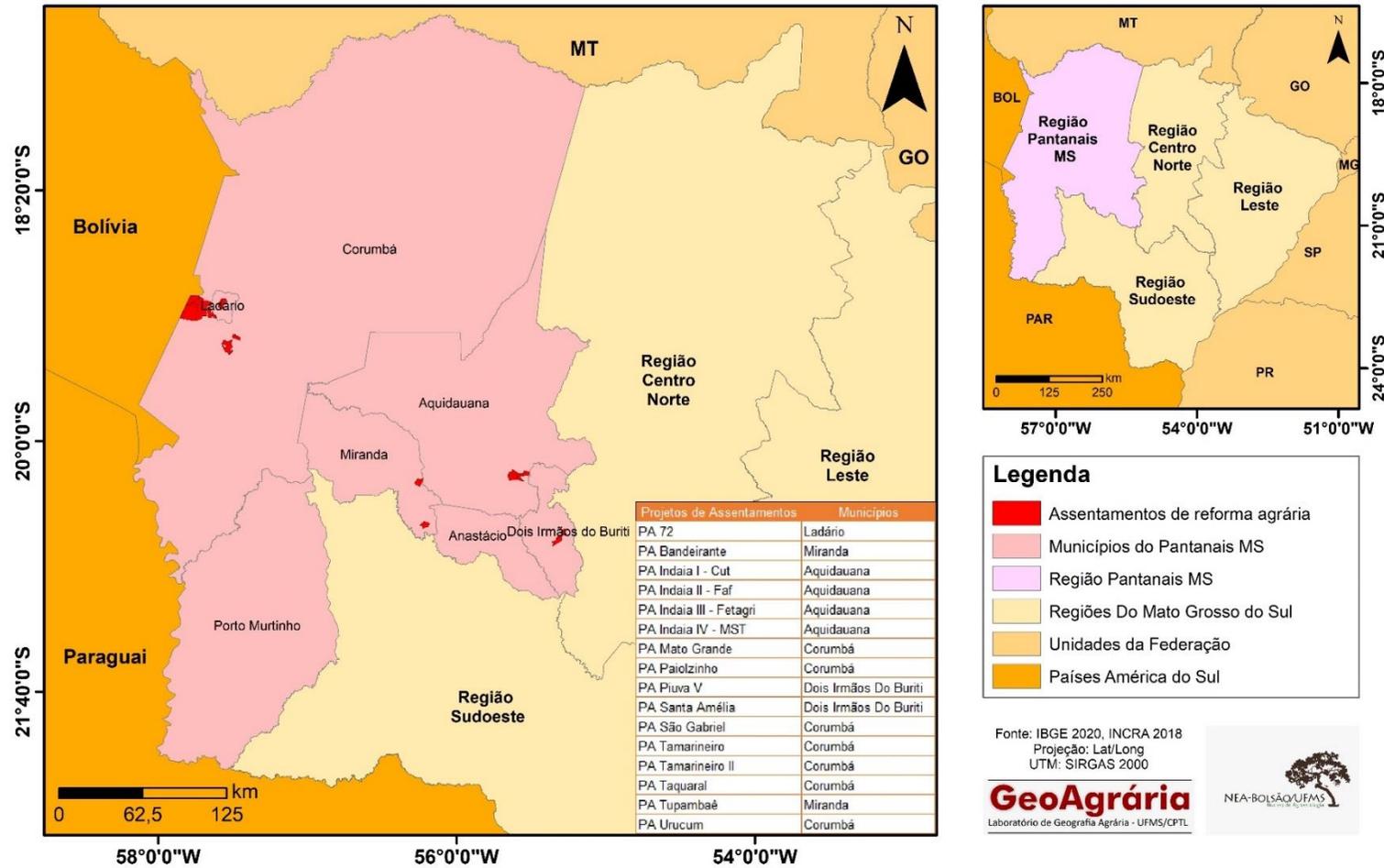
O município de Dois Irmãos do Buriti apresentou queda significativa na entrega dos produtos, em 2006 foram entregues 2.899.843,00 de toneladas, caindo para 886.577,50 em 2020. O município em questão apresenta concentração fundiária (tabela 19), visto que possui apenas dois assentamentos de Reforma Agrária. Os 580 (77%) estabelecimentos ocupam uma área de apenas 19.016 ha (9%), já os 53 (7%) grandes estabelecimentos ocupam 101.409 ha (48%), ou seja, quase a metade da área total.

Tabela 19: Dois Irmãos do Buriti: Estrutura Fundiária – 2017

Classe de Área (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Estabelecimentos – nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 200	580	77	19.016	9	32,78
200 a menos de 1.000	118	16	57.769	27	489,56
Acima de 1.000	53	7	101.409	48	1.913,37
Total	752	100	211.360	100	281,06

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017. **Organização:** autora.

Mapa 6: Mesorregião dos Pantanaís Sul Mato-grossense – localização dos assentamentos de Reforma Agrária



A Mesorregião Centro-Norte é composta por 16 municípios e 34 assentamentos de Reforma Agrária. A tabela 20 apresenta dados referente aos alimentos enviados para a CEASA/MS oriundos da mesorregião Centro-Norte. Quando comparado os anos de entrega, é possível notar o aumento de toneladas entregues em 2020 em relação ao ano de 2006. No ano de 2006 foram enviadas 15.981.390,61 toneladas, aumentando para 19.006.992,48 toneladas em 2020.

Tabela 20: Mesorregião Centro-Norte Sul-Mato-Grossense – quantidade entregue à CEASA/MS

Municípios	Toneladas recebidas 2006	Toneladas recebidas 2020
Alcinópolis	-	10.000,00
Bandeirantes	430.188,00	1.362,00
Camapuã	25.245,00	18.319,50
Campo Grande	5.934.568,17	6.466.285,41
Corguinho	2.814,00	108.606,00
Coxim	35.706,00	-
Figueirão	-	24.500,00
Jaraguari	4.070.142,69	4.518.982,90
Pedro Gomes	669.976,00	9.210,00
Rio Negro	15.425,00	49.910,00
Rio Verde de Mato Grosso	175.277,00	-
Rochedo	460.362,50	46.233,40
São Gabriel do Oeste	336.862,00	175.093,00
Sidrolândia	1.855.514,75	3.083.490,77
Sonora	640,00	183.000,00
Terenos	1.968.669,50	4.311.999,50
Total	15.981.390,61	19.006.992,48

Fonte: CEASA, 2006/2020. **Organização:** autora.

De todos os municípios listados, alguns apresentam particularidades, a exemplo de Bandeirantes, Sidrolândia e Terenos, localizados próximos à Campo Grande, capital do estado. O município de Bandeirantes possui apenas um assentamento de Reforma Agrária, apresentando forte concentração fundiária (tabela 21), 60% dos pequenos estabelecimentos ocupam apenas 6% da área total, já os 11% dos grandes estabelecimentos ocupam 59% da área. Quando analisado os dados da tabela 20, percebe-se a queda na entrega dos produtos. Em 2006 foram enviadas 430.188 toneladas, caindo para apenas 1.362 em 2020, não apresentando destaque na entrega.

Tabela 21: Bandeirantes: Estrutura Fundiária – 2017

Classe de Área (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Estabelecimentos – nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 200	425	60	15.881	6	37,36
200 a menos de 1.000	196	28	92.452	35	471,69
Acima de 1.000	78	11	158.922	59	2.037,46
Total	704	100	267.263	100	379,63

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017. **Organização:** autora.

Em contrapartida, o município Sidrolândia apresentou aumento expressivo na entrega dos produtos, em 2006 foram enviadas 1.855.514,75 toneladas, saltando para 3.083.490,77 toneladas em 2020. O fato que pode ter contribuído com esse aumento pode estar associado com o número de assentamentos de Reforma Agrária presentes nesse município, sendo 16 no total (mapa 7). Mesmo que o município apresente significativa concentração fundiária (tabela 22), certamente os pequenos estabelecimentos são protagonistas na produção, no total são 3.789 (93%) pequenos estabelecimentos, ocupando 60.5544 ha (14%), por outro lado, os 107 (3%) grandes estabelecimentos ocupam 255.485 ha (60%).

Tabela 22: Sidrolândia: Estrutura Fundiária – 2017

Classe de Área (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Estabelecimentos – nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 200	3.789	93	60.554	14	15,98
200 a menos de 1.000	190	5	96.300	23	506,84
Acima de 1.000	107	3	255.485	60	2.387,71
Total	4.087	100	425.339	100	104,07

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017. **Organização:** autora.

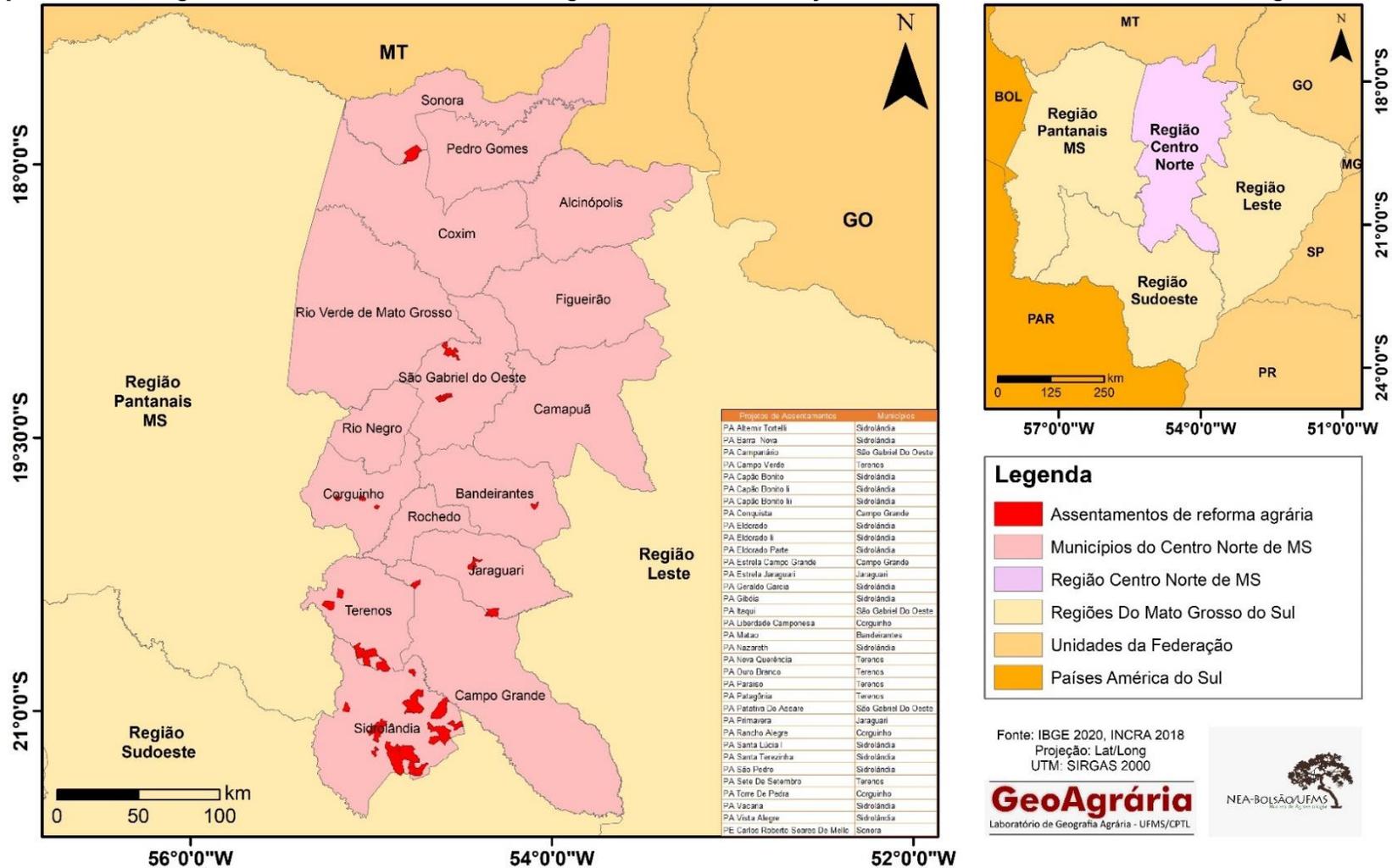
O município de Terenos também apresentou aumento significativo, quando analisada a tabela 20 é possível notar o aumento do quantitativo entregue à CEASA/MS. No ano de 2006, foram entregues 1.968.669,50 toneladas, aumentando para 4.311.999,50 toneladas em 2020. Em comparação aos outros municípios supracitados, mesmo possuindo as terras concentradas, não é tão forte como é o caso de alguns municípios. Sendo assim, 90% dos pequenos estabelecimentos (tabela 23), ocupam área de 18% em relação a total; 7% dos médios estabelecimentos ocupam 34% da área e, os 2% dos grandes estabelecimentos, ocupam 48% da área. Ainda, o referido município possui seis assentamentos de Reforma Agrária.

Tabela 23: Terenos: Estrutura Fundiária – 2017

Classe de Área (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Estabelecimentos – nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 200	2.357	90	46.811	18	19,86
200 a menos de 1.000	186	7	87.841	34	472,26
Acima de 1.000	62	2	124.574	48	2.009,25
Total	2.606		259.228		99,77

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017. **Organização:** autora.

Mapa 7: Mesorregião dos Centro-Norte Sul Mato-grossense – localização dos assentamentos de Reforma Agrária



A Mesorregião Leste é formada por 17 municípios, possuindo 21 assentamentos de Reforma Agrária (mapa 8). A tabela 24 apresenta a quantidade de alimentos comercializados para o entreposto oriundos da Mesorregião Leste. Mesmo ocorrendo aumento em 2020, em relação aos números de 2006, os números não são expressivos.

Tabela 24: Mesorregião Leste – quantidade entregue à CEASA/MS

Municípios	Toneladas recebidas 2006	Toneladas recebidas 2020
Água Clara	76.596,00	-
Anaurilândia	84.000,00	-
Aparecida do Taboado	-	347.288,00
Bataguassu	-	66.500,00
Cassilândia	46.126,00	3.000,00
Chapadão do Sul	19.156,00	-
Inocência	40.300,00	73.460,00
Nova Andradina	183.300,00	28.000,00
Paranaíba	-	892.923,00
Ribas do Rio Pardo	1.094.052,90	6.470,00
Santa Rita do Pardo	-	356.400,00
Taquarussu	120.830,00	-
Três Lagoas	305.974,00	225.680,00
Total	1.970.334,90	1.999.721,00

Fonte: CEASA, 2006/2020. **Organização:** autora.

Quando analisados o singular, como é o caso do município de Paranaíba, é possível notar a quantidade entregue à CEASA/MS no ano de 2020, sendo 892.923 toneladas, visto que, no ano 2006 não foi entregue nenhum alimento ao entreposto (tabela 24). Vale salientar que o município em questão não possui forte concentração fundiária (tabela 25), quando comparado aos outros municípios. Neste sentido, 64% dos pequenos estabelecimentos, ocupam 14% da área; 30% dos médios estabelecimentos, ocupam 46% da área e os 6% dos grandes estabelecimentos, ocupam 40% da área total. Além disso, o município possui um assentamento de Reforma Agrária.

Tabela 25: Paranaíba: Estrutura Fundiária – 2017

Classe de Área (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Estabelecimentos – nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 200	1.098	64	70.370	14	64,08
200 a menos de 1.000	509	30	229.365	46	450,61
Acima de 1.000	104	6	196.360	40	1.888,07
Total	1.711	100	496.096	100	289,94

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017. **Organização:** autora.

Os municípios com forte territorialização do capital são os que diminuiram a quantidade entregue de produtos ou que não realizaram nenhuma entrega, como

é o caso de Água Clara, em 2006 entregou 76.596,00 toneladas de alimentos, em contrapartida, em 2020, não realizou nenhuma entrega (tabela 24). Já em Ribas do Rio Pardo houve a diminuição da quantidade entregue, em 2006 foram entregues 1.094.052,90 toneladas, caindo para 6.470 toneladas em 2020.

É possível notar a forte concentração fundiária no município de Ribas do Rio Pardo (tabela 26). Os 433 pequenos estabelecimentos ocupam 14.307 ha, em contrapartida, os grandes estabelecimentos, sendo 422, ocupam 1.380.033 ha.

Tabela 26: Ribas do Rio Pardo: Estrutura Fundiária – 2017

Classe de Área (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Estabelecimentos – nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 200	433	36	14.307	1	33,04
200 a menos de 1.000	345	29	201.432	13	583,86
Acima de 1.000	422	35	1.380.033	86	3.270,22
Total	1.203	100	1.595.770	100	1.326,49

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017. **Organização:** autor

Em Ribas do Rio Pardo a queda na entrega dos produtos ao CEASA/MS pode estar associada não somente pela forte concentração fundiária, mas também, pelo avanço do cultivo de eucalipto nesse município. Quando se comparam as tabelas de entrega dos municípios é possível notar que Três Lagoas entregou a maior quantidade em toneladas de alimentos em relação a Ribas do Rio Pardo, mesmo distante 97 km de distância da capital do estado, Campo Grande.

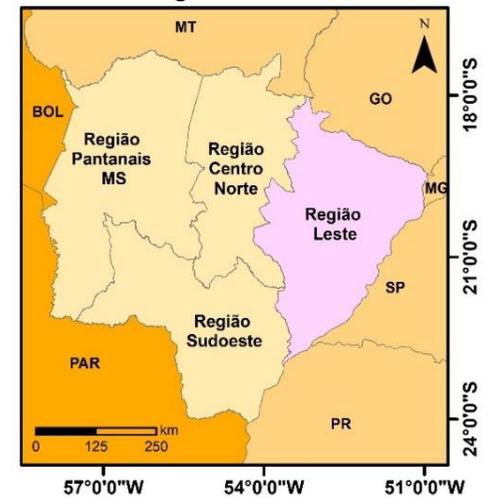
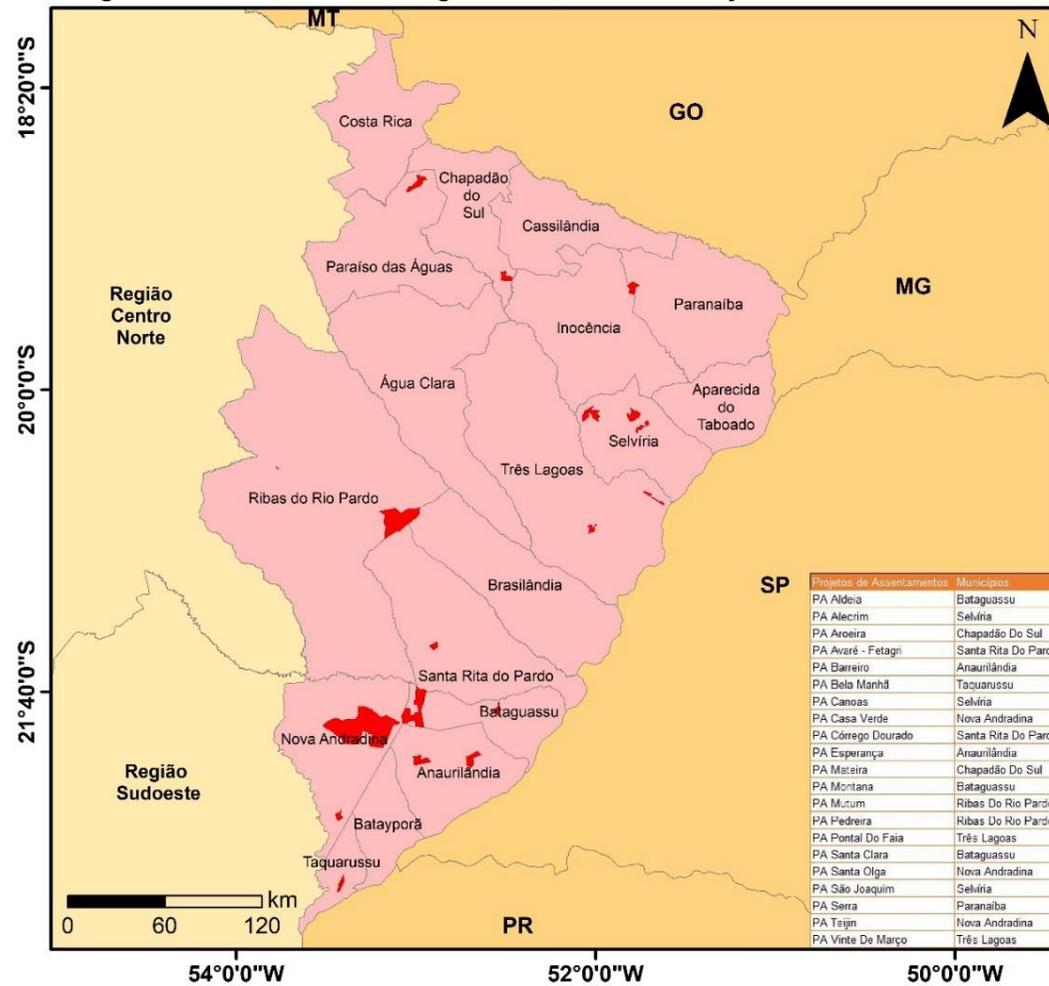
O município de Três Lagoas também tem territorialização do capital, no entanto, conforme demonstrado nos dados na tabela 24, a quantidade entregue nunca foi expressiva, pois no ano de 2006 foram entregues 305.974 toneladas, caindo para 225.680,00 toneladas em 2020. Conforme exposto na tabela 27, é possível afirmar que o município em questão possui forte concentração fundiária, os 570 pequenos estabelecimentos ocupam 24.859 ha, já os 174 grandes ocupam 727.542 ha. O município de Três Lagoas possui dois assentamentos de Reforma Agrária.

Tabela 27: Três Lagoas: Estrutura Fundiária – 2017

Classe de Área (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Estabelecimentos – nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 200	570	52	24.859	3	43,61
200 a menos de 1.000	355	32	184.246	20	519
Acima de 1.000	174	16	727.542	78	4.181,27
Total	1.101	100	936.648	100	850,72

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017. **Organização:** autora

Mapa 8: Mesorregião do Leste Sul Mato-grossense – localização dos assentamentos de Reforma Agrária



Legenda

- Assentamentos de reforma agrária
- Municípios do leste de MS
- Região Leste de MS
- Regiões Do Mato Grosso do Sul
- Unidades da Federação
- Países América do Sul

Fonte: IBGE 2020, INCRA 2018
 Projeção: Lat/Long
 UTM: SIRGAS 2000

GeoAgrária
 Laboratório de Geografia Agrária - UFMS/CPTL



A Mesorregião Sudoeste é composta por 38 municípios e 78 assentamentos de Reforma Agrária. No ano de 2006, foram comercializadas 603.270 toneladas de produtos oriundos desta mesorregião, apresentando um aumento em 2020, sendo 1.977.458 toneladas, conforme demonstrado na tabela 28.

Tabela 28: Mesorregião Sudoeste – quantidade entregue à CEASA/MS

Municípios	Toneladas recebidas 2006	Toneladas recebidas 2020
Angélica	18.560,00	-
Antonio João	20.255,00	-
Bodoquena	75.281,00	12.062,00
Bonito	-	5.640,00
Deodópolis	-	645.200,00
Dourados	73.030,00	34.776,00
Eldorado	-	117.310,00
Fátima do Sul	56.000,00	80.700,00
Glória de Dourados	-	815.910,00
Ivinhema	231.171,00	-
Japorã	-	56.370,00
Jateí	-	70.000,00
Maracajú	27.545,00	14.000,00
Mundo Novo	10.000,00	-
Naviraí	-	30.000,00
Nioaque	12.583,00	45.080,00
Nova Alvorada do Sul	-	32.895,00
Ponta Porã	-	17.515,00
Rio Brillhante	78.845,00	-
Total	603.270,00	1.977.458,00

Fonte: CEASA, 2006/2020. **Organização:** autora.

Quando analisada a tabela 28 é possível notar que Ivinhema foi o município da Mesorregião Sudoeste que mais entregou alimentos para a CEASA/MS em 2006, totalizando 231.171 toneladas. No entanto, quando analisado o ano de 2020, este município não realizou nenhuma entrega para a CEASA/MS. O município de Ivinhema possui apenas um assentamento de Reforma Agrária (mapa 9) e a tabela 29 expõe a concentração fundiária existente nesse município. Os 1.226 pequenos estabelecimentos ocupam 30.921 ha, já os 23 grandes ocupam 134.884 ha.

Tabela 29: Ivinhema: Estrutura Fundiária – 2017

Classe de Área (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Estabelecimentos – nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 200	1.226	93	30.921	16	25,22
200 a menos de 1.000	65	5	31.864	16	490,21
Acima de 1.000	23	2	134.884	68	5.864,52
Total	1.315	100	197.670	100	150,31

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017. **Organização:** autor

Em contrapartida, o município de Glória de Dourados não realizou nenhuma entrega no ano de 2006 (tabela 28), contudo, no ano de 2020, este município enviou

815.910,00 toneladas de alimentos para a CEASA/MS. O fator que possa ter contribuído com essa entrega, diferentemente dos outros municípios que apresentaram queda, é que este município não possui forte concentração fundiária, mesmo tendo apenas um assentamento de Reforma Agrária, os 93% dos pequenos estabelecimentos, ocupam 51% da área total (tabela 30)¹¹.

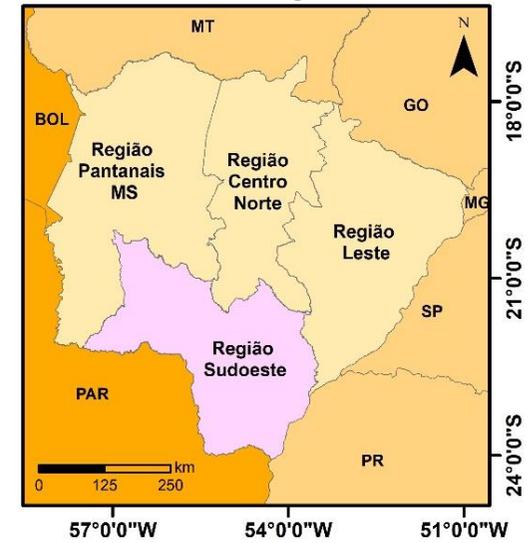
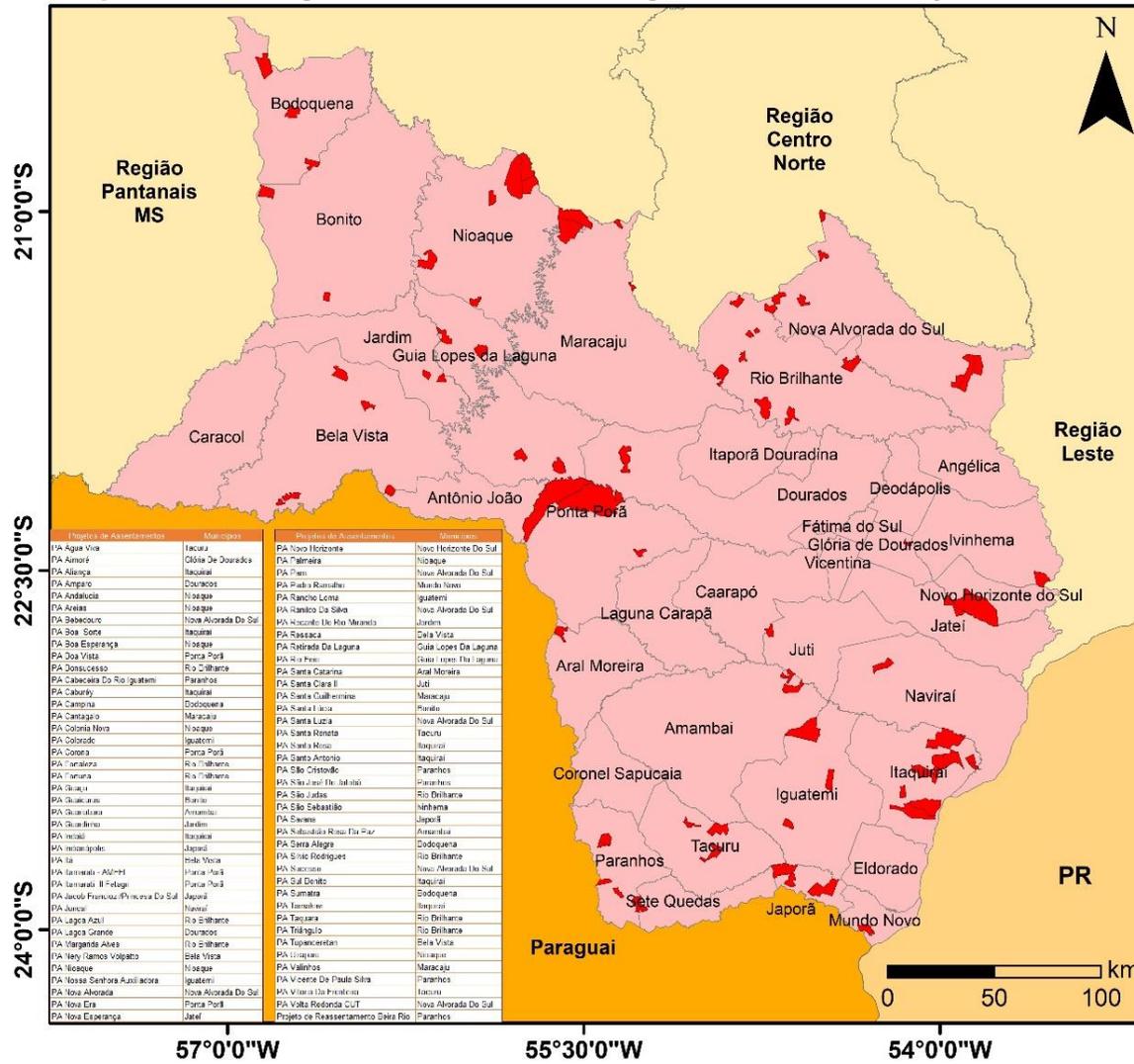
Tabela 30: Glória de Dourados: Estrutura Fundiária – 2017

Classe de Área (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Estabelecimentos – nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 200	694	93	21.444	51	30,89
200 a menos de 1.000	49	7	19.231	46	392,46
Acima de 1.000	1	0	-	0	0
Total	744	100	41.695	100	56,04

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017. **Organização:** autora.

¹¹ Para saber mais, ler: “As Linhas da campesinidade na (in)subordinação camponesa em Glória de Dourados/MS”, de MOTTA (2013). Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/791>

Mapa 9: Mesorregião Sudoeste Sul Mato-grossense – localização dos assentamentos de Reforma Agrária



Legenda

- Assentamentos de reforma agrária
- Municípios do Sudoeste de MS
- Região Sudoeste de MS
- Regiões Do Mato Grosso do Sul
- Unidades da Federação
- Países América do Sul

Fonte: IBGE 2020, INCRA 2018
 Projeção: Lat/Long
 UTM: SIRGAS 2000

GeoAgrária
 Laboratório de Geografia Agrária - UFMS/CPTL



Os municípios analisados apresentam particularidades agrícolas e agrárias, de fato, nem todos possuem um número significativo de pequenos estabelecimentos ou assentamentos de Reforma Agrária foram os que mais entregaram para a CEASA/MS. Diversos são os fatores que possivelmente contribuíram para que os alimentos não fossem entregues ao entreposto.

Por vezes, a ausência do Estado em criar ou manter políticas públicas contribui para a não produção de alimentos, interferindo diretamente na renda camponesa. Além disso, os fatores naturais, como a seca e a geada, interferem na produção, dificultando a inserção no mercado. Em outros casos, são apenas estratégias camponesas que buscam alternativas de comercialização para inviabilizar a ação dos atravessadores. Em algumas situações, os camponeses não trabalham estritamente com a agricultura, mas com a produção de leite, indústria doméstica, por exemplo.

Em geral, os camponeses têm dificuldade em atender a demanda do mercado atacadista, uma vez que ocorre o autoconsumo da família e a venda do excedente nos mercados locais e mercados institucionais, tendo como exemplo o PNAE e o extinto PAA (como será visto adiante) que viabilizam a comercialização, pois, os camponeses não querem subordinação total. Por outro lado, devem comercializar com atravessadores originários de outros municípios, que comercializam na CEASA/MS.

Reforma Agrária e as políticas públicas interferem diretamente no campo e na cidade, ao passo que no campo interferem na (re)produção dos camponeses, na cidade, a população é afetada pela falta de alimentos acarretando, no limite, a fome ou não, quando a produção a alcança.

CAPÍTULO III – DESMONTE DA REFORMA AGRÁRIA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA

Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome.
(CASTRO, 1984, p. 48).

Figura 7: PA 20 de Março/Três Lagoas (MS)



Fonte: Trabalho de campo. **Foto:** MACEDO, R. F. 08 dez. 2020.

3.1 A fome no Brasil: breves considerações

No capítulo anterior, foram abordados os conceitos de regime alimentar e de Impérios Alimentares para se compreender como ocorreu a inserção do alimento na lógica capitalista de produção, proporcionando a produção/reprodução ampliada do capital. O negócio do alimento não deve ser compreendido apenas na produção propriamente dita, embora seja elemento central, mas deve ser compreendido, também, na circulação, no consumo e no desmonte de políticas públicas.

Coca (2016) aponta que o consumo de alimentos deve ser analisado a partir de dois fatores, sendo: quantidade e a qualidade de alimentos. Esses fatores podem ser afetados pela circulação de alimentos, quando ocorre a dependência de sua importação, afetando diretamente a soberania e a segurança alimentar. E é justamente por isso que a Reforma Agrária e a Agroecologia são indispensáveis na busca da soberania e da segurança, pois, mediante democratização do acesso à terra é possível ter uma agricultura com princípios agroecológicos que respeita a vida, que proporciona renda justa e alimentos saudáveis. Adiante, será abordada a fome no Brasil e como os descaminhos da Reforma Agrária e o desmonte/extinção das políticas públicas voltadas para agricultura familiar camponesa interferem diretamente na questão da fome.

A questão da fome e da pobreza no Brasil sempre foi um problema estrutural, seja antes dos escritos de Josué de Castro (1946), seja agora, em 2021, quando o mundo vivencia a crise sanitária intensificando o problema existente, sobretudo no Brasil pela ineficiência do Estado em criar políticas públicas de combate à fome. Contudo, para que se possa entender a “volta” do Brasil ao mapa da fome¹², ressaltando que a ONU não publicou oficialmente o retorno do país ao mapa da fome, faz-se necessário entender, mesmo que em breves considerações, o papel dos diferentes governos (sobretudo a partir do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva até o Governo de Jair Messias Bolsonaro) no combate à fome, à insegurança alimentar e à pobreza.

¹² Disponível em: <<https://pesquisassan.net.br/>>. Acesso: 28 out. 2021.

Josué de Castro teve a primeira edição do seu livro “Geografia da Fome” publicada em 1946. Em 1984 foi publicada outra edição e, nesta obra, o autor realiza a divisão do território brasileiro em cinco áreas para abordar a questão da fome e da subnutrição no Brasil, permitindo a formação do mosaico alimentar no Brasil, sendo: Área da Amazônia; Área da Mata do Nordeste; Área do Sertão do Nordeste; Área do Centro-Oeste e Área do Extremo Sul (figura 8).

Figura 8: Brasil: áreas alimentares – Amazônia, Nordeste açucareiro, Sertão Nordestino, Centro-Oeste e Extremo Sul



Fonte: Castro (1984, p. 31).

Das cinco áreas apresentadas, a da Amazônia, do Sertão e da Mata do Nordeste eram marcadas pela fome coletiva. No Extremo do Sul e no Centro-Oeste a insuficiência alimentar não era tão gritante em relação às outras áreas, não quer dizer que não existiam grupos que vivenciam a fome, pois nesse caso, a questão da fome tomava formas “discretas”. Segundo o autor:

Nas outras duas regiões, a do Centro-Oeste e a do Extremo Sul, embora os hábitos alimentares estejam longe de ser perfeitos, não se apresentam, contudo, deficiências alimentares tão pronunciadas, a ponto de arrastarem a maioria da coletividade aos estados de fome. É verdade que também se manifestam nestas áreas os desequilíbrios e as carências alimentares, sejam em suas formas discretas, subclínicas, sejam mesmo em

suas exteriorizações completas, mas sempre como quadros de exceção, atingindo grupos reduzidos, representantes de determinadas classes, e não massas inteiras de populações, quase sua totalidade, como ocorre nas três outras áreas alimentares do país. Num rigorismo tecnológico, que se faz necessário, são estas áreas do Centro e do Sul áreas de subnutrição e não propriamente áreas de fome. (CASTRO, 1984, p. 51-52).

Josué de Castro (1984) apontava em sua obra a precariedade nutricional ingerida pela população brasileira, em sua pesquisa, algumas regiões apresentavam a fome crônica, em outras a forma “mais discreta” da fome, a subnutrição. Para ele, o problema da fome estava relacionada com os fatores socioculturais e não de fatores naturais geográficos (CASTRO, 1984).

Para Castro (1984), nas situações de fome é notório o déficit nutricional, sejam nas áreas de fome endêmicas (fome permanente) nas áreas Amazônicas e Nordeste açucareiros (figura 5), sejam nas epidemias de fome (manifestações de fome transitórias), como é o caso do Sertão nordestino, em que a fome não está associada apenas aos hábitos da vida cotidiana, mas, também, relacionada aos fatores climáticos. O autor relata ainda a insuficiência no consumo de alimentos, como a carne, o leite, queijo, manteiga, frutas e verduras. Em suas palavras:

Para que uma determinada região possa ser considerada área de fome, dentro do nosso conceito geográfico, é necessário que as deficiências alimentares que aí se manifestam incidam sobre a maioria dos indivíduos que compõem seu efetivo demográfico. (CASTRO, 1984, p. 51).

De acordo com Castro (1984), não se deve compreender a fome pela fome, mas, compreender os processos causadores da fome, como a falta de alimentos ou a má alimentação que acarretam a subnutrição e no extremo, a morte. Ora, se o Brasil possui grande extensão territorial e condições naturais para produzir e alimentar toda a sua população, por que não se faz? Castro (1984), para compreender a fome e a subnutrição no Brasil, realiza uma exaustiva análise das diferentes áreas do mosaico alimentar e aponta alguns fatores que geram/contribuem com essa barbárie, veja:

[...] Em certo aspectos, a política de industrialização intensiva concentrada na região Sul do país, onde já existia um sistema econômico integrado por uma economia de exportação à base do café e uma incipiente economia industrial, acentuou e agravou ainda mais os desníveis já existentes. O desnível

regional entre a área o Sul e as do Norte e Nordeste e o desnível setorial entre a indústria e a agricultura. (CASTRO, 1984, p. 276).

Segundo o autor, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS, atual BNDES) promoveu o desenvolvimento econômico em algumas regiões do Brasil via crédito, contudo, os valores destinados para as regiões não foram iguais, provocando o que é chamado pelo autor de desnível regional de uma região em relação a outra. Tomando como exemplo, o autor aponta que 49% dos investimentos foram para Região do Leste, 41% para Região do Sul e apenas 4% para o Nordeste. Esse fator, segundo o autor, contribuiu para a fome do Nordeste. Taís investimentos contribuíram para o desenvolvimento industrial em algumas regiões do país.

A monocultura latifundiária e a concentração fundiária são permanências na atualidade, resultado da aliança entre capitalistas e latifundiários (NARDOQUE, 2017), que também contribui para a fome no Brasil. De toda forma, nas últimas décadas, houve a integração entre agricultura e indústria, resultante da expansão das relações capitalista no campo, mas não eliminando o problema da fome no Brasil. Assim, para Castro (1984), a fome é um problema histórico, portanto estrutural, tornando-se sua tese ainda contemporânea.

Para resolver a questão da fome no Brasil faz-se necessário a criação/efetivação de políticas estruturais, ou seja, que causem mudanças na estrutura da sociedade, como a democratização do acesso à terra via Reforma Agrária, políticas públicas voltadas para agricultura familiar camponesa, políticas de acesso aos alimentos e de distribuição de renda. Assim, no próximo subcapítulo serão analisadas as estratégias criadas por diferentes governos com objetivo de solucionar a fome e a busca pela segurança alimentar e nutricional no Brasil.

3.2 Breves considerações sobre as três fases de combate à fome no Brasil

Além da publicação do livro e outras ações de Josué de Castro, desdobraram-se outros trabalhos referentes à fome no Brasil. Segundo Belik; Graziano da Silva; Takagi (2001) foram realizados vários estudos com as mais

diversas metodologias e todas chegaram em um fator comum: a questão da fome estava relacionada com a falta de renda.

Contudo, em minha análise, a questão da fome deve ser compreendida além da falta de renda e pela má gestão do abastecimento, embora sejam fatores importantes e indispensáveis para entender a fome no Brasil, deve ser entendida também pelo viés da concentração fundiária como já foi abordado anteriormente. Isso porque, a concentração fundiária possibilita o avanço da agricultura capitalista no campo, ao mesmo tempo que pode ser utilizada como reserva de valor e/ou reserva patrimonial. A concentração fundiária se torna um problema agrário e agrícola, interferindo tanto na reprodução da classe camponesa, quanto na produção de alimentos.

O debate da fome no século passado gerou diversas mobilizações acerca do tema e, somente com pressão social que o governo brasileiro iniciou discussões referentes à questão da fome e estratégias para combatê-la. Para Belik; Graziano da Silva; Takagi (2001), as políticas de combate à fome passaram por três fases, assim:

O diagnóstico e as políticas recomendadas para o combate à fome no Brasil passaram por três fases. Até os anos [19]30, os problemas de abastecimento estavam associados à questão da oferta de alimentos para a população que crescentemente se dirigia às metrópoles. Desse período até o final dos anos [19]80, a fome passou a ser encarada como um problema de intermediação e as políticas se voltaram para a regulação de preços e controle da oferta. Finalmente, com o início dos anos [19]90, os problemas de abastecimento passaram a ser combatidos, supostamente, através da desregulamentação do mercado na esperança de que o crescimento econômico pudesse proporcionar renda, emancipando as famílias pobres e alcançando a cidadania. (BELIK; GRAZIANO DA SILVA; TAKAGI, 2001, p.119).

No Brasil colônia e no imperial, segundo os autores, a produção de alimentos estava relacionada ao auto abastecimento de quem vivia nas propriedades rurais. No período colonial, a escassez de alimentos foi relativamente resolvida com a importação de arroz, por exemplo, e a introdução de alimentos diversos, como feijão, farinha de mandioca e miúdos de porcos. No entanto, no século XIX, dois fatores foram cruciais para a falta de alimentos e para elevação do preço, sendo: expansão do monocultivo do café para exportação e o fim do tráfico de escravizados. Segundo os autores, em 1917, a

situação da fome se agravou, isso porque a escassez dos alimentos estava relacionada com a exportação de produtos para os abastecimentos dos países europeus envolvidos na Primeira Guerra (1914-1918).

A crise dos anos [19]30 inaugura um período de intervenções públicas federais no abastecimento. O governo Vargas implantou um largo aparato de intervenção no qual cada autarquia (açúcar e álcool, mate, sal, café, trigo, etc.) deveria zelar pelo equilíbrio dos mercados interno e externo e pelos preços remuneradores aos produtores. É justamente nesse período que se agrava o problema da oferta, tendo em vista a desestruturação da agricultura cafeeira. Esta, por um lado, contribuía para a oferta de gêneros de primeira necessidade e, por outro, segurava um grande contingente populacional no campo. (BELIK; GRAZIANO DA SILVA; TAKAGI, 2001, p.120).

Em 1950, as ações governamentais estavam voltadas para distribuição, com intervenção direta no abastecimento de alimentos, como a criação do Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap) no ano de 1951. Sua concepção abriu espaço, posteriormente, para o surgimento de novos órgãos voltados para a fiscalização, armazenamento, distribuição e regulação de estoques, como os órgãos criados no Governo de João Goulart (1961-1964), na intenção de equilibrar a produção e a comercialização e, assim, evitar a especulação. Ainda naquele mesmo período, foi criado o Entrepasto Terminal de São Paulo, sendo o ponto de partida, para mais tarde surgirem o Ceagesp e as Centrais de Abastecimento.

Sendo assim:

O surgimento do entreposto em São Paulo e a criação da Cobal marcam uma mudança radical no rumo das políticas de abastecimento. Até então, o poder público tinha como objetivo apenas fiscalizar e controlar os canais de comercialização. A partir da década de [19]60, o poder público chama para si a tarefa de distribuir e fazer chegar até o consumidor os alimentos necessários. Em outras palavras: deixam-se de lado os aspectos normativos e a atuação passa a ser direta na gestão do sistema de abastecimento. A preocupação principal não era combater diretamente o problema da fome, mas sim dar uma resposta à sociedade que exigia preços mais baixos. (BELIK; GRAZIANO DA SILVA; TAKAGI, 2001, p.121).

Valério (2017) também apontou a atuação direta do Estado na organização e regulamentação no abastecimento. Segundo o autor, o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC) sob coordenação da Companhia Brasileira de Alimentação (COBAL), atuou na implantação de centro

de abastecimentos tanto nas capitais quanto nas importantes cidades localizadas no interior.

Assim entre os anos de 1972 e 1979 centenas de CEASAS foram construídos, totalizando 47 entrepostos, destas, 13 pertenciam à Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) (VALÉRIO, 2017). Segundo o autor, os entrepostos não atuaram no sentido de aproximar o agricultor familiar do consumidor ao contrário, acentuou o distanciamento, em suas palavras:

[...] as ações promovidas pelo Estado no sentido de organizar a distribuição de alimentos no Brasil, sobretudo no que diz respeito à criação de grandes centrais de abastecimento, resultou não na apresentação entre produtores e consumidores, mas na institucionalização do seu distanciamento, posto que a relação entre ambos passou a ser referenciada pela figura do atravessador, o que implicou no aumento das distâncias percorridas entre os extremos da alimentação (VALÉRIO, 2017, p. 162).

Neste sentido, Valério (2017) apontava os descaminhos das CEASAs, visto que, o que era para unir os agricultores familiares camponeses e os consumidores, foi apropriado pelos grandes atacadistas. Deste modo, o Estado atuou mais uma vez em benefício dos grandes, que se apropriaram das infraestruturas criadas e mantidas pelo Estado para a reprodução do capital. Oliveira (1999) apontou que um dos caminhos para reprodução do capital, via CEASA, ocorre pela monopolização do território, no qual ocorre a subordinação da renda camponesa ao capital. Todavia, a subordinação da produção camponesa é possível pela ação do atravessador que atua como representante comercial, colocando essa produção à circulação, controlando a produção do campo, o valor desta produção e o que será consumido na cidade.

Portanto, pensava-se a falta de alimentos associada com a ausência de abastecimento e, assim, a partir dos anos 1950, houve esforços de modernizar a agricultura resultando mudanças no campo, sobretudo no anos 1970 e 1980. Deste modo, dois pontos são fundamentais para entender a modernização do campo naquele período: o primeiro via na modernização a solução para o problema da fome; o segundo estava relacionado ao aumento da modernização do campo via crédito rural. Este segundo foi crucial para a modernização do campo, no entanto, a extensiva produção nas grandes propriedades estava voltada para a produção de monocultivos, sobretudo para exportação.

Sendo assim, mesmo que tenha ocorrido o aumento da produção, os preços dos alimentos continuaram elevados, ou seja, a questão da fome não tinha se resolvido, pois, ocorreu aumento nos preços dos produtos de quase 150% em relação ao período de 1971 a 1980 em relação à próxima década.

Portanto:

Entre 1971 e 1980, o IPA – Índice de Preços no Atacado de produtos agrícolas (IPA-DI) apresentou taxa média anual de 30,4% contra um IPA-DI para todos os produtos da ordem de 27,6%. Na década seguinte, no período 1981-1990, esse índice subiu para 208,5% (média anual) contra 203,9% do IPA-DI (média anual) para todos os produtos. (BELIK; GRAZIANO DA SILVA; TAKAGI, 2001, p.121).

Segundo Belik; Graziano da Silva; Takagi (2001), existiam dois fatores chave para compreender a questão da fome nos anos 1990. O primeiro fator estava relacionado à comercialização dos alimentos, pois, mesmo com toda estrutura criada, até a década de 1990, o Estado brasileiro não conseguiu controlar o preço dos alimentos. A CEASA, por exemplo, foi criada com a intenção de aproximar os agricultores e consumidores, mas não aconteceu, ao contrário, acentuou a distância entre estes e favoreceu os atacadistas privados.

Sendo assim:

No sistema de atacado, as Ceasas jamais funcionaram como espaços de aproximação de produtores e consumidores. Ao contrário: tão logo elas se estabeleceram, o sistema passou a ser controlado por atacadistas privados que se consolidaram como um novo elo na cadeia de distribuição. Durante todo esse período, pouca coisa se alterou também no sistema de escoamento da produção, embalagens e mecanismos de formação de preços. Na prática, os agentes e os mercados tradicionais passaram a atuar nos novos espaços patrocinados pelo poder público sem mudanças e maiores efeitos na oferta. (BELIK; GRAZIANO DA SILVA; TAKAGI, 2001, p.121).

O segundo ponto está relacionado ao aumento do consumo de produtos industrializados, esses produtos estão mais presentes nas cestas básicas consumidas pelos brasileiros. Assim, houve diminuição no consumo dos produtos *in natura* em relação aos produtos industrializados ou semipreparados (BELIK; GRAZIANO DA SILVA; TAKAGI, 2001). Deste modo:

[...] com a urbanização e a mudança dos hábitos alimentares da população, cresceu o consumo de produtos industrializados ou semipreparados. Assim, uma parte cada vez mais importante da produção agrícola acabava por seguir outros circuitos, passando de um bem final de consumo a um insumo para a indústria de

alimentos e, daí, para os supermercados e mercearias. (BELIK; GRAZIANO DA SILVA; TAKAGI, 2001, p. 122).

Portanto, a tentativa do Estado de criar ações de controlar a distribuição não foram o suficiente para acabar ou diminuir a fome, pois não ocorreu a aproximação entre os agricultores e consumidores e tampouco o aumento de renda para que a população vulnerável pudesse adquirir esses alimentos. Deste modo, o Estado criou políticas assistenciais para atender diretamente a população, no entanto, não houve uma política efetiva de combate à fome, como foram presentes no aumento da produção agropecuária.

O primeiro programa governamental de grande abrangência foi o Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes (PNLCC), em 1986, no Governo José Sarney. O PNLCC era vinculado à Presidência da República, assim, eram distribuídos cupons para famílias cadastradas em entidades de base, sendo recebido um litro de leite por criança. Sendo assim:

Embora não haja informações sobre o custo desse programa e sobre os resultados das metas estabelecidas – atender mais de 10 milhões de crianças (Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1986:17) - observou-se aumento significativo na produção de leite no país (20,1% entre 1986 e 1990) e crescimento no consumo per capita de 94 litros/ano para 109 litros/ano nesse período. Vale lembrar, também, que essa foi a primeira experiência na implementação de políticas, cujas metas foram traçadas de baixo para cima. Foi também a primeira experiência de compra pública de gêneros alimentícios feita diretamente na rede comercial constituída. Não se estabeleceram novos canais de comercialização nem se distribuiu alimento em espécie, e sim o meio de compra para a aquisição de alimentos. (BELIK; GRAZIANO DA SILVA; TAKAGI, 2001, p. 122).

A partir destas experiências e mediante as mobilizações no início da década dos anos 1990, em torno da temática da fome e a forte pressão das oposições políticas, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), em maio de 1993, pelo Governo Itamar Franco (1992-1994), vinculado à Presidência da República e participação de organizações não governamentais.

O retorno da discussão da fome marca a terceira fase, sobretudo a partir dos anos 2000, impulsionada pelas manifestações promovidas nos anos 1990, sobretudo pelo enfraquecimento de políticas de combate à fome, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o Governo Collor

de Melo (1990-1992) e pela extinção do CONSEA, em 1995, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Além disso, houve pressão internacional para que se colocasse em pauta na agenda nacional a questão da fome, pois, houve agravamento da fome e da pobreza da população brasileira.

Nesta direção:

O Consea chegou a funcionar por apenas dois anos. Apesar de representar uma novidade institucional, ao envolver vários ministérios e também segmentos organizados da sociedade civil, ficou sujeito às restrições da área econômica, cuja prioridade de estabilização monetária deixava à margem as políticas sociais. Alguns dos poucos resultados que podem ser atribuídos à atuação do Consea foram a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (a merenda escolar) em direção aos municípios e às próprias escolas (autonomização da gestão); a continuidade do Prodeca, com a utilização de estoques públicos de alimentos; e a prioridade ao programa de distribuição de leite (Programa 'Atendimento ao Desnutrido e à Gestante em Risco Nutricional - Leite é Saúde'), como estratégia de combate à desnutrição materna e infantil. (BELIK; GRAZIANO DA SILVA; TAKAGI, 2001, p. 124).

As políticas de combate à fome no Governo do FHC (1995-1998 e 1999-2002) foram fragmentadas, resultando na extinção de outros programas, como o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), no ano de 1997. Foram criadas políticas na área da saúde, como o Combate às Carências Nutricionais (ICCN), vinculada à Política Nacional de Alimentação e Nutricional, do Ministério da Saúde, alinhado com a Pastoral da Criança, que forneciam multimistura¹³ para crianças em estado de desnutrição (BELIK; GRAZIANO DA SILVA; TAKAGI, 2001). O Governo Federal criou programas sociais, como o Bolsa-Alimentação e o Bolsa-Escola, criado em 2001, vinculado ao Ministério da Educação, destinando R\$ 15,00 mensais para cada criança matriculada no ensino regular, com valor máximo de R\$ 45,00 mensal por família. Os recursos utilizados no Bolsa-Escola eram vinculados ao Fundo de Combate à Pobreza.

Em síntese, estes programas não combatiam a fome e a substituição dos programas que distribuíam os produtos pela política que dava um valor em dinheiro não contribuiu no combate à fome, visto que o valor recebido era menor do que o da cesta básica.

¹³ Mistura de farelos de arroz, trigo, casca de ovo e folha de mandioca. Disponível em: <<https://www.pastoraldacrianca.org.br/anemia/multimistura-nao-cura-anemia>> Acesso em 28 out. 2021.

Assim como Castro (1984), para os autores Belik; Graziano da Silva; Takagi (2001) a fome é um problema estrutural, seja pela falta de disponibilidade dos alimentos, pelo desemprego, baixo poder aquisitivo, a plantação de monocultivos, sobretudo destinados para exportação. De fato, estes pontos apresentados pelos autores são indiscutíveis, no entanto, não são somente eles que são determinantes para compreender à questão da fome e da subnutrição, mas, como escrito anteriormente, a concentração fundiária e a falta (ou poucas ações) de políticas públicas voltadas para agricultura familiar camponesa, como Reforma Agrária, incentivos para produção de alimentos e a falta de políticas públicas de acesso aos alimentos são fatores cruciais para entender também a fome no Brasil.

Assim, no início do século XXI, a criação do Programa Fome Zero buscou caminhos para conquistar a segurança alimentar e nutricional mediante ações de diferentes órgãos com objetivo de combater à fome e o acesso à alimentação adequada mediante o aumento de renda e a implementação de políticas públicas. Deste modo, no próximo subcapítulo será analisado o caminho percorrido do Programa Fome Zero na busca da segurança alimentar e nutricional.

3.3 A busca pela Segurança Alimentar e Nutricional e o Programa Fome Zero

No Brasil, a questão da fome perpassou o século XX, sendo presente também no século XXI. A fim de combater à fome e à pobreza, foram criadas diversas ações por diferentes governos, alguns governos buscaram amenizar a situação da fome, outros, acentuou a fome mediante desmontes, como veremos adiante.

Os governos do século passado, no primeiro momento, criaram ações para controlar a distribuição de alimentos na intenção de conter os preços e unir os consumidores e agricultores. Contudo, não ocorreu a estagnação do preço dos alimentos, tão pouco houve a aproximação entre agricultores e consumidores, resumindo, o problema da fome não foi resolvido. No segundo momento, associavam a fome com a baixa produtividade, concedendo créditos rurais e, mesmo assim, não foi solucionado. Portanto, o caminho para resolver

ou amenizar a fome no Brasil só será possível com a implantação de políticas públicas efetivas que proporcionem mudanças estruturais, podendo citar como exemplo o Projeto Fome Zero.

O Projeto Fome Zero foi uma das propostas de campanha à Presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. O Projeto em questão tinha como objetivo promover mudanças específicas e estruturais, trazendo proposta de uma nova política nacional de segurança alimentar e nutricional. O projeto Fome Zero foi implantado como política pública após a vitória do primeiro mandato de Lula. Assim:

O Projeto Fome Zero partiu de um diagnóstico de que o Brasil não teria, até então, uma política geral de segurança alimentar e que a vulnerabilidade à fome atingiria um contingente de 44 milhões de brasileiros (27,8% da população). Basicamente, o Projeto Fome Zero buscava atacar o problema da insegurança alimentar a partir da melhoria do nível de renda da população considerada pobre, uma vez que o problema da fome no Brasil está muito mais relacionado com a insuficiência de renda do que, propriamente, com a falta de oferta ou escassez de alimentos. (TAKAGI, 2010, p. 54).

De forma geral, uma das estratégias do Programa Fome Zero foi buscar amenizar o problema da segurança alimentar sobretudo mediante políticas estruturais. Diferentemente dos outros programas ou políticas públicas, o Fome Zero não visava apenas aumentar a renda para que a população vulnerável tivesse poder aquisitivo de compra, ele apresentava outras condicionantes que perpassavam a questão da renda, como a criação de políticas públicas de acesso aos alimentos, podendo citar como exemplo o Programa Bolsa Família, que vai além da transferência de renda, pois contribuiu com a diminuição da evasão escolar, por exemplo; Reforma Agrária, dentre outros. Desta maneira, foram criados três proposições basilares do programa: o primeiro está relacionado à criação de um novo modelo econômico para ocorrer a distribuição de renda e, como consequência, ampliação do mercado interno gerando emprego.

Assim, o eixo central do Projeto estava 'na conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição da renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros – e as intervenções de ordem emergencial, muitas vezes chamadas de políticas compensatórias'. (Instituto da Cidadania, 2001, p. 05 *apud* TAKAGI, 2010, p. 55).

O Instituto da Cidadania elaborou um diagrama que abordava as principais políticas do Programa Fome Zero. O diagrama foi dividido nas três proposições, sendo algumas dessas políticas: 1) políticas estruturais que contemplava a geração de emprego, incentivo à agricultura familiar, previdência social universal, bolsa escola e renda mínima e intensificação de Reforma Agrária; 2) Programa cupom de alimentação, doação de cestas básicas emergenciais, segurança e qualidade dos alimentos, ampliação da merenda escolar; 3) o diagrama estabelecia políticas específicas para as áreas rurais, como o apoio à agricultura familiar, nas pequenas e médias cidades agricultura urbana, parceria com varejistas e nas metrópoles restaurantes populares e bancos de alimentos e, que iriam ser implantados alguns deles em 2003. (TAKAGI, 2010 *apud* INSTITUTO CIDADANIA, 2001).

O Programa Cupom de Alimentos (PAC) tinha caráter inovador, pois era amplo e capacitado para atender as famílias em situação de vulnerabilidade, com caráter de transferência de renda. Este programa teria o Cartão Alimentação para proporcionar aumento da demanda de alimentos e, conseqüentemente, a geração de emprego e estimular o aumento na produção de alimentos locais pelos agricultores familiares camponeses. Este programa seria complemento de outros programas, como o Bolsa Escola e Bolsa Alimentação.

Segundo Takagi (2010), as outras propostas estavam voltadas para o melhoramento das políticas preexistentes, como é o caso da Reforma Agrária, educação alimentar, ampliação da merenda escolar, multiplicação dos bancos de alimentos e dos restaurantes populares; investimento nos equipamentos de abastecimentos, incentivos para agricultura urbana. No campo, o programa visava o incentivo à agricultura familiar camponesa por meio de políticas públicas para compra dos produtos tendo como exemplo a compra pra merenda escolar, além do apoio para produção.

Durante a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, elegendo-o Presidente da República em 2002, uma das suas prioridades era o combate à fome no Brasil, tendo como principal projeto o Fome Zero. Com o início do primeiro mandato de Lula (2003 a 2006), iniciou a transformação do projeto Fome Zero em política de governo, denominado “Programa Fome Zero”. Para estruturação do programa, fez-se necessário a participação de vários seguimentos da

sociedade civil e dos governos federal, estaduais e municipais por meio da Medida Provisória 103, de 1º de janeiro de 2003.

Uma das medidas apresentadas na sua estrutura, estava a recriação do CONSEA e criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), com intensão de implantação de políticas de segurança alimentar. Foram destinados para esse ministério R\$ 1,8 bilhão para as ações, em 2003 (TAKAGI, 2010). Foram criados, também, o Ministério de Assistência Social (MAS) e a Secretaria Executiva do Programa Bolsa Família, no entanto, esses três órgãos foram integrados, no ano de 2004, com a criação ao Ministério de Desenvolvimento Social à Fome (MDS), assim a responsabilidade desse programa passou para esse Ministério, em 2004.

Destes R\$ 1,8 bilhões, 1) R\$ 1,2 bilhões foram destinados para assistência financeira e implementação do Programa Cartão Alimentação; 2) R\$ 400 milhões foram para a compra de alimentos da agricultura familiar, ficando conhecido como Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar; 3) e os R\$ 200 milhões voltados para a melhoria socioeconômica das famílias e educação alimentar.

Assim:

O programa de compra da agricultura familiar foi uma das principais proposições dos movimentos sociais ligados ao meio rural apresentada como pauta de reivindicação para a equipe de transição e obteve a segunda maior rubrica do programa. (TAKAGI, 2010, p. 59).

A proposta original do Programa Fome Zero foi mantida, no entanto apresentou algumas alterações, como as parcerias com os municípios e região para “movimentar” as ações, seja na produção de alimentos e geração de renda, seja no fortalecimento das políticas de segurança alimentar e nutricional.

Segundo Takagi (2010), a Política de Segurança Alimentar para o Brasil, vinculada ao MESA, propunha três eixos importantes, sendo: implantação de políticas públicas; construção participativa da Política de Segurança Alimentar e Nutricional em parceria com municípios e regiões na produção de alimentos e geração de renda; mutirão contra fome. Dentre as políticas públicas que compõem os três eixos, destacam-se três políticas públicas de grande importância que favorecem tanto o campo quanto a cidade, a saber: Reforma Agrária e o PNAE

(que são políticas que foram criadas anteriores ao Governo Lula) e a criação do PAA.

Segundo Aranha (2010), existe quatro eixos articuladores que se integram que compõe o Programa Fome Zero, sendo eles: Ampliação do Acesso aos alimentos; Fortalecimento da Agricultura Familiar; Promoção de Processos de Inserção Produtiva e; Articulação, Mobilização e controle social. Embora todos eixos sejam importantes e desassociáveis, pelos objetivos desse trabalho, serão abordados apenas dois eixos: Acesso aos Alimentos e o Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O eixo de Acesso aos Alimentos está dividido em quatro grupos: renda (Bolsa Família); programa de alimentação; Redes de SAN locais e regionais (restaurantes populares, feiras, agricultura urbana, dentre outros) e; água (cisternas). O foco desse eixo será o Bolsa Família.

Em 2003 mediante a Medida Protetiva nº 132 transformado em Lei nº 10.386/2004 foi criado o Programa Bolsa Família (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013) durante o Governo Lula, com o objetivo de combater à pobreza e à fome, promover a segurança alimentar e nutricional mediante transferência de renda. Para permanecer no programa era necessário cumprir algumas premissas como, ter as crianças em idade escolar matriculados e frequentes na escola, bem como, fazer acompanhamento nutricional das crianças pelo SUS. O Programa do Bolsa Família, foi o maior programa de transferência de renda do Brasil, atendendo mais de 12 milhões de famílias totalizando 50,8 milhões de pessoas em 2009 (ARANHA, 2010) (COTTA; MACHADO, 2013).

No entanto, depois de quase duas décadas, Bolsonaro coloca um fim no Bolsa Família em outubro de 2021, substituindo pelo Auxílio Brasil que entrou em vigor em novembro de 2021 com recursos destinados até dezembro de 2022¹⁴. Certamente o fim do Bolsa Família irá afetar diretamente a população vulnerável já que mais de 14 milhões de pessoas em 2021 (CNN BRASIL, 2021) eram beneficiadas do Bolsa Família, ainda, não se tem garantia da permanência do Auxílio Brasil após o ano de 2022. Um programa que já nasce com prazo de validade.

¹⁴ Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/fim-do-bolsa-familia-e-comeco-do-auxilio-brasil-como-fica-agora/>> Acesso em 30 mar. 2022.

O segundo eixo abordado está relacionado com o Fortalecimento da Agricultura familiar, apresentando dois grupos, a saber: Financiamento da Agricultura Familiar (PRONAF) com o Seguro Agrícola e Seguro Safra; o segundo e último grupo está relacionado ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar foi criado pela Lei nº 10.696/2003, uma das ações estruturais do Programa Fome Zero, vinculado ao primeiro Plano Safra da Agricultura Familiar Camponesa 2003/2004, objetivando garantir a produção de alimentos local com o consumo de alimento, tendo como objetivo:

[...] incentivar a agricultura familiar, por meio da remuneração adequada da produção; recompor um estoque mínimo de produtos da cesta básica com a compra direta e antecipada da produção nas próprias regiões de consumo; e distribuir os alimentos para populações em situação de risco alimentar [...]. (TAKAGI, 2010, p. 65).

Esta lei permitia a venda direta dos alimentos ao governo, com os preços semelhantes dos mercados, e proporcionava a movimentação do comércio local e a geração de emprego, buscando inviabilizar a ação do atravessador e a promoção da segurança alimentar. Deste modo, os agricultores familiares camponeses passaram a participar das ações de segurança alimentar e nutricional. Segundo Takagi (2010):

O limite inicial de compras por produtor era de R\$ 2,5 mil por ano, de forma a atender o agricultor familiar de baixa renda. Apesar de atuar com instrumentos de política agrícola, a proposta original o concebia como um programa dentro da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e não como um simples programa para atuar no mercado agrícola [...] No primeiro semestre de funcionamento, o Programa aplicou R\$ 162,5 milhões em suas três modalidades. Na modalidade compra direta, foram adquiridos 6,9 mil toneladas de alimentos de 3,4 mil produtores e, na compra antecipada, foram atendidos 37 mil produtores, sendo 55% destes na região Nordeste. Ao todo foram atendidos quase 50 mil produtores com uma média de R\$ 1.600 por produtor. Com relação à modalidade do leite, foram assinados convênios com os dez Estados do semiárido e repassados os recursos para que estes implantassem o programa a partir de 2004. [...] entre os resultados alcançados com o Programa citam-se, além do apoio para o autoconsumo e a possibilidade de comercialização do excedente a preços de mercado, a recuperação dos preços recebidos pelos agricultores. (TAKAGI, 2010, p. 66).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) integrava cinco ministérios, a saber: a princípio era o antigo MESA, extinto em 2004, dando espaço para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento.

Além disso, o Programa era composto por seis modalidades, sendo: Compra Direta, Doação Simultânea, PAA leite, Formação de Estoque e Compra Institucional. No que tange à compra direta, era realizada a partir de convênio com o Estado e prefeituras mediante associações e/ou cooperativas, esses produtos eram destinados para compras de alimentos e distribuídos aos programas de segurança alimentar e nutricional das prefeituras. Os alimentos eram entregues nas escolas, creches, restaurantes populares e hospitais.

A intenção do Ministério não era financiar projetos isolados, mas estes deveriam estar inseridos em um sistema local integrado. Orientava-se os municípios para implantarem Sistemas Municipais Integrados de Segurança Alimentar e Nutricional, com os objetivos de: promover a integração de diversas ações de segurança alimentar e nutricional no âmbito local; tornar o uso dos recursos públicos no combate à fome mais eficaz; e explorar o potencial de produção de alimentos da própria localidade. (TAKAGI, 2010, p. 69).

O Programa Fome Zero se constituiu como um programa que tinha como o objetivo de promover a segurança alimentar por meio de estratégias de combate à fome, um dos pilares deste projeto estava justamente na integração dos ministério e programas, seja na transferência de renda, seja na compra de alimentos. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), teve um aumento do valor do repasse para compra de alimentos escolar. Assim:

O valor per capita da merenda da pré-escola foi ampliado de R\$ 0,06 para R\$ 0,13 por dia, beneficiando 4,7 milhões de crianças de 4 a 6 anos em todo o País. Além disso, foi ampliado, de forma inédita, o benefício para creches públicas e filantrópicas, que passaram a receber o repasse de R\$ 0,18 per capita/dia, beneficiando 881 mil crianças de 0 a 3 anos de 17,6 mil creches. Outra ação foi o aumento do repasse da alimentação escolar em escolas indígenas de R\$ 0,13 para R\$ 0,34 per capita/dia, beneficiando 116 mil alunos. (TAKAGI, 2010, p. 67).

De modo geral, o Governo Lula criou estratégias de combate à fome e à pobreza em âmbito nacional, colocando o debate da soberania alimentar e nutricional na agenda nacional. “Diante dessa constatação, o Fome Zero associa

o combate à fome à erradicação da extrema pobreza permitindo a conquista da cidadania” (ARANHA, 2010, p. 76).

Em suma, as políticas públicas de combate à fome, nas últimas décadas, contribuíram para amenizar a fome, pobreza, insegurança alimentar e nutricional (ISAN) e subnutrição no Brasil. A transferência de renda pelo Programa Bolsa Família (PBF) foi responsável pela queda da pobreza saindo de 25% para 15%. A subnutrição teve queda, caindo de 11,9%, no final do século XX e início do século XXI, para 2,5%, em 2008-2011 (RINEIRO-SILVA *et al*, 2020).

Embora estes projetos representassem avanços, nos últimos anos houve extinções e sucateamentos de políticas públicas que afetaram a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar, sobretudo, a partir do golpe parlamentar de 2016, que levou à Presidência da República o então Vice-Presidente Michel Temer, e no Governo Bolsonaro.

3.4 Segurança alimentar e nutricional: o retrocesso nos últimos governos

A fome no Brasil está associada a vários fatores, sendo alguns deles a pobreza, a falta de renda e de políticas públicas capazes de contribuir para solucionar este problema. Deste modo, o conceito de segurança alimentar vem sendo discutido ao longo dos anos mediante debates, pesquisas e ações.

A busca por Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sobretudo no final do século XX, caminhou a passos lentos, sofrendo retrocessos e sucateamentos em diferentes governos. Deste modo, será relatado algumas datas e ações que foram importantes na busca da segurança alimentar e nutricional no Brasil. Assim, com a crise alimentar no Brasil nos anos 1960 (SISAN, 2011), iniciou-se o debate em torno da questão da fome, colocando na agenda nacional o debate da fome e da insegurança alimentar, contudo, com o golpe militar de 1964, esse debate saiu da agenda. Com o retorno da democracia na década de 1980 e com o protagonismo de movimentos sociais, a questão da fome e da nutrição voltou para agenda da política nacional.

Deste modo, durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde, entre 17 a 21 de março de 1986, surgiram as primeiras referências para a criação do conceito de Segurança Alimentar, visando a elaboração de “uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar com a finalidade de atender às necessidades

alimentares da população e atingir a autossuficiência nacional de produção de alimentos”. (SISAN, 2011, p. 17).

A partir dessa conferência, ocorreu, em 1986, a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, mediante esses debates essenciais, a alimentação passou a ser compreendida não apenas como benefício, mas como direito, surgindo proposições para a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição e do Sistema Nacional de Alimentação e Nutrição. (SISAN, 2011). Em 1988, foi aprovado, na Constituição do Brasil, que a saúde é direito de todos, sendo entendido na sua totalidade, compreendido como moradia, educação, lazer, dieta alimentar, propriedade da terra. (SISAN, 2011).

O tema de Segurança Alimentar sofreu retrocessos no início do Governo Fernando Collor de Mello (1990-1992) pela extinção de vários programas de alimentação e nutrição e o desmonte de outros programas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Alimentação ao Trabalhador. Em junho de 1992 aconteceu o evento conhecido como Eco/92 que abordou diversos temas relacionados à Segurança Alimentar, desencadeando em vários tratados e temas importantes, como o Tratado de Segurança Alimentar, agricultura sustentável, biodiversidade, dentre outros. Assim, o conceito de Segurança Alimentar não estava relacionado somente à garantia de alimentação, mas também de um modelo de agricultura mais sustentável se opondo ao modelo de produção fundamentado na Revolução Verde¹⁵.

Mesmo com a introdução da Revolução Verde na agricultura, sobretudo nos países subdesenvolvidos, o aumento na produção de alimentos não surtiu efeito no combate à fome no mundo. No Brasil, houve o aumento na produção da soja, impulsionando as exportações desta *commodity*, e estimulando a produção de alimentos ultraprocessados, causando impactos na soberania alimentar e na segurança alimentar.

Para compreensão daquilo discutido internacionalmente e com rebatimentos no Brasil, é importante a compreensão do conceito basilar da SAN,

¹⁵ A expressão revolução verde tem sido utilizada para definir o conjunto de transformações ocorridas nas técnicas de produção agropecuária a partir da década de 1960. Essas mudanças relacionam-se ao intenso processo de mecanização da agricultura e da pecuária, o que pode ser percebido pela intensificação da utilização de tratores, fertilizantes químicos, agrotóxicos e também uso de sementes selecionadas [...] Paralelamente às mudanças técnicas, vão ocorrendo importantes alterações no que diz respeito às relações sociais de produção. (MALAGODI, 2005, p. 407).

criado pela Lei Nº 11.346 em 2006, estabelecendo objetivos, diretrizes, princípios, mediante poder público, com a participação da sociedade civil. A SAN define:

Todas as pessoas têm direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. A alimentação adequada e saudável deve ser baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Deve também ser produzida de forma sustentável, garantindo a proteção ao meio ambiente, a justiça social e o direito à terra e ao território. Esse é um direito de todas as pessoas residentes no Brasil, nascidas ou não aqui, respeitando-se as dimensões socioculturais e regionais, a agrobiodiversidade, a ancestralidade negra e indígena, a africanidade e as tradições de todos os povos e comunidades tradicionais e todas as identidades e culturas alimentares, as quais são patrimônio imaterial da nação brasileira. (CONSEA, 2017, p. 7).

Sendo assim, mesmo que agricultura utilize todos os pacotes tecnológicos, herbicidas, agrotóxicos, etc. dispostos pela Revolução Verde para produção de alimentos, nunca atenderia aos requisitos propostos pela SAN, uma vez que esse tipo de agricultura não respeita o tempo da natureza, afetando os recursos renováveis e não renováveis.

Assim, o caminho para SAN ganhou novos rumos com a renúncia do Presidente Collor em outubro de 1992, quando seu vice Itamar Franco assumiu o cargo. Com a pressão de movimento sociais que tinham como tema central em sua agenda a questão da fome e contra o “novo” modelo de fazer-se agricultura, com a proposta de uma Política Nacional de Soberania Alimentar recebida de Lula, o então Presidente criou, em 1993, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), órgão vinculado à Presidência da República, formado por 21 representantes da Sociedade Civil. Destes, 19 eram indicados pelo Movimento pela Ética na Política e 8 Ministros de Estado. Este conselho atuava politicamente em ações como emergências de combate à fome, merenda escolar, estoque público de alimentos, dentre outros. (SISAN, 2011). Deste modo:

Em 1993, assume a Presidência do Consea o Bispo da Igreja Católica Dom Mauro Morelli. Em julho de 1994, realiza-se a I Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, em Brasília, com 1.800 delegados, que aponta as seguintes diretrizes para orientar a Política de Segurança Alimentar e Nutricional: i) ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir seu peso no orçamento familiar; ii) assegurar saúde, nutrição e

alimentação a grupos populacionais determinados; e, iii) assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento biológico estimulando práticas alimentares e estilo de vida saudáveis. Foram produzidos dois documentos, sendo um programático – com as condições e requisitos para uma política nacional de SAN – e uma declaração política [...]. (SISAN, 2011, p. 19).

O primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) foi marcado pelo retrocesso, isso porque ocorreu desmonte de programas associados à Segurança Alimentar e a extinção de espaço importante de articulação, como o Consea, extinto por meio do Decreto nº 1.366, em janeiro de 1995. Retomado em 2003, com a eleição de Lula em 2002, recriado por meio do Decreto nº 4.582, de 30 de janeiro de 2003. Portanto, assim ficou definido:

O Consea é um espaço de articulação entre governo e sociedade civil e um órgão de assessoramento imediato à Presidência da República. No âmbito do Consea, são feitos os debates e as reflexões que podem incidir sobre a formulação de políticas públicas no campo da segurança alimentar e nutricional e no monitoramento das violações do direito humano à alimentação adequada. O Conselho tem caráter consultivo e é formado, em maioria por conselheiros (as) da sociedade civil e, em minoria, pelos representantes do governo (ministros de Estado das áreas afetas à SAN), além de contar com observadores convidado [...]. (CONSEA, ano 2017, p. 12-13).

Assim, durante a II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2004, foi determinado a criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), sendo aprovada em 15 de setembro de 2006, pela Lei nº 11.346/2006, ainda, enquanto proposta, foi elaborada pelo CONSEA com a participação de diferentes seguimentos da sociedade. A Losan é considerada uma conquista social, contando com a participação presente do Consea. A Losan criou um sistema público para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), denominado de Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O objetivo do Sisan é de garantir o DHAA e a Soberania Alimentar mediante políticas públicas. Esse sistema garante o direito a comida adequada e:

[...] a LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar - que já define o Direito Humano à Alimentação Adequada de forma ampla, fazendo a conexão desse direito com a necessidade de garantia do acesso a terra, território, água, biodiversidade, soberania alimentar, entre outros. Além de definir o direito à alimentação, a LOSAN estabelece que o SISAN – Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - é um instrumento importante

para garantir esse direito. Dessa forma, fortalece-se a perspectiva de dar concretude ao sistema, para que os órgãos públicos adotem medidas para seu funcionamento. Assim, há um processo de reforço legal que é de mão dupla: a LOSAN reforça a efetividade da Constituição Federal e a Constituição Federal traz uma referência importante para a LOSAN. (SISAN, 2011, p. 26).

O SISAN tem como propósito garantir o DHAA, no entanto, faziam-se necessárias medidas que incorporam um conjunto de ações multissetoriais envolvendo as participações de diversas esferas: “[...] abrange desde ações de distribuição de alimentos até ações de redistribuição de renda e recurso produtivos, como, por exemplo, acesso à terra rural e urbana [...]” (SISAN, 2011, p. 29). Para alcançar esses objetivos, faz-se necessária a participação de órgãos da União, Estados, Distrito Federal, Municípios, comprometendo-se com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Assim:

Para alcançar o seu propósito maior, é preciso que o SISAN seja integrado por todos os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios afetos à Segurança Alimentar e Nutricional – SAN e que estimule a integração dos diversos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promova o acompanhamento, monitoramento e a avaliação da SAN e da realização progressiva do DHAA no território brasileiro. (SISAN, 2011, p. 29).

O SISAN possui diversos componentes, os órgãos e entidades de SAN atuantes em todas as esferas da Federação, como Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Câmara Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) e instituições privadas com ou sem fins lucrativos que devem contribuir para efetivação das políticas de segurança alimentar e nutricional. Assim a SISAN deve ser incorporada em âmbito nacional, estadual e municipal e assim aplicada a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

No entanto, para aderir, exige-se uma série de regras e princípios a serem seguidos, presentes na Resolução 09 da Caisan. Segundo a Losan, conforme o Art. 11:

A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, integrada por Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras:

- ° elaborar, a partir das diretrizes emanadas do CONSEA, a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;
- ° coordenar a execução da Política e do Plano;
- ° articular as políticas e planos de suas congêneres estaduais e do Distrito Federal. (CONSEA, 2017, p. 14).

De modo geral, a LOSAN criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN), este sistema é composto por instituições que contemplam a LOSAN, tendo como exemplo o CONSEA e o CAISAN. No entanto, para que seja implantada a Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, faz-se necessária a implantação do CONSEA e CAISAN nos municípios e estados. Para tanto, os governantes devem atuar ativamente suspendendo os funcionários oficialmente dentro da carga horária de trabalho para que possam contribuir com o conselho.

Como exemplo, no município de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, no ano de 2012, foi criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, contudo, o conselho sozinho não conseguiu atuar no plano de segurança alimentar. Ocorreram inúmeras tentativas de implantação da CAISAN, mas não se obteve sucesso. Segundo o ex-presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSAN), o prefeito do município não dava respaldo para os funcionários e, desta forma, inviabilizando a criação da CAISAN, pois, os secretários não iriam conseguir atuar nesta câmara.

Para o ano de 2019 foi criado cronograma do COMSEA/TL, contudo, por falta de respaldo as atividades foram suspensas. A retomada deste conselho pressupõe a colaboração da prefeitura, para então, avançar na estruturação da CAISAN/TL, para enfim, prosseguir com a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Todavia, todas essas conquistas, na busca de segurança alimentar e nutricional, sofreram impactos em âmbito nacional, sobretudo, a partir do golpe parlamentar de 2016, que levou Michel Temer à Presidência da República. O sucateamento expressivo, iniciado no Governo Temer (maio 2016 a 2018), continuou no Governo Bolsonaro (2019), tomando características mais perversas.

Conta-se com o desmonte, iniciado em 2016, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, criado em 2006, especialmente pela redução de recursos e da cobertura de programas estruturantes, como o programa de transferência de renda (Programa Bolsa Família), o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, os Programas de incentivo à agricultura familiar, o Programa Água para todos, e pela extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário, além do ato simbólico de retirar o termo Combate à Fome do nome do Ministério de Desenvolvimento Social, dentre outros. Sem dúvida, a aprovação da emenda constitucional 95, em 2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos, integra fortemente este cenário. (RINEIRO-SILVA *et al*, 2020, p. 3).

Esta situação pirou a partir do mandato do atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro. No seu primeiro ano no cargo, em 2019, Bolsonaro extinguiu o CONSEA, não destinou um pedaço de terra para Reforma Agrária e, diminuiu o repasse de verbas para as políticas públicas de compra de alimentos. Em síntese, esse governo é alinhado às políticas ultra neoliberais. Assim:

Neste âmbito, o novo governo, que tomou posse em janeiro de 2019, herdou e aprofundou os péssimos resultados dos indicadores sociais, como o incremento significativo do número de pessoas em situação de extrema pobreza. Registra-se que um dos primeiros atos do governo do presidente Bolsonaro foi a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), uma instância consultiva da Presidência da República com expressiva participação da sociedade civil organizada, por isso mesmo, caixa de ressonância de demandas da sociedade, estratégica na agenda de construção das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). (RINEIRO-SILVA *et al*, 2020, p. 03).

Em suma, o último e o atual governo (Temer e Bolsonaro) não deram continuidade às políticas de combate à fome e de segurança alimentar. Como se verá adiante, o mundo está vivenciando a maior crise sanitária do século e o Brasil, em particular, além de sofrer com os rebatimentos do COVID 19, a população mais pobre sofre com a volta da fome¹⁶ pela falta de renda e pelo limitado acesso às políticas públicas, a situação se agrava. Os desmonte das políticas públicas rebate cruelmente sobre os brasileiros.

A COVID-19 acentuou a discrepância entre as classes sociais, neste cenário as pessoas sobrevivem de doações e restos de alimentos. Tentam sobreviver diariamente com fome. A fome não é somente o biológico ou a falta

¹⁶ Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/30/afinal-o-brasil-esta-ou-nao-no-mapa-da-fome-da-onu> > Acesso: 28 out. 2021.

nutricional de alimentos, em algum momento ela expressa a barbárie de uma sociedade classista. O enfrentamento da pandemia exigia/exige a articulação entre as três esferas (municipais, estadual e federal), não somente no enfrentamento contra o vírus, mas, também, na distribuição dos alimentos afim de amenizar os impactos vivenciado pelos brasileiros.

Xavier; Alves; Santos; Bertache; Coca (2021) apontaram que o aumento da fome nesse período pandêmico está relacionado com a intensiva adoção de políticas neoliberais, dos desmonte em curso, do desemprego, ou seja, fruto do livre mercado. Além disso, os autores supracitados, apontaram também que a fome é resultado das desigualdades estruturais historicamente presente nesse país. Ao analisar a fome sob a ótica de gênero, concluíram que os domicílios chefiados por mulheres são os que apresentam a maior porcentagem de insegurança alimentar. O mesmo acontece quando analisado a fome através do viés da raça, a população negra e parda possui a maior porcentagem de insegurança alimentar.

[...] a questão racial é outro dado que impacta diretamente na situação de segurança/insegurança alimentar da população brasileira (GOMES, 2020). Isso fica claro ao constatarmos que, em 2013, o número de pessoas brancas em situação de segurança alimentar era bem maior do que o número de pessoas negras: 82,8% da população branca frente a 66,6% da população negra (IBGE, 2013). Os dados atuais confirmam essa tendência: 49% da população branca se encontra em situação de segurança frente a 40,7% da população negra [...] Se levarmos em consideração o gênero enquanto categoria para nossa análise, podemos identificar que as mulheres pretas e pardas são ainda mais impactadas pela fome e pelas desigualdades sociais estruturais do país. A média dos rendimentos das mulheres pretas e pardas é de apenas 44% dos rendimentos dos homens brancos; os homens negros ganham, em média, 56,1% dos rendimentos de um homem branco (IBGE, 2019). Gomes (2020) ainda nos aponta que a população branca, em comparação com a população negra, recebe rendimentos superiores independentemente de seu nível de instrução. (XAVIER *et al.* 2021, p. 112-113).

Sendo assim, os impactos do desmonte das políticas públicas e políticas inerentes à Reforma Agrária afetam diretamente o campo e a cidade. Isso porque, os responsáveis pela produção de alimentos no Brasil são os agricultores familiares camponeses (JUNIOR-MITIDIERO *et al.*, 2017), a paralisação da Reforma Agrária (ALENTEJANO, 2020) afeta drasticamente a produção de alimentos e inviabiliza a reprodução da classe camponesa. A queda

no repasse das políticas públicas voltada para agricultura camponesa afetam as pessoas em situação de vulnerabilidade social na cidade, dificulta o escoamento dos alimentos, afetando os agricultores camponeses, uma vez que estes programas podem ser a única alternativa para os camponeses, que no limite, abandonam os lotes (ou desestimula a produção), em decorrência, também, do estrangulamento de políticas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Assim, os desmontes não se dão de forma isolada.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004, PNAD 2009, PNAD 2013 e da POF 2017-2018, é possível analisar a série histórica da segurança alimentar, insegurança alimentar leve, moderada e leve nos anos de 2004/2018. Embora seja utilizado o conceito de insegurança alimentar nos três estágios, a mesma deve ser compreendida como fome.

Segundo o IBGE, mediante dados da POF 2017-2018, 10,3 milhões de pessoas viviam em 3,1 milhões domicílios com insegurança alimentar grave (IBGE, 2020)¹⁷; 36,7% dos domicílios do Brasil apresentavam algum grau de insegurança alimentar, afetando 84,9 milhões de pessoas. A busca pela segurança alimentar, trilhada desde 2003, via políticas públicas, foram sucateadas e/ou extintas, resultando na queda da segurança alimentar em 2017-2018, caindo para 63,3%.

Sendo assim:

Na comparação com 2013, a última vez em que o tema foi investigado pelo IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a prevalência de insegurança quanto ao acesso aos alimentos aumentou 62,4% nos lares do Brasil. A insegurança vinha diminuindo ao longo dos anos, desde 2004, quando aparecia em 34,9% dos lares, 30,2% na PNAD 2009 e 22,6% na PNAD 2013. Mas em 2017-2018, houve uma piora, subindo para 36,7%, o equivalente a 25,3 milhões de domicílios. Com isso, a segurança alimentar atingiu seu patamar mais baixo (63,3%) desde a primeira vez em que os dados foram levantados. Já a insegurança alimentar leve atingiu seu ponto mais elevado. (IBGE, 2020).

Um dos caminhos metodológicos da POF estava em classificar os domicílios. Assim, utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

¹⁷ Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>>. Acesso em: 28 out. 2021.

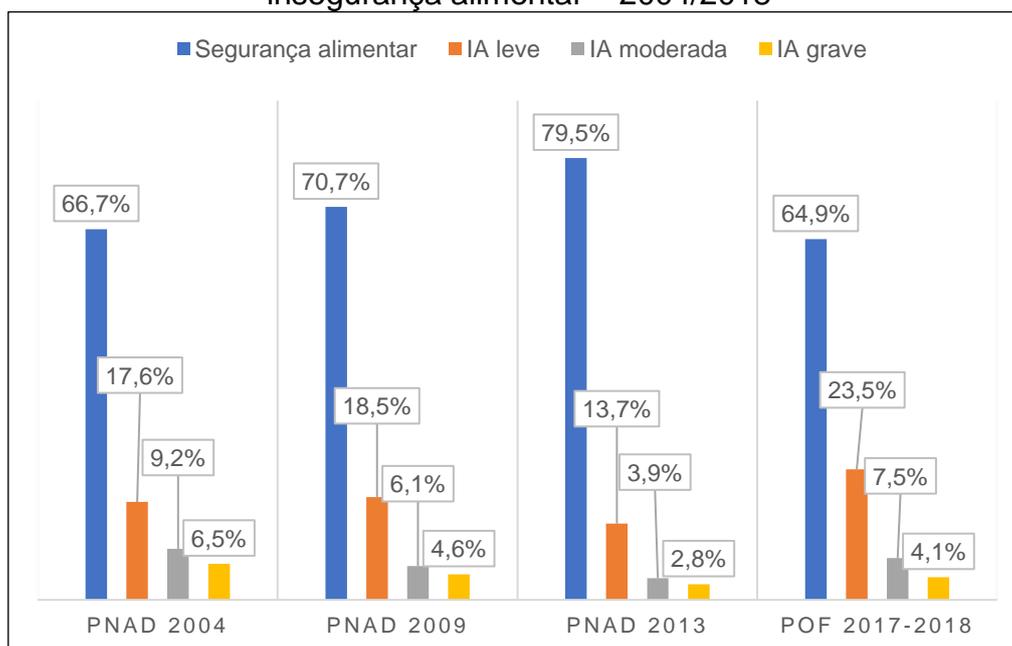
(EBIA), a POF classifica o nível de segurança alimentar nos domicílios a partir do acesso a quantidade e qualidade dos alimentos.

A segurança alimentar refere-se ao acesso regular aos alimentos em quantidade suficiente sem afetar as outras necessidades. A insegurança alimentar (IA) apresenta três classificações: leve, moderada e grave. É apontado como insegurança alimentar leve quando ocorre a preocupação em relação aos alimentos no futuro e quando a qualidade dos alimentos está sendo afetada. Neste caso, as pessoas buscam estratégias, realizando a substituição de alimentos, sobretudo pelos mais baratos, por exemplo. Na insegurança alimentar moderada, os moradores do domicílio têm restrições quanto à quantidade de alimentos. A insegurança alimentar grave está relacionada a maior restrição no consumo dos alimentos.

A população brasileira era estimada de 207,1 milhões de habitantes (2017) e 84,9 milhões apresentavam algum tipo de insegurança alimentar: 56,0 milhões em IA leve; 18,6 milhões em IA moderada e 10,3 milhões em IA grave.

No gráfico 8, a coluna da POF 2017-2018 demonstra que, dos 68 milhões de domicílios no Brasil, 25,3 milhões (36,7%) de pessoas se encontravam em insegurança alimentar e, destes, 16,4 milhões (24%) domicílios apresentavam insegurança alimentar leve; 5,6 milhões (8,1%) de domicílios estavam em insegurança alimentar moderada; e 3,1 milhões (4,6%) de domicílios estavam em situação de insegurança grave.

Gráfico 8: Brasil: Domicílios em situação de segurança alimentar e insegurança alimentar – 2004/2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. **Organização:** autora.

Ainda é possível notar que o maior índice de segurança alimentar é constatado no PNAD 2013, com 79,5%; 2017-2018 apresenta o menor índice de insegurança alimentar, conforme demonstrado no gráfico 8. O ano de 2004 apresenta o maior índice de domicílios em estado de insegurança alimentar, com 6,5 %, no entanto, houve queda, chegando há 2,8%, em 2013, tendo aumento em 2017-2018. A insegurança alimentar leve, em 2004, estava presente em 17,6% dos domicílios; 18,5%, em 2009; 13,7%, em 2013; e 23,5%, em 2017-2018. O ano de 2017-2018 apresenta a maior porcentagem de insegurança alimentar leve desde o ano de 2004.

A insegurança alimentar grave apresenta a maior porcentagem, conforme apontado no PNAD 2004, com 9,2% dos domicílios, tendo queda, sendo 6,1%, em 2009, seguido por 3,9%, em 2013. No entanto, teve aumento em 2017-2018, com 7,5%. Estes dados mostram que os brasileiros vivem/sobrevivem com algum tipo de insegurança alimentar e nutricional.

Além disso, os dados da POF 2017-2018 apontam que as pessoas, em domicílios com insegurança alimentar, são chefiadas por mulheres e se autodeclaram pardos e pretos (XAVIER, *et al.* 2021). O grupo classificado de

insegurança alimentar grave gasta mais com alimentos básicos, como arroz, feijão, ovos e aves (IBGE, 2020).

A pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN) expõe dados referentes à segurança e insegurança alimentar no Brasil no contexto de pandemia. A situação da fome e da insegurança alimentar, que já estava em estado crítico a partir de 2016, piorou com a pandemia acentuando mais as desigualdades.

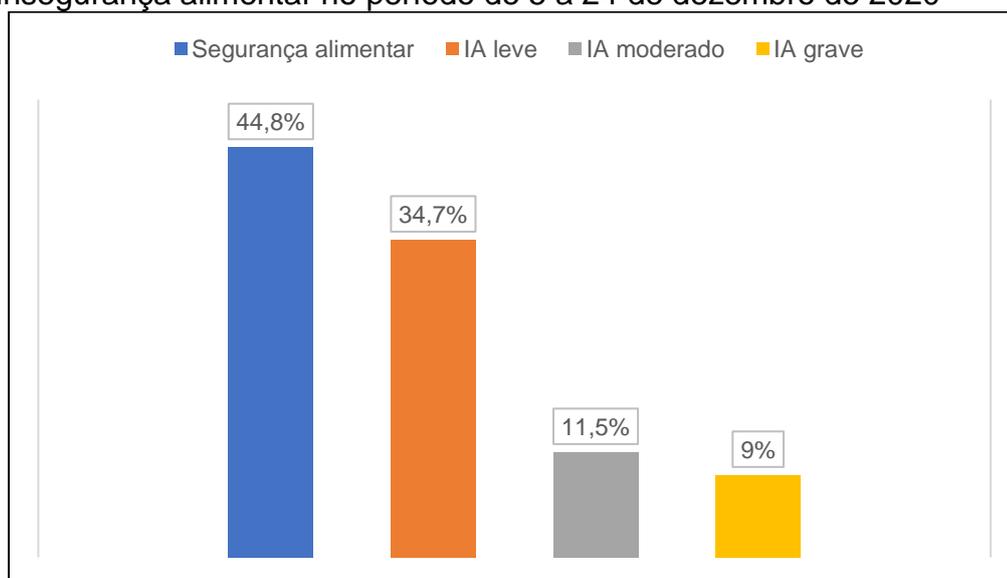
Sendo assim:

A insuficiência de renda associada à precarização das relações de trabalho e ao aumento do desemprego; a degradação das condições de moradia e de infraestrutura sanitária, entre outros, intensificaram a disseminação da pandemia nos grupos populacionais mais vulnerabilizados. **Recursos elementares para sobreviver às restrições impostas pela pandemia não estão disponíveis para uma grande parcela da população brasileira.** (PENSSAN, 2021, p. 13. Grifos do autor).

Assim como apontado nas pesquisas do POF 2017-2018, a PENSSAN aponta que os domicílios do Norte e Nordeste têm porcentagem maior quando se refere a insegurança alimentar em comparação às outras regiões. Além disso, a insegurança alimentar grave, ou seja, a fome, está mais presente nos domicílios onde as pessoas estavam desempregadas ou realizavam atividades informais. Quando analisados os dados referentes a gênero e raça/cor, predomina-se a insegurança alimentar grave entre as pessoas do sexo feminino e as pessoas pretas/pardas e com baixa escolaridade. (XAVIER, *et al.* 2021).

Conforme demonstrado no gráfico 9, os dados de 2020 apresentam piores resultados em comparação aos dados da PNAD de 2004. Assim, o ano de 2020 apresenta menor porcentagem de segurança alimentar desde 2004. Apenas 44,8% dos domicílios estavam em segurança alimentar e apresentam, também, a maior porcentagem de insegurança alimentar, sendo 34,7% de IA leve, 11,5% de IA moderado e IA grave.

Gráfico 9: Brasil: Distribuição dos domicílios por segurança alimentar e insegurança alimentar no período de 5 a 24 de dezembro de 2020



Fonte: Rede PENSSAN, 2021. **Organização:** autora.

Assim, das 211.752.656 milhões de pessoas, apenas 94.910.100 milhões se encontravam em segurança alimentar; 73.423.348 estavam em insegurança alimentar leve; 24.284.625 apresentavam insegurança alimentar moderada e 19.134.556 manifestavam em insegurança alimentar grave. (PENSSAN, 2021).

O aumento da fome no contexto da pandemia também está associado com perda da renda, afetando diretamente no acesso aos alimentos e outras necessidades essenciais para sobrevivência com dignidade. Outro exemplo é a falta de acesso ao gás de cozinha, pois as pessoas estão buscando outras alternativas, provocando acidentes domésticos, causando ferimentos e levando a óbito pelo uso de materiais de combustão, como álcool e lenha¹⁸. Mesmo recebendo o auxílio emergencial, essas famílias apresentaram insegurança alimentar moderada e grave, isso porque o valor do auxílio é baixo e o preço dos alimentos e do gás de cozinha aumentaram.

Assim:

Note-se que, enquanto os levantamentos relativos ao período de 2004 a 2013 registraram o aumento progressivo de famílias em SA, este progresso foi revertido como mostram os dados coletados na Pesquisa de Orçamento Familiar-POF 2017-2018. O advento da pandemia provocou queda ainda mais abrupta da SA no país nos últimos dois anos, com aumento dos níveis de

¹⁸ Disponível em: <<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/09/02/familia-se-queima-ao-usar-alcool-para-cozinhar-por-falta-de-gas-e-precisa-de-ajuda-para-pagar-tratamento-em-anapolis.ghtml>> Acesso em: 28 out. 2021

IA moderada ou grave cujos resultados atingem proporções atuais equivalentes às que vigoravam em 2004. Essa reversão de tendência indica que a superposição da emergência da pandemia da Covid-19 com as crises econômica e política dos últimos anos impactou de forma negativa e relevante o direito humano à alimentação adequada e saudável do povo brasileiro. (PENSSAN, 2021, p. 11).

O Presidente Bolsonaro, na ONU, relatou que alimenta mais de um bilhão de pessoas em todo mundo, em suas palavras: “Nossa moderna e sustentável agricultura de baixo carbono alimenta mais de 1 bilhão de pessoas no mundo e utiliza apenas 8% do território nacional. Nenhum país do mundo possui uma legislação ambiental tão completa. Nosso Código Florestal deve servir de exemplo para outros países”.

Como um país que alimenta um bilhão de pessoas no mundo não consegue alimentar a própria população? A alta dos preços dos alimentos, sobretudo os alimentos básicos que contemplam o prato da população mais vulnerável, como arroz e feijão, contribuíram para o aumento da insegurança alimentar no período da pandemia. É possível notar a evolução do aumento nos preços dos alimentos pelos panfletos das redes de supermercados e hipermercados.

Uma rede de supermercado mais “popular” no município de Três Lagoas, conhecida por ter os produtos mais “baratos” ou “menos caros” em relação aos outros mercados, disponibiliza os panfletos com as ofertas da semana e as “especiais do dia” em suas redes sociais. Mediante os panfletos é possível notar o aumento dos valores dos produtos.

Deste modo, foram selecionados três tipos de produtos para analisar a evolução no aumento dos preços em dois anos diferentes, 2019 e 2021. Conforme demonstrado na figura 9, é possível notar o aumento expressivo do preço do arroz, quase 100%, em menos de dois anos.

Figura 9: Três Lagoas (MS): Preço do arroz nos anos de 2019 e 2021.



Fonte: Rede de supermercado em Três Lagoas/MS. **Organização:** autora.

Na figura 10 demonstra-se o aumento do preço do feijão, também alimento essencial no prato da classe trabalhadora: em 2019, o preço do pacote de 2kg era de R\$ 9,98, na promoção, e R\$ 13,98, em 2021. O mesmo aconteceu com o óleo de soja, utilizado para o preparo dos alimentos: aumento de mais de 100% no preço. Em 2019, era de R\$ 2,99, aumentando para R\$ 6,79 a embalagem de 900ml, em 2021.

Figura 10: Três Lagoas (MS): Preço do feijão e do óleo de cozinha nos anos de 2019 e 2021.



Fonte: Rede de supermercado em Três Lagoas/MS. **Organização:** autora.

Os aumentos dos preços destes produtos básicos implicam no acesso à quantidade e qualidade de alimentos essenciais em valores nutritivos, potencializando o aumento da insegurança alimentar no Brasil, onde 73.423.348 milhões de pessoas vivenciam tal realidade. Estes números representam a violência com a classe trabalhadora mais vulnerável.

Além da baixa renda, do aumento no preço dos alimentos, outro fator crucial impulsionou o aumento da insegurança alimentar e a queda da segurança alimentar: o desmonte das políticas públicas. A saída do Brasil do mapa da fome, em 2014, está associada ao conjunto de políticas públicas, conselhos ativos que contava com a participação de diferentes esferas de governo e da sociedade civil.

Portanto, pode-se dizer que a fome é injustiça social. O desmonte de políticas que buscam o caminho da segurança alimentar não reflete sobre as

milhões de pessoas apenas no acesso aos alimentos, mas, também, afetam os espaços de reivindicação pelo direito ao alimento.

Soberania Alimentar pressupõe sustentabilidade, não aquela “sustentabilidade” descrita por Bolsonaro, mas que se preocupa com recursos naturais renováveis e não renováveis, com a biodiversidade, Reforma Agrária, acesso à alimentação de qualidade, políticas públicas que garantam a segurança e soberania alimentar e nutricional na cidade e no campo. Sendo assim, no próximo subcapítulo será analisada a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e como este programa tão importante passou pelo desmonte no Governo Temer, chegando a extinção no Governo Bolsonaro.

3.5 Do esgotamento à extinção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Uma das estratégias criadas durante o Governo Lula, vinculado ao Programa Fome Zero, foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003 (artigo 19 da Lei nº 10.696), com iniciativa de promover a segurança alimentar e nutricional (SAN). Este programa possui uma via de mão dupla e disponibiliza alimentos saudáveis, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional ao mesmo tempo, fortalecendo a agricultura familiar camponesa.

O PAA era executado mediante recursos dos extintos ministérios, sendo, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), em parcerias com a CONAB, municípios e estados. Assim:

Da sua criação até o ano de 2014, o PAA adquiriu e distribuiu um total de 4,4 milhões de toneladas de alimentos, num valor de R\$ 5,8 bilhões. Foram comercializados e distribuídos mais de 3 mil itens alimentícios, como frutas, legumes, verduras, cereais, grãos, carnes, lácteos, panificados, pescados, entre outros. Com isso, beneficiou mais de 380 mil agricultores familiares e mais de 20 mil entidades como escolas, hospitais, centros de assistência social, bancos de alimentos, e outros equipamentos públicos de alimentação e nutrição em todo o país. (MDS, 2018, p. 22)¹⁹.

¹⁹ Disponível em:

<https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf>. Acessado em: 1 out. 2021.

Agricultores familiares camponeses, quilombolas, pescadores, indígenas e os demais das comunidades tradicionais, que cumpriam os requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, poderiam entregar alimentos para este programa nas diversas modalidades, atendendo cada critério específico. As modalidades previstas no PAA eram: Compra Direta, Doação Simultânea, PAA leite, Formação de Estoque e Compra Institucional.

A partir da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, permitiu-se a compra direta pelos Estados, Distrito Federal e Municípios dos alimentos da agricultura familiar camponesa com os próprios recursos via chamada pública. Houve regulamento da lei por meio do Decreto nº 7.775, de 4 de junho de 2012, que oficializou o PAA-Modalidade Compra Institucional (MDS, 2018). Esse decreto estabeleceu, por exemplo, valor máximo que cada unidade familiar ou cooperativa poderia vender para essa modalidade.

Além disso, o Decreto nº 38.473, de 22 de junho de 2015, apontava como obrigatório a compra de 30% dos alimentos da agricultura familiar camponesa pelos órgãos federais. No entanto, só poderia vender para esse programa os agricultores familiares camponeses, cooperativas e as agroindústrias reconhecidos pela Lei nº 11.326/2006 e com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Portanto:

É importante lembrar que a intersetorialidade entre as políticas de compras institucionais e de SAN vai muito além da questão do acesso ao alimento, devendo estabelecer relação com a promoção de alimentação saudável no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). (MDS, 2008, p. 26).

De toda forma, o desmonte desta política pública estava em curso desde do ano de 2013 resultado da Operação Agro-fantasma²⁰, a operação em questão teve como objetivo desmantelar os crimes cometidos por funcionários da CONAB e agricultores familiares camponeses que participavam do PAA, sob acusações hipotéticas de participarem de desvio de verbas, falsidade ideológica, estelionato, dentre outros crimes. Ao total foram dezesseis municípios que foram

²⁰ Para mais informação ler-se: SALAS, Juliana de Oliveira. **O caso do programa de aquisição de alimentos e da operação agro-fantasma**: entre o desenvolvimento rural e a violência institucionalizada. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.

alvo de investigação, sendo 14 paranaenses, um paulista e um sul-matogrossense (SALES, 2018).

À época, Sérgio Mouro, até então juiz de Curitiba, havia decretado a prisão de 10 agricultores em diferentes municípios do Paraná. Segundo o Brasil de Fato (2020), cerca de 40 pessoas haviam sido acusadas, destas, até o ano de 2019, sete pessoas foram absolvidas das acusações. Ainda:

Na sentença do último processo da operação, expedida em fevereiro deste ano pela juíza Gabriela Hardt, fica constatada a falta de provas para as acusações: 'diante do panorama apresentado, reputo que não restou comprovada a materialidade dos crimes narrados na denúncia, sendo a absolvição dos acusados medida que se impõe'. A operação Agro-Fantasma chegou ao fim, assim, depois de quase sete anos, com todos os acusados absolvidos. O Ministério Público não recorreu de nenhuma sentença. (BRASIL DE FATO, 2020).

A operação Agro-Fantasma é vista como uma perseguição política, sobretudo pelo momento político-ideológico que o país passava naquele ano, com opressão e tentativas de desestabilização da então Presidenta Dilma Rousseff. Nesse sentido:

[..] o próprio Programa de Aquisição de Alimentos representa um reflexo dos enfrentamentos ideológicos havidos no Brasil atual, se dispondo entre dois padrões de compreensão de desenvolvimento, favorecendo, na raiz, a um modelo alternativo e que não tem plena correspondência com os princípios da produção capitalista, que é pautada na produtividade e em comutar bens ambientais em produtos de mercado. (SALES, 2018, 67).

Ainda:

A operação policial é significativa para o conjunto do programa de alimentos, com consequências que não podem ser delimitadas facilmente, mas que demandam análise com relação às suas circunstâncias, especialmente porque o desfecho absolutório dos processos criminais, já no ano de 2016, não teve repercussão ou reflexo no plano da realidade. Isto porque a operação, por si, causou prejuízos à imagem dos envolvidos e também gerou a desarticulação e o desincentivo dos agricultores, além do descrédito social da associação de agricultores, ocasionando o esgotamento do PAA na região paranaense vinculada ao programa e que foi alvo da atuação policial. (SALES, 2018, p. 69).

Ademais, o avanço do retrocesso do PAA se acentuou em 2016, no Governo Michel Temer e, chegando a extinção no Governo Bolsonaro. Uma das ações impactantes realizadas durante o Governo Temer foi a extinção do

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), mediante a MP 726, em 12 de maio de 2016, transferindo suas funções para o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, logo depois rebaixado para Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, por meio do decreto nº 8.780, em 27 de maio de 2016. (CLEPS JÚNIOR, 2018).

Já no Governo Bolsonaro, além da extinção do Bolsa Família, do MDS, do CONSEA, ocorreu também o fim do PAA em 2021. O programa em questão foi extinto sendo substituído pelo Alimenta Brasil mediante a Medida Provisória (MP) 1061/2021²¹. Os agricultores camponeses questionam esse novo programa por não terem clareza em relação às propostas, bem como não sabem de onde virá o dinheiro para o andamento desse programa. (BRASIL DE FATO, 2021). Observa-se o boicote aos programas criados durante o governo petista, pelo Governo Bolsonaro.

Além disso, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi extinto pela Lei 13.833, de 18 de junho de 2019, no primeiro ano de mandato do Governo Bolsonaro. As atribuições competentes por este ministério foram destinadas para o Ministério da Cidadania. Vê-se o alinhamento desses dois governos, sobretudo pelas políticas neoliberais implantadas e com a ausência do Estado em promover o mínimo de dignidade para a população vulnerável.

Estes dois ministérios destinavam recursos para a compra institucional do PAA, com destaque para a categoria Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea (CPR-Doação). (NARDOQUE; MELO; KUDLAVICZ, 2018).

Nesse sentido, os produtos adquiridos pela modalidade CPR-Doação eram destinados para a população em situação de insegurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade social na cidade. Quando analisado os dados da tabela 31, é visível o desmonte do PAA desde o Governo golpista de Temer, acentuando-se no Governo Bolsonaro.

²¹ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/11/30/em-debate-no-senado-substituicao-do-paa-pelo-alimenta-brasil-preocupa-movimentos-populares>>. Acessado em 02 abr. 2022.

Tabela 31: Brasil: quantidade de CPR-Doação e valor (2010-2020)

Ano	Quantidade de CPRs	Valor Formalizado R\$	Média dos contratos
2010	1.848	268.632.691,06	145.364,01
2011	2.206	361.956.818,70	164.078,34
2012	2.219	386.093.480,60	173.994,35
2013	828	178.676.296,62	215.792,62
2014	1.063	285.683.595,08	268.752,20
2015	872	241.079.416,96	276.467,22
2016	816	181.835.067,18	222.837,09
2017	797	96.568.749,66	121.165,30
2018	512	55.431.240,12	108.264,14
2019	323	31.254.641,76	96.763,59
2020	1.661	210.367.208,24	126.650,93

Fonte: CONAB. Organização: autora.

Os dados apresentados na tabela 31 revelam a queda dos contratos formalizados e dos recursos contratados a partir do ano de 2016, seguindo durante os próximos anos. O ano de 2019 apresenta o menor número de contratos e de valores destinados para o programa desde o ano de 2010, com 323 contratos e valor formalizado de R\$ 31.254.641,76. No ano de 2020 teve um valor formalizado de 210.367.208,24 para 1.661 quantidades de CPRs, tendo uma média 126.650,93 por CPRs. Sendo assim, quando o valor da CPRs é dividido entre os agricultores familiares camponeses integrantes das associações e/ou cooperativa, o valor é minimizado.

Adiante será analisado como o desmonte dessa política se materializa no Assentamento de Reforma Agrária 20 de Março, em Três Lagoas, e como as pessoas em situação de vulnerabilidade foram afetadas com desabastecimento de alimentos ocasionado pelo desmonte do PAA²².

3.6 Experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Três Lagoas

O desmonte em curso do PAA causou impactos tanto no campo quanto na cidade, assistidos no município de Três Lagoas, sobretudo, nesse momento pandêmico. Os dados da tabela 19 demonstram como ocorreu o desmonte do PAA no estado de Mato Grosso do Sul.

Como apresentado na tabela 32, nota-se o valor formalizado, no ano de 2019, como o menor desde o ano de 2010, atingindo apenas R\$ 390.940,75,

²² O trabalho de campo foi realizado antes da extinção do PAA.

totalizando quatro de CPRs. Durante o ano de 2020, foram disponibilizados R\$ 102.194,93, para 37 CPRs. No entanto, quando dividido esse montante pela quantidade CPRs, o valor é minimizado. A diminuição do valor afeta a renda dos camponeses e a distribuição dos produtos na modalidade doação. Sendo assim, os agricultores familiares camponeses buscam estratégias para escoar a produção e garantir alguma renda. Como será abordado adiante os contratos formalizados com o recurso de 2019, totalizam R\$ 8.000,00 anual para cada família que participava da entrega. Mediante entrevista²³, o agricultor, integrante da Associação de Atividades Agrícolas e Pluriativas (AGRIP), informou que a participação no PAA resultou melhoras, no entanto, o recurso destinado para o PNAE por família é maior em relação ao PAA, somando R\$ 20.000.

Tabela 32: Mato Grosso do Sul: quantidade e valor de CPR-Doação (2010-2020) – valores em reais

Ano	Quantidade de CPRs	Valor Formalizado	Média dos contratos
2010	20	4.145.632,26	207.281,61
2011	41	7.761.627,88	189.307,99
2012	50	10.467.527,25	209.350,54
2013	47	8.593.264,40	182.835,41
2014	25	5.181.274,70	207.250,98
2015	26	5.892.944,12	226.651,69
2016	13	2.765.436,50	212.725,88
2017	20	1.586.013,60	79.300,68
2018	10	911.306,41	91.306,41
2019	04	390.940,75	97.735,18
2020	37	3.781.212,72	102.194,93

Fonte: CONAB. **Organização:** autora.

O Plano de Execução disponibilizado pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER), Escritório Local de Três Lagoas, aponta quantos agricultores familiares camponeses participavam do PAA, o valor do recurso e quais alimentos foram entregues e a quantidade formalizada.

No Assentamento do 20 de Março, 14 famílias entregavam alimentos para o PAA, totalizando R\$ 8.000,00. O contrato iniciou em 19 de agosto de 2020, com recurso de 2019, com término de vigência em 19 de agosto de 2022. A tabela 33 demonstra os dados de quantidade formalizada em kg que referem-se a quantidade que deveria ser entregue durante o período estimado, já a quantidade executada está relacionado a quantidade em kg de produtos entregues.

²³ Entrevista realizada no dia 16 de outubro de 2021.

Tabela 33: Três Lagoas (MS): Plano de execução da Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento 20 de Março – 2020/2022

Produto	Quantidade formalizada (Kg)	Quantidade executada (Kg)
Abobrinha verde	3.259	1.796
Alface	4.648	2.654
Almeirão	4.219	1.942
Banana maçã	295	256
Banana nanica	185	185
Batata doce	209	180
Berinjela	3.406	1.727
Beterraba	307	150
Brócolis	212	65
Cará	118	83
Caxi	81	66
Cebolinha	1.485	1.003
Cenoura	822	534
Chicória	2.944	1.338
Coentro	360	121
Couve-flor	148	103
Couve folha	2.480	1.361
Espinafre	460	352
Feijão verde	67	1
Jiló	690	355
Laranja	512	310
Limão rosa	1.516	1.065
Mamão formosa	882	730
Manga	625	625
Maracujá azedo	151	89
Maxixe	343	276
Melancia	270	72
Quiabo	230	105
Rabanete	160	48
Mandioca com casca	7.024	4.494
Repolho verde	2.236	499
Rúcula	837	381
Salsa	432	251
Tomate cereja	294	161
Vagem	30	8

Fonte: CONAB. **Organização:** autora.

O Plano de Execução da Associação dos Agricultores Familiares Orgânicos do Pontal do Faia iniciou o contrato no ano de 2020 com término em 2022. Segunda o Plano de Execução, 12 agricultores familiares camponeses entregam para este programa, totalizando R\$ 8.000,00 para cada agricultor. A tabela 34 demonstra os produtos entregues para o programa, com a quantidade formalizada em Kg e a quantidade executada.

Tabela 34: Três Lagoas (MS): Plano de execução da Associação dos Agricultores Familiares Orgânicos do Pontal do Faia – 2020/2022

Produto	Quantidade formalizado em Kg	Quantidade executada em Kg
Abóbora moranga	848	674
Abóbora paulista	400	323
Abobrinha menina brasileira	2.250	1.283
Abobrinha verde	100	71
Acerola	17	0
Alface crespa	3.030	2.786
Almeirão	4.120	3.806
Banana maçã	365	203
Banana nanica	1.200	840
Batata doce	1.500	23
Berinjela	1.708	1.358
Beterraba	66	0
Cebolinha verde	513	388
Cenoura	17	17
Chicória	598	430
Coentro	150	45
Couve folha	1.660	1.617
Espinafre	300	119
Inhame	100	57
Jiló	200	154
Limão rosa	200,130	153
Limão taiti	800	523
Mamão formosa	1.200	923
Mamão papaia	300	146
Maxixe	100	39
Melancia	1.210	1.008
Milho em espiga - com palha verde	250	0
Pepino	220	88
Pimentão verde	40	21
Quiabo	161	134
Rabanete	90	50
Raiz de mandioca – aipim com casca	3.751,200	3.206
Repolho verde	16	0
Rúcula	943	719
Salsa	360	227
Tomate cereja	40,200	25
Tomate	226	63

Fonte: CONAB. **Organização:** autora.

O Plano de Execução da Associação de Atividades Agrícolas e Pluriativas (AGRIP) do Município de Três Lagoas tem nove agricultores familiares do Cinturão Verde participando da entrega dos produtos, totalizando R\$ 8.000,000. A lista prevista para entrega aponta diversidade de 30 produtos, chegando a 24.217,000 Kg (tabela 35). Diferente dos outros planos de execução, neste não está disponibilizado a quantidade executada, ou seja, que foi entregue.

Tabela 35: Três Lagoas (MS): Plano de execução da Associação de Atividades Agrícolas e Pluriativas (AGRIP) – 2020/2022

Produto	Quantidade formalizado em Kg
Abobrinha verde	1.350,000
Banana prata	800,000
Batata doce	850,000
Beterraba	300,000
Brócolis	400,000
Coentro	330,000
Couve flor	100,000
Maracujá azedo	50,000
Pimentão	50,000
Rabanete	50,000
Vagem	50,000
Abóbora – madura	1.280,000
Alface	1.900,000
Almeirão	1.895,000
Banana nanica	400,000
Berinjela	1.893,000
Cebolinha verde	850,000
Chicória	1.370,000
Couve folha	1.320,000
Espinafre	850,000
Jiló	850,000
Limão rosa	510,000
Raiz de mandioca com casca	1.600,000
Pepino	400,000
Quiabo	450,000
Repolho	1.620,000
Rúcula	930,000
Salsa	539,000
Tomate cereja	680,000
Tomate salada	550,000

Fonte: CONAB. **Organização:** autora.

Para compreender como ocorre o processo de distribuição dos produtos fez-se necessária a realização de entrevistas. Uma das pessoas entrevistadas foi a Diretora do Departamento de Proteção Social Básica, departamento da Secretária Municipal de Assistência Social (SMAS). Para ela, os alimentos destinados para os Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) são resultados de uma parceria entre a SMAS, Conab²⁴ e associações e, assim:

No município de Três Lagoas/MS, a Secretaria Municipal de Assistência Social, em parceria com a Conab/MS (Companhia Nacional de Abastecimento), realiza a execução do PAA, contemplando famílias cadastradas nas Unidades CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), atingindo

²⁴ O CONAB era importante na política de segurança alimentar, também sofreu desmonte durante o governo do Bolsonaro, tendo o fechamento de 27 unidades em todo Brasil. Para saber mais, acessar: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/09/16/artigo-o-desmonte-da-conab-e-a-politica-agricola-suicida-do-governo-bolsonaro#:~:text=O%20fechamento%20de%2027%20unidades,Bolsonaro%20para%20a%20agricultura%20brasileira.>> Acesso em: 27 jun. 2021.

aproximadamente 760 famílias em situação de vulnerabilidade social. (Entrevista concebida pelo aplicativo *WhatsApp* em 9 de agosto de 2021).

Segundo a entrevistada, no ano de 2018, ocorreu mudança na execução do PAA, passando as responsabilidades, atribuída ao Mesa Brasil Sesc²⁵, para SMAS, tais como: o acompanhamento da pesagem dos alimentos recebidos pelas associações, a distribuição nos CRAS, exceto a busca desses alimentos nas associações.

Segundo a Diretora do Departamento de Proteção Social Básica:

Informamos que iniciamos o PAA em Setembro de 2018 após o SESC/Mesa Brasil finalizar o trabalho como Unidade Receptora. Após uma reunião com representantes da CONAB (Campo Grande) e SESC/Mesa Brasil, pactuamos que a Prefeitura de Três Lagoas, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, seria a responsável como Unidade Receptora. (Entrevista concebida pelo e-mail em 10 de agosto de 2021).

Houve também aumento pela procura desses alimentos nos CRAS de referência, no entanto a quantidade dos produtos foi impactada pela diminuição dos recursos destinados para compra da modalidade. No ano de 2018, 390 famílias foram atendidas e as organizações fornecedoras dessa modalidade eram a Associação de Produtores do Campo (ASPROCAMPO), do distrito do Arapuá; Associação de Produtores Orgânicos de Três Lagoas (ASPOTRES), do Cinturão Verde. Em 2019, 358 famílias foram atendidas e os produtos entregues pertenciam à Associação de Agricultores Familiares Orgânicos do Pontal do Faia, Associação dos Agricultores Familiares do 20 de Março PA 20 e do ASPROCAMPO.

No entanto, houve aumento expressivo de famílias atendidas, podendo associar com o período pandêmico. Em 2020, 600 famílias foram atendidas e as associações que entregaram esses produtos foram: Associação de Agricultores Familiares Orgânicos do Pontal do Faia, Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento 20 de Março, em Três Lagoas; Associação de Atividades Agrícolas e Pluriativas no município de Três Lagoas/AGRIP, do Cinturão Verde.

²⁵ É uma rede de nacional de banco de alimentos e atua contra o desperdício de alimentos e a fome. Disponível em: <<https://www.sesc.com.br/portal/site/mesabrasilsesc/Entenda/>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

Até julho de 2021, foram atendidas 760 famílias e as associações fornecedoras de alimentos foram: Associação de Agricultores Familiares Orgânicos do Pontal do Faia, Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento 20 de Março em Três Lagoas; Associação de Atividades Agrícolas e Pluriativas no município de Três Lagoas/AGRIP.

As entregas dos produtos para conferência do peso são em dois projetos sociais vinculados à SMAS. Assim, na terça e na quarta-feira são entregues no Crase “Coração de Mãe” para pesagem. Os produtos pesados na terça-feira são entregues pela Associação dos Agricultores Familiares do 20 de Março; os produtos eram entregues para o CRAS Amélia Jorge de Oliveira, CRAS Ruth Máximo Filgueiras e CRAS Interlagos. Os produtos pesados na quarta-feira são entregues pela Associação de Agricultores Familiares Orgânicos do Pontal do Faia e destinados para o CRAS Ana Maria Moreira e CRAS São João.

Na quinta-feira, os produtos são pesados e conferidos no Projeto Florestinha e a associação responsável pela entrega é a Associação Agrícola e Pluriativas do Município de Três Lagoas (AGRIP). Os produtos eram destinados para o CRAS Amélia Jorge de Oliveira e CRAS Vila Piloto.

No dia 16 de outubro de 2021, a pesagem do PAA, no Projeto Florestinha (figura 11), foi acompanhada pelo presidente da Associação AGRIP, juntamente com funcionários da SMAS. As entregas dos produtos foram destinadas para o CRAS Amélia Jorge de Oliveira e CRAS Vila Piloto. A entrega para os CRAS seguia alguns critérios, caso ocorra de ser entregue menos de 300 kg de produtos, a quantidade não é dividido e é destinado apenas para um CRAS e na semana seguinte, o produto será destinado para o CRAS que não recebeu na semana anterior.

Figura 11: Três Lagoas (MS): pesagem dos produtos do PAA no Projeto Florestinha



Fonte: Trabalho de campo. **Foto:** FERREIRA, J.E.B. 16 out. 2021.

Nesta entrega havia diversidade de produtos, a saber: 102 kg de almeirão, 80 kg de chicória, 39 kg de alface, 26 kg de espinafre, 18 kg tomate cereja, 3 kg de jiló, 4kg de vagem, 2 kg rúcula, 16kg de salsa, 55 kg de cebolinha, 21 kg de couve, 27 kg de repolho e 23 kg de banana, totalizando 416 kg de produtos.

Deste modo, foram entregues para o CRAS Amélia Jorge 49 kg de almeirão, 26 kg de espinafre, 37 kg de chicória, 39 kg de alface, 18 kg de tomate cereja, 3 kg de jiló, 4 kg de vagem, 2 kg de rúcula, 8 kg de salsa e 29 kg de cebolinha, totalizando 215 kg de produtos. Foram destinados para o CRAS Vila Piloto 27 kg de repolho, 23 kg de banana, 53 kg de almeirão, 43 kg de chicória, 8 kg de salsa, 21 kg de couve e 26 kg de cebolinha. A figura 12 expõe como é organizada a entrega dos produtos.

Figura 12: Três Lagoas (MS): Organização dos produtos para entrega no CRAS Vila Piloto



Fonte: Trabalho de campo. **Foto:** FERREIRA, J.E.B. 16 out. 2021.

Em média, o CRAS Vila Piloto atende 100 pessoas, o CRAS Amélia Jorge de Oliveira atende 100, o CRAS Ruth Filgueiras atende 130, o CRAS Ana Maria Moreira e o CRAS São João atende 130 em cada e o CRAS Interlagos atende 97 pessoas.

As pessoas beneficiadas deveriam ter inscrição no Cadastro Único²⁶, a partir desse cadastro, era realizado um segundo cadastro, o de hortifrúti e, posteriormente, realizado o perfil socioeconômico, no intuito de atender às famílias com mais vulnerabilidade socioeconômico. Quando o CRAS recebe uma maior quantidade de alimentos, aumenta-se o número de famílias atendidas.

Quando analisada a implementação dessa política pública no Assentamento 20 de Março, foi possível perceber a dificuldade em acessar o PAA. Um dos motivos está relacionado à dificuldade do acesso ao programa,

²⁶ O Cadastro Único (CadÚnico) é um registro que possibilita o governo de identificar as pessoas de baixa renda, além de que, possibilita que as pessoas que tem este cadastro de participar de diversos programas sociais.

pois, nem todos os assentados têm a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e, também, nem todos que a têm, estão regularizados. Outro ponto estava relacionado à burocracia para acessar o programa e quando conseguiam acessar o programa, caso faltasse algum documento, ocorre atraso no pagamento.

Além disso, outro ponto está relacionado com o transporte de alimentos, pois, anteriormente, os alimentos eram entregues nos CRAS pelo Mesa Brasil Sesc. Porém, além de plantarem, colherem, passarem pelos processos burocráticos, na época, foram atribuídos aos camponeses a responsabilidade de entregar os produtos, tendo que destinar parte da renda para pagar o frete, como foi relatado durante saída de campo no PA 20 de Março. Assim:

[...] quando a Mesa Brasil vinha buscar era uma quantidade maior que a gente podia tá entregando [...] mas a gente entrega pros CRAS diretamente, não entrega mais para o Mesa Brasil [...] são três CRAS que a gente atende [...] Ruth Filgueiras, Amélia Jorge e Interlagos [...] ²⁷. (Rosa)²⁸.

No assentamento 20 de Março, apenas 14 agricultores familiares camponeses entregavam produtos para o PAA. A pesagem dos produtos acontecia todas às segundas-feiras das 17:00 às 19 horas. A pesagem é concentrada no entreposto do assentamento e os alimentos são transportados o entreposto utilizando-se carro, moto e carroça, conforme demonstrado na figura 13.

²⁷ Entrevista concedida à Francielle Rodrigues de Macedo e Jhiovanna Eduarda Braghin Ferreira, em saída de campo no PA 20 de Março, Três Lagoas – MS, no dia 5 de dezembro de 2020.

²⁸ Nome fictício para preservação a identidade da entrevistada.

Figura 13: PA 20 de Março/Três Lagoas (MS): agricultores familiares camponeses no entreposto para pesagem do PAA – 2020.



Fonte: Trabalho de campo. **Foto:** MACEDO, R. F. 7 dez. 2020.

A figura 14 retrata a pesagem e a organização dos alimentos. Neste caso, os alimentos são entregues pelos agricultores familiares camponeses e acompanhamento pela camponesa responsável pelo PAA no assentamento.

Figura 14: PA 20 de Março/Três Lagoas (MS): pesagem dos produtos do PAA



Fonte: Trabalho de campo. **Foto:** MACEDO, R. F. 07 dez. 2020.

Pela importância que este programa apresentava, fazia-se necessário o aumento de recursos possibilitados para que os camponeses pudessem ter

renda para permanecerem na terra de vida e de trabalho, além de possibilitar às pessoas em situação de vulnerabilidade social da cidade acesso aos alimentos.

Embora tenha ocorrido a extinção desse programa é necessário apontar que, mesmo que criem outros programas de abastecimento é necessário a efetivação da política de Reforma Agrária que também vem sofrendo desmonte nos últimos anos. Sendo assim, no próximo subcapítulo será analisado o desmonte da Reforma Agrária, que é uma política que possibilita caminhos para a reprodução camponesa e a produção de alimentos mediante a criação de políticas públicas.

3.7 O desmonte da Reforma Agrária

A Reforma Agrária é um programa de Estado e não de governo²⁹ (MACEDO, 2021), assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil. Também, a Lei Nº 8.629 de 1993, no Art. 2, diz que a propriedade rural que não cumprir a função social da terra, poderá ser desapropriada em interesse social e, revertida para Reforma Agrária. Assim, um dos objetivos da Reforma Agrária é a redemocratização do acesso à terra, garantindo o ingresso das pessoas que em algum momento foram expulsas ou expropriadas e que desejam retornar para o campo e viver nele.

Assim, o retorno desses povos para o campo, em outras palavras, a recampenização, implica no acesso à terra para a sua reprodução enquanto classe. “[...] Os camponeses tornaram-se, de fato, uma classe, mesmo ‘dentro de um país capitalista’ (...)” (SHANIN, 2005, p. 15). Portanto, o campesinato é uma classe social que se difere do capitalista e do proletariado por deter os meios de produção e a força de trabalho, logo, a sua produção e reprodução enquanto classe se dá via Reforma Agrária ou por outras formas de acesso à terra.

Portanto:

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando a modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da

²⁹ Política de Estado é permanente e não pode ser revogável, diferentemente da política de governo.

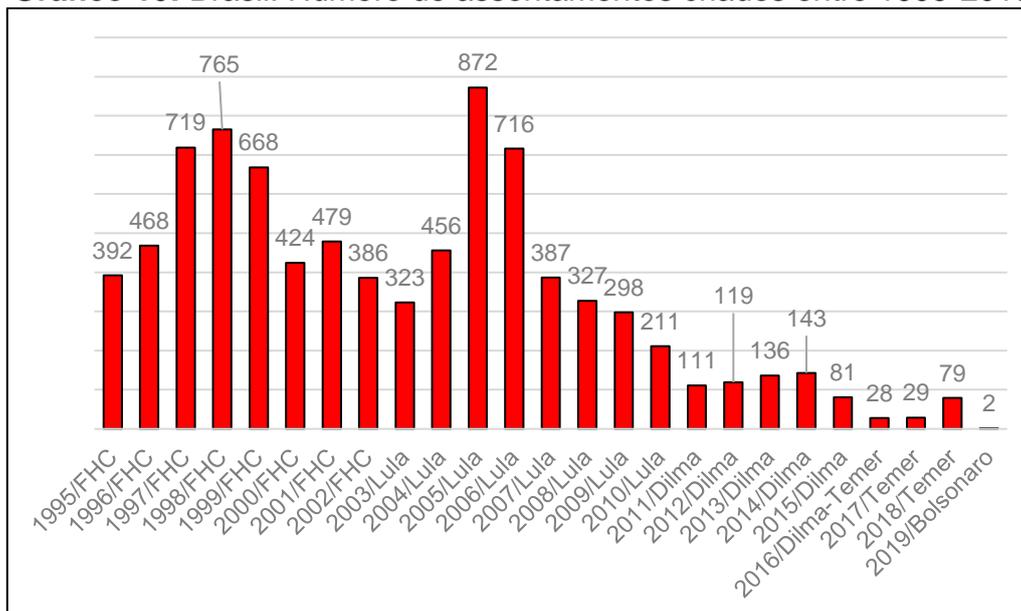
propriedade e/ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. (OLIVEIRA, 2005, p. 386).

Contudo, este movimento de retornar para o campo dá-se de forma conflituosa. A luta pela terra resultou no surgimento de diversos movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2000), cujo trunfo é a terra. Um dos destaques na luta pela terra no Brasil é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). No entanto, pode-se falar do camponês em movimento, quando este não está diretamente ligado a movimentos socioterritoriais, mas, possui história de luta pela terra.

A política de Reforma Agrária vem sofrendo desmonte, assim como os assentamentos de Reforma Agrária, sobretudo no Governo Bolsonaro. Isso porque houve a implementação no Brasil de apenas dois assentamentos em 2019, contudo, os assentamentos não são originários de desapropriação de terra, isto é, não houve mudança na estrutura fundiária, pois, ambos eram áreas que estavam em posse dos quilombolas. Além disso, nenhuma terra indígena foi reconhecida, expressando, em suas ações, a promessa de campanha, a “[...] ponto de chegar à determinação de Bolsonaro de que nenhum hectare de terras em seu governo tivesse essas destinações” (ALENTEJANO, 2020, p. 19), em suas palavras: “Enquanto eu for presidente não tem demarcação de terra indígena”³⁰ (AGÊNCIA BRASIL, 2019).

Segundo dados do Relatório DATALUTA (2019), até o ano de 2019, no Brasil, havia 9.528 assentamentos rurais, ocupando 82.496.026 hectares. No gráfico 10, apresenta-se a série histórica de criação de assentamentos de Reforma Agrária no Brasil. Nota-se a redução de assentamentos rurais no Brasil a partir do Governo Dilma Rousseff.

³⁰ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-08/bolsonaro-diz-que-nao-fara-demarcacao-de-terras-indigenas>>. Acesso: 28 out. 2021.

Gráfico 10: Brasil: Número de assentamentos criados entre 1995-2019

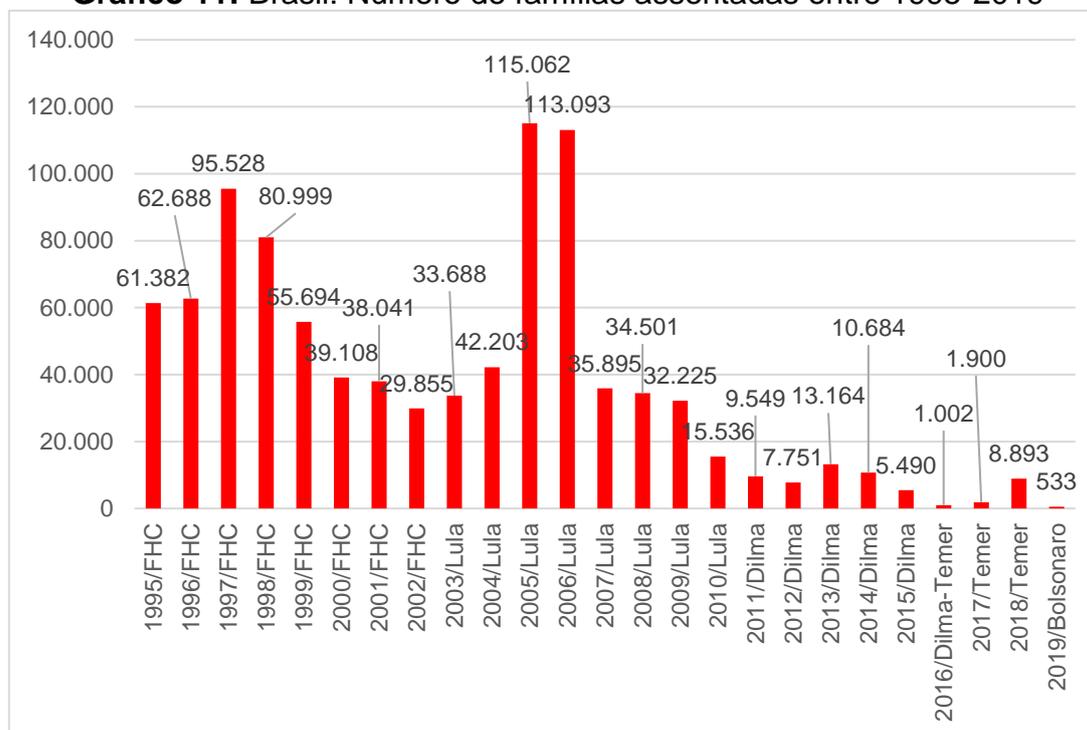
Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – 2020.

No primeiro mandato de FHC (1995-1998), foram criados 2.344 assentamentos rurais e, 1.957, no segundo (1999-2002), totalizando 4.301. No Governo Lula, foram criados 2.367 assentamentos rurais, no primeiro mandato (2003-2006), e apenas 1.223, no segundo mandato (2007-2010), alcançando 3.590. Deste modo, é notório que o Governo FHC criou mais assentamentos comparando-se aos criados no Governo Lula. A implementação de assentamentos rurais durante os dois mandatos do FHC foi o caminho para conter os conflitos, contudo, esse governo criou programa de acesso à terra pautado na compra e venda de terra, a Reforma Agrária sem conflitos (NARDOQUE, 2017). Esse “modelo”, denominado de Reforma Agrária de Mercado, continuou em outros governos (Lula, Dilma e o ilegítimo Temer) (LUIZ; NARDOQUE, 2019).

A implantação de assentamentos de Reforma Agrária, no primeiro mandato (2011-2014) da Presidenta Dilma Rousseff, chegou a 509. No segundo mandato (2015 a maio de 2016), foram criados apenas 109 assentamentos. Durante o Governo Temer, foram implantados 29 assentamentos. É visível a quase paralisação da Reforma Agrária a partir de 2011. No Governo Bolsonaro, a Reforma Agrária deixou de ser prioridade em política para o campo, pois foram implantados apenas dois assentamentos em 2019.

O gráfico 11 traz dados referente ao número de famílias assentadas entre o governo do FHC até o governo Bolsonaro. O ano de 2005 apresenta o maior número com 115.062 famílias, seguido do ano de 2006 com 113.093 famílias. O menor número de famílias assentadas foi no ano de 2019, durante o Governo Bolsonaro com apenas 533 famílias assentadas em todo o Brasil.

Gráfico 11: Brasil: Número de famílias assentadas entre 1995-2019



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – 2020.

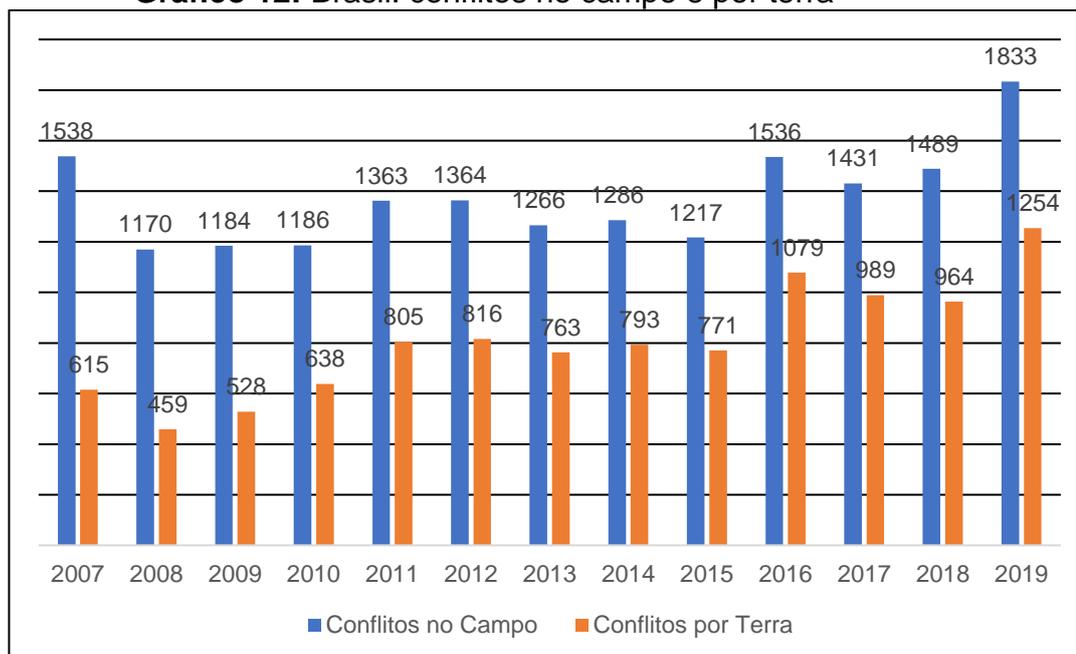
Deste modo, o processo histórico de apropriação capitalista da terra e a aliança estabelecida pelos capitalistas-proprietários-Estado (NARDOQUE; MELO; KUDLAVICZ, 2018) resultam em entrave para realização da Reforma Agrária, pois, o Estado prioriza condições para a expansão da agricultura capitalista e das empresas ligadas ao agronegócio do campo.

Desde o Governo FHC, é possível notar o elevado alinhamento dos governos com o capitalismo, sobretudo expresso na agricultura capitalista e nas empresas ligadas ao agronegócio. Este, pois, necessita de terra para garantir seu movimento de expansão (ALENTEJANO, 2020), visto o bloqueio da Reforma Agrária. Outro retrocesso, que afeta tal política, são as concessões de títulos aos assentados inserindo seus lotes no mercado de terras, pois esta ação se expressa na continuidade no desmonte da distribuição fundiária. Neste sentido, mediante as concessões de títulos, as áreas que outrora foram convertidas em

assentamentos rurais podem retornar para o mercado de terra, proporcionando a reconcentração fundiária (CLEPS JUNIOR, 2018).

De acordo com Cleps Junior (2018), durante o Governo Temer, foram concedidos 26.523 títulos de domínios (TDs), número significativo, pois, entre os anos de 2003 a 2016, foram expedidos 36.922 títulos. Logo, nota-se o aumento exorbitante de TDs neste governo. Segundo Fernandes *et al.* (2020), em 2019, no Governo Bolsonaro, foram expedidos 852 TDs e pode-se ver a continuidade nas medidas adotadas no Governo Temer, política iniciada no final do segundo mandato de FHC.

Conseqüentemente, o desmonte da Reforma Agrária faz com que aumentem os conflitos e a violência no campo. Conforme demonstrado no gráfico 12, houve aumento nos conflitos por terra e, sobretudo, os conflitos no campo, a partir do ano de 2016, isso porque, os governos de Temer e de Bolsonaro, diferentemente dos governos petistas, não se prontificaram em estabelecer diálogo com os trabalhadores sem-terra. Ao contrário, Bolsonaro criou, em 2019, a Lei 13.870/2019, que entrou em vigor no terceiro semestre do mesmo ano (ALENTEJANO, 2020). Essa lei “[...] estabelece a posse estendida, isto é a possibilidade de que proprietários rurais não apenas mantenham armas em casa, mas possam portá-las em todo o perímetro de suas propriedades” (ALENTEJANO, 2020, p. 33). Não à toa que o ano de 2019 foi o ano mais violento desde 2007, como demonstrado pelos dados no gráfico 12.

Gráfico 12: Brasil: conflitos no campo e por terra

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Organização:** Alentejano (2020).

No entanto, a violência não pode ser apenas entendida no contexto da violência no campo e por terra, mas, deve ser compreendida também no âmbito do desmonte das políticas públicas voltadas para agricultura familiar camponesa que provocam, por exemplo, a insegurança alimentar por meio da expulsão e da expropriação de camponeses. Posto em prática, esse desmonte das políticas públicas voltadas à agricultura familiar camponesa provoca a barbárie no campo, impedindo a permanência na terra de vida e trabalho com dignidade. A inoperância do Estado é denominada por Oliveira (2007) de não Reforma Agrária e de contrarreforma agrária. Neste sentido ainda, segundo Almeida (2017):

Quando o Estado nega a eles os mínimos vitais necessários ao trabalho de produzir, abre a possibilidade da 'evasão'. É essa Reforma Agrária inconclusa que permite o reforço dos mitos dos lugares-comuns, aqueles em que a Reforma Agrária perdeu validade: 'Reforma Agrária não dá certo, é muito cara'; 'sem-terra não tem aptidão agrícola, pega terra para vender'; 'Reforma Agrária é coisa do passado'. A superação dos lugares-comuns exige coragem para desnudar o conteúdo da (não) Reforma Agrária, inclusive para denunciar que, quando o Estado não cumpre as ações para permanência dos assentados na terra, previstas em Lei, não se está diante da evasão. Esse processo tem outro nome: exclusão. (ALMEIDA, 2017, p 11).

Os desmonte das políticas públicas voltados para a agricultura familiar camponesa fez com que os camponeses buscassem estratégias para se

(re)produzirem enquanto classe e permanecerem na terra de vida e de trabalho. Deste modo, no próximo capítulo será analisado os caminhos buscado pelo os agricultores familiares camponeses do Assentamento 20 de Março, localizado no município de Três Lagoas. Pode-se elencar como estratégia, a parceria do Grupo das Hortas com os projetos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), coordenados pela Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida.

CAPÍTULO III – REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS: RECREIAÇÃO CAMPONESA, AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR

A agroecologia é uma coevolução entre o sujeito social do campo e o meio ambiente ao seu redor, sua natureza exterior. A medida em que produzimos agroecologicamente na terra conquistada, com cooperação, com novas relações sociais, estamos reconstruindo nós mesmos, nossos coletivos e nossos territórios. E, com os frutos desse processo, alimentando as famílias trabalhadoras brasileiras. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2018).

Figura 15: UFMS/Três Lagoas (MS): Feira Agroecológica



Foto: FERREIRA, Jhiovanna Eduarda Braghin. 08 de ago. de 2022.

4.1 O debate camponês

Como abordado nesse trabalho, o caminho para o combate à fome, portanto, a promoção da soberania e segurança alimentar está na efetivação de mudanças estruturais, como na Reforma Agrária e na agricultura com princípios na Agroecologia. Embora a Reforma Agrária não tenha sido prioridade como mudança estrutural no Programa Fome Zero, neste trabalho, ela é entendida como o ponto de partida para o combate à fome no Brasil.

Os dados apresentados adiante provam que os camponeses buscam alternativas para se manter na terra de trabalho e de morada, mesmo que sejam mediante projetos de responsabilidade social de empresas. Os dados de produção evidenciam a potencialidade dos assentamentos em produzir alimentos, no entanto, sempre limitada seja pelo tamanho da área, seja pela falta de acesso às políticas públicas, pelo próprio desmonte em curso. Os agricultores familiares camponeses do Assentamento 20 de março são exemplos do contraditório de que o campesinato resiste, provando, portanto, a ineficiência da tese do desaparecimento do campesinato de Kautsky (1980).

Por isso que o modo capitalista de produção deve ser entendido como processo contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo que cria relações tipicamente capitalista de produção, também cria relações não capitalistas de produção, tendo como exemplo as relações camponesas. Sendo assim:

A análise da agricultura [...] deve ser feita, portanto, no bojo da compreensão dos processos de desenvolvimento do modo capitalista de produção mundial. Esse procedimento passa necessariamente pelo entendimento de desenvolvimento como sendo contraditório e combinado, ou seja, ao mesmo tempo que segue reproduzindo relações especificamente capitalista mais avançadas, produz também, igual e contraditoriamente, relações não-capitalistas de produção e de trabalho, como as relações camponeses de produção, a peonagem etc.: todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento. (OLIVEIRA, 1999, p. 73-74).

Portanto, os camponeses estão inseridos dentro lógica capitalista tendo sua renda subordinada, por vezes, ao capital, ocorrendo a monopolização do território. Assim:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que

temos não é a sujeição formal *do trabalho* ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital*. (MARTINS, 1981, 175, grifo do autor).

Ainda:

A utilização dessas relações de trabalho não-capitalistas poupa ao capitalista investimentos em mão-de-obra. Ao mesmo tempo, ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros e camponeses, que converte em dinheiro. Assim, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Este processo nada mais é do que o de produção do capital, feito através de relações não-capitalistas. Uma vez acumulado, este capital, numa próxima etapa do processo de produção [...]. (OLIVEIRA, 1991, p.18-19).

Deste modo, a monopolização do território ocorre quando a renda não é alta, como na produção de alimentos básicos, extraíndo assim, a renda camponesa na circulação. Neste caso, ocorre a reprodução do campesinato enquanto classe, mesmo que de forma precária. No entanto, isso só é possível porque o capital não se desenvolve de forma plena no campo, pois:

E naqueles casos em que a renda é baixa, há um aumento do domínio do capital sobre a produção agrícola por meio da monopolização da circulação, como, por exemplo, os camponeses integrados na silvicultura, sericultura, entre outras. Nessas situações, o capital fica 'na porteira' esperando o produto para, no lugar do proprietário, auferir a renda da sociedade. Esse processo recebe o nome de sujeição da renda da terra ao capital. Essa sujeição da renda oculta-se na circulação da mercadoria, no crédito bancário, na transferência de riqueza para as empresas urbanas por meio de alimentos a baixo custo. (ALMEIDA, 2011, p. 106).

Neste caso, o grande capital abocanha a renda camponesa, dificultando e permitindo a reprodução desta classe, contraditoriamente. Além disso, não é somente o campo que é afetado por essa ação do capital "na porteira" (ALMEIDA, 2011), mas a cidade também é afetada, pelo preço dos alimentos e, também, pela sua qualidade. É por isso que a relação campo-cidade deve ser analisada a partir das transformações do campo, pois:

[...] embora as grandes empresas não expropriem diretamente o lavrador, eles subjugam o produto do seu trabalho. Tem sido assim com grandes empresas de industrialização de leite, uva, carne, fumo, tomate, ervilha, laranjas, frutas em geral. [...] É comum os consumidores desses produtos nas cidades queixarem-se do preço exorbitante que têm que pagar por eles, preços que crescem continuamente. Essa queixa está em contradição com as queixas dos lavradores de que recebem

cada vez menos por aquilo que produzem. É o que podem constatar facilmente comparando a elevação dos preços dos seus produtos com a elevação dos preços dos seus produtos com a elevação dos preços dos insumos de que necessitam nas suas tarefas, como adubo, a semente, o inseticida etc. Na verdade, estamos diante de uma clara transferência de renda, da pequena agricultura para o grande capital. (MARTINS, 1981, p. 47-48).

Posto isto, pode-se afirmar que mesmo de forma precária, ocorre a reprodução da classe camponesa e, portanto, é dentro do debate da monopolização do território que se pode afirmar que camponês não desapareceu. Isso pois, alguns debates teóricos apontavam para o fim do campesinato com a expansão do capitalismo, tendo como exemplo os escritos de Karl Kautsky (1980). No entanto, contraditoriamente, o capitalismo cria relações não capitalista de produção, possibilitando a permanência do camponês na terra de vida e de trabalho.

Deste modo, mesmo escritos em outros tempos, alguns clássicos permeiam a discussão referente à questão agrária no debate atual, seja para embasar a tese do desaparecimento do campesinato mediante o avanço do capitalismo no campo, como em Karl Kautsky (1980), seja para defender a recriação da classe camponesa, como em Alexander V. Chayanov (1974). Assim:

Em se tratando da questão agrária, são as posturas políticas ante a realidade, as quais inclusive revestem-se de diferentes formas de interpretação da questão camponesa, que alimentam divergências teóricas profundas, resultando em distintos paradigmas, que no plano dos clássicos consiste na análise do desenvolvimento do capitalismo na agricultura como fator, de um lado, de desaparecimento do campesinato e, de outro, de persistência e mesmo recriação desta classe por este modo de produção. (PAULINO, 1997, p. 05).

Portanto, a análise do desaparecimento do campesinato, dentro da discussão tradicional, encontra-se no marxismo ortodoxo. Segundo Guzmán e Molina (2013, p. 44), “[...] os teóricos do marxismo ortodoxo consideram que Marx subscrevia uma teoria geral dos modos de produção e formações socioeconômicas aplicável universalmente a todas as sociedades históricas”. Esta análise errônea realizada pelos marxistas ortodoxos, uma vez aplicada em totalidade, sem levar em consideração as particularidades da sociedade e,

sobretudo, do campesinato, apontam para o seu fim e, nessa perspectiva, o camponês se tornaria pequeno burguês ou proletariado. Logo:

O marxismo ortodoxo, como contexto teórico geral, constitui o primeiro enfoque construído como desenvolvimento do pensamento de Marx e Engels, e pode ser caracterizado pelos seguintes teóricos: 1. incompreensão do contexto teórico de O capital; 2. interpretação errônea do último Marx por parte de Engels; 3. unilateralidade do processo histórico; e 4. consideração da agricultura como um ramo da indústria. (SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLES DE MOLINA, 2013, p. 41).

No processo histórico unilinear, quando a mudança da sociedade se dá na transição/mudança do modo de produção, Sevilla Guzmán; Gonzáles de Molina (2013) abordam, na obra “Sobre a evolução do conceito de campesinato”, os modos de produção baseado no marxismo ortodoxo. Logo, o primeiro modo de produção é denominado de comunismo primitivo, o segundo de produção feudal e o terceiro o modo de produção capitalista. Dessa maneira, mediante a mudança da estrutura social do feudalismo para o capitalismo, surgiram novas ideias e formas de agir, assim, a relação homem e natureza fora modificada, seguindo uma nova lógica, a de explorar esses recursos naturais para produção/reprodução do capital. Segundo os autores:

E finalmente aparece o modo de produção capitalista, em que a exploração do trabalho se produz pelos mecanismos do mercado e na base do surgimento da propriedade privada dos meios de produção. A passagem de um modo de produção a outro se realiza segundo períodos de transição, nos quais se produz um desajuste entre as formas de produzir e a maneiras de pensar e atuar. Aparecem assim novas lógicas sociais que transformam as relações entre os homens e a maneira de atuar sobre a natureza para extrair dela as condições materiais da vida social. (SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLES DE MOLINA, 2013, p. 44).

Kautsky (1980), em sua obra “A questão agrária”, analisa a transição da agricultura feudal para agricultura capitalista, compreendendo o campesinato sob o modo capitalista de produção. Para o autor, a pequena exploração sempre será inferior à grande exploração e, para tanto, traz diversos elementos para sustentar sua tese. “Quanto mais o capitalismo progride na agricultura, tanto mais acentua ela a diferença qualitativa entre a técnica da grande e da pequena exploração”. (KAUTSKY, 1980, p. 112).

Segundo o autor, a forma de exploração mudou, sendo que a grande exploração aderiu ao assalariamento, ocorrendo a divisão social do trabalho

empregado no interior da grande propriedade, favorecendo no aumento da produtividade e do rendimento do trabalho (PAULINO, 1997). Sendo assim, “[...] a vantagem mais considerável que resulta, para a grande propriedade, do número maior de mão-de-obra que emprega, consiste na divisão do trabalho entre os operários manuais e os operários intelectuais” (KAUTSKY, 1980, p. 118-119).

Para Kautsky, dentro da pequena exploração, ocorre não somente a exploração do camponês, ocorre, também, de toda sua família: “Mas o camponês não se condena individualmente apenas a este trabalho forçado. Condena também a sua família [...]” (KAUTSKY, 1980, p. 127). Ainda, para o autor, a pequena exploração dos camponeses só resistia por estar alicerçada no sobretrabalho e na subalimentação. Nas palavras de Kautsky (1980, p. 133):

Mas para nós, a alimentação sub-humana do pequeno camponês não constitui uma vantagem da pequena exploração, da mesma forma que o labor sobre-humano que ela reclama. Os dois fatos nos mostram que a pequena exploração é um fenômeno econômico. Graças a eles, a pequena propriedade territorial constitui a base para a formação, quase à margem da sociedade, de uma classe de bárbaros, que une toda a rudeza das formas sociais primitivas a todas as misérias e infortúnios dos países civilizados. (KAUTSKY, 1980, p. 133).

Deste modo, as características apontadas por Kautsky, relacionadas à superioridade da grande exploração sobre a pequena em relação aos meios de produção, acesso a créditos e ao comércio, e, comentários depreciativos, chamando-os de miseráveis, ignorantes, apontando a pequena exploração como entrave para o progresso econômico, de forma sarcástica, são utilizados para sustentar a sua tese de que os camponeses iriam desaparecer e não iriam resistir ao avanço do capitalismo no campo.

Ainda, outro caminho apontado por Kautsky para o fim do campesinato está na busca do trabalho acessório: “Mas a pequena exploração é mais lastimável quando não chega nem mesmo a nutrir o seu dono, que se vê obrigado a apelar para um trabalho acessório a fim de subsistir”. (KAUTSKY, 1980, p. 134). Almeida e Paulino (2000) afirmam que, para o autor, o desenvolvimento do capitalismo não comportaria outra classe, além da burguesia e do proletariado. Assim, as unidades camponesas desapareceriam em detrimento ao modo de produção industrial, pois este seria a força matriz da

sociedade. Sendo assim, ocorreria a proletarização camponesa, pois, ao trabalhar pra outrem, não teria tempo para dedicar-se à sua unidade e, logo, seria apenas para morada e não mais para a produção, comprometida pela venda de sua força de trabalho.

Em contrapartida, para Chayanov (1974), segundo Almeida e Paulino (2000), os camponeses são uma classe e, faz outra análise sobre unidade camponesa: o trabalho na unidade camponesa é familiar, sendo de produção e de consumo, onde deveria ocorrer o equilíbrio entre o número de trabalhadores e o de consumidores. Entretanto, não seria uma regra. Quando ocorre a queda do nível de bem estar da família, ocorreria a realização do trabalho acessório: venda da sua força de trabalho. Aquilo que para Kautsky seria a proletarização, para Chayanov, seria a manutenção da condição camponesa. Sendo assim:

La familia campesina trata de cubrir sus necesidades de la manera más fácil y por lo tanto, pondera los medios efectivos de producción y cualquier otro objeto al cual puede aplicarse su fuerza de trabajo, y la distribuye de manera tal que puedan aprovecharse todas las oportunidades que brindan una remuneración elevada. De esta manera, es frecuente que, al buscar la retribución más alta por unidad doméstica de trabajo, la familia campesina deje sin utilizar la tierra y los medios de producción de que dispone si otras formas de trabajo le proporcionan condiciones más ventajosas. (...) El único rasgo que en este caso distingue a la familia campesina del empresario consiste en que el capitalista, de un modo u otro, distribuye siempre la totalidad de su capital; la familia campesina, en cambio, nunca utiliza completamente toda su fuerza de trabajo pues cesa de consumirla en el momento en que satisface sus necesidades y alcanza su equilibrio económico (CHAYANOV, 1974, p.120 *apud* ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 118).

Considerados como classe social, os camponeses resistem e buscam estratégias para sua reprodução. Contudo, o campesinato possui particularidades, a depender de vários fatores: a organização da estrutura fundiária, condições geográficas (recursos naturais), acesso às políticas públicas em diversas escalas (local, estadual, nacional), dentre outros. Todos esses elementos definem a especificidade dos sujeitos no campesinato. Entretanto, existem características gerais aplicadas ao campesinato, como apontadas na sequência.

Alguns autores apontam a semelhança do campesinato em todo mundo, sendo o modo de vida. De modo geral, segundo Shanin (2005), o camponês é

diferenciado dos outros por seis características: a primeira, está relacionado com a economia camponesa, caracterizada pelo trabalho familiar e controle dos meios de produção; a segunda, com a organização política caracterizada pelos conflitos, tanto no “espaço geográfico quanto social”, com os proprietários de terras e representantes do Estado, uma disputa tanto por ordem ideológica quanto por território; a terceira relaciona-se aos valores de produção e de vida social transmitidos de formas orais e por outros meios de comunicação, mantendo a tradição camponesa; a quarta relaciona-se à organização e funcionamento da unidade camponesa, desde o grupo doméstico à interação social (relações mercantis); em quinto lugar, a reprodução social dos camponeses apresentam particularidades em cada região, lugar, mas, também apresentam características genéricas, como o trabalho familiar, as práticas agrônômicas relacionadas aos ciclos “naturais”. E, por último, a reprodução coletiva do campesinato por meio da agricultura no interior da estrutura capitalista, superando a ideia do desaparecimento desses camponeses.

Contudo, essas generalizações pressupõem alguns problemas e, segundo Shanin (2005, p. 04), “o uso da generalização como conceito implica obviamente a homogeneidade dos camponeses”. Logo, não se pode analisar campesinato somente por essas características gerais.

Portanto, a tese do desaparecimento do campesinato, nos discursos do marxismo ortodoxo, é totalmente insustentável, visto a ocorrência da recampesinização, pois esta classe está inserida no interior do modo capitalista de produção, criando relações contraditórias, pois o capitalismo cria relações capitalistas e não capitalistas de produção. Assim:

[...] o próprio capitalismo dominante que gera relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento. O que significa dizer que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo e não de fora deste [...]. O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações. (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Como exemplo de recampesinização, no próximo subcapítulo, serão analisados os caminhos trilhados pelos agricultores familiares camponeses do Assentamento 20 de Março, localizado no município de Três Lagoas.

4.2 Reforma Agrária em Três Lagoas: recriação camponesa no Assentamento 20 de Março

O município de Três Lagoas, assim como outros municípios do estado Mato Grosso do Sul, possui forte concentração fundiária, conforme demonstrado na tabela 36. Os 570 (52%) pequenos estabelecimentos, ocupam apenas 24.859 ha (3%) da área total, em contrapartida, os 174 (16%) grandes estabelecimentos ocupam 727.542 ha (78%).

Tabela 36: Três Lagoas: Estrutura Fundiária – 2017

Classe de Área (ha)	Censo Agropecuário 2017				
	Estabelecimentos – nº	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
0 a menos 200	570	52	24.859	3	43,61
200 a menos de 1.000	355	32	184.246	20	519
Acima de 1.000	174	16	727.542	78	4.181,27
Total	1.101	100	936.648	100	850,72

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017.

Neste município, a territorialização do capital está voltada para o setor eucalipto-celulose-papel, com a chegada de duas empresas desse setor, sendo a Fibria – atual Suzano, inaugurada em 2006, e a Eldorado Brasil, instalada no ano de 2012. Segundo Almeida e Silva (2017), as duas empresas possuem 800 mil ha plantado com eucalipto no Leste do Mato Grosso do Sul. Deste modo:

A implantação das empresas de celulose e papel marcou a intensa relação entre a indústria, o latifúndio e o Estado – uma tríplice aliança materializada nos municípios por meio da expansão da agricultura empresarial, alicerçada na concentração de terra no campo, e uma nova reorganização do território que perpassa a articulação das ações do latifúndio do boi com o latifúndio do eucalipto. (KUDLAVICZ, 2010).

As empresas encontraram condições favoráveis para se instalarem, como a forte concentração fundiária, incentivo fiscais e de créditos concedidos pelo Estado, mão de obra barata e infraestrutura. Nesse sentido:

Outro fator determinante [...] é a hegemonia no seio do governo federal de um projeto de desenvolvimento que privilegia apoio financeiro ao setor agropecuário voltado à exportação. Situação

cujo resultado tem sido o estímulo ao processo concentrador de terra e o aumento abusivo do uso de agrotóxico no entorno das pequenas propriedades, como é o caso da realidade vivenciada pelos assentamentos rurais da região Leste de Mato Grosso do Sul, onde o complexo celulose-papel se territorializa velozmente [...] (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014, p. 1).

Deste modo, com a territorialização do capital no campo o perfil agrícola e agrário desse município sofreu modificações. No que tange ao perfil agrícola, ocorreu redução das matas naturais, diminuição do efetivo bovino e na produção de alimentos básicos, em contrapartida, ocorreu o aumento das matas plantadas, como já abordado. Quanto ao agrário, houve a (re)concentração fundiária (ALMEIDA, 2017), impactando diretamente na formação de novos assentamentos.

Este município que é considerado a “capital mundial da celulose” é marcado com a presença incomoda (ALMEIDA, 2017) de quatro assentamentos rurais, sendo, dois de Crédito Fundiário (Paulistinha e Palmeiras) e dois de Reforma Agrária, conquistado mediante a luta pela terra (Pontal do Faia e 20 de Março) (mapa 10). (LUIZ; NARDOQUE, 2019). Margarida³¹ relata como foi a luta para conquistar o pedaço de chão.

[...] Nós tivemos três acampamentos. Nós tivemos acampamento no moeda, do moeda nós fomos para o Corgo do Pinto e do Corgo do Pinto, a gente veio pra cá, pra frente da fazenda e hoje nós tá dentro dela. Essa fazenda chamava Fazenda Arapuá [...] Depois, que o INCRA veio que demarcou essa fazenda, ele mandou a gente entrar pra dentro da fazenda. Aí a gente veio e ficou ali na sede da fazenda seis meses, pra depois... Nós entramos 20 de março pra dentro da fazenda. Então por isso o assentamento chama 20 de março, porque nós já quisemos fazer diferente, porque na verdade, esse assentamento era pra ser ‘Assentamento Arapuá’. Cê entendeu? Nós já começamos diferente. Quando a gente entrou pra dentro da fazenda, a gente pensou: será que não pode ser 20 de março? Mas o sorteio só foi dia 19 de setembro de 2009. Nós entramos aqui dia 20 de março de 2009, mas daí seis meses depois, é que foi o sorteio. Aí a gente ficou acampado mais seis meses ali na sede. Nós ficamos debaixo dos pés de manga. Ali tudinho tinha barraco. (Entrevista concedida em 5 dez. 2020).

O que ocorre em comum dentro desses assentamentos rurais é o abandono das famílias por parte do Estado, deixando-os à própria sorte (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014), ocorrendo o que é chamado por Oliveira (2007)

³¹ Nome fictício.

de contrarreforma agrária, dificultando a permanência dos camponeses com dignidade na terra. A dificuldade de acesso aos fundos públicos, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Famílias (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o antigo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Durante trabalho de campo³² foi possível registrar essa dificuldade, bem como, a falta de interesse dos funcionários em repassar as informações necessárias, segundo Margarida:

Muita coisa na agricultura só tá no papel. Entendeu? Só no programa de rádio, né? Naquela Voz do Brasil... aí é tudo bonitinho, mas no relatório mesmo, não é igual. [...] Até hoje não acessei meu PRONAF, até hoje eu não acessei nada. [...] Aqui algumas pessoas acessou o PRONAF... acho que dá pra contar 1, 2, 3 e... outros acessaram o fomento, agora, inicial, né? Cinco mil mais seis mil. Eu não acessei nada e pergunta o porquê. Eu não tenho nada que impede. Eu fiz a documentação, eu fiz meus documentos todinho... o que aconteceu? É o que eu falei pra você, eu fui lá ver o porquê que não saiu. É o que eu falo pra você, informação. Eu fiz o meu Cadastro Único em 2017, em dois em dois anos vence. Eu não sabia disso! É o que eu tô falando pra você. Muitas coisas, quando eu vim de Campo Grande, porque que o meu não saiu? Eu peguei e fui lá em Campo Grande [...] O meu venceu em 2019, aí, né? Só que agora eu sei que vence de dois em dois anos, eu não vou ter mais esse problema. [...] Em 2021, eu tenho que fazer de novo. E o pessoal do CRAS vinha aqui, mas ninguém falava, eu não sabia. Nunca passaram isso pra gente: ‘– Não gente, vocês tem que fazer, mas de dois em dois anos vence’. Eu não sabia disso, tanto eu como mais gente aqui [...] Só que eles falaram pra mim, que demorava uma semana, cê sabe que dia que eu fiz? Meu Cadastro Único? Dia 08 de março e até hoje meu PRONAF não saiu, nem meu fomento [...] 08 de março de 2020. Hoje estamos no mês 12, né? 09 meses depois, eu não recebi. E meu projeto tá lá no banco. É o que eu tô falando pra você: é muito difícil você conseguir acessar, igual a casa. Vieram aqui, tiraram foto, deram a prancheta pra nós assinar, é... passaram GPS... essas casas nunca saiu do papel. Eu tava no barraco até hoje. Até hoje nós taria no barraco e é o mínimo que eles têm que dar pra gente, é o mínimo: casa, água e luz! Né? é o mínimo. (Entrevista concedida em 5 dez. 2020).

A ausência do Estado na efetivação das políticas públicas voltadas para os camponeses abre margem para a atuação das empresas do setor de eucalipto-celulose-papel, na criação de “projetos de responsabilidade social”,

³² Saída de campo realizado nos dias 05 dez. 2020 ao dia 08 dez. 2020.

velando assim, os conflitos existentes nessa fração do território. (ALMEIDA, 2017). Assim:

Ciente desta armadilha que prende o assentado a terra, as papeleiras, Fibria e Eldorado Brasil, transformaram a responsabilidade social em 'ajuda', escamoteando aquilo que é dever, em especial em atividades como esta, recebedora de vultuosos recursos públicos e produtora de passivos ambientais de grande envergadura. Essa prática das papeleiras tem rebote na consciência camponesa, pois compreendem o que lhes é exigido: reciprocidade na figura do silêncio acerca dos possíveis danos causados pelo cerco do eucalipto. (ALMEIDA, 2017, p. 9).

Citam-se dois exemplos de projetos de responsabilidade social, criados pela antiga Fibria no Assentamento 20 de Março. O primeiro exemplo está relacionado com a criação do viveiro Jairo Cesario Magalhães. A princípio, o objetivo da criação desse viveiro era resgatar as plantas nativas do Cerrado, posteriormente cultivavam, também, plantas de outros biomas que se adaptavam às condições ambientais locais.

O segundo exemplo é o do Grupo das Hortas, criado em 2011, denominado Produção Integrada Madeira e Alimento (PIMA). O projeto acontecia em uma área selecionada pela Fibria, que integrava madeira e agricultura, e tinha como intenção a criação de horta orgânica (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014). Para esse propósito, os agricultores camponeses ganharam um *kit* com tela, mangueira, madeira, adubo, sementes, mudas e assistência técnica (FERREIRA, 2019).

Esses projetos de responsabilidade atendem aos interesses das empresas, que garantem a exportação de seus produtos, via certificação social, ao mesmo tempo, que velam os conflitos existentes. Mercadante (2018) expõe os interesses das empresas por trás dos projetos de responsabilidade social, assim:

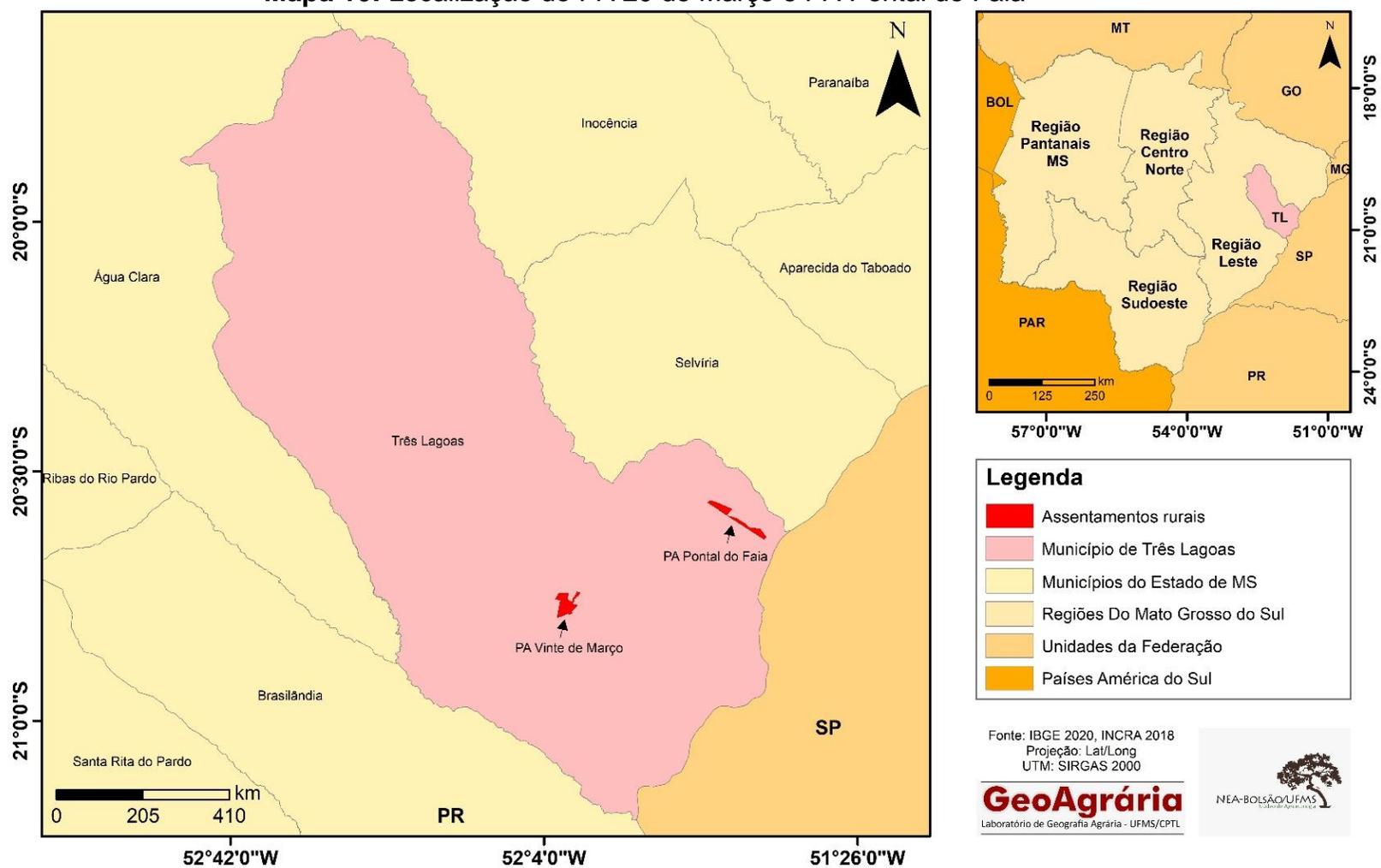
Entre esses projetos de parceria, estão o Programa de Desenvolvimento Rural Territorial (PDRT) e o Projeto de Produção Agroecológica Sustentável (PAIS), desenvolvidos como contrapartida das empresas aos impactos sociais e ambientais e para alcançarem as certificações internacionais, garantidoras da exportação de seus produtos para a União Europeia e os países da Ásia (MERCADANTE, 2018, p. 57).

Embora essas empresas criam esses projetos, parte dos camponeses tem consciência dos impactos causados pelos plantios de eucalipto, Kudlavicz; Almeida (2014, p. 2) pontuam que “as famílias não são ‘inocentes úteis’”. Apesar

disso, aderem, pois, os projetos de responsabilidade social são um caminho para permanência na terra de vida e de trabalho, possibilitando a recriação camponesa.

O caminho para enfrentar os entraves criados pelo Estado e autonomia frente os projetos sociais das empresas privadas, são os canais curtos de comercialização que se apresentam como alternativa, como as feiras agroecológicas, por exemplo, que inviabilizam as ações dos atravessadores e permitem que os agricultores camponeses permaneçam com a renda da terra. Nesse sentido, no próximo subcapítulo serão abordados os caminhos trilhados pelos agricultores camponeses na busca de autonomia e soberania alimentar no campo e na cidade, mediante agricultura com base nos princípios agroecológicos.

Mapa 10: Localização do PA 20 de Março e PA Pontal do Faia



4.3 Agroecologia: agricultura, autonomia e soberania alimentar

Segundo Macedo (2021), o ofício de lavrar a terra é um dos mais antigos do mundo, contudo, com o passar dos anos e com as mudanças nas atividades econômicas, a produção científica, que antes compartilhava seus conhecimentos ao mesmo passo que aprendia com às comunidades, hoje às considera arcaicas, isso porque, atualmente, a ciência está a serviço do capitalismo. Deste modo:

Entre outros efeitos, a modernização da agricultura retirou do agricultor o controle do conhecimento associado ao seu próprio trabalho, criando um mecanismo que ao mesmo tempo expropriou o saber-fazer das comunidades rurais e transferiu esse poder para as corporações do agronegócio transnacional. Dessa forma, a dependência tecnológica converteu-se em invasão cultural, imobilizando as capacidades autônomas de inovação local e promovendo a desconexão da agricultura com relação aos ecossistemas, às comunidades e ao consumo de alimentos. (PETERSEN *et al.* 2009, p. 87).

O avanço da modernização da agricultura no campo, com aporte de base tecnológica e com uma “nova” organização da produção, iniciada a partir do século XX, permitiu, por um lado, o aumento da produtividade em curto prazo e, por outro, desconsiderou todos os princípios dispostos pelo conceito da sustentabilidade. Paradoxalmente, esse processo foi fortemente influenciado pela Ciência. Nesse sentido:

Na realidade, a história das agriculturas mundiais sofreu uma enorme mudança a partir do século 19, com a internalização crescente de uma nova base tecnológica e da organização da produção que, por um lado, permite ganhos de produtividade a curto prazo e, por outro lado, desconsidera elementos essenciais que hoje formam parte da plataforma de compreensão mais ampla do conceito de sustentabilidade. Por mais paradoxal que possa parecer, esse processo sofreu enorme influência da Ciência, que vem gerando conhecimento ‘novo’ e alheio às práticas e saberes produzidos pelos próprios agricultores [...] a Ciência Agrônômica contemporânea não incorporou o saber agroecológico historicamente construído e acumulado pelas sucessivas gerações de agricultores [...] (COSTABEBER; CAPORAL; WIZNIEWSKY, 2013, p. 157).

Com a intensificação da artificialização dos agroecossistemas, a Agronomia iniciou em meados de 1970 (PADULA *et al.*, 2013) debates sobre os impactos ambientais causados pela expansão da agricultura moderna. Nesse contexto, iniciaram-se, também, discussões acerca de agricultura alternativa frente à agricultura convencional. Todavia, Costabeber; Caporal; Wizniewsky (2013)

apontam que, em sua maioria, a formação nas Ciências Agrárias está voltada para agricultura convencional, visando apenas a produtividade. Assim:

Majoritariamente, a formação técnica na área das Ciências Agrárias vem seguindo o paradigma convencional, em que se nota um flagrante privilégio dos conhecimentos técnicos baseados na perspectiva da maximização das produtividades físicas, porém sem as devidas considerações sobre seus impactos nos sistemas ecológicos. A constatação desses impactos sobre o ambiente e a sociedade tem contribuído para o surgimento de enfoques “alternativos”, que contestam a orientação hegemônica e oferecem propostas que pretendem harmonizar as relações entre a sociedade e a natureza [...] (COSTABEBER; CAPORAL; WIZNIEWSKY, 2013, p. 158).

Segundo Caporal e Costabeber (2004) a emergência na busca por uma agricultura alternativa frente aos problemas socioambientais acarretados pela agricultura convencional e na preocupação de uma agricultura que garanta longevidade para os agroecossistemas que nasceu Agroecologia (CAPORAL; COSTABEBER, 2004) (COSTABEBER; CAPORAL; WIZNIEWSKY, 2013).

A Agroecologia apresenta um novo enfoque científico oferecendo conceitos, princípios e metodologias (CAPORAL; COSTABEBER, 2004) (COSTABEBER; CAPORAL; WIZNIEWSKY, 2013) para uma agricultura sustentável, contribuindo com a transição agroecológica, apresentando princípios que difere essa agricultura das outras agriculturas alternativas, sobretudo pelo seu caráter social. Assim:

Neste ambiente de busca e construção de novos conhecimentos, nasceu a Agroecologia, como um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável. A partir dos princípios ensinados pela Agroecologia passaria a ser estabelecido um novo caminho para a construção de *agriculturas* de base ecológica ou *sustentáveis* [...]. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 08. Grifos dos autores).

Nesse sentido, segundo os autores, é um equívoco compreender a agricultura com princípios agroecológicos apenas como agricultura que não utiliza agrotóxicos, até porque, algumas agriculturas não utilizam herbicidas, inseticidas, insumos químicos, agrotóxico, fertilizantes. Não basta apenas não utilizar venenos, tem que ser sustentável. Em alguns casos a não utilização desses venenos está ligada à lógica capitalista, para atender nichos de mercados, para uma determinada classe social, que entende a importância de consumir produtos saudáveis e, nesse

caso, os orgânicos, mas que não se interessam pelas questões sociais acerca da produção de alimentos. Deste modo:

A título de exemplo, cabe afirmar que não se deve entender como agricultura baseada nos princípios da Agroecologia aquela agricultura que, simplesmente, não utiliza agrotóxicos ou fertilizantes químicos de síntese em seu processo produtivo. No limite, uma agricultura com esta característica pode corresponder a uma agricultura pobre, desprotegida, cujos agricultores não têm ou não tiveram acesso aos insumos modernos por impossibilidade econômica, por falta de informação ou por ausência de políticas públicas adequadas para este fim. Ademais, algumas opções desta natureza podem estar justificadas por uma visão tática ou estratégica, visando conquistar mercados cativos ou nichos de mercado que, dado o grau de informação que possuem alguns segmentos de consumidores a respeito dos riscos embutidos nos produtos da agricultura convencional, super-valorizam economicamente os produtos ditos “ecológicos”, “orgânicos”, ou “limpos”, o que não necessariamente assegura a sustentabilidade dos sistemas agrícolas através do tempo. (Caporal; Costabeber, 2004, p. 8-9).

Ainda:

[...] e aqui é necessário demarcar diferenças: alimentos orgânicos podem não ter agrotóxicos, mas alimentos agroecológicos não têm nem agrotóxicos nem injustiça! Para resumir os grandiosos objetivos da agroecologia de garantir segurança alimentar, erradicação da pobreza, proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais, a preservação da cultura local e da propriedade camponesa, a recuperação das práticas tradicionais de manejo agrícola, a promoção de processos de auto-gestão e a participação comunitária. (RIGOTTO, 2011, p. 130).

Ademais, segundo Caporal e Costabeber (2004), a agricultura convencional se torna totalmente insustentável pela dependência dos recursos naturais não renováveis, sendo o maior responsável pelos problemas socioambientais. Nesse sentido, os autores apontam o possível surgimento de monocultura orgânica, pautada na exploração da mão-de-obra e concentrando terra. “[...] Essa ‘*monocultura ecológica*’ poderá até atender aos anseios e caprichos de consumidores informados sobre as benesses de consumir produtos ‘limpos’, ‘orgânicos’, isentos de resíduos contaminantes [...]” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 18, grifo dos autores).

Vê-se a agricultura que transforma o alimento em negócio, para atender uma restrita classe social, se torna totalmente insustentável. Emerge então a busca pela agricultura que respeite não somente a natureza, mas que tenha responsabilidade

com a geração presente e futura, respeitando e utilizando os conhecimentos das comunidades locais. Nesse sentido:

[...] o principal desafio da agricultura, além de ser produtiva e geradora de alimentos de elevada qualidade biológica, é ser também mais sustentável, independente das denominações assumidas ou dos qualificativos que vier a receber. A expressão “ser sustentável” tem o sentido de algo que tem sustentabilidade em concepção ampla: algo perene, que pode durar para sempre ou por muito tempo, que tenha longevidade temporal e que esteja em sintonia com princípios fundamentais necessários para o alcance de uma sociedade mais sustentável. Isso é, o que define uma agricultura que se pretende alcançar [...] (COSTABEBER; CAPORAL; WIZNIEWSKY, 2013, p. 148).

E é por isso que a Agroecologia se difere de outras agriculturas alternativas, sobretudo da dita orgânica, por proporcionar mais do que comida sem veneno, mas permitindo o diálogo entre diferentes agentes da sociedade civil que se interessam na busca da agricultura sustentável, socialmente justa e preserve o meio ambiente. Sendo assim, “[...] a agroecologia é uma prática amigável de produção de alimentos que respeita a natureza e possui relações de trabalho, produção e comercialização socialmente justas”. (NEMA, 2008, p. 03).

De fato, trilhar os caminhos da agricultura com princípios agroecológicos, para produzir alimentos com ética (NEMA, 2008), implica em inúmeros desafios complexos, não se limitando apenas nas mudanças da prática convencional. Nesse sentido, a transição agroecológica se torna indispensável e necessária. Assim:

[...] se os problemas que dá origem ao enfoque agroecológico é econômico, social e ambiental, então, não se trata simplesmente de uma questão de ambiente, de manejo correto de recursos naturais e de gestão biofísica, mas um desafio socioambiental derivado de uma intrincada e conflituosa relação entre sociedade e natureza, da qual o homem representa apenas uma parte. (COSTABEBER; CAPORAL; WIZNIEWSKY, 2013, p. 166).

Segundo os autores, o termo “transição” está relacionado com a mudança de um modo de ser para outro modo diferente. A transição não está limitada apenas pelas práticas agronômicas, mas é apresentada também como mudança social, os resultados da transição, por exemplo, estão associados com relações sociais dos diferentes sujeitos sociais, emergentes de confrontos de interesses distintos. Assim:

Com efeito, a transição (como processo de mudança social) é resultante de estratégias mais ou menos conscientes dos diversos atores e grupos sociais, surgidas como consequência da confrontação de interesses distintos e, muitas vezes, contraditórios.

Mais do que uma mudança unilinear, o conceito de transição tem mais coerência e afinidade com a noção de multilinearidade, como resultado das intrincadas relações sociais que, como se disse antes, são parte inerente do processo. (COSTABEBER; CAPORAL; WIZNIEWSKY, 2013, p. 151).

Deste modo, Gliessman (2000), segundo Caporal e Costabeber (2004), aponta três níveis fundamentais para o processo de transição agroecológica, sendo: reduzir os insumos químico, substituir os insumos químicos e o redesenho do agroecossistema. (COSTABEBER; CAPORAL; WIZNIEWSKY, 2013). Os autores apontam que esses três níveis podem e devem ser referências na busca de um agroecossistema mais sustentável. Contudo, não existe uma regra que obrigue a seguir esses três níveis na sequência. Para os autores, a transição da agricultura convencional para a agricultura sustentável pode partir diretamente para o terceiro nível, sem necessariamente passar pelos dois níveis anteriores. Nesse sentido:

Na verdade, os três níveis de transição aqui sugeridos devem ser tomados apenas como referência para guiar o processo de conversão para agroecossistemas mais sustentáveis. Contudo [...] não necessariamente é preciso seguir os três níveis como fases sequenciais. Por exemplo, a conversão de uma agricultura industrializada pode começar diretamente no nível de redesenho, sem passa pela racionalização e pela substituição de insumos [...] o redesenho poderia ser inclusive o único caminho possível, no caso do agroecossistema haver atingido um elevado grau de degradação ecológica, social e econômica, o que tornaria inviável qualquer estratégia ecológica - produtiva que considerasse a racionalização seguida da substituição para, então, alcançar o redesenho. (COSTABEBER; CAPORAL; WIZNIEWSKY, 2013, p. 173).

Ademais, os autores também apontaram que a transição pode ser aplicada na agricultura camponesa e tradicional e, em todos os casos, o objetivo é o redesenho da área, independente se foi ou não aderido os dois níveis anteriores. Nesse sentido:

[...] o conceito de Transição Agroecológica aqui defendido, baseado no esquema proposto por Gliessman (2000), é válido para diferentes situações, incluindo áreas que ainda não tenham alcançado o status de agricultura moderna ou mesmo áreas que tenham sofrido pouca ou nenhuma ação antrópica. (COSTABEBER; CAPORAL; WIZNIEWSKY, 2013, p. 173).

Além disso, transição agroecológica não pode e nem deve ser compreendida apenas pela perspectiva ecológica-produtiva, mas, também, sobre a perspectiva

socioeconômica e cultural (SEVILLA GUZMÁN, 2011), levando em consideração as comunidades locais (COSTABEBER; CAPORAL; WIZNIEWSKY, 2013).

Nesse sentido, as bases epistemológicas da Agroecologia possibilitam a utilização dos conhecimentos das comunidades locais tradicionais/populares na busca de um agroecossistema mais sustentável. As técnicas camponesas presentes no Assentamento 20 de Março, contribuem para a transição agroecológica dentro dos lotes, por exemplo. Assim:

O fortalecimento das práticas endógenas no local não exclui as tecnologias e a construção do conhecimento científico, apenas modifica o pilar central para aplicabilidade da ciência. As práticas, projetos e técnicas que eram usadas de forma a alimentar o lucro capitalista, no enfoque agroecológico são usadas para servir e resolver demandas e questões locais, dentro dos princípios norteadores da agroecologia. (MACEDO, 2021, p. 85).

Deste modo, objetivos da sustentabilidade, buscado pela transição agroecológica não serão atingidos ao mesmo tempo. E é justamente por isso que se faz necessário a apropriação das bases científicas da Agroecologia e do conhecimento popular local.

Não necessariamente seguindo uma ordem de um nível, não existe “receita de bolo” na busca pela agricultura com princípios agroecológicos. Sendo assim, partindo do pressuposto que Agroecologia é ciência, movimento e prática, vale registrar as experiências locais que contribuem na busca de um caminho agroecológico e da valorização de saberes tradicionais. Deste modo, algumas ações e práticas na busca da agricultura mais sustentável são indispensáveis e assistidas no Território Rural do Bolsão³³, tais como: práticas de uso e manejo do solo, biodiversidade, rotação de cultura, resgate das sementes crioulas, comércio justo, diminuição do trabalho penoso dentro do lote, eventos que valorizam o modo de vida camponês, o processo educacional e a busca por soberania alimentar. Assim como as questões ambientais têm extrema importância dentro da Agroecologia, as relações sociais também têm. Portanto:

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômico à

³³ O Território Rural do Bolsão foi criado em 2013, pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), composto por oito municípios: Água Clara; Aparecida do Taboado; Chapadão do Sul; Cassilândia; Inocência; Selvíria; Três Lagoas.

compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. (ALTIERI, 2004, p. 23).

O processo educacional é indispensável na Agroecologia, não se aplicando apenas à troca de conhecimento entre os agricultores camponeses, mas, também, na sociedade como um todo. O processo educacional, assim como as outras bases da Agroecologia, não se apresenta como tarefa simplista, ao contrário, implica na aproximação do consumidor-apoiador e do agricultor camponês, bem como, na valorização do modo de vida camponês, da Reforma Agrária, na valorização dos alimentos locais, da sazonalidade dos alimentos, dentre outros. Sendo assim, no próximo subcapítulo, serão analisados os caminhos trilhados pelos agricultores familiares camponeses do Assentamento 20 de Março na busca por autonomia e na permanência da terra mediante os canais curtos de comercialização (CCC).

4.4 Caminhos agroecológicos no Assentamento 20 de Março

As mudanças das práticas agrônômicas no Assentamento 20 de Março deram início com a criação do projeto PIMA e do Grupo das Hortas pela Fibria. Neste cenário, foram doados alguns utensílios necessários para criação de estrutura das hortas, além de mudas e sementes. O Grupo das Hortas foi criado em 2011 com 35 participantes, ocorrendo a transição da agricultura convencional para uma agricultura alternativa. O projeto em questão contribui para a produção de alimentos, inicialmente destinada para o autoconsumo, mas, no entanto, a produção foi significativa, proporcionando excedentes.

Contudo, os agricultores camponeses não tinham canais de comercialização para a venda desses excedentes, sendo destinados para a alimentação de animais e no limite, para descarte. As dificuldades de acesso aos programas governamentais e a venda direta que inviabilizaria a ação dos atravessadores se configuraram como entraves para os agricultores camponeses e empecilhos para continuar com a atividade da horta, fato que contribuiu para a diminuição de agricultores no Grupo das Hortas, atualmente com 15 camponeses assentados participantes.

Devido à necessidade de escoar os excedentes, alguns agricultores camponeses conseguiram acessar aos programas governamentais, além de

contrato com empresas, como a própria Fibria. Contudo, havia ainda a necessidade de criação de canais curtos de comercialização, ou seja, a venda direta, a criação de laços dos agricultores camponeses com os consumidores. Deste modo, partindo das suas demandas, os primeiros projetos criados pela Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida foram voltados para a comercialização e, posteriormente, mas não muito distante, para a transição agroecológica em dois lotes referência apoiados pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia do Bolsão (NEA-Bolsão), criado em 2017³⁴.

Deste modo, o primeiro projeto voltado para comercialização direta iniciou-se no ano de 2015, denominado “Dinamizando a Agricultura Familiar e o Consumo Agroecológico em Três Lagoas-MS” (PREAE/UFMS/2015). A priori, esse projeto atuou na criação do grupo de consumidores intitulado “Grupo das Sacolas Agroecológicas”. Os consumidores dos produtos das sacolas, em sua maioria, eram os funcionários, alunos da UFMS/CPTL (figura 16).

Segundo Mercadante (2018), o “Grupo das Sacolas Agroecológicas” iniciou com 60 consumidores. A entrega das sacolas funcionava semanalmente, sendo entregue todas às terças-feiras, compostas por sete produtos, conforme a disponibilidade do campo, geralmente três legumes e quatro hortaliças. Os produtos presentes nas sacolas atendiam famílias de quatro integrantes. A organização das sacolas contava com o apoio dos integrantes do Laboratório de Estudos Territoriais – LABET (atual laboratório de Geografia Agrária). O valor semanal da sacola era de R\$ 17,00.

³⁴ O NEA/Bolsão é um projeto de pesquisa e extensão, criado no ano de 2017, coordenado pela Profa. Dra. Rosemeire Aparecida de Almeida, tendo como objetivo o apoio a transição agroecológica, apoio aos canais curtos de comercialização, resgate de sementes crioulas, entre outras ações

Figura 16: UFMS/Três Lagoas (MS): Sacolas Agroecológicas

Fonte: Acervo NEA/Bolsão, 2017.

Na época em que foi analisado o projeto das sacolas em seu trabalho, Mercantes (2018) apontou que houve queda no número de participantes, caindo de 60 consumidores para 19. Segundo a autora, essa queda não se apresentou como ponto negativo, uma vez que, ocorreu a migração dos consumidores do Projeto da Sacola para o Projeto da Feira Agroecológica, possibilitando contato direto entre os agricultores camponeses e os consumidores. Um dos motivos que resultou na migração de consumidores foi a possibilidade de escolher a quantidade dos produtos, pois a de produtos da sacola excedia o consumo das famílias. Assim, a feira agroecológica se tornou melhor opção para algumas famílias.

No ano de 2016, iniciou-se o novo projeto “Feira de Produtos de Transição Agroecológica da Agricultura Familiar Camponesa em Três Lagoas-MS” (figura 16 e 17) (PREAE/UFMS/2016), conhecido como Feira Agroecológica, também na UFMS/CPTL. Segundo Mercante (2018, p. 81).

A feira caracteriza o ideal dos canais de curta comercialização, por estabelecer contato direto entre agricultores e consumidores; nela, são tecidas relações sociais que contribuem para a geração de renda e o reconhecimento do trabalho dos que produzem, bem como relações de confiança que incentivam a mudança de hábitos alimentares nos consumidores.

Figura 17: UFMS/Três Lagoas (MS): Feira Agroecológica



Fonte: Acervo NEA/Bolsão, 2017.

Figura 18: UFMS/Três Lagoas (MS): Feira Agroecológica



Fonte: Acervo NEA/Bolsão, 2017.

Os projetos contribuíram para a criação de canais curtos de comercialização e para conquista de novos espaços e a ampliação das feiras agroecológicas. No período que antecedeu à pandemia, os participantes do Grupo das Hortas realizavam sete feiras semanais, sendo: na UFMS, no condomínio Don El Chall, no condomínio Alto dos Ypês, no condomínio Portal das Águas, no condomínio Cambuí, no condomínio das Palmeiras, no condomínio Terras do Jupιά e na feira livre (figura 18).

Figura 19: Três Lagoas - barraca da Agroecologia na feira livre



Fonte: Acervo NEA/Bolsão, 2019.

Além de contribuir para a criação de novos canais curtos de comercialização (CCC), os projetos contribuíram para a autonomia dos camponeses, interação entre os consumidores e agricultores camponeses, consumo crítico, melhoramento da renda e, conseqüentemente, da vida dessas famílias, permitindo a permanência na terra e de trabalhar nela. Segundo Medeiros (2018, p. 04), os projetos “[...] podem devolver autonomia aos camponeses ao mesmo tempo em que criam práticas de desobediência aos impérios agroalimentares que controlam a garganta da circulação”. Quando questionado sobre a importância do projeto, o agricultor camponês relata:

[...] o aumento da renda né, a melhora na autoestima, porque se você tá vendendo tá produzindo, a pessoa fica, né... O melhor de tudo isso ai é o assentamento, é você fica na terra, é a permanência na terra porque com os seus próprios esforços, né[...]. (Entrevista concedida à autora em 15 jan. 2019).

Contudo, com o início da pandemia, gerada pelo novo Corona Vírus – SARS-COVID 19, os agricultores familiares camponeses se reinventaram e criaram estratégias para garantir o escoamento dos produtos para a cidade e, ao mesmo tempo, a renda para permanecerem na terra. Desta forma, o projeto junto à UFMS

para escoar os produtos sofreu alterações, tornando-se a feira no modelo *on-line*, denominado “Feira on-line”.

O projeto funcionava por meio de grupo no aplicativo *WhatsApp*, permitido a comunicação direta, entre os camponeses e os consumidores-apoiadores. A primeira “Feira on-line” ocorreu no dia 24 de março de 2020. A dinâmica do grupo acontecia da seguinte forma: inicialmente a “Lista de produtos” (formato de tabela no Word) (figura 19) era atualizada aos sábados com os produtos disponíveis naquela semana. A atualização da lista ocorria semanalmente, de acordo com a produção no campo e da sazonalidade dos produtos. Os pedidos eram realizados no grupo do *WhatsApp*, denominado “Consumo Agroecológico UFMS”, das 12:00 horas do sábado até as 12:00 horas do domingo.

Na busca de melhorias na organização da feira, os pedidos eram realizados em sua maioria na plataforma digital (Cognito Forms)³⁵, aberta no sábado e fechada no domingo. Os pedidos e a rota de entrega eram organizados pelos alunos (bolsistas de graduação e de pós-graduação), apoiadores do projeto. Os pedidos eram entregues às terças-feiras (mapa 11) (figura 20) pelos próprios agricultores, variando entre 32 a 40 pedidos semanalmente.

35

https://www.cognitoforms.com/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=Cognito&gclid=CjwKCAjwh-CVBhB8EiwAjFEPGdyeYm-HhpaMJCbhiJd5uDamyYRtqSpB-sDb7Ag7kut0Hvv5-Hv7OBoCQQIQAvD_BwE

Mapa 11: “Feira on-line”: Rota de entrega

Três Lagoas/MS: Rota de entrega das sacolas agroecológicas (21/07)



Figura 21: Três Lagoas (MS) - entrega dos produtos da "feira *on-line*"



Fonte: Acervo NEA/Bolsão, 2020

Na Agroecologia, no que tange a prática com princípios agroecológicos, refere-se à diversidade rotação de cultivos, proteção do solo e a substituição de insumos químicos, dentre outras práticas. Para Feiden (2015 p. 153), “nos sistemas com base agroecológica, também o objetivo deixa de ser a obtenção de produtividade máxima de uma cultura por si só, mas se procura obter uma produtividade ótima e constante do sistema como um todo ao longo do tempo”. Neste sentido, a produção dos lotes do assentamento apresenta diversidades em culturas e são produzidos conforme a sazonalidade. A tabela 37 apresenta os hortifrúteis comercializados (54, no total), os dados apresentados são referentes a 52 das 103 feiras realizadas na modalidade *on-line*.

Tabela 37: Hortifrúteis comercializados no Projeto "Feira on-line" – 2020-2021

Produtos – Hortifrúteis	Quantidade vendida
Abobrinha (pacote)	333
Abacate (unidade)	118
Alface americana (maço de folhas)	590
Alface crespa (maço de folhas)	371,5
Alface lisa (maço de folhas)	141
Alface mimosa (maço de folhas)	77
Alface roxa (maço de folhas)	149,5
Almeirão (maço de folhas)	100,5
Almeirão roxa (maço de folhas)	21,5
Banana (duzia)	91,5
Batata doce (pacote)	452
Berinjela (pacote)	388
Beterraba (pacote)	343,5
Brócolis (peça)	405,5
Cabotian (pacote)	467
Capim cidreira	39
Cará Moela	8
Cebola (pacote)	660
Cebolinha (maço de folhas)	346
Cenoura (pacote)	813,5
Chuchu (pacote)	281
Coentro (maço de folhas)	161,5
Colorau 250g	38
Couve (maço de folhas)	593,5
Escarola (maço de folhas)	91,5
Espinafre (maço de folhas)	223,5
Goiaba	743
Hortelã (maço de folhas)	145,5
Jiló (pacote)	82
Limão cravo (pacote)	145,5
Limão galego (pacote)	3
Limão taiti (pacote)	393
Maxixe	131,5
Mamão (unidade)	611
Mandioca (pacote)	430,5
Manjeriço (maço de folhas)	72
Maracujá (kg)	264,5
Melancia (peça)	14
Milho (bandeja)	594
Mostarda (maço de folhas)	19,5
Pepino (pacote)	351
Pimentão (pacote)	17
Pimenta bodinha 100g	22
Ponkan	113
Polpa tamarindo	8
Quiabo (pacote)	570
Rabanete (maço)	99,5
Repolho (peça)	236,5
Rúcula (maço de folhas)	414
Salsa (maço de folhas)	189
Taioba (maço de folhas)	13,5
Tomate (pacote)	1349
Tomate cereja (bandeja)	563
Vagem (pacote)	396,5

Fonte: NEA/Bolsão. **Organização:** autora.

É possível notar a diversidade de alface sendo cinco tipos, almeirão dois tipos e limão, sendo três tipos. O produto mais consumido é a alface, totalizando 1.329 pés, seguido do tomate, com 1.349 pacotes. O terceiro produto mais consumido foi a cenoura, com 813 pacotes, seguido da cebola, com 660 pacotes.

As mulheres camponesas são protagonistas no campo, uma vez que realizam as atividades domésticas, além de trabalhar no cultivo das hortas e na indústria doméstica (figura 20 e 21). A indústria doméstica gera renda e permite a permanência na terra. A tabela 38 apresenta os produtos da indústria doméstica e a tabela 39 expõe a criação caipira. Diversos são os produtos das indústrias domésticas, o bolo, assim como o queijo, a geleia e o doce têm diversos sabores e tamanhos.

Tabela 38: Indústria doméstica comercializada no Projeto “feira *on-line*” – 2020-2021

Indústria doméstica	Quantidade vendida
Biscoito beliscão (bandeja)	79
Bolacha de nata	41
Bolo	147
Cural	151
Compota doce de mamão	17
Doce	92
Farinha de mandioca (pacote)	8
Geleia	126
Goiabada	18
Manteiga 250 ml	122
Pão	602
Pepino em conserva	1
Queijo (unidade)	863
Requeijão	66
Rosca (unidade)	44
Sopa Paraguuaia	32
Tempero pronto (bodinha e salsa)	5
Tempero pronto (bodinha e coentro)	3
Mel	62

Fonte: NEA/Bolsão. **Organização:** autora.

Tabela 39: Criação caipira comercializada no Projeto “feira *on-line*” – 2020-2021

Criação caipira	Quantidade vendida
Garrafa de leite 2L	15
Frango unidade	169
Ovos dúzia	62
Carne de porco kg	99

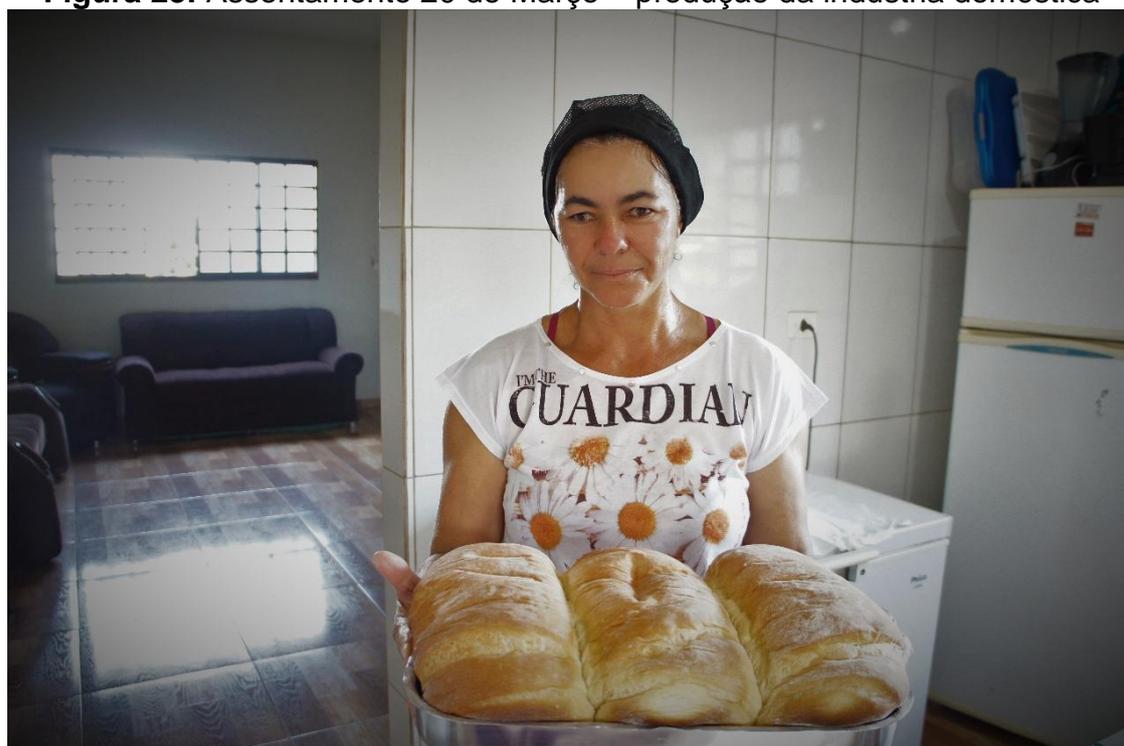
Fonte: NEA/Bolsão. **Organização:** autora.

Figura 22: Assentamento 20 de Março – agricultora camponesa trabalhando na horta



Fonte: Acervo NEA/Bolsão, 2019.

Figura 23: Assentamento 20 de Março – produção da indústria doméstica

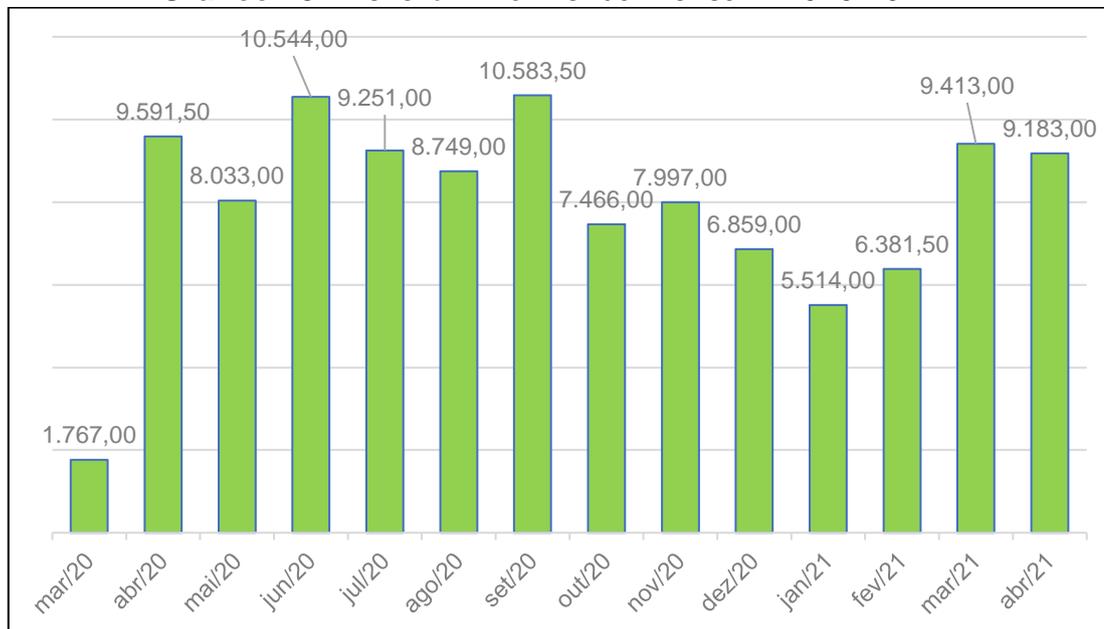


Fonte: Acervo NEA/Bolsão, 2019.

O grupo do consumo agroecológico contava com 174 consumidores-apoiadores. Dessa forma, essa modalidade permitiu que outras pessoas, além dos consumidores que já participavam no modelo presencial, participassem desse grupo. Assim, as ações criadas coletivamente do projeto permitiram que os

agricultores familiares camponeses passassem por este período pandêmico com dignidade com a renda adquirida (gráfico 13) e, em contraponto, fornecendo alimentos saudáveis para consumidores da cidade.

Gráfico 13: “Feira on-line”: renda mensal – 2020-2021



Fonte: NEA/Bolsão. **Organização:** autora.

O retorno na Feira Agroecológica na modalidade presencial na UFMS/CPTL (figura 22 e 23), Unidade 2, ocorreu no dia 05 de abril de 2022. Além disso, o Grupo das Hortas realiza feira em outros espaços, a saber: segunda-feira na Feira Central³⁶ e no condomínio Altos dos Ipês; terça-feira no condomínio Don El Chal, UFMS e Distrito Arapuá; quarta-feira na Feira Central, condomínio Portal das Águas e condomínio Quarta da Lagoa; Quinta-feira no condomínio Cambuí; sábado na Feira Central; e domingo no Distrito de Arapuá. Além das feiras, os agricultores camponeses realizam a entrega dos produtos no condomínio Palmeiras às terças.

³⁶ O prédio da Feira Central foi inaugurado em 03 de dezembro de 2021 pela Prefeitura Municipal de Três Lagoas. No período anterior a esta data, a feira era realizada na modalidade “Feira Livre”.

Figura 24: UFMS/Três Lagoas (MS) - Feira Agroecológica pós isolamento social



Foto: GUIMARAES, Diego Ribeiro, 2022.

Figura 25: UFMS/Três Lagoas (MS) - Feira Agroecológica - diversidade de produtos



Foto: GUIMARAES, Diego Ribeiro, 2022.

O projeto em questão vai além de fornecer alimentos saudáveis e livres de agroquímicos, pode-se dizer, que é um projeto que tem compromisso socioambiental. Assim, o projeto permite a interação entre o agricultor familiar camponês e os consumidores-apoiadores, vínculo rompido quando há ação do “atravessador”, além de ser construído coletivamente um processo educativo de soberania alimentar. Portanto, os consumidores-apoiadores conhecem como os agricultores vivem, sua origem, a forma como produzem (respeitando o ciclo da natureza e os recursos naturais renováveis e não renováveis durante a produção). Por isso são denominados de consumidores-apoiadores. Além disso ocorre a valorização da produção local, impedindo a ação dos atravessadores, permitindo que os agricultores familiares camponeses permaneçam com a renda da terra. Todos os caminhos percorridos pelo projeto trilham a sustentabilidade, buscando a soberania alimentar no campo e a segurança alimentar e nutricional na cidade. Isso é Agroecologia, respeito à natureza, aos povos do campo e da cidade.

Ainda que o Leste do Mato Grosso do Sul apresente forte insegurança alimentar e, portanto, carente de soberania alimentar, os dados do IBGE e da CEASA corroboram para o ideário que os pequenos estabelecimentos contribuem com a oferta de alimentos no estado. Embora tenha ocorrido a diminuição na entrega de alimentos por parte de diversos municípios, pode-se apontar que os pequenos estão buscando alternativas para o escoamento dos produtos, eliminando assim a ação dos atravessadores. Como exemplo, tem-se as experiências dos agricultores familiares camponeses do Assentamento 20 de Março, como já foi escrito.

Mercadante; Almeida (2019) apontam a relação de interação e dependência da Reforma Agrária, Agroecologia e soberania alimentar. Para as autoras, pensar em agricultura agroecológica faz-se fundamental colocar como o centro da discussão a Reforma Agrária, uma vez que, sem ela, os outros processos – agroecologia e soberania alimentar – são inviabilizados, pois, a Reforma Agrária se apresenta como mudança estrutural. Assim, “a reativação do modo de vida camponês por meio da terra conquistada aparece como agente potencial para a produção agroecológica, sustentando, conseqüentemente, as perspectivas do alcance da soberania alimentar”. (MERCADANTE; ALMEIDA, 2019, p. 112).

Deste modo, em meio aos interesses capitalistas que buscam controlar todo o processo produtivo, atendendo à lógica mercadológica, transformando o alimento

em mercadoria, cujo o objetivo é a obtenção de lucro, a alternativa apresentada pelas autoras, e nesse trabalho, é a agricultura agroecológica, uma vez que o alimento produzido na agricultura convencional são “alimentos produzidos com altos níveis de agrotóxicos, alimentos ultraprocessados e o empobrecimento da diversidade das espécies alimentares cultivadas são apenas alguns dos impactos dessa ‘coisificação’ do alimento sob a égide do lucro”. (MERCADANTE; ALMEIDA, 2019, p. 112). Assim:

Em meio ao cenário de interesses capitalistas que busca orientar todas as fases do processo produtivo pela lógica mercadológica, surgem contestações a este modelo centrado, especialmente, no pacote agroquímico em relação à sua real eficiência e a seus impactos na sociedade. A partir de movimentos e organizações sociais, bem como instituições de pesquisa que reúnem camponeses, alunos, professores, pesquisadores e profissionais de várias áreas, desencadeia-se o processo de construção da agroecologia como alternativa a este modelo hegemônico de agricultura. (MERCADANTE; ALMEIDA, 2019, p. 112).

Assim, a agricultura agroecológica se apresenta como modelo mais sustentável de produção, pois, proporciona melhores condições de vidas aos camponeses por meio da renda; acesso às políticas públicas; ausência de insegurança alimentar; ausência da dependência de insumos químicos e agrotóxicos e a diminuição de doenças relacionadas a estes; variedade na dieta alimentar, dentre outros. (MERCADANTE; ALMEIDA, 2019) (SILVA, 2013).

Deste modo, o modelo mais sustentável de produção, pautado nos princípios da Agroecologia, permite a soberania alimentar, compreendida não apenas como acesso a alimentos, mas acesso aos saudáveis, centrados em mercados locais, superando a dicotomia campo-cidade, emancipando os sujeitos da lógica dos Impérios Alimentares que controlam a alimentação. Assim:

Como modelo mais sustentável permite a soberania alimentar, entendida não apenas como disponibilidade de alimentos, no sentido de capacidade produtiva, ou seja, a existência do alimento, mas principalmente à qualidade deste alimento ofertado, bem como à sua distribuição via interação campo-cidade. (MERCADANTE; ALMEIDA, 2019, p. 122-123).

E é por isso que o debate da questão agrária é pertinente e indispensável para se compreender a fome, pois, sem a redistribuição de terras no Brasil é impossível a conquista da soberania alimentar e, portanto, a Reforma Agrária se apresenta como ponto de partida na superação da insegurança alimentar, da

possibilidade da reprodução da classe camponesa, no acesso a alimentos saudáveis e diversificados. Nesse sentido:

[...] sem a terra, dificulta-se – ou inviabiliza-se – a (re) produção social dos camponeses, que são os sujeitos, por sua natureza familiar, mais inclinados à produção agroecológica. Sem a terra e os camponeses, a soberania alimentar também se inviabiliza, pois seu modelo produtivo – caracterizado por maior autonomia desses sujeitos e valorização dos processos endógenos e da diversidade de culturas e hábitos alimentares locais, além dos canais de curta comercialização – não coaduna com o proposto pelo modelo da agricultura capitalista, cada vez mais dependente de grandes corporações que controlam a forma de produzir (com o uso de um pacote caro e altamente perigoso para a saúde humana e ambiental) e o que é produzido (homogeneização das culturas). (MERCADANTE; ALMEIDA, 2019, p. 124).

Portanto, mesmo que essas experiências representam um “grão” no meio do deserto, elas se colocam como desobediência aos Impérios Alimentares e é justamente por isso que a Reforma Agrária e Agroecologia se apresentam como o caminho mais sustentável na conquista da soberania alimentar. Assim, a busca por canais curtos de comercialização se apresenta como uma via de mão dupla, oportunizando a reprodução da classe camponesa e fornecendo alimentos saudáveis para a cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fome no Brasil, como apontada por Castro (1984), é um problema estrutural que perpetua nos dias atuais. Em 2014 o Brasil havia saído do mapa da fome, apresentando a maior porcentagem em segurança alimentar no ano de 2013. Contudo, com o golpe de 2016 que derrubou a então Presidenta da República Dilma Rousseff e levou para a Presidência o então Vice Michel Temer (maio 2016 a 2018), a porcentagem da insegurança alimentar aumentou, em outras palavras, a fome se tornou presente nas residências brasileiras, se acentuando no atual Governo de Jair Messias Bolsonaro.

A questão fome pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas, pela falta de renda, do desemprego, mas, nesse trabalho, o caminho trilhado para analisar a fome e a falta de soberania alimentar no Brasil está centrada na questão agrária, de forma mais específica, no uso e posse da terra, nas políticas inerentes à Reforma Agrária e nas políticas públicas voltadas para agricultura familiar camponesa.

Isso porque, no Brasil, a gênese da apropriação privada da terra, resultante da aliança terra-capital, resultou em forte concentração fundiária. Deste modo, a terra, inserida no processo de desenvolvimento do capitalismo, permitiu ao proprietário capitalista a inserção desse bem natural aos seus interesses. A terra no desenvolvimento do capitalismo atende aos anseios dos proprietários capitalistas e das grandes corporações financeiras e agroalimentares, uma vez que, na lógica capitalista, a agricultura está voltada para produção de *commodities*, majoritariamente, para exportação e, por vezes, a terra é utilizada como reserva de valor.

Nesse sentido, o Leste do estado de Mato Grosso do Sul representa bem essa realidade do Brasil, pois localiza-se no 6º estado em extensão territorial do Brasil, apresentando forte concentração fundiária e com a presença marcante da agricultura capitalista voltada para a produção de *commodities* e com uma forte presença de absenteísmo. Em contrapartida, os dados do IBGE revelam que os municípios do Leste do estado nunca foram protagonistas na produção de alimentos básicos, mas apresentou crescente queda na produção de alguns cultivos alimentares e, a perda de outros, como apontado no Censo agropecuário de 2017.

Os dados apresentados no trabalho denunciam a falta de soberania alimentar no estado, bem como a circulação dos alimentos e a importação destes por outros estados e países. Nos regimes alimentares, sobretudo no terceiro regime alimentar (MCMICHAEL, 2016) ou como é chamado por Ploeg (2008), nos Impérios Alimentares, o alimento que é a fonte de vida, se tornou negócio (ESTEVE, 2017). Os impérios alimentares controlam a produção, distribuição e consumo, e é por isso que o modo capitalista de produção não deve ser entendido somente na produção propriamente dita, mas também, deve ser compreendido na circulação das mercadorias.

Deste modo, apresenta-se como urgente a busca pela soberania alimentar que se contrapõe ao modelo hegemônico de produção, neste sentido, fazem-se necessárias mudanças estruturais. Coca (2016) apresenta características da soberania alimentar, podendo citar algumas: utilização dos conhecimentos tradicionais de agricultores familiares camponeses e indígenas; agroecologia; as sementes são tidas como “patrimônios da humanidade”; visa-se a reconciliação entre a sociedade e a natureza; defende a Reforma Agrária como medida urgente; reconhecimento da importância dos pequenos agricultores para o abastecimento de alimentos e para o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis; diversificação produtiva; mercados de produção local/feiras-livres; compras governamentais; maior proximidade entre os espaços de produção e beneficiamento do alimento; dentre outros.

Algumas dessas características foram afetadas, sobretudo no Governo Bolsonaro, podendo citar como exemplo a Reforma Agrária e as compras governamentais. Neste governo ocorreu quase a paralisação da Reforma Agrária além, dos desmontes e do fim de políticas públicas voltadas para agricultura camponesa, sobretudo as políticas destinadas às compras dos produtos da agricultura camponesa.

Contudo, apesar da contrarreforma agrária e da quase ausência do Estado, os agricultores familiares camponeses buscam alternativas para permanência na terra de vida e de trabalho. Como exemplo, os agricultores familiares camponeses do Assentamento 20 de Março, no município de Três Lagoas, buscam na Agroecologia caminhos possibilitadores de uma relação mais harmoniosa com a natureza, renda justa, alimentos saudáveis, sustentabilidade e soberania alimentar. Os canais curtos de comercialização (CCC), por exemplo, conquistados em

parcerias com os projetos da UFMS/CPTL, permitiram melhorar a vida no campo, ao mesmo passo que garantem alimentos saudáveis na cidade. Mesmo com todos os descaminhos, os camponeses resistem e buscam autonomias.

Afinal, como já apontado anteriormente, a agricultura familiar camponesa é responsável pela produção de alimentos no Brasil. E é por isso que a Reforma Agrária atrelada à agricultura com bases na Agroecologia se apresentam como caminhos para a superação desse modelo hegemônico que transformou o alimento em mercadoria. Por essa razão, o papel do Estado é fundamental na criação de políticas públicas estruturais que proporcionem essas mudanças e possibilitam às pessoas viverem com dignidade e recuperando o direito e o ato de se alimentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Altivo Roberto Andrade de. **O sistema atacadista alimentar brasileiro**. 2010. 162 p. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma agrária em marcha acelerada. **Revista da Anpege**, v. 16, p. 351-390, 2020.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Aliança terra-capital em Mato Grosso do Sul: redefinições no campo e na cidade. In: Edima Aranha Silva; Rosemeire Aparecida de Almeida. (Org.). **Território e territorialidades em Mato Grosso do Sul**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, v. 1, p. 103-134.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Territorialização Complexo Eucalipto-Celulose-Papel em Mato Grosso do Sul. **Anais**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, Uberlândia/MG. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia: UFU, 2012. v. 1. p. 1-19.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; Silva, Mariele de Oliveira. Território Rural do Bolsão/MS: a mobilidade do complexo eucalipto/celulose e seus impactos em comunidades camponesas. **Geografia em Questão**, v.10, n. 01, p. 77-94, 2017.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ARANHA, Adriana Veiga. Fome Zero: a construção de uma estratégia de combate à fome no Brasil. A implantação do Programa Fome Zero do governo Lula. In: _____ (org.). **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2010. v. 1.

ARRUDA, Zuleika Alves de. **Onde está o agro deste negócio?** Transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio. 253 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

BELIK, Walter; SILVA, J. F. G.; TAKAGI, Maya. **Políticas de combate à fome no Brasil**. São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE - São Paulo, v. 15, n.4, p. 119-129, 2001.

Brasil. Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO) **Perfil Estatístico de Mato Grosso do Sul 2017**: Ano base: 2016 Campo Grande: SEMAGRO, 2017 100 páginas. Disponível em:

<http://www.semagro.ms.gov.br/wpcontent/uploads/2018/12/PerfilEstat%C3%ADstico-de-MS-2018.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2021.

BORZONE, Clariana Vilela. **Mulheres Camponesas No Território Rural Do Bolsão/MS: Protagonismo, Resistências E Contradições, Três Lagoas (MS)**. 168 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, 2018.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da Geografia e a questão agrária nas séries iniciais do ensino fundamental, Aquidauana (MS)**. 462 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana, 2008.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004. v. 1. p. 24.

CARVALO, Horacio Martins de; COSTA, Francisco de Assis. **Agricultura camponesa**. In: Dicionário da terra. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 26-32.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Edições Antares, [1946] 1984.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CLEPS JR., J. **Descaminhos da reforma agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise político-institucional no Brasil**. Revista OKARA: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 649-663, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2016.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R.; WIZNIEWSKY, J. G. O conceito de transição agroecológica: contribuições para o redesenho de agroecossistemas em bases sustentáveis. COSTA GOMES, JC; ASSIS, WS. **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília-DF: EMBRAPA, p. 145-180, 2013.

COTTA RMM, Machado JC. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Rev Panam Salud Publica**. 2013;33(1):54–60.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 269p.

Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – **SISAN** - primeira edição – Brasília, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN, 2011.

FABRINI, João. E. **Território, Classe e movimentos sociais**. Revista da Anpege, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan./jul. 2011.

FAO. **Biodiversidade agrícola: use-a para que não se perca**, 2010. Disponível em: <<https://www.fao.org/news/story/es/item/46805/icode/>>.

FERNANDES, Bernardo. Mançano. **Movimento social como categoria geográfica**. Terra Livre, São Paulo, v. 15, 2000. p. 59-85.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Agronegócio e reforma agrária**. Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004.

FERREIRA, Jhiovanna Eduarda Braghin. **Os caminhos de sustentabilidade e transição agroecológica no Assentamento 20 de Março, em Três Lagoas/MS: estudo do Grupo das Hortas**. 94 f. Monografia – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, 2019.

GIRARDI, Eduardo Paulo e Sobreiro Filho, José. **RELATÓRIO DATALUTA BRASIL** - Presidente Prudente, São Paulo. Dezembro de 2019.

GRAZIANO DA SILVA, José Francisco; VELHO, Otavio Guilherme. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. Plural editores, 2011.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; DE MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Expressão popular, 2013.

JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero; BARBOSA, Humberto Junior Neves; DE SÁ, Thiago Hérick. **Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006**. PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 18, n. 3, 2017.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Proposta Editorial Ltda., São Paulo, 3ª edição, 1980.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

KUDAVICZ, Mieceslau; DE ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Em tempos de “privatização” da reforma agrária, a necessária práxis do bem comum**. BOLETIM DATALUTA, Artigo do mês de: fevereiro de, 2014.

Legislação básica do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional / Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. – Brasília: Presidência da República, 2017. 84 p.

LEONARDO, Leticia Alves. **Questão Agrária e Patrimônios Religiosos na Diocese de Três Lagoas (MS)**. 269 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, 2020.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato**. REVISTA NERA (UNESP), v. 22, p. 83-110, 2019.

MACEDO, Francielle Rodrigues de. **Dinâmicas agroecológicas e recriação da vida camponesa no Assentamento 20 de Março, em Três Lagoas/MS**. 148 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, 2021.

MALAGODI, Edgard. **Revolução Verde**. In: Dicionário da terra. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 407-408.

MALUF, Renato Sérgio. **Ações públicas locais de abastecimento alimentar**. Pólis Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais, 1999.

MALUF, Renato Sérgio; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. **Caderno “segurança alimentar”**. Paris: Fhp, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra** / José de Souza Martins. – 9. Ed., 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo, Ed Hucitec, 1980.

MARTINS, Widson Tainan Ros; NARDOQUE, Sedeval. **O circuito produtivo de laranja na Microrregião Geográfica de Jales-SP**. Ateliê Geográfico, v. 14, n. 1, p. 69-88, 2020.

MARX, Karl. **Para a crítica da Economia Política do Capital**: o rendimento e suas fontes. Trad. Edgard Malagodi. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MASSRUHÁ, Silvia Maria Fonseca Silveira; LEITE, MA de A. **Agro 4.0-rumo à agricultura digital**. In: Embrapa Informática Agropecuária-Artigo em anais de

congresso (ALICE). In: MAGNONI JÚNIOR, L.; et al. *JC na Escola Ciência, Tecnologia e Sociedade: mobilizar o conhecimento para alimentar o Brasil*. 2. ed. São Paulo: Centro Paula Souza, 2017.

McMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias** / Philip McMichael; tradução Sonia Midori. – 1. ed. – São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016.

MEDEIROS, Gabriela Nogueira de; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; PINHA, Glaucimar, Alves. **As Estratégias de Comercialização da Associação dos Produtores do Campo (Asprocampo): Estudo da Contribuição das Feiras no CPTL/Unidade I e no Condomínio Alto dos Ipês para a Recriação Camponesa em Três Lagoas/MS**. Cadernos Agroecológicos, v. 13, p. 01-10, 2018.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos. **Soberania Alimentar e Transição Agroecológica no Assentamento 20 de Março, Três Lagoas (MS)**. 118 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, 2018.

MOTTA, Regina Celia Carvalho de Sá. **As Linhas da campesinidade na (in)subordinação camponesa em Glória de Dourados/MS**. 2013. 242 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2013.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Agroecologia e o MST**. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst/#:~:text=A%20agroecologia%20%C3%A9%20uma%20coevolu%C3%A7%C3%A3o,nossos%20coletivos%20e%20nossos%20territ%C3%B3rios>. Acesso em: 11 de ago. de 2022.

NARDOQUE, Sedeval; ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Território Rural do Bolsão (MS): realidade e perspectivas**. NERA–Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária–Artigo DATALUTA. Presidente Prudente, n. 85, 2015.

NARDOQUE, Sedeval. **Questão agrária no Território Rural do Bolsão/MS**. In: Anais. XXIII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 23, 2016b, Aracajú, Anais... Aracajú, nov. 2016a.

NARDOQUE, Sedeval. **A relação campo-cidade: abordagem sob o prisma da questão agrária**. In: SPOSITO, Eliseu Savério (et al). *A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016b.

NARDOQUE, Sedeval. **A expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula**. In: CAMACHO, Rodrigo Simão; COELHO, Fabiano. (Org.). *O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas*. Curitiba (PR): CRV, 2017.

Nardoque, S.; Melo, D. S.; Kudlavicz, M. **Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016**. Revista OKARA: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 624-648, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 1999. p.63-137.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Longa Marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**. Vol. 15 nº. 43 – São Paulo, Set/ Dec. 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. Terra Livre, n. 21, p. 113-156, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI**. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (Org.). O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa amarela; Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Reforma Agrária**. In: Dicionário da terra. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 385-391.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; STEDILE, João Pedro. **A natureza do agronegócio no Brasil**. São Paulo: Via Campesina do Brasil. 50p, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCH/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. p.184.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Prefácio. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar. Editora UFMS, Três Lagoas, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura e indústria no Brasil**. TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

OLIVEIRA, A. U. de. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: landé Editorial, 2016.

PADULA, Juliana; CARDOSO, Irene Maria; FERRARI, Eugênio Alvarenga; SOGLIO, Fabio Kessler Dal. **Os Caminhos da Agroecologia no Brasil**. In: **Agroecologia Princípios e reflexões conceituais**. – Brasília, DF: Embrapa, 2013. p. 39-72.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLLO, Letícia. Do Bolsa Família ao Brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. **Programa Bolsa Família: uma década de**

inclusão e cidadania / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília: Ipea, 2013.494 p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **A Questão Agrária e o Campesinato: Um Retorno aos Clássicos.** Caderno Prudentino de Geografia, n° 19/20, Geografia, Movimentos Sociais, Natureza AGB – novembro de 1997.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010. (Geografia em Movimento).

PETERSEN, Paulo. SOGLIO, Fábio Kessler Dal. CAPORAL, Francisco Roberto. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, Paulo. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 85-103. RIGOTTO, Raquel

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização** / Jan Douwe van der Ploeg ; tradução Rira Pereira. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), 2021.

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia et al. **Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 3421-3430, 2020.

RIBEIRO, Sílvia. **Quem quer comer o mundo: corporações 2008.** Disponível em: <<https://omal.info/spip.php?article3068>> Acesso em: 09 fev. 2022.

RIGOTTO, Raquel Maria. **Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico.** In: Revista Pegada, vol. 12, n. 1. 2011. p. 123-140.

SALES, Juliana de Oliveira. **O caso do Programa de Aquisição de Alimentos e da operação agro-fantasma: entre o desenvolvimento rural e a violência institucionalizada.** 116f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, 2018.

SANTOS, Johny Ferreira dos; AREDES, Airton. **CIRCULAÇÃO DO CAPITAL NA CEASA DE CAMPO GRANDE-MS: ANÁLISE DO COMÉRCIO DE ABACAXIS.** GEOFRONTER, v. 3, n. 3, 2017.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista** / Teodor Shanin : tradução de Cynhia A. Sarti e Wanda Caldeira Brant. Revista Nera, n 7, p. 01-21, 2005.

SILVA, Izabela Cristina Gomes da. **Estratégias camponesas e as práticas agroecológicas nos territórios dos brejos de altitude, Gravatá – PE.** 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

STÉDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. DE. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos.** 2011. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

STEDILE, João Pedro. Questão Agrária. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 639-46.

TAKAGI, M. A Implantação do Programa Fome Zero em 2003. In: Graziano da Silva, J; Del Grossi, M.E.; França, C.G.de. (Org.). **Fome Zero: a experiência brasileira.** 1ed.Brasília: NEAD, 2010, v. 1, p. 53-84.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Agonia da comida: da expansão da cana-de-açúcar ao movimento da produção e distribuição de hortifrútiis no estado de São Paulo (2006-2017).** 2019. 339 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2019.

XAVIER, Gabriela Taíse Poiati et al. **Dissecando a fome no Brasil durante a pandemia da COVID-19.** Caderno de Geografia, v. 31, n. 2, p. 103-103, 2021.